

The background of the entire cover is a close-up photograph of a wood grain, showing various patterns and textures in shades of brown and tan. The grain lines are wavy and organic, creating a sense of natural texture and depth.

TRANSIÇÕES PRODUTIVAS, AGROECOLÓGICAS E CULTURAIS NO CAMPO BRASILEIRO

[ORGANIZADORES]
JÚLIO CÉSAR SUZUKI
FRANÇOIS LAURENT
VALTERLEI BORGES DE ARAÚJO

FFLCH/USP 2019

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Prof. Dr. Vahan Agopyan

Vice-Reitor: Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandez

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretora: Prof^a Dr^a Maria Arminda do Nascimento Arruda

Vice-Diretor: Prof. Dr. Paulo Martins

Comitê editorial

Prof. Dr. Adebaro Alves dos Reis (IFPA)

Prof^a. Dr^a. Adriana Carvalho Silva (UFRRJ)

Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira (UFG)

Prof. Dr. Alberto Pereira Lopes (UFT)

Prof. Dr. Alécio Rodrigues de Oliveira (IFSP)

Prof^a. Dr^a. Ana Regina M. Dantas Barboza da Rocha Serafim (UPE)

Prof. Dr. Cesar de David (UFSM)

Prof. Dr. Gevson Silva Andrade (UPE)

Prof. Dr. José Elias Pinheiro Neto (UEG)

Prof^a. Dr^a. Maria Jaqueline Elicher (UNIRIO)

Prof. Dr. Ricardo Júnior de Assis Fernandes (UEG)

Prof. Dr. Roni Mayer Lomba (UNIFAP)

Prof^a. Dr^a. Telma Mara Bittencourt Bassetti (UNIRIO)

Prof^a. Dr^a. Valéria Cristina Pereira da Silva (UFG)

Catálogo na Publicação (CIP)
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
Maria Imaculada da Conceição – CRB-8/6409

T772 Transições produtivas, agroecológicas e culturais no campo brasileiro [recurso eletrônico] / Júlio César Suzuki, François Laurent, Valterlei Borges de Araújo (organizadores). -- São Paulo : FFLCH/USP, 2019.

3. 749 Kb ; PDF.

ISBN 978-85-7506-374-3

DOI 10.11606/9788575063743

1. Agricultura orgânica. 2. Agricultura sustentável. 3. Ecologia agrícola. 4. Mecanização agrícola. 5. Uso do solo.
I. Suzuki, Júlio César. II. Laurent, François. III. Araújo, Valterlei Borges de.

CDD 630

Capa: Fernanda Lima.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria, proibindo qualquer uso para fins comerciais.

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores.

ISBN 978-85-7506-374-3

DOI 10.11606/9788575063743

Júlio César Suzuki
François Laurent
Valterlei Borges de Araújo
[organizadores]

**Transições produtivas, agroecológicas e culturais no
campo brasileiro**

FFLCH/USP

2019

SUMÁRIO

Transições produtivas, agroecológicas e culturais no campo brasileiro: desafios para o século XXI	5
Júlio César Suzuki	
François Laurent	
Valterlei Borges de Araújo	
A dinâmica fundiária e a pecuária na Amazônia brasileira: a história do sul do Pará .11	11
Vania Vaz	
Doris V. Sayago	
Jean François Tourrand	
Relações entre a dinâmica espacial de transformação do uso do solo e os recursos naturais em um território de fronteira agrícola na Amazônia	39
Reinis Osis	
François Laurent	
René Pocard-Chapuis	
Entre idas e voltas: o cultivo do cacau no sul da Bahia (Brasil), a dimensão ecológica e a dinâmica social	63
Karina Fernanda Travagim Viturino Neves	
Júlio César Suzuki	
Mudanças produtivas no Pampa brasileiro : impactos, vulnerabilidade e estratégias de reação	93
Alessandra Matte	
Les cultures du riz au Rio Grande do Sul (Brésil). Implications socio-culturelles d'un bassin de production	124
Frédéric Fortunel	
Rosa Vieira-Medeiros	
Roberto Verdum	
O queijo colonial da Quarta Colônia, Brasil: entre artesanidade, informalidade e tipicidade difusa – a persistência ameaçada	142
Rafaela Vendruscolo	
Caroline Ceretta	
José Marcos Froehlich	
Cultura caiçara e conflitos socioambientais na comunidade da Ilha Diana (Santos- SP)	169
Dorival Bonfá Neto	
Júlio César Suzuki	

TRANSIÇÕES PRODUTIVAS, AGROECOLÓGICAS E CULTURAIS NO CAMPO BRASILEIRO: DESAFIOS PARA O SÉCULO XXI

Júlio César Suzuki¹

François Laurent²

Valterlei Borges de Araújo³

[organizadores]

A agricultura experimentou múltiplas crises e mutações que afetaram as sociedades humanas de diferentes maneiras ao longo da história. No entanto, é a partir da segunda metade do século XX que as mudanças têm sido mais profundas e se espalharam mais amplamente, transformando os mundos rurais em todo o mundo. Mecanização, seleção genética, uso de insumos minerais ou sintéticos modificaram os sistemas de produção, enquanto o transporte, a conservação, o processamento e o acondicionamento de commodities, realizados pelos setores agroindustriais, responderam pelo desencadeamento de novos hábitos alimentares.

É inegável que os agricultores estão expostos hoje a diferenças de competitividade até então desconhecidas (HERVIEU, 1993, MAZOYER, ROUDART, 1997), ameaçando a existência de milhões de pequenas unidades produtivas, consideradas arcaicas, inadequadas à corrida pela ampliação de produtividade, com custos de produção reduzidos. Enquanto alguns países estão se tornando cada vez mais dependentes das importações de alimentos (Norte da África, Oriente Médio, parte do Extremo Oriente, África Subsaariana), outros países possuem posição estratégica nos mercados internacionais de alimentos, como é o caso da França e, mais recentemente, do Brasil.

¹ Graduado em Geografia (UFMT), com mestrado e doutorado em Geografia Humana (USP). Professor Doutor junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e ao Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina/USP; e pesquisador associado da Biblioteca Brasileira Mindlin/USP. Email: jcsuzuki@usp.br.

² Professor de Geografia, possui graduação em Geologia - Université de Lyon 1 (1990), Mestrado em Geografia - Université de Saint-Etienne (1992) e Doutorado em Hidrologia e Hidrogeologia quantitativas - Ecole Nationale Supérieure des Mines de Saint-Etienne (1996) e HDR, Habilitation à Diriger des Recherches (2012). Atualmente é Professor em Geografia (Professeur des Universités), na Université du Maine em Le Mans, França. E-mail: francois.laurent@univ-lemans.fr.

³ Doutor em Estudos de Literatura (Literatura Comparada) pela Universidade Federal Fluminense – UFF, Brasil. Pesquisador no PROLAM/USP – Programa de Integração da América Latina / Universidade de São Paulo. Email: val.borges@gmail.com.

O progresso feito pela agricultura, de acordo com o modelo produtivista, nesses dois países, não só perturbou os sistemas agrícolas, mas também os territórios, os recursos naturais e as sociedades. Certamente, nestes dois países, foram tomados caminhos diferentes, os quais nos interessam, por conta da diversidade de seus ambientes, suas histórias, suas culturas, suas organizações sociais ou suas práticas políticas, ainda que elementos comuns os atravessem, o que os conformam como portadores de ensinamentos significativos.

Se o modelo produtivista prevaleceu para fornecer commodities ao mercado internacional, é desafiado, nestes dois países, por toda uma parte da sociedade. Os consumidores estão preocupados com os riscos para a saúde com a aplicação do uso de insumos químicos e seleção genética, ciência e tecnologia para a produtividade, mas também com a persistência do pouco controle sobre as consequências para a saúde a longo prazo. Eles buscam o sabor de produtos menos padronizados, mais autênticos, a partir de terroirs, em que se identificam suas origens espaciais de produção, dando-lhes uma identidade, uma particularidade. Os habitantes das áreas rurais ou os turistas que ali permanecem, como os moradores dos centros urbanos, cercados por essas áreas rurais, desejam que a paisagem rural, fruto de uma longa evolução, seja preservada para manter a memória do local e dos homens que ali habitam, como efeito da moda ou mais prosaicamente para tirar proveito da estética associada a paisagens onde são poupados espaços naturais. Eles também querem morar perto de um campo animado, onde as ligações com os produtores permitem que eles se nutram da vivência de homens e de mulheres com quem possam realizar trocas (CROSS, 2000).

Os usuários dos recursos hídricos protestam quando veem suas contas subindo para limpar a água coletada nos aquíferos e rios contaminados por pesticidas, nitratos ou eutrofização, gerados pela agricultura produtivista. Quanto aos cidadãos, eles acham injusto que as políticas públicas tenham levado a favorecer as empresas agrícolas economicamente mais eficientes, eliminando, assim, unidades produtivas menores e menos competitivas em termos de produtividade. Informados sobre os problemas ambientais, eles recusam que seus impostos sejam usados para uma agricultura que degrada os recursos naturais e os ambientes. Por aqueles que são sensíveis aos efeitos da mudança climática, são exigidas políticas que ponham em prática a limitação das emissões de gases de efeito estufa da atividade agrícola, seja por meio do desmatamento, conversão de campos em terras agricultáveis ou em atividade. As políticas públicas seguiram, acompanharam e, às vezes, precederam essas reivindicações expressas pela sociedade.

Essas novas e múltiplas demandas da sociedade são ouvidas e aceitas pelos produtores agrícolas, os quais devem se adaptar para atender às condições de mercado ou regulamentos e padrões em constante mudança. Alguns fazem isso ajustando o modelo produtivista, outros, de forma mais proativa, aproveitam essas novas oportunidades para desenvolver sistemas alternativos de produção ou distribuição construídos em outra relação com o ambiente natural e a sociedade que os rodeia, e que eles consideram ser portadores de outro futuro.

O território está se tornando cada vez mais importante no desenvolvimento agrícola. É o quadro de projetos agrícolas e/ou alimentares que fazem parte da sustentabilidade. O território dá sentido às iniciativas dos agricultores por meio da organização de coletivos de produtores para compartilhar técnicas frequentemente pioneiras que envolvem a tomada de risco (por exemplo, reduzindo o consumo de pesticidas, usando variedades mais rústicas, abandonando esforço excessivo). O feedback e o debate em torno de novas práticas com redes locais, compartilhando objetivos de transformação, permitem que eles suportem as pressões da visão predominante e da simplificação. O território é também o marco de uma estruturação de redes ou pelo menos de interações que vão além da profissão. Primeiro, os intercâmbios se desenvolvem com a população local que deseja comer de forma diferente. Os consumidores estão prontos para apoiar, por meio de suas ações de compras, práticas consideradas mais favoráveis ao ambiente, à qualidade de saúde e ao sabor dos produtos com identidade cultural, social ou territorial (MOLLARD et al., 2001). A proximidade e o conhecimento do produtor tornam possível estabelecer relações de confiança entre o produtor e o consumidor.

O território é também o quadro para projetos de desenvolvimento territorial envolvendo agricultores com autoridades locais e ONGs. Políticas nacionais, regionais ou municipais, na França e no Brasil, financiam projetos agrícolas que fazem parte de uma melhor sustentabilidade socioambiental em nível territorial. O processo sócio-político é tão importante quanto os resultados ambientais ou econômicos. Trata-se de reforçar as capacidades dos atores locais para organizar, colaborar e inovar construindo projetos (TONNEAU E SABOURIN, 2009), cuja governança é caracterizada por coordenações horizontais inscritas no território. Novas oportunidades se abrem para produtores que não possuem um único critério de competitividade econômica. Por iniciativa própria, agricultores e outros atores locais elaboram projetos de desenvolvimento de natureza coletiva e solicitam apoio público, sendo que esses projetos buscam aprimorar os recursos humanos e naturais locais (CAPT et al., 2014). Entre essas políticas territoriais, podemos citar o Programa de

Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR), no Brasil, e os grupos de interesse econômico e ambiental (GIEE), na França.

A transição atual para sistemas de produção mais sustentáveis e a gestão de espaços agrícolas, ancorados em uma identidade cultural e social, questionam especialmente geógrafos e sociólogos sobre as mudanças nos sistemas produtivos e suas inscrições territoriais, sobre agricultura e a evolução da decisão pública e da cidadania, a mobilização social e a disseminação de inovações e, finalmente, a evolução da demanda social em torno, por exemplo, das práticas alimentares. O objetivo deste livro é compartilhar conhecimentos sobre a compreensão desses processos sociais e ambientais de transformação de espaços agrícolas passados ou presentes no Brasil e na França.

O primeiro trabalho, intitulado **A dinâmica fundiária e a pecuária na Amazônia brasileira: a história do sul do Pará**, de Vania Vaz, DorisV. Sayago e Jean François Tourrand, traz um histórico sobre o processo de ocupação e desenvolvimento fundiário relacionado com a pecuária na Amazônia, mais especificamente no sul do estado do Pará. O período analisado vai da segunda metade do século XIX até os anos 1970 do século XX. A origem geográfica dos colonos, suas culturas e tradições, a relação que estabeleceu com grupos pré-existentes (missionários, religiosos, indígenas e colonos de ondas anteriores) e as políticas de colonização públicas têm orientado as estratégias dos atores locais e de forma mais ampla as formas de desenvolvimento deste espaço.

Relações entre a dinâmica espacial de transformação do uso do solo e os recursos naturais em um território de fronteira agrícola na Amazônia, de Reinis Osis, François Laurent e René Pocard-Chapuis, analisa o uso do solo no município de Paragominas - área agrícola da Amazônia Oriental - durante o período 2004-2013 e sua relação com os recursos naturais. A hipótese norteadora do estudo considera que as características dos recursos naturais variáveis no espaço e o contexto socioeconômico, político e fundiário influenciam a lógica de ocupação por parte dos produtores, por conseguinte, a compreensão desta lógica permite elaborar modelos de dinâmica de uso do solo, em que as paisagens, formadas durante a colonização agrícola, revelam hoje essas estratégias de ocupação do espaço.

Entre idas e voltas: o cultivo do cacau no sul da Bahia (Brasil), a dimensão ecológica e a dinâmica social, de Karina Fernanda Travagim Viturino Neves e Júlio César Suzuki, faz um levantamento histórico sobre o cultivo do cacau no sul do estado da Bahia, passando pelo período inicial com a plantação integrada à Mata Atlântica, posteriormente a

chega da Revolução Verde e, mais recentemente, a chegada da agroecologia. O estudo apresenta as mudanças e as características de plantio e produção em cada período analisado, atentando para a evolução e o retrocesso, assim como para os benefícios e as dificuldades em cada modelo de plantio, destacando, em todos os períodos, as precárias relações de trabalho.

Mudanças produtivas no Pampa brasileiro: impactos, vulnerabilidade e estratégias de ação, de Alessandra Matte, aborda as mudanças ocorridas no Pampa brasileiro a partir do avanço da produção de soja e da silvicultura sobre a histórica produção da pecuária de corte na região. O estudo evidencia a mudança na pastagem natural da região, que depende da presença da pecuária para conservação do ambiente natural. Diante dessa situação, a partir de entrevistas realizadas com pecuaristas da região, aponta-se certa vulnerabilidade desses produtores frente ao avanço da soja e da silvicultura, que estão contribuindo com o avanço do processo de destruição não só da fauna e da flora, mas também do que é chamado de cultura gaúcha.

Les cultures du riz au Rio Grande do Sul (Brésil). Implications sócio-culturelles d'un bassin de production (Cultivo e cultura do arroz no Rio Grande do Sul), de Frédéric Fortunel, Rosa Vieira-Medeiros e Roberto Verdum, discute as implicações sócio-culturais de uma área de produção, caracterizando como a produção de arroz está intimamente ligada a um grupo social com forte identidade cultural. Os autores destacam as relações entre estratégias produtivas e estratégias de identidade, sendo que os elos sociais que organizam a produção de arroz baseiam-se na constituição, durante o século XX, de uma forte identidade local.

O queijo colonial da Quarta Colônia, Brasil: entre artesanidade, informalidade e tipicidade difusa – a persistência ameaçada, de Rafaela Vendruscolo, Caroline Ceretta e José Marcos Froehlich, analisa a produção de queijos artesanais na região de Quarta Colônia, no Rio Grande do Sul, Brasil. O estudo busca identificar as dificuldades encontradas pelos pequenos produtores para comercialização da produção em comparação com outros produtos da cesta de bens e serviços oferecidos na região. Além disso, o queijo artesanal (ou colonial) também é entendido como um produto típico capaz de marcar os vínculos culturais e identitários locais, notadamente a origem italiana dos imigrantes que se instalaram na região, revelando que há dificuldades em sair de um sistema informal baseado em pequenos mercados locais, particularmente no que diz respeito à adaptação a novos padrões de saúde.

Fechando o livro, o trabalho **Cultura caiçara e conflitos socioambientais na comunidade da Ilha Diana (Santos – SP)**, de Dorival Bonfá Neto e Júlio César Suzuki, faz

levantamento histórico sobre os conflitos ocorridos com a comunidade caiçara na Ilha Diana, em Santos, São Paulo. Os autores mostram como ao longo dos anos o Estado e as empresas privadas foram se apropriando do espaço através de políticas territoriais. Com isso, vê-se o enfraquecimento da comunidade, que passa a se dissipar e buscar emprego e moradia em outras áreas. Por outro lado, a intensificação dos conflitos tem contribuído com a retomada e a revalorização da cultura local como forma de resistência à expropriação.

Esperamos, assim, que os estudos apresentados nesta coletânea possam contribuir com a ampliação das discussões sobre produção, agroecologia e cultura no campo brasileiro, e também possam chamar a atenção de outros pesquisadores.

Referências

CAPT, Danièle; LEPICIER, Denis; LESEIGNEUR, André. *Le rôle des territoires de projets infrarégionaux sur l'agriculture et l'alimentation*. Géocarrefour, 2014, p. 105-113.

CROIX, Nicole (dir.). *Des campagnes vivantes, un modèle pour l'Europe?* Mélanges offerts au professeur Jean Renard. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2000, 696 p.

HERVIEU, Bertrand. *Les champs du futur*. Julliard (ed.). Paris: 1993, 172 p.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. *Histoires des agricultures du monde. Du néolithique à la crise contemporaine*. Paris: Éditions du Seuil, 1997, 546 p.

MOLLARD, Amédée; PECQUEUR, Bernard; LACROIX, Anne. *A meeting between quality and territorialism: the rent theory reviewed in the context of territorial development, with reference to French examples*. International Journal of Sustainable Development, vol. 4, n° 4, 2001, p. 368-391. DOI: 10.1504/IJSD.2001.001557

TONNEAU, Jean Philippe; SABOURIN, Éric. *Agriculture familiale et politiques publiques de développement territorial: le cas du Brésil de Lula*. Confins [En ligne], 5, 2009, mis en ligne le 20 mars 2009. URL: <http://confins.revues.org/5575>. Consulté le 04 août 2017. DOI: 10.4000/confins.5575

A DINÂMICA FUNDIÁRIA E A PECUÁRIA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: A HISTÓRIA DO SUL DO PARÁ

Vania Vaz⁴

Doris V. Sayago⁵

Jean François Tourrand⁶

Resumo: o artigo aborda as diferentes dinâmicas de ocupação territorial que ocorrem no sul do estado do Pará, uma região da Amazônia brasileira. A primeira frente abordada neste trabalho foi formada no final do século XIX, composta por produtores de gado/pecuarista, principalmente do nordeste brasileiro, em especial do estado do Maranhão, em busca de pastagem natural para os seus rebanhos. Os dominicanos franceses se instalaram na área naquela mesma época para evangelizar os índios Kayapó. Estes religiosos fundaram a cidade de Conceição do Araguaia. A dinâmica de expansão de novas áreas e da produção da pecuária também esteve ligada à exploração da borracha na floresta. No final de 1950, um grupo de empresários de São Paulo, os quais atuavam principalmente no estado de Goiás, abriram uma outra frente de ocupação. A terceira frente especificamente de ocupação foi desenvolvida entre 1964 e final de 1970, com a chegada de empresários agrícolas, principalmente a partir do Sul do Brasil Central e aproveitando o auxílio de Estado Federal para a criação de pastagens. A nossa análise centra-se especificamente sobre a formação da primeira frente em suas dimensões sociais e espaciais.

Palavras-chave: Amazônia brasileira; produção pecuária; ocupação territorial.

LA DYNAMIQUES FONCIÈRES E L'ÉLEVAGE BOVIN DANS L'AMAZONIE BRÉSILIENNE: L'HISTOIRE DU SUD DU PARÁ

Résumé: l'article traite des différentes dynamiques d'occupation territoriale produites dans le sud de l'État du Pará, une région de front pionnier de l'Amazonie Brésilienne. Le premier front s'est formé dans cette région à la fin du XIXème siècle, il était animé par des éleveurs provenant principalement du Maranhão, à la recherche de pâturages naturels pour leurs troupeaux. Les Dominicains français se sont également établis dans la région à cette époque afin d'évangéliser les indiens Kayapos, ce sont ces religieux qui fondèrent la ville de Conceição do Araguaia. La dynamique d'expansion de l'élevage a été ensuite liée à celle de l'exploitation du caoutchouc par les nouvelles voies de pénétration qu'elle a créé en milieu forestier. A la fin des années 1950, des investisseurs originaires de São Paulo mais qui travaillaient déjà dans l'état du Goiás, ont ouvert un deuxième front pour l'élevage. Le troisième front se développa de 1964 à la fin des années 1970, avec l'arrivée d'entrepreneurs agricoles provenant principalement du Centre-Sud du Brésil et bénéficiant des aides de l'Etat fédéral pour la création de

⁴ Pesquisadora, Estágio PosDoc PNPd/ CAPES PPGH Unicentro/IR/Brasil.

⁵ Professora/Pesquisadora CDS/ Universidade de Brasília/Brasil.

⁶ Pesquisador/Professor CIRAD/França.

pâturages. Notre analyse porte plus particulièrement sur la formation du premier front dans ses dimensions sociales et spatiales.

Mots-clés: l'Amazonie brésilienne; l'élevage; d'occupation territoriale.

LA DINÁMICA DE LA TIERRA E EL GANADO EN LA AMAZONIA BRASILEÑA: LA HISTORIA DEL SUR DE PARÁ

Resumen: el artículo analiza las diferentes dinámicas de ocupación del suelo que se producen en el sur del estado de Pará, uno de la región amazónica de Brasil. El primer frente abordado este trabajo se formó a finales del siglo XIX, que consta de los productores / rancharo de ganado, principalmente en el noreste, sobre todo el estado de Maranhão, en busca de pastos naturales para sus ganados. Los dominicos franceses se asentaron en la zona en ese mismo tiempo para evangelizar a los indios Kayapo. La ciudad más antigua de esta zona fue fundado por los religiosos. La dinámica expansión de nuevas áreas y la producción ganadera también se relacionó con la explotación del caucho en el bosque. A finales de 1950, un grupo de hombres de negocios de Sao Paulo, que operaba principalmente en el estado de Goiás, abrió otro frente de la ocupación. El tercer frente específicamente la ocupación se desarrolló entre 1964 y finales de 1970, con la llegada de los agricultores, principalmente del sur de Brasil Central y cuenta con la ayuda del Estado Federal para crear pastos. Nuestro análisis se centra específicamente en la formación del primer frente en sus dimensiones sociales y espaciales.

Palabras clave: Amazonia brasileña; producción ganadera; ocupación del suelo.

Este trabalho apresenta parte dos resultados de uma pesquisa de doutorado realizada no Estado do Pará, apresentada ao Centro de Desenvolvimento Sustentável, na Universidade de Brasília - Brasil. O palco central da pesquisa foram os municípios: Conceição do Araguaia, Redenção, Cumaru do Norte, Santa Maria das Barreiras e Santana do Araguaia, localizados ao sul do estado do Pará, divisa com os estados do Tocantins e norte do Mato Grosso. Foram estudadas as diferentes dinâmicas de ocupação territorial, em três frentes distintas.

A primeira frente chegou ainda nos anos finais do século XIX, composta por sertanejos de cultura pastoril, de origem nordestina, os quais buscavam pastagens naturais para seus rebanhos. Foram sertanejos de origem nordestina, que em sua maioria, haviam partido do Maranhão, seguiram até o norte de Goiás, para enfim, uma pequena parcela alcançar a margem paraense do rio Araguaia, nos anos finais do século XIX, até então território indígena Caiapó. Por praticamente meio século, além desses atores, essa região ainda em consolidação também abrigava ribeirinhos, extrativistas e religiosos dominicanos, os quais fundaram Conceição do Araguaia. As características de ocupação da terra, nas primeiras décadas do século XX, pelo grupo de sertanejos de origem pastoril, é o tema central do segundo capítulo.

Este grupo pastoril consolidou uma pecuária simples e tradicional, catapultada por dois surtos de exploração da borracha, os quais beneficiaram esta nova área em ascensão, nas margens do Araguaia paraense.

A segunda frente chegou ao final da década de 1950, formada por empresários e corretores paulistas que atuavam no estado de Goiás. Finalmente, de 1964 até o final dos anos 1970, chegou ao sul do Pará uma terceira frente, formada por várias empresas vindas, na sua maioria, da região centro-sul do Brasil e conhecidas como empresas agropecuárias que passaram a ser beneficiadas por projetos financiados pelo Governo Federal. Essas frentes, em diferentes épocas, relacionaram-se com os demais grupos da região, como os indígenas Kayapós e os religiosos franceses dominicanos, que fundaram a primeira cidade da região, Conceição do Araguaia, ponto estratégico da missão catequética local.

Para a realização das análises das distintas frentes e de suas relações com a região em diferentes contextos sociais e econômicos, usaram-se fontes documentais, narrativas orais e processos jurídicos os quais propiciaram reflexões sobre as diferentes estratégias de ocupação implementadas pelos grupos que ali se estabeleceram.

Destacou-se também as movimentações políticas e econômicas, que ocorreram no Brasil, nas décadas de 1940 e 1950, as quais de maneira direta, influenciaram a frente pioneira, que titulou enormes áreas em território sul paraense, nos anos finais da década de 1950. Sem dúvida, foram rápidas as mudanças que ocorreram a partir deste período à medida que as áreas comuns de pastagens foram incorporadas a estabelecimento rurais privados e estes proprietários praticavam o manejo do gado nos moldes culturais do centro sul brasileiro.

O início da pecuária no sul do Pará: a chegada dos primeiros bovinos

O trabalho do antropólogo Carlos Antonio de Moreira Neto, realizado num importante momento de transição para a região, os anos finais de década de 1958, tornou-se imprescindível, não apenas como referência teórica das suas análises, mas em igual valor como fonte, como marco inicial de onde procurou buscar as parte das fontes primárias sobre a ocupação, chegando até os Arquivos da Ordem Dominicana em Toulouse - França, mantenedora da memória escrita e documental dos missionários franceses que chegaram a essa região foco desta pesquisa, o extremo sul do estado do Pará, com o objetivo primário da catequização indígena.

A discussão sobre frente pioneira ou de expansão na Amazônia Brasileira pode ser abordada por diferentes prismas e épocas. Cada região deste bioma apresenta parte da história dos diferentes processos de ocupação, os quais tiveram início ainda na época colonial. Mesmo assim, reunir esses diferentes processos, estabelecendo uns recortes temporais específicos, pode tornar-se um grande desafio, necessitando de esforços para atrelar os vestígios culturais e sociais ligados principalmente ao uso da terra, natureza e a pecuária, sendo características marcantes dessa região de estudo, desde a sua constituição.

É claro que um trabalho que propõe uma abordagem bem específica sobre determinada região da Amazônia brasileira teve que buscar, em muitas situações, recortes de abordagens em muitos trabalhos sobre a região de forma geral, justamente para contemplar as diferenças e particularidades da área de pesquisa.

Nesse contexto de diferentes culturas e experiências os diferentes grupos sociais: índios Caiapós, ribeirinhos, sertanejos de origem nordestina ou do norte goiano e missionários franceses participaram do processo de formação do sul do Pará.

Essas diferentes frentes de ocupação quase se cruzaram, mas tiveram diferenças bem visíveis quanto aos impactos causados na região. Esse trabalho remete ao esforço em esclarecer parte de um processo de ocupação ou de reocupação de uma grande área, que ainda hoje concentra grandes problemas socioambientais e ainda mantém a atividade pecuária, a pilastra da economia regional.

A forte expansão da pecuária consolidou ainda mais o caráter de independência da onda pastoril. A própria determinação dos sertanejos que se embrenharam pelos mais difíceis e longos caminhos, já construídos ou a construir, os motivava na constante penetração pelo interior do Brasil. À medida que desbravavam territórios se distanciavam das normas e condutas estabelecidas pela sociedade que se avigorava cada vez mais nos núcleos urbanos.

A pecuária promoveu o alargamento da expansão territorial. Deffontaines (1957, p. 662) em um dos seus estudos sobre o desenvolvimento da pecuária no Brasil e na América latina esclarecia: “felizmente, o gado é o único produto que supera o grave problema da distância, ele não exige um meio de transporte, ainda que seja necessária pelo menos uma rota”. Enfatizando que tal autonomia permitia o deslocamento sem grandes danos, proporcionando cada vez mais a conquista dos espaços vazios, pela pata do boi.

Gutiérrez (2010) complementa o avanço da pecuária por várias áreas do interior território nacional, em maiores proporções nas regiões sul e nordeste alcançaram destaque regional como principal setor econômico em alguns períodos. Porém, a atividade não continuou desempenhando todas as suas funções, mudanças e rompimentos ocorreram decorrentes, por exemplo, do desenvolvimento de estradas, todavia permaneceu em constante crescimento devido sua maior relevância no cenário nacional: a carne.

O gradativo crescimento do ciclo econômico da pecuária foi favorável para expansão da população pelo do território brasileiro, “[...] Acabou incorporando ao pastoreio uma parcela ponderável da população nacional, cobrindo e ocupando áreas territoriais mais extensas que qualquer outra atividade” (RIBEIRO, 1995, p. 340).

As características particulares da penetração do gado pelo interior brasileiro proporcionaram um curioso e forte sistema de expansão territorial, “a ocupação de terras era extensiva e até certo ponto itinerante” (FURTADO, 2004, p. 63). As primeiras ocupações eram escolhidas pelo regime das águas e também localização dos maiores mercados consumidores para o rebanho, contudo, o distanciamento era praticamente obrigatório para os novos produtores. O crescimento do número de fazendeiros e do número de cabeças nos rebanhos dinamizava a expansão das áreas de pastagens, por onde ainda houvesse terras livres por ocupar.

Quanto ao crescimento distinto das duas raízes da expansão da pecuária pelo interior do nordeste brasileiro, a baiana e a pernambucana, Abreu (1928) apontou que alguns trechos dessa expansão foram bem difíceis, devido à precariedade ou inexistência das vias de acesso, principalmente no Maranhão e Piauí. Mesmo assim, parte dos integrantes da frente baiana conquistou a fértil e distante região maranhense, logo denominada de Pastos Bons.

Prado Júnior (2004), em sua obra “Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia”⁷, também difere estas duas ondas pastoris, a baiana e a pernambucana, que se deslocavam pelo nordeste brasileiro. Elas ocuparam regiões do Ceará, Piauí e Maranhão, porém a ocupação do território nordestino não foi uniforme. Em contrapartida, segundo este autor, foram parte dessas rotas precárias que determinaram o desenvolvimento de comunidades e povoados,

⁷ PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia São Paulo: Brasiliense (7ª reimpressão da 23ª edição de 1994), 2004, p. 63.

destacando também a região do alto Maranhão⁸, “Território dos Pastos Bons”. E até as primeiras décadas do século XIX foi este o local, próximo ao rio Tocantins, a fronteira ocidental mais distante atingida pelos pastores nordestinos da raiz baiana.

Para Furtado (2004), o avanço de criadores de gado em direção ao interior do Maranhão proporcionou a chegada inclusive às áreas da floresta da Amazônia. A busca por melhores pastagens naturais permitiu que algumas frentes alcançassem o interior do Maranhão junto à margem do rio Tocantins, podendo então conectar-se a áreas da Amazônia.

O rio Tocantins desde as últimas décadas do século XVIII já era alvo de expedições para estudo geográfico e das riquezas minerais pelos governos das capitânicas do Pará, Goiás e Maranhão, o que de certa forma contribuiu para ampliar as rotas terrestres, facilitando a expansão da pecuária por este território (VELHO, 1972).

Com o sutil crescimento das rotas terrestre e também da movimentação de embarcações em toda a região, foram criados alguns entrepostos comerciais para o controle fiscal das províncias. A partir desse momento, além da localidade de Pastos Bons, outras comunidades sertanejas foram se formando próximo ao rio Tocantins, Carolina no próprio Estado do Maranhão (1810) e Boa Vista do Tocantins⁹, no norte de Goiás (1825).

A onda pastoril ganhava força, principalmente à medida que encontrava terras ainda não ocupadas; o avanço de parte do rebanho para a região norte ocorreu por dois fatores: o clima mais ameno e a água em abundância. Entretanto, à medida que a onda pastoril avançava, essa frente distanciava-se dos centros de comércio até então existente, permanecendo ainda mais sujeita a novos desafios para a atividade.

Desde as primeiras instalações, ainda as margens do Rio Tocantins, em território maranhense, o grupo de pecuaristas passou a ter, ainda que de forma tímida, contatos com algumas comunidades amazônicas, que também transitavam pela margem desse rio. Tal localização também permitiu o contato com as populações do norte goiano, a qual tentava também se estabelecer através da pecuária.

No grupo de pecuaristas goianos estavam incorporados muitos garimpeiros, que após a exaustão das maiores jazidas da região se deslocavam ainda mais para o norte, com duas

⁸ “Em 1751 a capitania contava com oito freguesias, cinco engenhos de açúcar, duzentas e três fazendas a criar gado, das quais quarenta e quatro em Pastos Bons e trinta e cinco em Aldeias Altas” (ABREU, 1928, p. 70).

⁹ Atual cidade de Tocantinópolis – TO.

outras expectativas: a coleta de especiarias ou a possibilidade de se tornarem criadores (REIS, 2001).

A fusão da onda pastoril de origem nordestina com traços maranhenses ao integrar o movimento de Goiás, composto em boa parte por garimpeiros, pecuaristas e camponeses, já por si só representavam as características híbridas da nova população do extremo norte goiano. Essa região que possuía uma geografia relativamente privilegiada, sempre alimentou entraves políticos com o sul de Goiás, sendo então obrigada a desenvolver sua economia regional de forma mais independente e precária com os estados vizinhos.

Na mesma intensidade que ocorreram as ocupações dos territórios livres no norte de Goiás passaram também a ocorrer conflitos intensos entre os grandes proprietários de fazendas, geralmente Coronéis, os quais perdiam o controle não só das suas próprias áreas, mas também de áreas “livres”, locais que até então nunca haviam sido ocupados. Nessas disputas eram questionadas demarcações territoriais, mas também o poder e prestígio político e social, frente a humilde população que naquela região ainda se formava.

Devido à localização geográfica, Goiás, Maranhão e Pará, sofriam constantes disputas políticas pela demarcação de suas áreas limites. Em cada um desses espaços, aconteciam disputas políticas regionais e por terras, geralmente violentas entre coronéis e grandes posseiros. Já a dinâmica de ocupação das populações sertanejas pastoris levava em consideração apenas a qualidade da área conquistada e a possibilidade de acesso, não manifestando outras preferências.

Nos anos finais do século XIX e primeira década do século XX ocorreram disputas muito violentas entre coronéis, destacando-se as disputas que ocorreram em Pedro Afonso, no Maranhão (CORMINEIRO, 2009) e no antigo norte goiano na região de Boa Vista (AUDRIN, 1946). Estes conflitos influenciaram diretamente a dinâmica de ocupação de novas terras, principalmente por pequenos produtores e camponeses, os quais evitavam inclusive determinações dos coronéis para incorporarem as tropas de luta nessas disputas. Assim, o deslocamento de pequenos grupos proporcionou a fundação de pequenos aglomerados, em sua maioria em área avessa às rotas tradicionais, até então utilizadas.

A trajetória natural de expansão de novas terras para o rebanho, unida à necessidade de fuga dos conflitos fomentados por coronéis na região goiana de Boa Vista do Tocantins, no

final do século XIX, fez com que alguns grupos cruzassem o rio Araguaia¹⁰ e chegassem à margem paraense.

Entre os relatos deixados pelos dominicanos e outros estudos realizados por viajantes e observadores, esses pequenos grupos passaram a exilar-se na margem paraense do rio Araguaia entre os anos de 1892 a 1896. Esses anos iniciais do período republicano foram muito intensos quanto à mobilidade dos grupos que habitam o vasto sertão do Brasil Central, em especial o norte goiano.

Mas a trajetória e os traços culturais deste grande grupo de sertanejos nordestinos pecuaristas, que se dispersaram ocupando áreas interioranas em todo o período colonial, tornaram-se relevantes para mostrar a origem de muitos costumes e práticas sociais, bem como as formas de manejo do gado que persistiram por várias gerações, inclusive quando alcançaram o sul do Pará.

Mesmo que as mortes violentas, em decorrência das disputas entre coronéis, assustassem a população sertaneja, a conquista de novas áreas de pastagens naturais eram imprescindíveis para que eles pudessem manter seus animais. Esta população sertaneja traça uma rota de fuga, para enfim de instalarem em alguma área ainda livre, deixando para trás o poder político e econômico dos coronéis goianos.

Este determinado grupo que se arriscou a cruzar o rio Araguaia, com embarcações bem precárias, encontraram uma nova área, onde se mesclavam alguns elementos do sertão, do cerrado, além de uma densa floresta. Velho (1972, p. 27) complementa: “é importante fixar a ideia de que o caráter dessa frente pecuarista tornava-a inseparável dos campos naturais”. Não havia recurso e nem experiência prática para transpor os obstáculos de grandes matas fechadas que eram encontradas nessas áreas de transição de vegetações.

Assim, a chegada à margem paraense do rio Araguaia, ocorreu de forma tímida e com mínimas intervenções pelo vastíssimo território, Moreira Neto (1960) estima que as primeiras famílias que chegaram ao Pará cruzando o rio Araguaia fixaram-se na margem de algum de seus afluentes, como os rios Inajá, Arraias e a formação do primeiro núcleo populacional, nomeado de Santana da Barreira, ocorreu por volta de 1882. Estas famílias deixaram para trás

¹⁰ “O Rio Araguaia nasce na Serra do Caiapó, no sudeste do Estado de Goiás”. É um rio sem leito, mais largo do que fundo, o que explica, em parte, a falta de povoados em suas margens devido a inundações frequentes. Durante os seus 2.115 quilômetros, se divide em dois braços, que formam a Ilha do Bananal; sua cheia ocorre de dezembro a abril, quando suas praias ficam submersas (OLIVEIRA, 2007, p. 90).

as relações comerciais mais constantes, as redes terrestres de melhor acesso e os núcleos urbanos em pleno desenvolvimento no estado de Goiás.

Moreira Neto (1960, p. 06), ao estudar a caracterização das frentes expansionistas pastoris que penetraram em territórios tribais Kayapós, resume: “não havia o arame, o grande elemento pacificador e protetor da cultura dos campos. Daí uma das razões da retirada dos currais de criação para o sertão brasileiro”. Circunstancialmente, sobram-lhes as terras que não eram adequadas para a promissora agricultura ou de interesse dos grandes fazendeiros; fortalecendo caráter itinerante e elementar do movimento pastoril.

A marginalização dessas áreas de pastagens relacionava-se diretamente com a ausência do poder público ou de coronéis. Contudo, em algumas fases de repentino declínio da atividade pastoril, ela primeiramente perdia as possibilidades de comercialização e se isolava temporariamente entre seus pares nas relações de troca, tornando-se ainda mais autossuficiente quanto às necessidades primárias (SODRÉ, 1962).

No recomeço, em território paraense, o grupo passou dificuldades similares àquelas passadas por seus ancestrais na marcha inicial pelos longos sertões do nordeste. Dentro das poucas possibilidades de crescimento do território sul paraense praticamente eles voltaram a uma economia de subsistência bem básica, com raras transações comerciais.

A onda pastoril que se expandia na margem paraense do rio Araguaia foi parte de um movimento migratório com grupos de nordestinos e goianos, outros pioneiros seguindo outras rotas chegaram às margens do rio Itacaiúnas, onde somaram também as populações indígenas e ribeirinhas na constituição do Burgo Agrícola do Itacaiúnas.

Este burgo agrícola, à margem do rio Itacaiúnas, originou a cidade de Marabá, 450 km distante de Conceição do Araguaia. O burgo teve inicialmente trajetórias similares na pecuária, mas logo se diferenciou quando se tornou um grande pólo de extração da castanha e cresceu com o poder da oligarquia dos castanhais, realizando outro modelo de ocupação territorial (PENÁRROCHA, 1998).

Dessa forma, a acessibilidade para percorrer as grandes distâncias entre Conceição do Araguaia, Marabá, Belém e Porto Nacional¹¹ foram superadas de forma lenta e gradativa, seja

¹¹ “A cidade de Porto Nacional, no final do século XIX era uma cidadezinha com suas casas no alto de um penhasco, ao abrigo das grandes cheias do rio Tocantins. Situada a quase mil quilômetros ao norte de Goiás, si à margem direita do Tocantins, estava completamente separada dos grandes núcleos de população. Na região

pela dinamização do transporte aquático em alguns períodos, seja pelo melhoramento contínuo das rotas terrestres. A vanguarda da frente pastoril que se instalou primeiramente às margens do Araguaia e afluentes aproximou-se da população indígena local para aproveitar-se de seus trilhos, caminhos bem rústicos traçados em meio à floresta.

Para Moreira Neto (1960), a pecuária no Araguaia paraense permaneceu por um período de marginalização e chegou a definhar-se significativamente devido à ausência de vinculações econômicas intensas e estruturadas. Apesar disso é a permanência neste novo território que lhes proporcionou as melhores e mais vantajosas oportunidades para a dinamização, fortalecimento e pioneirismo da pecuária nesta região.

Muitos produtores ampliaram significativamente o seu poder econômico, em momentos cruciais da trajetória da economia paraense, os dois ciclos de exploração da borracha. Mesmo assim realizaram poucas intervenções quanto ao poder político local em Conceição do Araguaia.

Entretanto as maiores divergências entre estes produtores sertanejos foram relacionadas ao manejo da atividade pecuária, principalmente a partir da década de 1940. Alguns produtores que mantinham contato e viajavam para outras regiões, onde a pecuária já empregava outras técnicas, tentavam reproduzir algumas técnicas, inclusive com tentativas de implementação de pastagens artificiais, porém esbarravam num grande dilema: delimitação de propriedade com a instalação de cercas.

Em junho de 1881 a Ordem Dominicana no Brasil havia iniciado suas missões no país, por volta de 1896 recebeu a autorização de seus superiores na França para fazer experiências de ensaios da catequese tendo como foco os indígenas da margem direita do rio Araguaia, ainda dentro dos limites da diocese de Goiás.

Até a descoberta de uma população indígena suscetível a receber os ensinamentos religiosos, o ponto mais distante que os missionários dominicanos haviam se estabelecido era Porto Nacional na província de Goiás. Conforme Audrin (1946), o pequeno povoado foi privilegiado por sua excelente artéria fluvial, teve seu crescimento ainda mais dinamizado com a chegada dos religiosos. Os moradores confiantes com o crescimento passaram a estabelecer relações comerciais, inclusive com Belém, para onde levavam os mais diferentes

viviam centenas de caboclos e indígenas abrigados nas selvas ou sob ranchos toscos de sapé e barro” (SANTOS, 1996, p. 93).

gêneros alimentícios e víveres, retornando com grande quantidade de sal.

Para os padres a posição geográfica privilegiada amenizava um pouco as imensas jornadas, pois não eram responsáveis pela vida espiritual apenas dos índios, mas de todos os sertanejos dispersos naquela imensa área.

Iam do Tocantins até o Araguaia, de um lado. Do outro percorriam o Jalapão, vasto triângulo entre o Tocantins e os limites do Maranhão, Piauí e Bahia. Era-lhes confiada também a zona de São José do Duro, antigo campo dos Jesuítas, que suspeitamos com razão ter sido visitado pelo Padre Antonio Vieira. Enfim, no extremo norte do Estado, chegando à confluência dos dois grandes rios amazônicos, portanto aos limites do Pará (AUDRIN, 1946, p. 57).

Conforme os estudos de Santos (1996), além das missões essencialmente evangelizadoras onde se esforçavam para aprofundar os mistérios da fé, assumiram paróquias em lugares longínquos e sempre com o número escasso de religiosos. Neste contexto, desenvolviam paralelamente outro trabalho religioso, as desobrigas¹², nas áreas que alcançavam com certa segurança. As desobrigadas era o trabalho voltado exclusivamente para execução dos sacramentos.

Em outubro de 1896 dois missionários dominicanos, baseados no seminário de Minas Gerais, os freis Gil Villanova e Ângelo Dargainaratz, iniciaram um longo percurso, partindo do porto fluvial de Leopoldina¹³, na busca de índios para evangelizar. Foram seguindo o rio Araguaia, passaram a Ilha do Bananal, e no final desse mesmo ano encontraram uma aldeia de camponeses, com cerca de 30 cabanas e uma rústica capela (AUDRIN, 1946; SANTOS, 1996).

Em fins de Janeiro de 1888 frei Gil, frei Estevão Gallais e mais um guia encarregado das montarias e dos animais de carga, puseram-se a caminho de Rio Bonito, iniciando assim a longa marcha dos dominicanos pelo sertão brasileiro em busca de índios para evangelizar. Foi o primeiro passo de uma caminhada que, oito anos mais tarde, desembocaria em Conceição do Araguaia com a fundação, em 1896, do Centro Catequético indígena, no estado do Pará, à margem esquerda do Araguaia. Em torno desse centro, nasceria um ano depois, em 1897, a cidade de Conceição do Araguaia (SANTOS, 1996, p. 101).

¹² A desobriga era o nome da missão dos padres, quando partiam para áreas bem distantes, para proporcionarem aos sertanejos, caboclos e ribeirinhos, por exemplo, a oportunidade de cumprirem com suas obrigações religiosas como cristãos católicos. Geralmente são nos relatores dessas grandes marchas, que surgem os comentários mais acentuados dos religiosos, sobre um dos grandes temores do sertanejo que vivia de forma muito isolada e distante, a fome.

¹³ Porto de Leopoldina, atualmente região da cidade de Aruanã-GO.

O contato inicial com os sertanejos foi oportuno, pois eles já haviam iniciado uma convivência relativamente pacífica com os índios da região, inclusive foram estes sertanejos que conduziram os religiosos até a população indígena que estava estabelecida numa aldeia a cerca de dois ou três dias de marcha do povoado de Barreira de Santana. O primeiro contato foi satisfatório, pois chefes indígenas, agraciados com presentes, prometeram alguns de seus meninos para o novo colégio a fundar-se um dia (AUDRIN, 1946).

Passada a euforia do primeiro contato e determinados a fundar a catequese, os religiosos se ocuparam em ter a aprovação de seus superiores na França, pois a priori eles tinham como limite todo o território da Diocese de Goiás, porém encontraram índios passíveis de catequização apenas na margem paraense.

A partir da autorização dos superiores, mais ainda com a necessidade de comunicar o Bispo responsável pelo território paraense, começaram a agilizar as primeiras tarefas e as modestas construções. A missão religiosa no estado do Pará transformou-se no mais distante e também no mais perigoso posto dos dominicanos no Brasil, por toda a complexidade do meio natural e precariedade das vias de acessos, bem como das instalações (TAPIE, 1926). Mesmo com algumas baixas de religiosos por mortes acidentais ou por doenças tropicais, persistiram com a missão.

Essa determinação dos religiosos quanto ao bem estar “geral” da região também influenciou na descoberta de novos campos para as pastagens. Certo conforto, pois os produtores ficaram muito abalados pela falta de mercado.

O processo de instalação foi um pouco conflituoso no novo território e teve alguns percalços, entre eles convencer alguns índios ao trabalho forçado em troca de carne bovina e cachaça, frente os religiosos propondo a salvação de suas almas através da catequese. Os religiosos foram mais dinâmicos nesses processos de “trocas”, tentando inclusive a aproximação com outras tribos indígenas vizinhas.

no território de Conceição do Araguaia, datam de 1896. Foram realizados pelo explorador francês Henrique Coudreau, então contratado do governo do Estado do Pará, em trabalho de expedição analisando o trajeto do rio Araguaia, afim de precisamente determinar os limites do Pará.

Para Audrin (1946), Moreira (1960) e Ianni (1978) foi o explorador Henrique Coudreau que, em conversa com seus compatriotas, influenciou os religiosos quanto à escolha geográfica para o estabelecimento físico da obra, indicando-lhes um local mais alto, cerca de 130 km rio abaixo, onde não havia marcas de enchentes. Em seus documentos oficiais sobre as notícias da missão no Araguaia os missionários relatavam a boa qualidade dos campos que escolheram, sendo um local adequado para todas as culturas que iriam realizar, descrevendo inclusive que o ponto central era um suave planalto com vista para o rio (GALLAIS, 1906).

Nesse local foi fundada Conceição do Araguaia, em 14 de abril de 1897, dia em que o frei Gil Vilanova celebrou a primeira missa e batizou o local com o nome em homenagem à Virgem Imaculada. O que seria um simples aldeamento reservado para a catequese indígena tornou-se uma pequena vila; nela existia uma pequena igreja e uma escola primária. Desde os primeiros anos esta nova vila tornou-se referência e ponto de apoio para outras comunidades que utilizavam basicamente a navegação do Araguaia como forma de deslocamento.

Em 14 de abril de 1900, Conceição do Araguaia tornou-se freguesia, subordinada ao município de São João do Araguaia, que pertenceu ao município de Baião¹⁵, um dos mais antigos povoados paraenses.

¹⁵ O município de Baião teve sua origem no ano de 1694. Naquela época o então governador geral das capitanias do Maranhão e do Pará, Antonio de Albuquerque Coelho Carvalho, desejando povoar estrategicamente a região, contemplada pelo Rio Tocantins, concedeu uma sesmaria ao português Antonio Baião. E impôs como condições a construção de uma respeitável casa e a formação de uma vila. Assim, Antonio Baião procurou um local alto para instalar-se e iniciar a exploração de áreas vizinhas. O primeiro registro desse povoado consta somente de 30 de outubro de 1770, denominado, “Lugar de Baião. Somente 1833 chegou à categoria de vila, com a denominação, “Nova Vila de Santo Antônio do Tocantins”. Voltando a ter seu nome original, Baião, por meio da lei provincial nº. 86, de 30 de abril de 1841. Foi elevada à condição de cidade em 06 de junho de 1895, lei nº. 324. Em 1908, por meio da lei estadual nº. 1069, de 05 de novembro de 1908, desmembrou o distrito de São João do Araguaia, que foi elevado à categoria de município e que acabou por abrigar o território de Conceição do Araguaia. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/para/baiao.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2012.

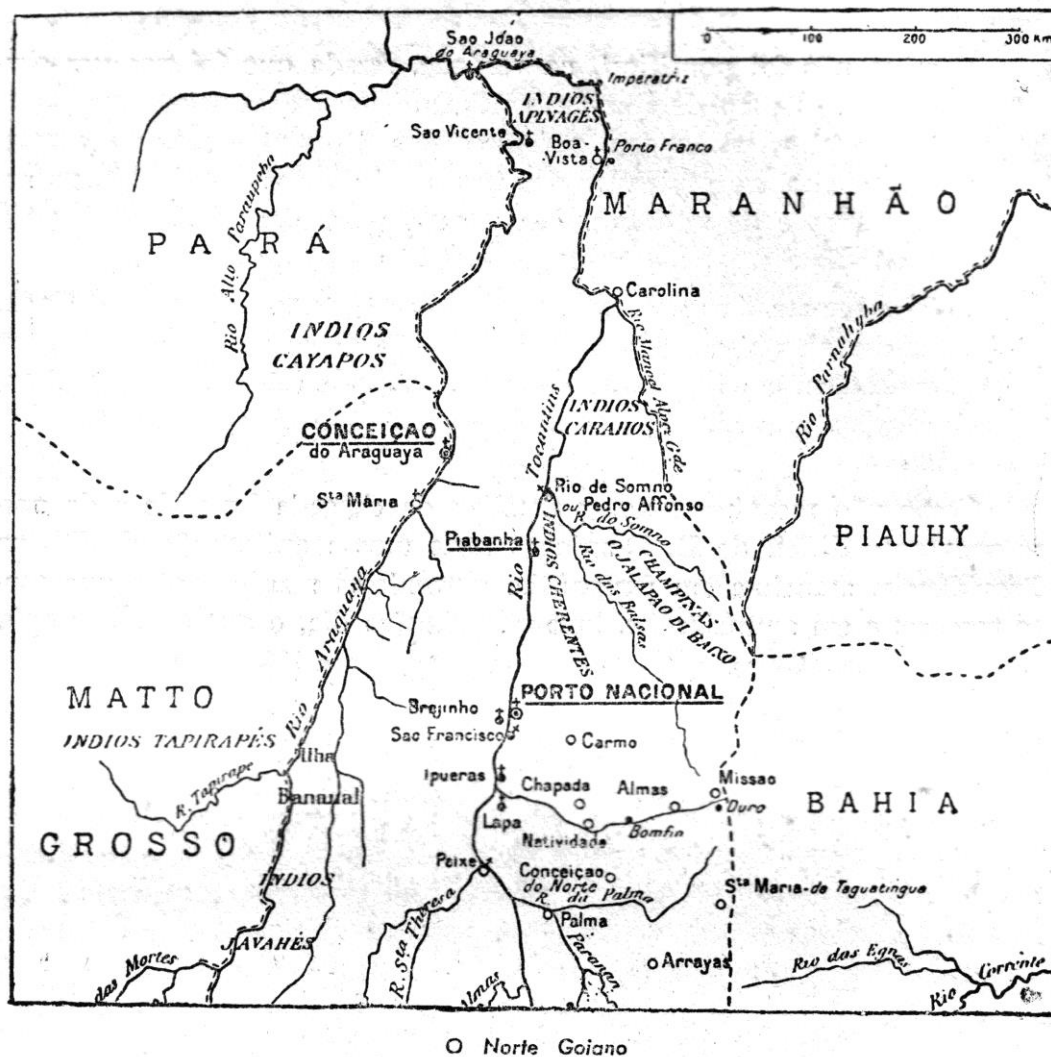


Figura 04 - mapa do norte goiano à época da fundação do povoado de Conceição do Araguaia.

Fonte: Audrin (1946 p. 196).

Mapa original: Arquivo dos Missionários dominicanos em Toulouse - France.

Visitado em novembro de 2010.

A partir desse novo ponto de instalação, Conceição do Araguaia, os sertanejos passaram a explorar mais a região e decidiram transferir boa parte do grupo para a margem direita do rio Pau d'Arco, processo importante para a recriação de outros pequenos núcleos.

Conceição do Araguaia recebeu do Governo do Estado do Pará o título de distrito da comarca de Baião, no baixo Tocantins, e foi incorporada oficialmente à Diocese de Belém do Grão-Pará. O modesto aglomerado de famílias tornou-se ponto de desembarque para novos grupos que chegavam até a região; esses recém-moradores procuravam os padres, já que eles demarcavam o local do lote, geralmente em áreas de tamanhos similares, em ruas traçadas paralelas ao rio (AUDRIN,1946).

Nascia este pequeno núcleo populacional e sua localização permitia que a população indígena permanesse, até então, como o único grupo a percorrer o território para a coleta, a caça e a pesca. O conhecimento e destreza dos indígenas proporcionou que eles por algum período fossem conhecendo novas áreas de intensa floresta, enquanto os sertanjos ocupavam gradativamente as áreas de campos naturais.

Um dos motivos para a fixação com êxito da onda pastoril foi a aproximação de certa forma “pacífica”, pois algumas tribos já haviam estabelecido contatos com o “homem branco”, principalmente com viajantes exploradores do rio Araguaia. Muitos índios dessa região já haviam sido o foco de ações políticas da Colônia, em processos de pacificação, principalmente quando houve o interesse de aproximar economicamente as capitânicas de Goiás e de Belém, através da retomada da navegação nos rios Araguaia e Tocantins (DOLES, 1973 *apud* GIRALDIM, 2002).

Estas famílias trouxeram para a Amazônia brasileira toda a experiência da cultura sertaneja pastoril, sendo que alguns dos pontos foram sendo moldados e readaptados ou até mesmo desaparecendo. Mas eram praticamente inflexíveis quanto ao apreço pelo isolamento e pela total aversão às normas jurídicas e sociais.

Ao adentrarem o estado do Pará ficaram bem mais distantes dos grandes núcleos populacionais, mesmo não se preocupando diretamente com as rotas comerciais. Desenvolveram com êxito à ampliação dos rebanhos bovinos, devido às circunstâncias favoráveis, inclusive as variações do comércio da carne catapultava o número de cabeças de gado em cada rebanho.

A frente pastoril, principalmente a localizada na região do Pau d’Arco¹⁶, tinha seus caminhos travados pelos dois rios, o Araguaia e o Xingu, e o novo ciclo econômico que surgia, com a movimentação de muitas tropas de seringueiros, seria uma válvula de escape regional.

O gado bravo, criado às soltas segundo as tradicionais técnicas pecuárias nordestinas, impossibilitava a travessia dos rebanhos nas frágeis embarcações em uso na época. Para os compradores de gado que vão do Piauí ao Maranhão, o gado que está na margem oposta do Tocantins quase não convém, pois as reses que atravessam o rio ficam estropiadas e com

¹⁶ A comunidade de Pau d’Arco, localizada dentro da área de Conceição do Araguaia, foi um importante povoado, voltado essencialmente para a pecuária, surgiu a partir das buscas por áreas prósperas em paisagens.

muito custo endireitam. Se não descansarem numa boa invernada não ‘botam’ até as feiras. Além disso, na travessia do rio muitas delas morrem, e é preciso também, pagar homens que são especializados nesse serviço. (MOREIRA NETO, 1960, p. 14)

No entanto, o sertanejo que se estabeleceu no sul do Pará manteve sua economia ora voltada para economia praticamente de subsistência, ora para as possíveis relações de comércio. O grupo num primeiro momento foi se articulando para buscar pequenas rotas comerciais. Estas tentativas, mesmo que frustradas, contribuíram para a contínua dedicação a melhoria e ampliação do rebanho.

Assim, a dinâmica de contínua dedicação à atividade pastoril, proporcionou o fortalecimento da atividade com a dinamização do comércio de carne, nos dois ciclos de desenvolvimento da borracha em território paraense. De certa forma, o grande surto de exploração da borracha, de 1870 a 1910, alcançou o sul do Pará praticamente no mesmo momento da instalação dos sertanejos. Sendo assim, foi muito curto o espaço de tempo das primeiras e rentáveis comercializações.

Outro ponto que influenciou o enraizamento do grupo pastoril no sul do Pará foi a própria geografia de onde se fixaram, pois era impossível o aproveitamento das áreas de florestas mais densas, o que tornava ainda mais disputadas as áreas de campo de preferência com oferta satisfatória de água em todas as épocas do ano.

Essa frente pastoril estabeleceu-se nas áreas entre o rio Araguaia e o início das matas mais fechadas que impediam o avanço, sendo que situação semelhante repetiu-se com a onda pastoril que se encontrava às margens do rio Itacaiúnas, hoje região de Marabá. “Ficou, portanto, a ocupação pastoril à margem da floresta amazônica e das formas de vida cultural que aí se desenvolveram” (MOREIRA NETO, 1960, p. 68).

Até então, o desafio de conquistar a floresta não era necessário frente à abundância dos campos de pastagens naturais. Os sertanejos praticamente não a exploraram antes da abertura de alguns caminhos traçados pelos exploradores do caucho ou pelos indígenas¹⁷.

¹⁷ Hermano Silva (1936, p. 218), em seu diário de viagem sobre a expedição no rio Araguaia, realizada nos anos iniciais da década de 1930, relata também, sobre as demais tribos indígenas, que até o momento permaneciam “no estado bruto” e os missionários ainda insistiam em cativá-las: “os gorotirés (matas do rio Fresco), os chicrís (florestas do Itaípava) e os purucarús (noroeste do rio Pau d’Arco)”.

A relação com a terra e a ampliação dos rebanhos

A ampliação dos rebanhos e conseqüentemente das transações comerciais à época da exploração da borracha, proporcionaram que a população sertaneja conhecesse e usufruísse do luxo, da riqueza e principalmente do rápido poder econômico. Porém, algumas mudanças na dinâmica do comércio mundial da goma elástica mudaram o rumo deste rápido crescimento.

A borracha amazônica, que depois de 1910 passou a ser excluída dos mercados internacionais pela concorrência do Oriente (PRADO JÚNIOR, 2004), trouxe grave alteração no quadro econômico paraense; tanto no setor privado, com a falência de muitas casas de comércio; como estatal, diminuindo drasticamente os serviços e a ajuda do poder público.

Logo após a perda do monopólio da borracha para a Ásia, o governo brasileiro manifesta o interesse em manter-se ligado aos mercados consumidores mundiais. Assim, por meio dos decretos nº. 2.543 A e 9.521, ambos de 1912, na presidência de Hermes da Fonseca, tentou-se promover, bem como ressuscitar as amplas plantações da *Hevea brasiliensis* e das demais espécies de plantas lactíferas. Essas normas legais também permitiam a isenção de impostos dos implementos utilizados para a plantação. Era uma tentativa de ampliar o plantio dessas espécies e buscando também a melhoria na qualidade do látex, via de consequência diminuindo o preço do produto, para assim tentar vencer a concorrência (REIS, 2001, p.150-151). Em síntese, essa primeira intervenção econômica direta do governo brasileiro no complexo amazônico, não foi capaz de interferir no crescimento exponencial do comércio da borracha asiática e logo aquele plano seria abandonado (SILVA, 2012).

De certa forma, podemos refletir que o primeiro ciclo de extração de goma elástica garantiu a fixação da população sertaneja de perfil pastoril nesta área. Além de vislumbrarem outras perspectivas de comercialização mais intensa, tiveram a possibilidade de avançarem ainda mais, desbravando gradativamente novas áreas.

O seringueiro podia explorar a mesma área durante muitos anos sem diminuir a produção, enquanto o caucheiro do sul do Pará precisava avançar sempre para encontrar novas árvores. A diferença de coleta entre o caucho e a seringueira (*Hevea brasiliensis*) explicaria a fraca densidade habitacional do sul do Pará na época da borracha. De fato, em outras regiões da Amazônia, mais ricas em seringueira, como o Estado do Acre, por exemplo, a extração da borracha contribuiu para fixar os migrantes, de modo que um sistema de povoamento particular baseado no extrativismo persiste até hoje (VEIGA *et al.*, 2004, p. 46).

Devido às características da própria espécie vegetal, era uma árdua tarefa manter-se na atividade extrativista. As frentes capacitadas e aparelhadas para tal atividade deslocavam-se constantemente, principalmente em direção ao rio Xingu, isto contribuiu para a formação de pequenos núcleos em áreas bem distantes da sede de Conceição do Araguaia. Todavia a maioria não conseguiu manter-se com a crise da borracha. Ficando então, áreas previamente já percorridas, para serem exploradas pela atividade pastoril.

Assim, torna-se importante assinalar que as consequências do rápido ciclo de exploração da borracha, na década de 1940, totalmente voltado para suprir a deficiência de produto naquele período, tiveram consequências ainda mais marcantes.

Este curto período não foi menos expressivo para o crescimento do povoado, os grandes legados foram às primeiras preocupações e percepções dos sertanejos, frente ao interesse pela posse ou domínio de seus sítios e fazendas. Foi a partir deste momento que valorizaram possibilidade de aquisição de documento, por mais simples que fosse, para a garantia de manutenção das áreas, tal como ocorreu com muitos explorados de caucho, principalmente aqueles que estavam mais bem situados.

Não bastava apenas possuir boas terras, seriam essas ainda mais dinâmicas se fossem localizadas próximas aos caminhos que levassem à sede do núcleo. A partir do momento que as posses foram decisivas para o sucesso da exploração da borracha a dinâmica de delimitação do espaço das melhores pastagens naturais tornou-se também importante. “A terra adquiriu novo significado social” (IANNI, 1978, p. 39).

A terra, sem qualificativos, era abundante, não era escassa, tendo-se em vista a larga dispersão das gentes, cristãos ou índios, na região. Mas outra coisa era a terra na qual pudessem encontrar-se árvores de látex; ou que fosse propícia à agricultura e criação. E havia também o problema das dificuldades e facilidades das comunicações. Na medida em que a terra se insere na trama das relações sociais, isto é, econômicas e políticas, ela se define como uma das forças produtivas (IANNI, 1978, p. 38).

Audrin (1946) e Ianni (1978) esforçaram-se para fazer um parâmetro da população da área de Conceição do Araguaia; inclusive durante este período entre o primeiro e o segundo ciclo de exploração da goma elástica. Ianni (1978), também atualizou e ampliou os dados das décadas de 1950 e 1960.

Estima-se que o apogeu da população foi em 1911, ainda com a energia do ciclo da borracha e principalmente pela região ser a conexão com a imensa área do rio Xingu, onde

realmente concentrou os grandes locais de exploração da goma. Nessa época estimou-se em mais de 15 mil habitantes espalhados por todo o território. Em 1920, a população declinou para cerca de 11 mil habitantes.

Por volta de 1940, declinou para menos de cinco mil. Somente é possível visualizar um acréscimo na década de 1950, elevando-se para cerca de 6.322 habitantes, sendo a grande maioria concentrada no meio rural (70%), muitos ainda remanescentes do segundo ciclo de exploração da borracha. Já na década de 1960 chegou-se novamente aos 11 mil habitantes.

Ianni (1978) aponta que a decadência do monoextrativismo da borracha foi responsável pelo campesinato característico de algumas regiões da Amazônia; isso também ocorreu na área de Conceição do Araguaia, geralmente incorporando grande parte do migrante temporário, que não teve condições de voltar para sua terra de origem.

Nessa época, 1912-60, a economia e a sociedade de Conceição do Araguaia estavam marcadas por dois característicos notáveis, se não principais. Um deles era o campesinato ou a economia do tipo camponês, que parece ter sido importante no lugar [...] O outro era o rio Araguaia, como principal e único meio de comunicação entre Conceição e Belém. Esse rio definia o ritmo e o andamento das comunicações e transações entre as duas localidades. Numa época em que a produção agrícola, pecuária e extrativa realizada no município de Conceição do Araguaia não era fundamental nem para o mercado externo nem para o mercado de Belém, era óbvio que o intercâmbio entre as duas localidades limitava-se ao comércio de excedentes eventuais, do lado de Conceição, e ferramentas, armas, utensílios domésticos, medicamentos e algumas outras mercadorias do lado de Belém (IANNI, 1978, p. 75).

No momento de decréscimo populacional e econômico a região voltou-se para alguns princípios básicos de sua existência, o primeiro deles foi cultivar e criar animais para o próprio sustento e trocar o excedente quando possível, contudo os rebanhos ampliaram-se novamente devido ao fluxo mínimo de vendas, e gradativamente a região vai preparar-se para um novo contexto, e passará por um intenso processo especulatório de suas terras, com uma nova frente pioneira a partir da década de 1960.

Na medida em que cresciam as áreas dedicadas para as atividades agrícolas e pastoris, permanecia na cultura sertaneja desta região, o desprendimento pela legalização da posse da terra, independentemente do tamanho e produtividade dos estabelecimentos rurais.

O crescente número de estabelecimentos rurais apresentados por Ianni (1978), de 982 em 1960, contra os 31 estabelecimentos também apontados por ele em 1920, é um número

considerável, se for levado em conta as poucas variações econômicas nessas duas décadas. Contudo, uma das justificativas mais plausíveis para esse aumento exponencial refere-se à capacidade sustentável que o próprio sistema pastoril possuía, desde as suas origens.

Gradativamente, as terras ocupadas pelos indígenas foram convertidas em pastagens. Já as áreas destinadas à agricultura indígena, próximo a mata ciliar, foram bruscamente ampliadas, a fim de alimentar o novo grupo pastoril. Tal aproximação não deixou que alguns indígenas escapassem de aliciamentos para o trabalho pastoril, entretanto foram atraídos para se dedicarem às obras dos missionários dominicanos (MOREIRA NETO, 1960).

Um dos motivos para a fixação com êxito da onda pastoril foi a aproximação de certa forma “pacífica”, pois algumas tribos já haviam estabelecido contatos com o “homem branco”, principalmente com viajantes exploradores do rio Araguaia, inclusive muitos índios dessa região já haviam sido o foco de ações políticas da Colônia, em processos de pacificação, principalmente quando houve o interesse de aproximar economicamente as capitanias de Goiás e de Belém, através da retomada da navegação nos rios Araguaia e Tocantins (DOLES, 1973 *apud* GIRALDIM, 2002).

O deslocamento daquelas famílias era o resultado de um Brasil em constante crescimento e transformações. Essas pessoas, de forma direta ou não, absorveram parte das tradições dos lugares por onde passaram e ampliaram seus conhecimentos através das grandes experiências proporcionadas pelo pioneirismo. Em suas longas trajetórias foram as necessidades básicas de sobrevivência e as possibilidades de obtenção de novas áreas que impulsionaram o alcance de novos e remotos espaços.

Os estabelecimentos, ao longo dos anos, começaram a ter características próprias, tamanhos diferenciados, além das técnicas de manejo e do perfil dos fazendeiros. A partir de 1930 - 1940, também já atuavam de maneira sólida, a segunda geração de produtores, geralmente filhos dos primeiros ocupantes.

O hibridismo cultural era pulsante na constituição da nova população, porém não atrapalhou quanto à conservação de costumes mais característicos da frente nordestina, a pecuária. O afastamento geográfico e a barreira do rio Araguaia, eram constantes desafios para alcançarem o norte goiano, para então aproveitarem de uma estrutura razoável de deslocamento. Assim, tentavam estabelecer algumas relações comerciais com a região nordeste, em especial o estado do Maranhão e em menor escala com a própria região norte.

Esta complexidade da população sertaneja local proporcionava o contato e o fluxo intenso de pessoas de várias regiões, desenvolvia uma agricultura modesta, porém contínua, a ponto de abastecer toda a cidade. Já a pecuária bovina manteve um crescimento gradativo.

As fazendas variam em área de cinco mil a doze mil hectares. Uma das fazendas visitadas no decorrer da pesquisa, considerada pelo consenso local como a melhor organizada dos campos do Pau d'Arco, tem cerca de oito mil hectares e umas oitocentas cabeças de gado. Esse número é considerado excepcional em termos de concentração de bovinos por área e explicado em parte pelo melhor tratamento dado ao gado, pelo fato muito raro de serem as pastagens quase totalmente cercadas a arame [...] (MOREIRA NETO, 1960, p. 34).

Pode-se dizer que essa fazenda foi um modelo de grande eficiência na atividade pecuária, não só por sua capacidade de suporte quanto à quantidade de animais como pelo avanço quanto às técnicas de produção. Foi durante o processo de transição do modelo de ocupação das terras no sul do Pará que se utilizou, de maneira tímida, a cerca como um delimitador do espaço do estabelecimento, mas também com o objetivo de ser uma barreira hábil para o controle da criação.

Isso mostra o nível de troca de informações, conhecimento e interação de alguns produtores. Foram as trocas comerciais que há muito tempo já existiam entre o Pará, norte de Goiás e algumas regiões do Maranhão e Mato Grosso que induziam produtores a buscarem alternativas com outras comunidades. Nessas circunstâncias, ao mesmo passo que se reflete sobre as dinâmicas sociais após as construções de grandes estradas, como a rodovia Belém-Brasília e rodovia PA-150, outras foram as bases, mesmo que precárias, para a comunicação do sul do Pará.

As décadas de 1950/1960/1970 e as transformações na pecuária

Diante das possibilidades de acesso na região é possível relacionar o quanto era diferente o “tempo” dos grupos que por lá se encontravam. Muitas eram as inovações que chegavam a Conceição do Araguaia a partir da década de 1950, junto com a frente pioneira capitalizada, como: veículos automotivos e matrizes puras de bovinos de raça Nelore em quantidade. Mas nem tudo era novidade, como por exemplo, as facilidades do transporte aéreo, que já era algo cotidiano no local.

Portanto, ao estudar a trajetória das diferentes frentes que chegaram nessa região, é possível observar o interesse de algumas narrativas, onde há um grande destaque para o novo, o moderno e o tecnológico, como se a população local fosse totalmente desconexa de informações. “Quem conhece a fronteira sabe perfeitamente que nela, de fato, essas ‘faixas’ se mesclam, se interpenetram, pondo em contato conflitivo populações cujos antagonismos incluem o desencontro dos tempos históricos em que vivem” (MARTINS, 1996, p. 40).

O contexto pastoril de Conceição do Araguaia foi sofrendo intensas modificações, pois ainda nos finais da década de 1950, a segunda frente pioneira, a qual oficialmente adquiriu muitas áreas naquela região, também transferiu para esta nova área suas tradições no manejo da pecuária, a exemplo das intensas implementações de pastagens artificiais.

Os grandes episódios que alavancaram a ocupação do Brasil central foram dinamizados na década de 1940, com a Expedição Roncador-Xingu e a Fundação Brasil Central e na década seguinte de 1950, pelo projeto e construção da rodovia Belém-Brasília. Mesmo que as articulações e especulações sobre eles estivessem mais concentradas no território goiano; as informações desse grande propósito de ocupação e progresso respingavam também nesse território paraense.

Este movimento de “conquista” teve muita importância no imaginário paulista e paulistano. Nesta época, ocorreu uma mobilização mais ativa e direta de grandes empresários, mas também alguns cidadãos decididos a administrar com êxito a oportunidade de aquisição de terras em área ainda “desconhecidas” e “despovoadas”.

Dentro desse contexto, surgem estratégias distintas de alguns órgãos do governo para o território amazônico¹⁸, mas havia um imaginário da descoberta ainda mais amplo, incluindo trechos de um “Brasil Central” também com áreas de floresta e sertões ainda por serem desbravadas.

O grande sertão do Brasil Central, compreendido entre o rio Araguaia e seus afluentes da esquerda, a leste, o Tapajós com seus formadores a oeste, os

¹⁸ Somente em 27 de outubro de 1966 ocorreu oficialmente a delimitação geopolítica do espaço denominado como Amazônia legal, nesse momento ocorreu à extinção da SPVEA e criação da SUDAM, sendo assim o conceito de Amazônia legal teve essencialmente a finalidade planejamento. Nas décadas seguintes ocorreram algumas adequações, em 11 de outubro de 1977, a lei complementar nº 31, cria o estado do Mato Grosso do Sul e desde então todo o território do Mato Grosso passa a fazer parte da Amazônia legal. Já em 5 de outubro de 1988, com a Constituição Federal é criado o estado do Tocantins e os territórios federais de Roraima e do Amapá são transformados em estados federados. Sendo assim, o estado de Goiás não era mais uma das áreas limites da Amazônia legal.

chapadões mato-grossenses ao sul, e uma linha correspondente aproximada ao paralelo 4 (L.S), que corta aqueles rios na altura dos seus grandes encachoeirados, com uma área de aproximadamente um milhão de quilômetros quadrados, até poucos anos era a região menos conhecida de todo o continente americano, talvez do mundo. Isso não significava que a partir desses limites começasse o Brasil demográfico. Não. O sertão bruto, com pequenas interrupções constituídas por escassos e dispersos moradores que abrangia toda a região central do território brasileiro, com uma população altamente rarefeita (VILLAS BÔAS; VILLAS BÔAS, 1994, p. 41).

Justamente nesse ponto de encontro entre o “Brasil Central” e o cenário Amazônico, uma região de diferentes fronteiras, que se iniciam as primeiras ocupações, inclusive para o desenvolvimento da atividade pecuária no sul do Estado de Pará. De certa forma, a região do norte de Goiás, atual estado do Tocantins, já abrigava um encontro de diferentes populações do Brasil, que devido à posição geografia atraía e/ou servia de ponto de passagem para garimpeiros, os quais se deslocavam entre os estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, além de acomodar as ondas migratórias do nordeste, em especial do estado do Maranhão, que se deslocavam gradativamente para essa região.

Contudo, todos os movimentos migratórios vão se intensificar a partir de 1964. A possibilidade de criação de empresas agropecuárias na região amazônica por meio de incentivos fiscais potencializou as transformações, e mesmo que ocorresse a imobilização de um grande capital com a compra de terras na região Amazônia, “os subsídios para o desenvolvimento de projetos eram compensatórios” (MARTINS, 2009, p. 153). Esta dinâmica ampliou as esperanças de diferentes grupos durante o processo de crescimento da região, que migraram e se estabeleceram de forma desordenada.

De certa forma, desde 1950 os empresários, fazendeiros e corretores de imóveis rurais, que isoladamente também começavam a busca por terras nesse interior do Brasil, ao mesmo tempo em que se “arriscavam” ou realizavam maiores investimentos nas expedições para maior conhecimento do espaço, vivenciavam situações de grande oportunidade e bons negócios, principalmente pelo do mercado de terras, pois o custo para as titulações foi irrisório perante a rápida valorização dos títulos.

Em síntese, podemos refletir sobre as principais características do processo de ocupação da região sul do estado do Pará. O início do processo ocupacional ocorreu nos anos finais do século XIX, fruto de um lento processo ocupacional, realizado por pecuaristas sertanejos de origem nordestina, os quais estavam em constante deslocamento pelo estado do Maranhão,

norte do antigo estado de Goiás, até a travessia para a margem paraense do rio Araguaia. Contudo, várias nuances acompanharam essa primeira fase do processo de ocupação e sem dúvida o enfrentamento com a população indígena local, era a grande tensão. O que poderia tornar-se um grande “desconforto”, que foi apaziguado em partes pela chegada paralela dos religiosos franceses dominicanos em missão de catequização.

O processo ocupacional realizado pelos sertanejos foi lento e de gradativo avanço da atividade pecuária regional que perdurou por quase meio século, caracterizada fortemente pela produção de bovinos rústicos, em pastagens naturais. Grande parte desses criadores mantinham tradições arcaicas, inclusive quanto ao desprezo pelas formas oficiais de documentação e sobre o conceito legal de propriedade. Dessa forma, a segunda frente de ocupação chegou na região nos anos finais da década de 1950, representada de maneira geral por dois nomes João Lanari do Val e Carlo Ribeiros, que tiveram estratégias diferenciadas, mas objetivos similares para a legalização de inúmeras glebas, junto ao governo do estado do Pará. Tal processo de organização territorial legal contribuiu para minimizar parte do caos fundiário local, em comparativos com outras áreas do território paraense.

A primeira frente capitalizada (1957-1958) chegou até a região com recursos próprios, movida pelo sentimento de desbravamento e principalmente pela grande e possível possibilidade de especulação imobiliária rural. Fato esse comum de outras frentes de ocupação ocorridas no Brasil, a exemplo de áreas do interior do estado de São Paulo e norte do estado do Paraná, no período de expansão da cafeicultura na década de 1930 e 1940.

Assim, essa frente pioneira (1957-1958) teve seu ápice não apenas pela oficialização das áreas requeridas, mas sim no rápido processo de valorização das suas áreas num curto espaço de tempo, devido os projetos de ocupação e valorização da Amazônia a partir de 1964, destacando-se implementação de imensas fazendas para o exercício da atividade pecuária em grande escala.

A década de 1970 foi um marco no sul do Pará, onde grandes áreas passaram a ser ainda mais procuradas empresas nacionais e de capital estrangeiro, como por exemplo grandes bancos e empresas do setor automobilístico, as quais tiveram grandes fazendas/empresas agropecuárias na região. E também estabeleceram suas distintas estratégias para a ocupação de grandes áreas, quase que a maioria com documentação legal.

Assim, tanto a frente formada pelos pecuaristas/ empresários de São Paulo, como a frente formada pelas grandes empresas (a partir da década de 1970), realizavam ações para o uso próprio das fazendas, como: escolas, enfermarias, construção e manutenção de pontes e estradas. E com tais benfeitorias e “cumpriam” o propósito do projeto do governo em “ocupar o vazio amazônico”.

Ao pensarmos a complexidade da dinâmica territorial no sul do Pará com as mais variadas frentes de expansão e de ocupação, algumas com uma longa distância temporal, outras praticamente sobrepostas, devemos refletir sobre os avanços e características que cada uma delas deixou na construção do contexto socioeconômico regional, principalmente com relação ao desenvolvimento da atividade pecuária local.

Desse modo, as particularidades do processo ocupacional e suas consequências para a região incorporaram as mencionadas reflexões às diferentes fases estudadas. Sendo assim, concluiu-se que nesses diferenciados processos de ocupação, a pecuária foi o fio condutor das principais frentes que adentraram o território do sul do Pará.

Referências bibliográficas

ABREU, Capistrano de. *Capítulos da História Colonial*. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro, 1998.

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 15, 1995 . p.145-151.

AUDRIN, J. M. *Os sertanejos que eu conheci*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1946.

CORMINEIRO, Olivia M.M. Percepções do tempo e do trabalho: As disputas dos sertanejos pobres no extremo norte de Goiás em torno dos seus modos de viver -1860 a 1920. *Periódicos UFSC*. v. 1, n. 2, 2009.

DEFFONTAINES, P. *Routes et foires a bétail en Amérique Latine*. Bourdeaux, 1957.

DEFFONTAINES, P. L'introduction du bétail en Amérique Latine. In: *Les cahiers d' outre mer*. Tome X : Bourdeaux, 1957. 05-22 p.

DEFFONTAINES, P. Le rôle de l' élevage dans la régionalisation de l' espace au Brésil. In: *La régionalisation de l' espace au Brésil*. Séminaire international du CNRS réuni au Centre d'Etudes de Géographie Tropicale de Bordeaux. 20-28 nov. 1963. Paris: Edition CNRS, 1971.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 33. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

- GALLAIS, É. M. *Un missionnaire chez les sauvages de l' Araguaia au Brésil* - Le P. Gil Villanova. Toulouse: Imprimerie Édouard Privat, 1906.
- GUTIÉRREZ, Horácio. *A pecuária no Brasil Colonial e Imperial: uma bibliografia*. R.IHGB, Rio de Janeiro, v. 171, n. 448, 263-281, jul/set 2010.
- HENKES, S. L. A propriedade privada no século XXI. *Revista Sequência*. Santa Catarina, n. 49, dez. 2004, p. 113-134.
- IANNI, O. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- IANNI, O. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- LIRA, E. R. A frente pastoril e a (des) organização dos territórios indígenas no sul do Maranhão e no antigo norte de Goiás. *Revista Plurais*. Goiás, v. 1, n. 4, 2006.
- MARTINS, J. S. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. *Tempo Social. Revista Sociologia USP*. São Paulo, v. 6, n. 1-2, jun. 1995.
- MARTINS, J. S. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social. Revista Sociologia USP*. São Paulo, v. 8, n. 1, maio 1996.
- MARTINS, J. S. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.
- MOREIRA NETO, C. A. A cultura pastoril do Pau D'Arco. Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi. *Antropologia*. Belém, n. 10, mar. 1960.
- OLIVEIRA, P. R. *Entre rios e trilhos - As possibilidades de integração econômica de Goiás na Primeira República*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Estadual Paulista. Franca-SP, 2007.
- PEÑARROCHA, P. P. *Territórios e Política e Economia: Elites Políticas e Transformações Econômicas no Estado do Pará pós-1964*. Tese de Doutorado em História. São Paulo: USP, 1998.
- PIC, C. *A la recherche des « sauvages » dans le diocèse de Goiás: apport ethnographique des missionnaires dominicains (1881 - années 1920)*. Mémoire de Master 2. Université Toulouse-Le Mirail, 2009
- PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 7 reimp., 23. ed., 1994. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- REIS, A. C. F. *A Amazônia e a integridade do Brasil*. Brasília: Senado Federal. Conselho Editorial, 2001.
- RIBEIRO, D. *O processo civilizatório*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, E. A. *Os Dominicanos em Goiás e Tocantins (1881-1930)*. Dissertação. Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Goiânia, UFG, 1996.

TAPIE, P. M. *Chevauchées – A travers déserts e forêts vierges du Brésil inconnu*. Paris: Librairie Plon, 1928.

SODRE, N. W. *Panorama do Segundo Império*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

VELHO, O.G. *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

VILLAS BOAS, C.; VILLAS BOAS, O. *A Marcha para o Oeste*. São Paulo: Globo, 1994.

RELAÇÕES ENTRE A DINÂMICA ESPACIAL DE TRANSFORMAÇÃO DO USO DO SOLO E OS RECURSOS NATURAIS EM UM TERRITÓRIO DE FRONTEIRA AGRÍCOLA NA AMAZÔNIA¹⁹

Reinis Osis²⁰

François Laurent²¹

René Pocard-Chapuis²²

Resumo: a transformação das paisagens amazônicas nos últimos 50 anos ocorreu de maneira heterogênea no espaço e no tempo. Os produtores decidiram desmatar, cultivar ou criar gado de acordo com lógicas que evoluem. Por meio de um método de análise espaço-temporal, foram analisadas neste artigo as dinâmicas da paisagem em uma antiga frente pioneira. É demonstrado particularmente o peso da proximidade dos recursos hídricos, da topografia e dos solos na evolução da paisagem entre 2004 e 2013 - procurou-se explicá-los de acordo com as lógicas dos produtores. O desmatamento não afeta os mesmos espaços entre o início e o fim do período estudado, sendo importante o desenvolvimento da agricultura sobre os platôs argilosos, a pecuária nos fundos de vale.

Palavras-chave: dinâmica do uso do solo; Amazônia; recursos naturais; solo; recursos hídricos.

¹⁹ Este trabalho foi realizado com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por intermédio do processo nº 207592/2014-4, do Centre de Coopération Internationale em Recherche Agronomique (Cirad – UMR SELMET) e da Agence Nationale de la Recherche (ANR), que financia o projeto Ecotera.

²⁰ Geógrafo pela Fundação de Ensino e Pesquisa de Itajubá (2008) e Mestre pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2012), Brasil. Doutorando em Geografia Física pela Université du Maine, França. Tem experiência em geomorfologia, geotecnia e estudos de impacto ambiental. Atua no desenvolvimento de pesquisas relacionadas a métodos de análise espacial aplicadas ao planejamento territorial na Amazônia. E-mail: reinis.osis.etu@univ-lemans.fr

²¹ Professor de Geografia, possui graduação em Geologia - Université de Lyon 1 (1990), Mestrado em Geografia - Université de Saint-Etienne (1992) e Doutorado em Hidrologia e Hidrogeologia quantitativas - Ecole Nationale Supérieure des Mines de Saint-Etienne (1996) e HDR, Habilitation à Diriger des Recherches (2012). Atualmente é Professor em Geografia (Professeur des Universités), na Université du Maine em Le Mans, França. Pesquisa nas áreas seguintes: relações entre agricultura e meio ambiente na escala do território; gestão integrada dos recursos hídricos; modelização hidrológica na escala de bacias hidrográficas (impactos da agricultura sobre o escoamento e sobre a qualidade). Espaços de análise: Brasil, França e Sahel (Mali). E-mail: francois.laurent@univ-lemans.fr

²² Possui Graduação em Géographie - Université Paris-Sorbonne (1996), Mestrado em Geografia e prática do desenvolvimento - Université Paris 1 Pantheon-Sorbonne (1997) e Doutorado em Geografia - Université de Paris X, Nanterre (2004), atuando principalmente nos seguintes temas: geografia da pecuária, degradação de pastagens, cadeias produtivas bovinas, dinâmicas territoriais, desenvolvimento sustentável na Amazônia. E-mail: renepocard@gmail.com

Abstract: amazonian landscapes have been largely transformed in pioneer fronts, but this not spread uniformly in space and time. The farmers have decided to deforest, to cultivate or to breed cattle according to evolving logics. In this article, we propose a method of spatio-temporal analysis of the evolution of land use based on spatial variables to analyze the landscape dynamics in a stabilized deforestation frontier. We show the weight of surface water resources and soils in the landscape evolution from 2004 to 2013. Deforestation affects not the same spaces between the beginning and end of the study period, which corresponds to the development of the agriculture on clayed plateaus and the concentration of cattle farming in the valley bottoms.

Keywords: land use dynamics; Amazon; natural resources; soil; water resources.

1. Introdução

A redução do desmatamento foi intensa esta última década na Amazônia brasileira. Ela resulta de uma forte pressão da regulamentação e de ONGs internacionais e formadores de opinião, diretamente sobre os produtores e, sobretudo indiretamente sobre as cadeias produtivas. A partir de 2006, o governo brasileiro iniciou processos contra pecuaristas que desmataram ilegalmente e contra frigoríficos que compram seus produtos, o que fez pressão sobre toda a cadeia produtiva da pecuária (BARRETO e SILVA, 2010; SIST et al., 2013).

Os frigoríficos começaram a assinar acordos individuais com o governo, denominados Termos de Ajustamento de Conduta (“MPF - TAC”) que engajam atualmente dois terços dos frigoríficos da Amazônia brasileira (GIBBS et al., 2015a). Em paralelo, grandes ONGs internacionais denunciaram a responsabilidade de empresas internacionais para desmatamento (GREENPEACE, 2006), chamando para um boicote dos produtos cárneos amazônicos e as marcas que os comercializam. Em 2009, sob pressão, os maiores frigoríficos do Brasil assinaram um acordo de desmatamento zero com o Greenpeace, denominado “G4” (GREENPEACE, 2009).

Estas regulações públicas e privadas geraram resultados concretos: a taxa de desmatamento reduziu em 80% entre 2004 e 2014 (NEPSTAD et al., 2014; ARIMA et al., 2014; INPE, 2014; GIBBS et al., 2015b).

Nesse sentido, o presente trabalho pretende analisar a dinâmica do uso do solo no contexto de um território de fronteira agrícola consolidada na Amazônia Oriental durante os anos 2004-2013 e sua relação com os recursos naturais, notadamente os recursos hídricos, os tipos de solos e a topografia. A hipótese norteadora do trabalho considera que

as características dos recursos naturais variáveis no espaço e o contexto socioeconômico, político e fundiário influenciam a lógica de ocupação do espaço feita pelos produtores, e a compreensão desta lógica permite elaborar modelos de dinâmica de uso do solo.

A análise das mudanças de uso do solo entre 2004 e 2013 e como estas mudanças se relacionam com variáveis espaciais proporciona um reflexo da lógica dos produtores que é influenciada por estas variáveis. O estudo foi realizado no contexto do município de Paragominas, conhecido pelo histórico passado de altas taxas de desmatamento e uma recente transformação política e social originada localmente no sentido de reduzir o desmatamento e os problemas ambientais relacionados (PINTO et al., 2009). A recente maior restrição da expansão das áreas abertas na floresta, sobretudo a partir de 2007, colocou os produtores em um novo contexto, sendo induzidos a novas organizações no espaço.

O território analisado pode ser considerado como uma “retaguarda da frente pioneira”, que segundo Laques (2003) representa as últimas fases de evolução de uma frente, levando à consolidação das atividades agropecuárias e uma relativa estabilidade espacial onde as transformações são mais relacionadas às práticas de exploração agrícola do que modificações radicais da paisagem.

Mais de 80% das propriedades do município estão cadastradas no Cadastro Ambiental Rural (CAR), que registra os limites das propriedades e define a situação ambiental da propriedade com relação à legislação ambiental vigente, o que sugere uma relativa estabilidade fundiária. Entretanto, o contexto de restrições ambientais, das demandas das cadeias produtivas e a expansão do cultivo de grãos proporciona uma dinâmica do uso do solo intensa nos últimos anos. O presente trabalho, portanto, pretende apresentar os resultados preliminares da análise da relação entre os recursos naturais variáveis no espaço e a dinâmica de transformação do uso do solo.

2. Metodologia

Área de estudo

O Município de Paragominas possui área de 19.330 km² e localiza-se a 320 km da capital do Pará, Belém (Figura 1). Em 2010, este apresentava uma população de 97.819

habitantes (IBGE, 2010). De acordo com dados do TerraClass (Inpe) de 2010, aproximadamente 73% da área do município era ocupada por florestas, vegetação secundária e reflorestamento, 21% por pastagens, 3,5% por agricultura comercial e 2,5% por outros usos.



Figura 1 - localização do município de Paragominas no contexto da porção Leste do Pará e no contexto do Brasil.

Seu território está no contexto da bacia sedimentar do Grajaú, compreendendo arenitos caoliníticos da série Itapecurú e da formação Ipixuna, ambas recobertas por couraças lateríticas e por uma argila sedimentar denominada Argila de Belterra (KOTSCHOUBEY et al., 2005). Apresenta altitudes entre 160 e 190 m, e seu relevo é caracterizado por platôs (chamados localmente de “chapadas”), que são separados por vales que podem chegar a diversos quilômetros de largura, sendo que o contraste de altitude entre os platôs e os fundos de vale diminui do Sul em direção ao Norte (LAURENT et al., 2014). Os platôs são cobertos de Argila de Belterra com fertilidade

média, os vales são formados de arenitos alterados em areia com baixa fertilidade (Figura 2).



Figura 2 - esquema geral da paisagem do município de Paragominas, com a distribuição das classes de uso do solo de acordo com o setor topográfico e de tipo de solo. Baseado nos dados de Perrier (2014) e Laurent et al. (2014).

Com relação à dimensão das propriedades, grande parte possui da ordem de centenas a milhares de hectares. Propriedades pequenas são distribuídas principalmente junto dos assentamentos situados principalmente nas zonas Noroeste e Nordeste do município.

Variáveis espaciais

Para a presente análise, foram utilizados dados espaciais relativos ao uso do solo e variáveis do meio físico. A Tabela 1 apresenta os dados utilizados e a descrição dos mesmos. Os dados receberam um pré-processamento para possibilitar a análise integrada dos mesmos, sendo todos transformados em arquivos do tipo *raster* e com a resolução espacial de 250 m.

Tabela 1 - variáveis espaciais utilizadas para a análise da dinâmica do uso do solo e sua relação com os recursos naturais.

Variáveis	Fonte
Distância da drenagem	Processamento feito sobre modelo de elevação TOPODATA (VALERIANO, 2011).

Textura de solo	Mapa da textura de solos elaborado por Laurent et al. (2014).
Uso do solo	Classificação do uso do solo baseada em dados do sensor MODIS elaborada por Perrier (2014).

A distância das drenagens foi calculada com base na rede de drenagem gerada a partir do modelo de elevação TOPODATA, considerando somente as drenagens com ordem superior a 3 na classificação de Strahler. Esta ordem foi escolhida pois foi a que melhor representa as drenagens existentes na paisagem e que visualmente condicionam o uso do solo. Canais modelados pelo MDE menores que esta ordem geralmente não representam canais perenes. Após esta definição foram feitos buffers com classes progressivas de distância do eixo das drenagens em metros.

Esta variável condiciona uma série de fatores como a existência de áreas com solos saturados e a presença de APPs. A rede hidrográfica é um importante condicionante na ocupação da Amazônia. Para a expansão da pecuária extensiva, a rede hidrográfica em uma escala local figura entre os fatores levados em conta pelos produtores em suas estratégias de localização (POCCARD-CHAPUIS, 2004). Em Paragominas a expansão inicial se deu pelos fundos de vales e ao longo das drenagens, onde os colonos aproveitavam a disponibilidade de água (ALMEIDA e UHL, 1998), considerando que nos altos das chapadas a disponibilidade de recursos hídricos superficiais é mais restrita.

A qualidade do solo por sua vez pode influenciar de diferentes maneiras a dinâmica do uso do solo. Nas frentes pioneiras com agricultura familiar, solos com melhor qualidade podem retardar o estabelecimento de paisagens compostas unicamente por pastagens na Amazônia (GRIMALDI et al., 2002). Em estudo considerando duas regiões distintas do Brasil (Londrina-PR e Marabá-PA), Dosso et al. (2005) observou que em meios com variedades de solos mais férteis e outros mais pobres, existe uma tendência ao desenvolvimento de agricultura (mecanizada ou não) sobre os solos mais férteis e pecuária sobre os menos férteis. Em Paragominas, Piketty et al. (2015) destaca a preferência dos produtores de grãos pelos solos argilosos nos altos das chapadas do município, muito em função de sua maior fertilidade e facilidade de mecanização em relação aos demais solos existentes na paisagem.

Para a presente análise foi utilizado o mapa de textura do solo em escala 1:100.000 do município de Paragominas feito por Laurent et al. (2014). Este mapa foi produzido aproveitando-se a estreita relação que existe entre a topografia e a textura dos solos na área de

estudo, sendo elaborado um modelo que permitiu prever a distribuição das texturas por meio de observações de campo e com um modelo digital de elevação. A taxa de erro do mapa é de 26%, sendo definidas quatro texturas: areia argilosa, argila variegada, couraça laterítica e argila de Belterra. Para facilitar a compreensão durante a análise do presente texto, as duas principais texturas, areia argilosa e argila de Belterra, foram resumidas respectivamente para areia e argila.

Para a definição do uso do solo foram utilizadas as classificações elaboradas por Perrier (2014) com dados EVI (*Enhanced Vegetation Index*) do sensor MODIS presentes nos satélites Terra e Aqua. Embora a resolução espacial deste sensor seja média (250 m), o período de revisita de 1-2 dias, o processamento com um filtro que elimina os pixels contaminados com nebulosidade a cada 16 dias e a diferença de oito dias de revisita entre um satélite e outro permite que este sensor forneça uma imagem tratada a cada oito dias. Os dados EVI são então analisados na forma de uma série temporal, onde as curvas permitem estabelecer uma série de métricas fenológicas para cada ano e identificar a classe de uso do solo com base nestas métricas (PERRIER, 2014). Foram definidas as classes floresta, agricultura, pastagens, desmatamento e solo nu/área urbana para todos os anos entre 2004 e 2013.

Para avaliar a precisão desta classificação, esta foi comparada com dados do sensor TM-Landsat. Aproximadamente 100 pontos foram interpretados nas imagens TM-Landsat para cada uso do solo. A matriz de confusão resultante demonstrou que o a razão de positivos verdadeiros para as áreas florestais varia de 70 até 100% e para as áreas não florestais (agricultura, pastagens e outros), variou de 94 a 99% nos anos analisados, demonstrando a confiabilidade desta classificação. No entanto, destaca-se que devido à resolução espacial média, esta classificação pode subestimar a área de cada classe.

Tratamento dos dados

A princípio foram calculadas as áreas totais de cada uso do solo (floresta, pastagem e agricultura) considerando intervalos de três anos para permitir a análise das expansões e retrações de cada tipo de uso. Foram calculadas as áreas dos anos 2004, 2007, 2010 e 2013. Associado a este cálculo, foram identificadas as áreas totais que foram transformadas de um tipo de uso para outro.

Para analisar a relação entre a dinâmica do uso do solo e as variáveis espaciais consideradas, foi utilizado o método de pesos de evidência, que permite definir qual a importância das classes de uma variável para cada tipo de transição de uso do solo. Este método foi desenvolvido por Goodacre et al. (1993) para estabelecer associações espaciais entre variáveis geológicas.

A determinação dos pesos de evidência é um método bayesiano, onde o efeito de uma variável espacial sobre uma transição é calculado de forma independente de uma solução combinada (SOARES-FILHO et al., 2002). Estes representam a influência de cada variável sobre a probabilidade espacial da transição i-j (transição de um uso ao outro), e é calculada como segue:

$$O\{D|B\} = \frac{P\{D|B\}}{P\{D\}} \quad (1)$$

$$\log\{D|B\} = \log\{D\} + W^+ \quad (2)$$

Onde W^+ é o Peso de Evidência da ocorrência de um evento D, dado um padrão espacial B. A probabilidade posterior da transição i-j, dado um grupo de dados espaciais (B, C, D, ...N), é expressa como segue:

$$P\{i \Rightarrow j|B \cap C \cap D \dots \cap N\} = \frac{e^{\sum W_{N^+}}}{1 + e^{\sum W_{N^-}}} \quad (3)$$

Onde B, C, D e N são os valores de k variáveis espaciais que são mensuradas numa locação x, y e representada pelos seus pesos W_{N^+} . Para cada transição então é definido um gráfico onde é plotado o peso de evidência para cada classe de variável espacial. Os valores positivos indicam que a classe apresenta uma maior relação com a transição observada, enquanto que os pesos negativos indicam que a classe apresenta uma relação inversa com a transição. Pesos próximos de zero indicam que a classe apresenta

pouca relação com a transição. Para a aplicação deste método foi utilizado o *software* DINAMICA EGO (Soares-Filho et al., 2002).

O procedimento inicial consiste na montagem de um banco de imagens multitemporais (mapas de uso do solo para cada ano) e variáveis espaciais. Os mapas de uso do solo correspondem ao input que permite definir as transições usos do solo. Para as variáveis espaciais, é necessário transformá-las em dados categóricos de forma que a estrutura dos dados seja preservada, sendo utilizado o método adaptado de Agterberg e Bonham-Carter (1990) e também disponível no pacote do DINAMICA EGO. Para a presente análise foram definidos os pesos de evidência das variáveis distância das drenagens e textura dos solos para as transições floresta-pasto, pasto-floresta e pasto agricultura que ocorreram entre os anos 2004 e 2013.

3. Resultados e discussão

Mudanças em área dos tipos de uso do solo

A quantificação das transformações de uso do solo em Paragominas com os dados provenientes do sensor MODIS possibilitou avaliar a variação dos diferentes usos do solo entre 2004 e 2013. As área de floresta entre 2004 e 2007 apresentaram redução da ordem de 993 km², com estabilização entre 2007 e 2010 e com aumento de aproximadamente 456 km² entre 2010 e 2013. A área de pastagem, por sua vez, apresenta um padrão oposto, estando diretamente relacionado com a variação de área de floresta: entre 2004 e 2007 houve um aumento de cerca de 812 km² de pastos, após este período ocorrendo uma redução progressiva até 2013, com uma perda de mais de 1.000 km².

Esta redução dos pastos pode estar relacionada com o aumento da área de floresta entre 2010 e 2013 quanto e também com o aumento da área de agricultura. A agricultura, por sua vez, apresentou um crescimento contínuo no período analisado, passando de aproximadamente 167 km² em 2004 para 886 km² em 2013 (Figura 3).

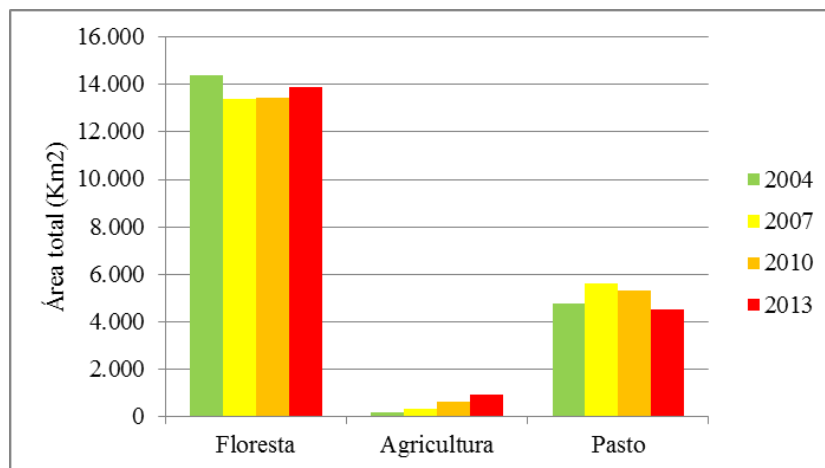


Figura 3- variação das áreas dos usos do solo para o município de Paragominas entre 2004 e 2013; baseado em dados de Perrier (2014).

O aumento da área florestal após 2007 pode estar relacionado principalmente às ações governamentais para a redução do desmatamento na escala da Amazônia, onde o endurecimento da legislação ambiental, a intervenção nas cadeias produtivas da soja e da carne, bem como a restrição ao crédito permitiram uma ampla redução das taxa de desmatamento (NEPSTAD et al., 2014).

No nível municipal, em 2008 Paragominas foi incluído na Lista Vermelha dos municípios que mais desmatam na Amazônia, oito serrarias e 120 carvoarias ilegais foram fechadas, e que junto de outras ações, levaram a uma reação que culminou na criação do projeto Município Verde (VIANA et al., 2012). Estas ações reduziram o corte de florestas primárias e secundárias, bem como também é possível que uma proporção maior de áreas como pastos degradados foram deixadas para regeneração florestal.

Baseando-se nos dados do PRODES, Piketty et al. (2015) descreve que a redução no desmatamento no município se deu principalmente a partir de 2006, quando houve uma redução brusca da ocorrência de grandes parcelas de floresta desmatadas. E ao mesmo tempo em que o desmatamento se reduz neste período, a agricultura ganha espaço sobre os pastos já abertos.

Podem ser identificadas três principais dinâmicas de transformação de uso do solo no período analisado (2004 a 2013): a transformação de floresta em pastagens (desmatamento), a de pastagens em floresta (regeneração) e a de pastagens para agricultura comercial. A primeira delas (e a maior em área transformada) é relativa ao processo de desmatamento e no presente caso significa o corte raso tanto de florestas primárias quanto

de secundárias (juquira ou capoeira), compreendendo aproximadamente 1000 km² de desmatamento (considerando que a classificação do MODIS mascara as pequenas parcelas).

A segunda maior transformação é o processo contrário à primeira, ou seja, a regeneração florestal de áreas previamente abertas e compostas principalmente por pastagens, compreendendo cerca de 700 km² de florestas em regeneração entre 2004 e 2013. Esse fenômeno pode se entender como a degradação dos pastos por falta de eliminação dos arbustos invasores e/ou por falta de manejo da fertilidade (SERRÃO e TOLEDO, 1990).

É importante de enfatizar que a transformação de pastagens em floresta resulta em uma floresta de composição florística e faunística totalmente diferente da floresta primária. O terceiro maior tipo de transformação no período é o relativo à expansão da agricultura anual de larga escala, sobretudo de soja e milho, sobre as áreas de pastagens (Figura 4).

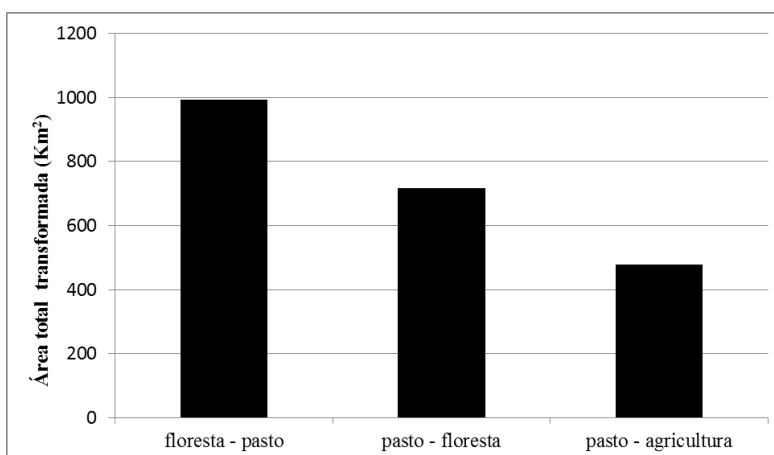


Figura 4 - área transformada de acordo com o tipo de transição no período 2004 a 2013. Baseado em classificação de Perrier (2014).

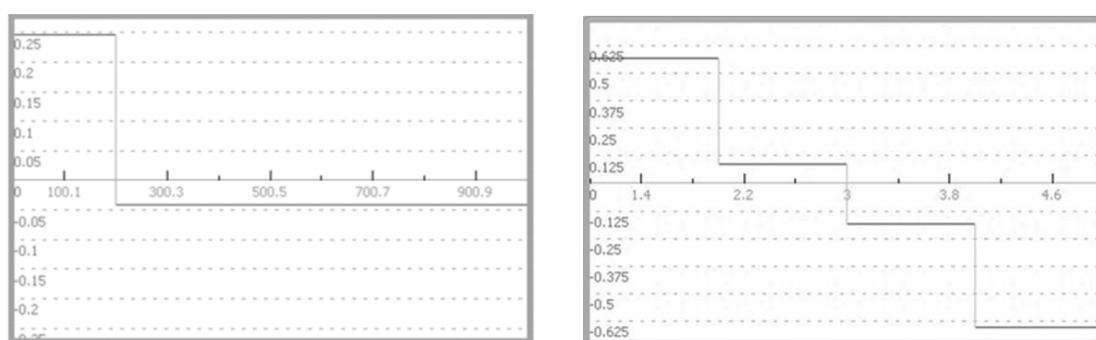
Em seguida transformações de menor escala são as de floresta para agricultura, agricultura para pastagens e de agricultura para floresta. Cada uma destas transformações não ocorre de forma aleatória no espaço, obedecendo a certas regras espaciais que estão relacionadas aos fatores históricos, socioeconômicos, de infraestrutura e da distribuição dos recursos naturais no espaço. O foco da presente análise é a influência dos fatores naturais sobre estas transformações.

Dinâmica de desmatamento e regeneração florestal

No processo de desmatamento em Paragominas duas variáveis naturais se destacaram na análise com pesos de evidência: a distância das drenagens e a textura do solo. A dinâmica do uso do solo possui uma forte relação com a distribuição da hidrografia no município, principalmente com relação à expansão pioneira inicial e a pecuária extensiva. Por outro lado, o solo tem um papel fundamental principalmente na valorização de terras para a agricultura anual de grãos.

Para o desmatamento (essencialmente transição floresta – pasto), a distância das principais drenagens apresenta um peso de evidência positivo quando no trecho entre 0 e 200 m de distância do eixo dos rios, ou seja, esta transição foi mais frequente nestas áreas. A partir de 200 m, o peso é levemente negativo, indicando que esta variável não tem muita influência nesta transição. Com relação ao tipo de solo, observou-se que o peso positivo para o desmatamento se encontra junto da textura arenosa.

Os demais tipos apresentam pesos de levemente positivo, no caso da argila variegada, indicando que esta é pouco importante para esta transformação, e pesos negativos, no caso da couraça e da argila, o que indica que estas texturas estão mais relacionadas com a transformação oposta do desmatamento, ou seja, a regeneração (Figura 5).



a)

b)

Figura 5 - pesos de evidência das variáveis distância das drenagens e textura do solo para o desmatamento. a – distância da drenagem (m); b – textura do solo. 1 - areia; 2 - argila variegada; 3 – couraça; 4 – argila.

Este comportamento pode ser o reflexo da dinâmica da pecuária, que no município desde o início da ocupação do território foi associada à expansão pelos fundos dos vales. A pecuária é a atividade mais frequente após o corte raso da floresta, sendo que estas aberturas privilegiaram a proximidade com as águas superficiais tanto para abastecimento humano quanto para o animal (BENDAHAN et al., 2013; PIKETTY et al., 2015).

Além das grandes propriedades de pecuária extensiva, a ocupação dos fundos dos vales é preferencial também no caso de colonos de assentamentos, segundo informado por representante do INCRA de Paragominas (OSIS, 2016). A distribuição atual dos pastos na região central do município evidencia esse processo, com a concentração dos mesmos juntos dos cursos d'água (Figura 6).

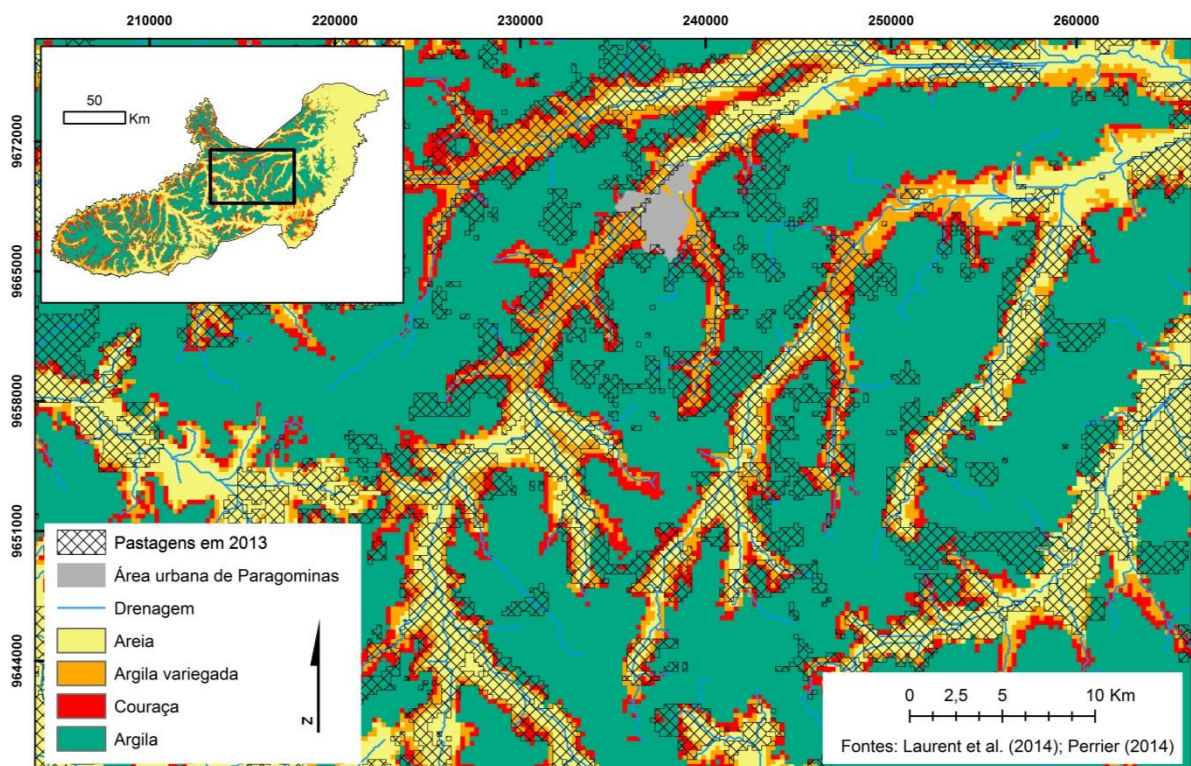


Figura 6 - distribuição de áreas de pasto (hachura) em 2013 sobre os tipos de solo da porção central do município de Paragominas.

O gráfico “b” da Figura 5 indica que quando considerando o peso da textura do solo no desmatamento, este ocorre com mais frequência sobre solos arenosos. Entretanto,

esta relação se deve possivelmente ao histórico de ocupação e sua relação com os recursos hídricos superficiais, e não à preferência dos produtores por este tipo de solo durante a ocupação inicial. Os solos arenosos são situados nos vales onde se concentram os recursos hídricos superficiais.

O desmatamento nos fundos dos vales se confunde com a localização dos solos arenosos, predominantes neste setor do relevo, por isso o peso de evidência elevado da areia para a mudança de floresta para pastos. Piketty et al. (2015) afirmam que a expansão da pecuária extensiva em Paragominas ocorreu principalmente ao longo dos rios e planícies arenosas, cuja baixa fertilidade do solos não apresentava um efeito negativo sobre esse sistema, corroborando com o comportamento observado no gráfico.

Na regeneração florestal, esta também ocorre com mais frequência nas zonas mais próximas das drenagens (trecho entre 0 e 200 m de distância do eixo dos rios), como sugere o peso de evidência para esta variável. Por outro lado, o solo arenoso se mostrou como sendo o com menor frequência de regeneração, ao contrário de todos os outros tipos de solo, que apresentam pesos positivos para esta transição (Figura 7).

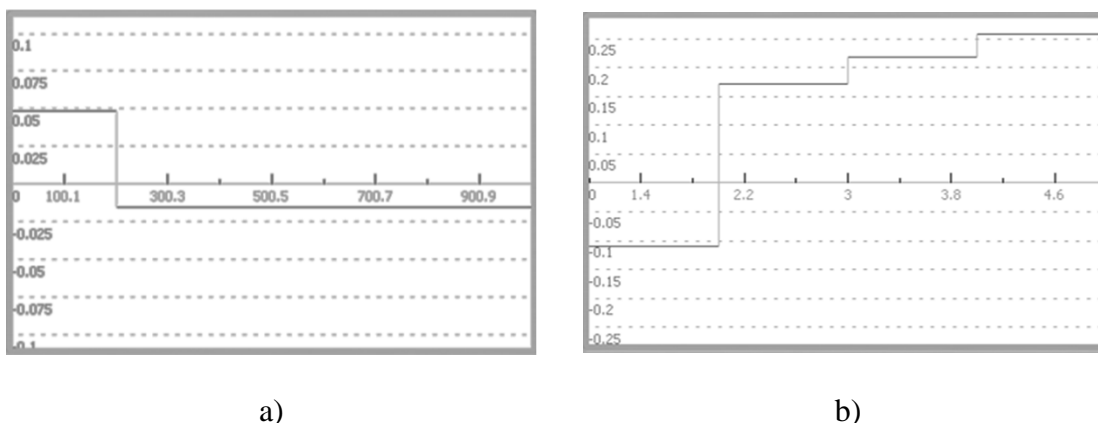


Figura 7 - pesos de evidência das variáveis distância das drenagens e textura do solo para a regeneração florestal. a – distância da drenagem; b – textura do solo. 1 – areia; 2 – argila variegada; 3 – couraça; 4 – argila.

Após a abertura da floresta o produtor deve realizar o manejo das pastagens ou cultivos frente à sucessão florestal natural, caso contrário, em poucos anos a área aberta pode se transformar em vegetação arbustiva/arbórea. Dessa forma as áreas com predomínio das atividades de pecuária nos fundos de vale apresentam uma dinâmica diferente de mudança de uso do solo do que aquela que ocorre nas áreas de chapada, onde a criação de

gado é limitada pela escassez de cursos d'água. De forma geral a regeneração possui um papel importante na dinâmica do uso do solo na Amazônia. Estima-se que quase metade da área desmatada da Amazônia brasileira seja ocupada pela regeneração florestal (FEARNSIDE, 1996).

Perz e Skole (2013) argumentam que esta rápida retomada da regeneração florestal está principalmente relacionada com os impedimentos biofísicos (como a pobreza dos solos) e os obstáculos sociais, que limitam a ocupação do espaço e resultam na expansão das florestas secundárias. Este padrão é comumente observado junto de pequenas propriedades que fazem cultivo do tipo corte e queima e apresentam baixa utilização de mecanização.

Por outro lado, quando considerado somente o peso do solo na regeneração florestal, esta apresenta um comportamento inverso ao do desmatamento, ou seja, existe mais regeneração junto dos solos de tipo argila variegada, couraça laterítica e argila de Belterra, que são solos que ocorrem nas encostas e nas chapadas, do que em solos arenosos dos fundos dos vales. Sugere-se que este padrão é um processo relacionado a terceira maior transformação de uso do solo no município no período analisado, que é a expansão da agricultura de larga escala sobre as pastagens existentes, sobretudo no domínio das chapadas.

Pode parecer paradoxal que a regeneração é forte nos solos férteis das chapadas porque esses solos podem ser utilizados para a agricultura. Mas isso se explica porque nos locais em que a agricultura foi estabelecida, as zonas de dissecação rasa das chapadas (grotas) e as encostas, antes usadas como pastagens no contexto do sistema de pecuária extensiva, tornaram-se florestas secundárias, pois são zonas de difícil mecanização e são menos visadas para o estabelecimento de agricultura anual, mesmo que pertençam a uma mesma propriedade. Além disso, diversas destas mesmas áreas apresentam drenagens intermitentes ou perenes, onde devem ser definidas APPs conforme a legislação vigente.

Ao se considerar as pastagens em argila variegada, couraça e principalmente na argila de Belterra, observa-se que estas tiveram redução de área entre 2004 e 2013, o que corrobora com esta hipótese (Figura 8). Outras partes das chapadas estão em fase de desmatamento porque a qualidade do solo e a topografia plana favorecem a agricultura mecanizada de grãos.

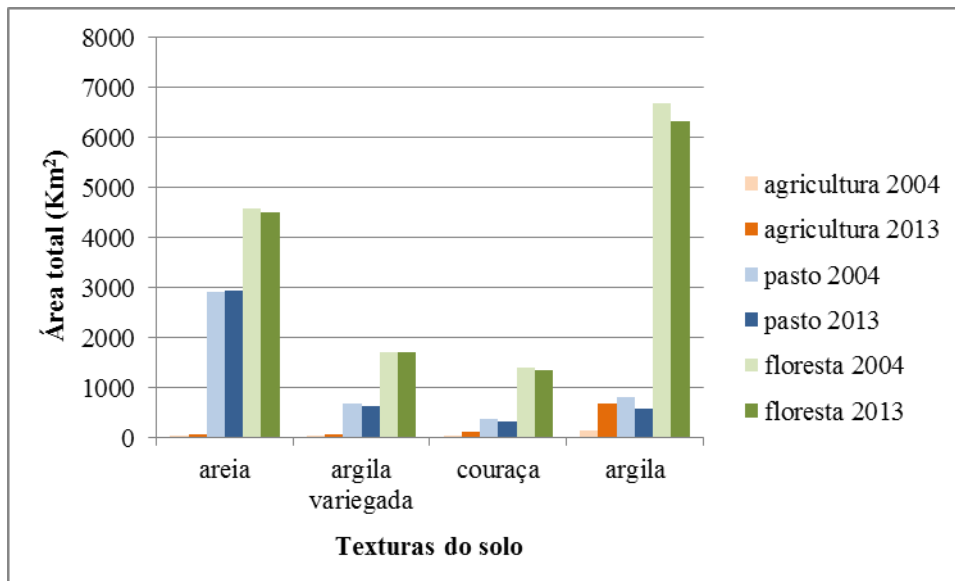


Figura 8 - área de cada classe de uso do solo de acordo com o tipo de solo para os anos 2004 e 2013.

Dinâmica de expansão da agricultura de grãos

A expansão da agricultura anual de larga escala sobre antigos pastos foi a transição de uso do solo que apresentou a maior força dos pesos de evidência das variáveis naturais se comparado às transições de desmatamento e regeneração (Figura 9). O estabelecimento da agricultura anual se faz predominantemente em distância maiores que 800 m das principais drenagens e sobre solos do tipo argila de Belterra e couraça laterítica.

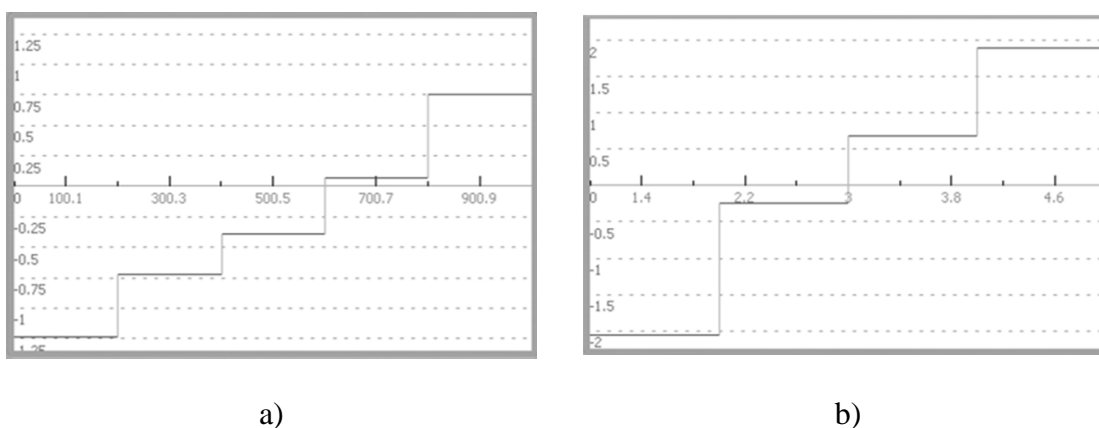


Figura 9 - pesos de evidência das variáveis distância das drenagens e textura do solo para a transição pasto - agricultura. a – distância da drenagem; b – textura do solo. 1 – areia; 2 – argila variegada; 3 – couraça; 4 – argila.

Os manejos agrícolas anuais de soja, milho, sorgo e outras culturas vinculadas a uma produção tecnificada, com utilização intensa de mecanização em todos os processos dessas culturas privilegiam setores da paisagem que permitam um maior rendimento por área e a otimização dos custos de produção. O peso positivo para a transição pasto-agricultura para distâncias além de 800 m das principais drenagens sugere que os vales apresentam condições que são pouco propícias para a expansão agrícola no sistema atual. É neste trecho que se concentram áreas que podem apresentar saturação permanente ou sazonal dos solos e cursos d'água associados, o que implica também na existência de APP's.

A questão ambiental também pode ter uma elevada importância na tomada de decisão dos produtores de grãos do município que, dentro do contexto do aumento da pressão das políticas governamentais e da cadeia produtiva da soja para a redução do desmatamento (RUDORF et al., 2011; GIBBS et al., 2015b), estes são obrigados definir zonas de proteção ambiental que estão vinculadas principalmente à hidrografia, entre outros aspectos.

A topografia nesta zona também concentra terrenos de encostas com altas declividades que apresentam limitações para o trânsito de tratores, colheitadeiras, caminhões, entre outros. Assim fatores naturais e regulamentares contribuem para que as zonas de vertente e de fundo de vale em Paragominas limitem a expansão da agricultura de larga escala.

Por outro lado, a porção superior das chapadas, caracterizada pela topografia plana e pela presença da argila de Belterra, é onde se concentra a expansão agrícola. Os solos do município apresentam características físicas boas do ponto de vista agrônomo, mas possuem também sérias limitações químicas, devendo receber calagem e adubação adequada (CRAVO et al., 2007; RODRIGUES et al., 2005).

Os produtores que dispõem de propriedades da ordem de centenas a milhares de hectares e com recursos naturais variáveis, privilegiam áreas com maior potencial de mecanização e de maior fertilidade. Nesse sentido, as chapadas configuram zonas atradoras da transição de pastos para agricultura de larga escala. No gráfico “a” da Figura 9 observa-se o peso positivo da argila de Belterra para a transição pasto-agricultura, formação geológica que combina esses dois fatores favoráveis a agricultura e que condiciona sua distribuição espacial. Na

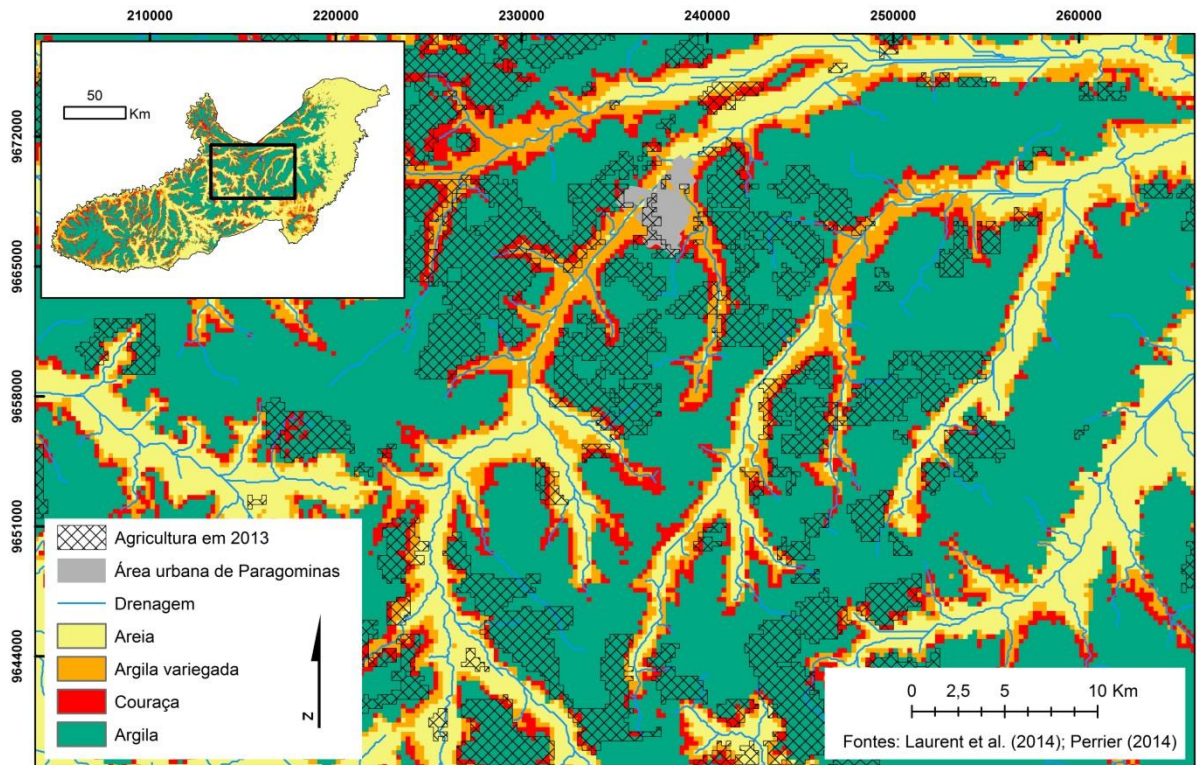


Figura 10 pode ser observada a distribuição dos cultivos agrícolas anuais em 2013, localizadas predominantemente sobre a argila de Belterra.

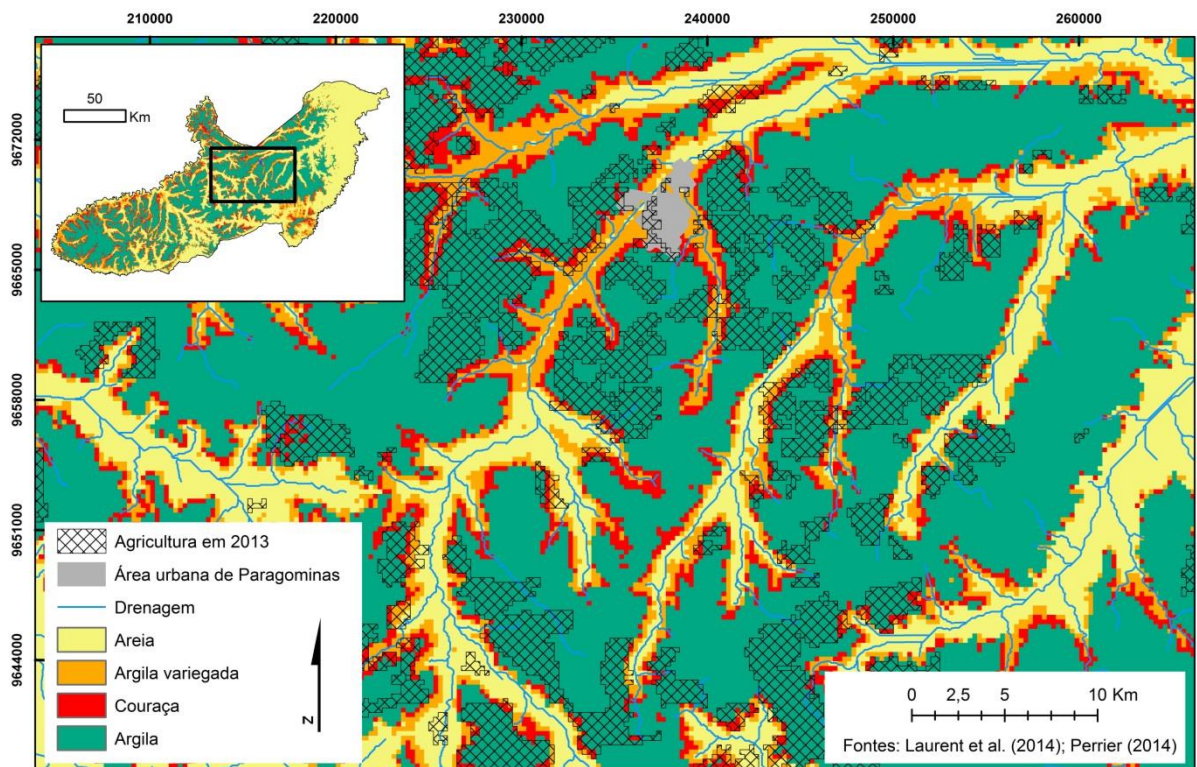


Figura 10 - distribuição de áreas em agricultura em 2013 (hachura) sobre os tipos de solo da porção central do município de Paragominas.

No período inicial da expansão da soja, houve expressivo desmatamento sobre a argila, mas após 2006 sua participação no desmatamento se estabilizou (PIKETTY et al., 2015). A transformação direta de áreas que em 2004 eram floresta e que em 2013 se apresentavam como agricultura foi substancial (em torno de 230 km²), o que explica a redução mais expressiva de florestas sobre a argila no período analisado (vide Figura 8).

A continuidade da expansão do cultivo de grãos no município, entretanto, esbarra no fato de que grande parte das florestas remanescentes está situada nas chapadas, sendo resultado do histórico da ocupação deste território, como já discutido. A

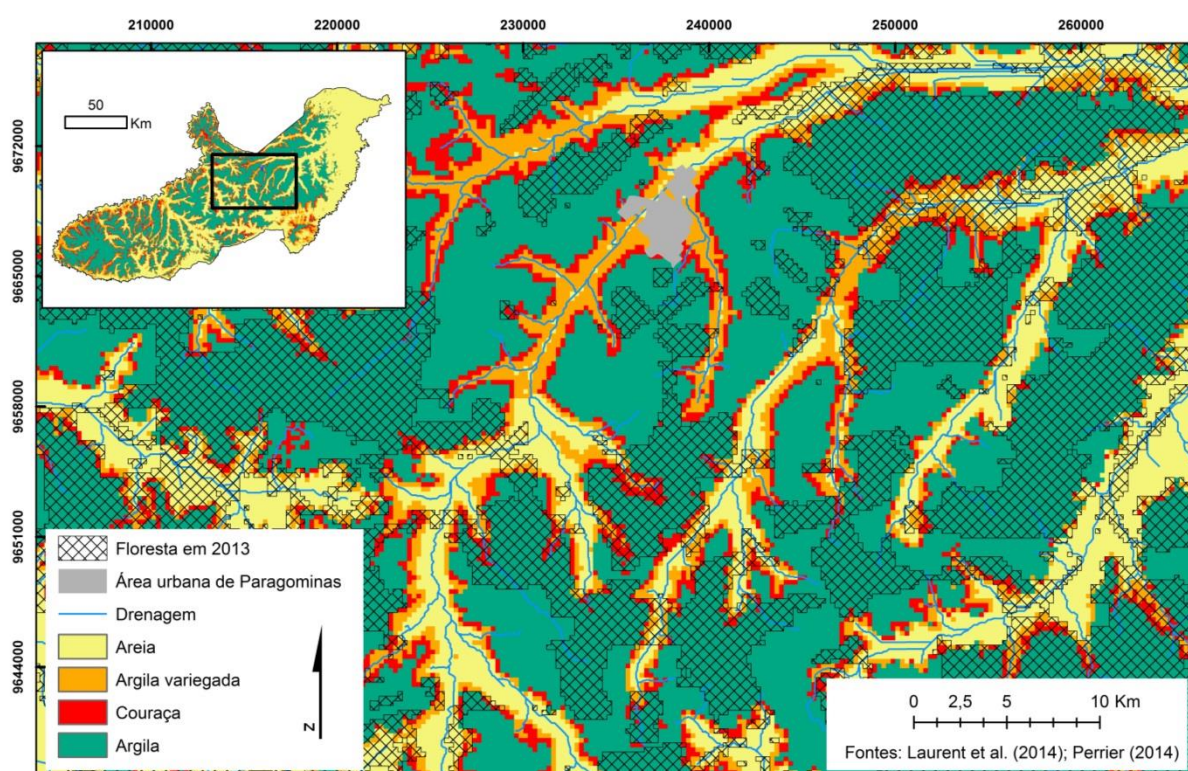


Figura 11 apresenta a distribuição de florestas primárias e secundárias na porção central do município, demonstrando a predominância das mesmas sobre a argila de Belterra.

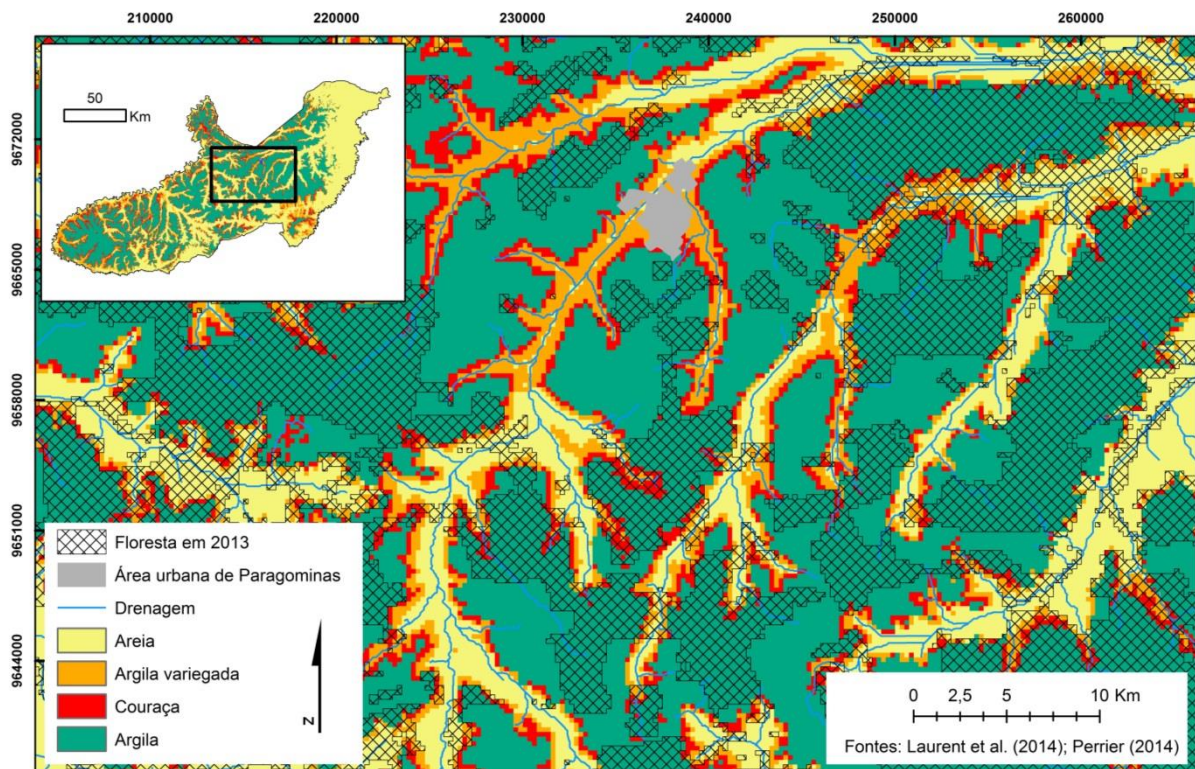


Figura 11 - distribuição de áreas de florestas primárias e secundárias em 2013 (hachura) sobre os tipos de solo da porção central do município de Paragominas.

Embora a expansão da agricultura sobre a chapada se faça predominantemente sobre os pastos e o desmatamento é limitado pelo contexto imposto pela legislação ambiental e pelas cadeias produtivas, a continuidade desta expansão e fatores como a saturação das áreas disponíveis podem ter consequências futuras que necessitam de mais estudos.

A mudança de percepção do risco de desmatamento dos produtores, o papel dos pequenos proprietários no desmatamento das chapadas e as florestas secundárias ainda existentes, bem como a emergência de novas tecnologias ou técnicas que venham a se tornar economicamente viáveis, como o cultivo de grãos em áreas com solos menos favoráveis, são alguns exemplos de questões que podem ser exploradas.

4. Conclusões

A metodologia apresentada neste artigo coloca em evidência a importância dos fatores naturais na evolução da ocupação do solo. Sua originalidade reside na escala escolhida, a da paisagem. Ela apresenta consistência com a literatura científica sobre a tomada

de decisão dos produtores em função da evolução dos mercados, das tecnologias, das leis ambientais e sua aplicação.

A metodologia é fundada sobre a análise de “resultantes” na escala da paisagem das lógicas dos produtores e das ações múltiplas que dependem da escolha de cada produtor. Ela mostra que a dinâmica das lógicas dos produtores gera uma paisagem em evolução permanente mesmo sobre o curto período estudado (2004-2013), e que é o produto de regras de otimização técnico-econômicas dentro de um determinado contexto social e regulamentar.

Os resultados mostram a tendência de aumento da pressão de desmatamento sobre certos espaços e ao contrário a regeneração florestal em áreas menos favoráveis à luz da evolução deste contexto. Os resultados podem também constituir um auxílio à planificação territorial com a produção de informações chave para a proteção dos meios florestais, dos recursos hídricos e para favorecer um desenvolvimento planejado sobre os espaços mais favoráveis à agricultura e a pecuária.

5. Agradecimentos

Os autores agradecem às seguintes instituições pelo subsídio a esta pesquisa: CNPq (processo nº 207592/2014-4), Cirad – UMR SELMET e a Agence Nationale de la Recherche (ANR) que financia o projeto Ecotera.

Referências bibliográficas

AGTERBERG, Frits P.; BONHAM-CARTER, Graeme, F. 1990. “Deriving weights of evidence from geoscience contour maps for the prediction of discrete events”. Proceedings, 22 APCOM Symposium held in Berlin. (2): 381–396.

ARIMA, Eugênio Y.; BARRETO, Paulo; ARAÚJO, Elis; SOARES-FILHO, Britaldo. 2014. "Public policies can reduce tropical deforestation: Lessons and challenges from Brazil". *Land Use Policy*, 41, 465– 473.

ALMEIDA, Oriana T.; UHL, Christopher. 1998. *Planejamento do uso do solo do município de Paragominas utilizando dados econômicos e ecológicos*. IMAZON (Ed.), Belém, Brazil.

BARRETO, Paulo; SILVA, Daniel. 2010. Will cattle ranching continue to drive deforestation in the Brazilian Amazon? In: International Conference: Environmental and Natural Resources Management in Developing and Transition Economies. CERDI – Centre of Studies and

Research on International Development from the University of Auvergne, Clermont Ferrand, France.

BENDAHAN, Amaury B.; CARVALHO, Soraya. A.; NAVEGANTES, Livia; CASTRO, Ronaldo D.; DA VEIGA, Jonas B.; PIKETTY, Marie G.; TOURRAND, Jean F.; POCCARD-CHAPUIS, René. 2013. "Paragominas ou la succession de modèles controversés pour l'Amazonie". Apresentado na conferência CANAL2013 - Circulations et appropriations des normes et des modèles de l'action locale, Montpellier, França.

CRAVO, Manuel S.; SMYTH, Jot; SILVEIRA FILHO, Austrelino; EL HUSNY, Jamil C. 2007. "Resposta da Soja ao Fósforo em Latossolo Amarelo Muito Argiloso do Pará". *Anais do XXXI Congresso Brasileiro de Ciencia do Solo*.

FEARNSIDE, Philip M. 1996. "Amazonian deforestation and global warming: carbon stocks in vegetation replacing Brazil's Amazon forest". *Forest Ecology and Management*, 80: 21–34.

GIBBS, Holly K.; MUNGER, Jacob; ROE, Jessica L.; BARRETO, Paulo; PEREIRA, Ritaumaria; CHRISTIE, Mathew; AMARAL, Ticiana; WALKER, Nathalie. 2015a. "Fazendeiros e Frigoríficos responderam aos Acordos de Desmatamento Zero na Amazônia Brasileira?" *Conservation Letters, Journal of Society of Conservation Biology*. Letter. 1-18. DOI: 10.1111/conl.12175.

GIBBS, Holly K., RAUSCH, Lisa; MUNGER, James; IAN, Schelly; MORTON, Douglas C.; NOOJIPADY, Praveen; SOARES-FILHO, Britaldo; BARRETO, Paulo; MICOL, Laurent; WALKER, Nathalie. 2015b. "Brazil's Soy Moratorium". *Science*, 347(6220): 377–378.

GREENPEACE INTERNATIONAL. 2006. Eating Up the Amazon. Greenpeace. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/usa/en/mediacenter/reports/eating-up-the-amazon/>>. Acesso em: jul. 2016.

GREENPEACE INTERNATIONAL. 2009. Minimum Criteria for Industrial Scale Cattle Operations in the Brazilian Amazon Biome. Greenpeace. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/usa/en/mediacenter/reports/minimum-criteria-for-i/>>. Acesso em: jul. 2016.

GRIMALDI, Catherine; CURMI, Pierre; DOSSO, Mireille; JOUVE, Philippe; SIMÔES, Aquiles. 2002. "Sustainability of agrarian systems in relation to soils on Amazonian forest pioneer fronts (Maraba, Brazil)". *Anais do 17º WCSS, Thailand*.

GOODACRE, Alan K.; BONHAM-CARTER, Graeme, F.; AGTERBERG, Frits P.; WRIGHT, Danny. 1993. "A statistical analysis of the spatial association of seismicity with drainage patterns and magnetic anomalies in western Quebec". *Tectonophysics*. 217 (3–4): 285-305.

IBGE. 2010. Censo 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: jul. 2016.

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. 2014. Projeto PRODES – Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite. Disponível em: <<http://www.obt.inpe.br/prodes/index.php/>>. Acesso em: jul. 2016.

KOTSCHOUBEY, Basile; CALAF, José Maria; COSTA LOBATO, Augusto Célio; SABÁ LEITE, Alessandro; DUARTE AZEVEDO, Carlos Henrique. 2005. “Caracterização e gênese dos depósitos de bauxita da província bauxitífera de Paragominas, Noroeste da Bacia do Grajaú, Nordeste do Pará/Oeste do Maranhão”. In: *Caracterização de depósitos minerais em distritos mineiros da Amazônia. Brasília, ADIMB (Agência para o Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Mineral Brasileira)*, eds. Marini, O. J. et al.

LAQUES, Anne-Élisabeth. 2003. “Paysages et modèles paysagers: des indicateurs géographiques pour l’analyse des dynamiques spatio-temporelles d’un front pionnier”. *Objets et indicateurs géographiques, UMR Espace, Actes Avignon. 5*: 109-120.

LAURENT, François; POCCARD-CHAPUIS, René; PLASSIN, Sophie. 2014. "Cartografia da textura dos solos à partir do relevo na Amazônia oriental". Colóquio "*Envibras 2014: Environnement et Géomatique : approches comparées France-Brésil*", 12-15 nov. 2014, Rennes, eds. DUBREUIL, Vincent; DE MELLO-THÉRY, Neli Aparecida. DOI: 10.13140/2.1.1308.6405. p. 168-175.

NEPSTAD, Daniel; MCGRATH, David; STICKLER, Claudia; ALENCAR, Ane; AZEVEDO, Andrea; SWETTE, Briana; BEZERRA, Thatiana; DIGIANO, Maria; SHIMADA, João; MOTTA, Ronaldo Seroa da; ARMIJO, Eric; CASTELLO, Leandro; BRANDO, Paulo; HANSEN, Matt C.; MCGRATH-HORN, Max; CARVALHO, Osvaldo; HESS, Laura. 2014. "Slowing Amazon deforestation through public policy and interventions in beef and soy supply chains". *Science*, 344, p. 1118–1123.

OSIS, Reinis. Relatório de entrevistas de campo no município de Paragominas. Dados não publicados. Université du Maine, 2016.

PERRIER, F. 2014. Caractérisation et cartographie de l’écocoefficiencie des pâturages amazoniens à l’aide d’images MODIS. Mémoire de recherche. Université du Maine, Le Mans.

PIKETTY, Marie; POCCARD-CHAPUIS, René; DRIGO, Isabel; COUDEL, Emilie; PLASSIN, Sophie; LAURENT, François; THÂLES, Marcelo. 2015. "Multi-level governance of land use changes in the brazilian amazon: lessons from Paragominas, state of Pará". *Forests*, 6: 1516-1536.

PINTO, Andréia; AMARAL, Paulo; SOUZA JUNIOR, Carlos; VERÍSSIMO, Adalberto; SALOMÃO, Rodney; GOMES, Gleice; BALIEIRO, Cíntia. 2009. “Diagnóstico socioeconômico e florestal do município de Paragominas”. IMAZON, 2009.

POCCARD-CHAPUIS, René. 2004. “Les réseaux de la conquête. Filières bovines et structuration de l’espace sur les fronts pionniers d’Amazonie Orientale brésilienne”. Tese de Doutorado em geografia. Université de Paris X - Nanterre.

PERZ, Stephen G.; SKOLE, David L. 2003. “Secondary Forest Expansion in the Brazilian Amazon and the Refinement of Forest Transition”. *Theory Society and Natural Resources*, 16: 277–294.

SERRÃO, Emanuel A.S.; TOLEDO, José M. 1990. “The search for sustainability in Amazonian pastures”. In: ANDERSON, A.B. (Ed.). *Alternatives to Deforestation: Steps toward Sustainable Use of the Amazon Rainforest*. Columbia University Press, New York, 195–214.

SIST, Plinio; MAZZEI, Lucas; SABLAYROLLES, Philippe. 2013. “Supporting farm forestry”. *Perspective – Forest Polices*, 22.

SOARES-FILHO, Britaldo; CERQUEIRA, Gustavo C.; PENNACHIN, Cássio L. 2002. “DINAMICA – A stochastic cellular automata model designed to simulate the landscape dynamics in an Amazonian colonization frontier”. *Ecological Modelling*, 154, (3): 217–235.

VALERIANO, Marcio M.; ROSSETTI, Dirce F. 2011. “Topodata: Brazilian full coverage refinement of SRTM data”. *Applied Geography* 32: 300–309.

VIANA, Cecília; COUDEL, Emilie; BARLOW, Jos; FERREIRA, Joice; GARDNER, Toby; PARRY, Luke. 2012. “From red to Green: achieving and environmental impact at the municipal level in Paragominas (Para, Brazilian Amazon)”. Proceedings online of the ISEE2012 conference “Ecological economics and Rio+20 Challenges and Contributions for a Green Economy”, Rio de Janeiro, Brazil, 16–19 June 2012.

**ENTRE IDAS E VOLTAS:
O CULTIVO DO CACAU DO SUL DA BAHIA (BRASIL), A DIMENSÃO
ECOLÓGICA E A DINÂMICA SOCIAL²³**

Karina Fernanda Travagim Viturino Neves²⁴

Júlio César Suzuki²⁵

Resumo: através desse estudo analisamos os impactos da cacauicultura nos ecossistemas naturais e nas relações de trabalho no Sul da Bahia (Brasil) ao longo do tempo. Através de estudos bibliográficos e pesquisas de campo identificamos três contextos distintos. Entre 1890 e 1950 o cultivo desenvolveu-se em integração com a Mata Atlântica apresentando baixos impactos ambientais. No entanto, observamos sérios problemas relacionados ao acesso à terra e à sobre-exploração do trabalho. No período pós-1950 houve a modernização da lavoura cacauífera, inspirada na Revolução Verde. Embora a dimensão social tenha permanecido praticamente inalterada, notamos crescentes impactos ambientais. Por fim, depois de uma grave crise, teve início a agricultura orgânica do cacau pautada na produção de cacau de qualidade, com responsabilidade ambiental e social.

Palavras-chave: produção de cacau; sul da Bahia (Brasil); Mata Atlântica; impactos ambientais; dinâmica social.

**BETWEEN UPS AND DOWNS:
COCOA FARMING IN SOUTHERN BAHIA, THE ECOLOGICAL DIMENSION
AND SOCIAL DYNAMICS**

Abstract : through this study, we analyzed the cacao impacts on natural ecosystems and in labor relations in the South of Bahia (Brazil) over time. Through bibliographical studies and field research, three distinct contexts were identified. Between 1890 and 1950, the cultivation was developed in integration with the Atlantic Forest, which has shown low environmental impact. However, we observed serious problems related to access to land and over-exploitation of labor. In the post-1950 period was the modernization of cacao plantation, inspired by the Green Revolution. Although the social dimension has remained virtually unchanged, we note environmental impacts increasing.

²³ Os resultados parciais dessa pesquisa foram apresentados no Colóquio “Transformations territoriales agricoles et agroalimentaires em France, Brésil et Colombie”, realizado entre os dias 19 e 21 de maio de 2016 na Université du Maine, Le Mans, France.

²⁴ Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) em 2007. Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 2010. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP). E-mails: karina_neves@ifba.edu.br e kftvneves@yahoo.com.br

²⁵ Graduado em Geografia (UFMT), com mestrado e doutorado em Geografia Humana (USP). Professor Doutor junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e ao Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina/USP; e pesquisador associado da Biblioteca Brasileira Mindlin/USP. E-mail: jcsuzuki@usp.br

Finally, after a crisis, an organic farming cocoa guided by the quality of cocoa production has begun, with environmental and social responsibility.

Keywords: cocoa Production; South of Bahia (Brazil); Atlantic Forest; Environmental impacts; Social dynamics.

Introdução

A ocupação de nossa área de estudo remete ao início da ocupação do território brasileiro. A área localizada ao sul do Estado da Bahia (Brasil) foi fundada em 1534, sob a denominação de Capitania de São Jorge dos Ilhéus.

Desde a fundação da Capitania muitas atividades econômicas foram desenvolvidas, com maior ou menor sucesso nesse território, até que ganhou expressão o cultivo que o faria internacionalmente conhecido: o cacau.

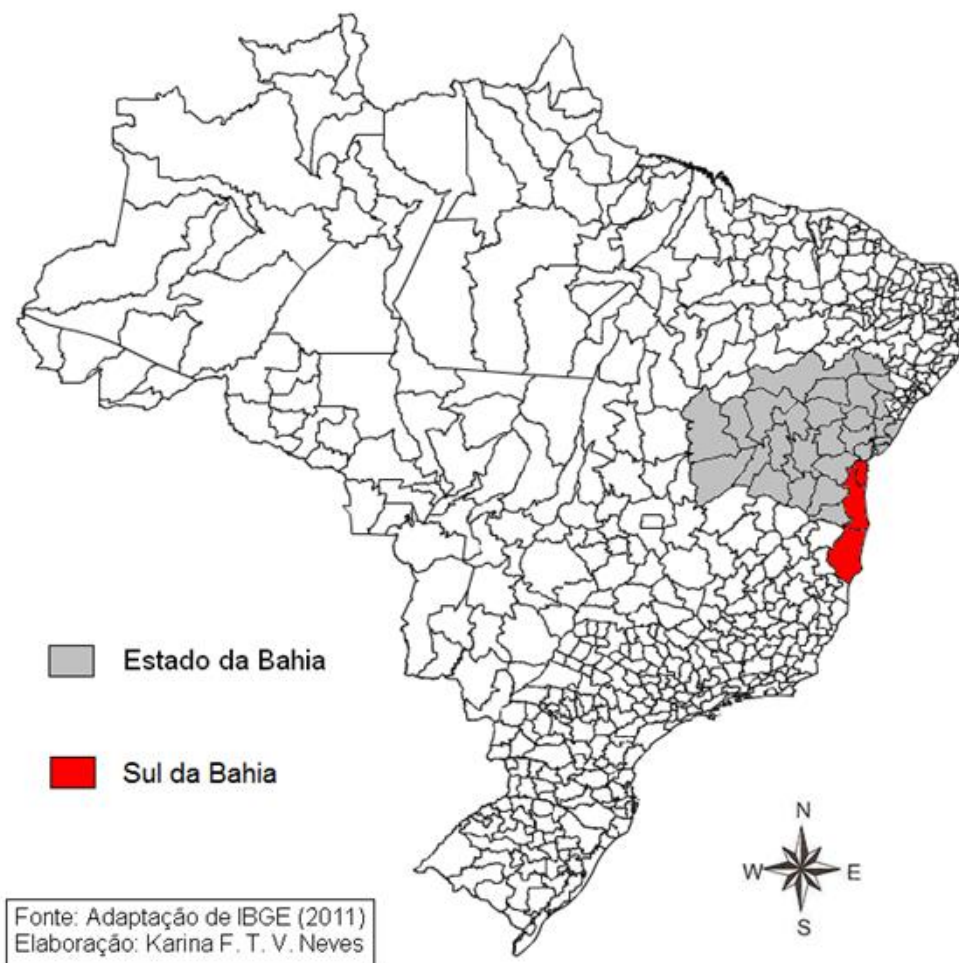


Figura 1 – localização da área de estudo.

Desde o predomínio da monocultura cacauera no sul da Bahia (Brasil) em 1890, podemos analisar esse território como resultado histórico do trinômio Cacau – Sociedade Grapiúna – Mata Atlântica.

Nossos estudos sobre os impactos da cacauicultura nos ecossistemas naturais e nas relações de trabalho nesse território ao longo do tempo nos apontam três realidades distintas.

Desde sua implantação nesse território o cultivo cacauero desenvolveu-se em integração com a Mata Atlântica. A partir de 1890, graças às excelentes adaptação e rentabilidade, a cacauicultura constitui-se uma monocultura no Sul da Bahia. Ao contrário da maioria das monoculturas brasileiras o cacau não é, em princípio, um cultivo predatório pois depende do sombreamento da vegetação nativa.

Apesar dos baixos impactos ambientais, observamos nesse primeiro período sérios problemas sociais: a formação das grandes fazendas se deu através da utilização de práticas ilícitas e/ou violentas de acesso à terra e a cacauicultura se desenvolveu por meio da sobre-exploração do trabalho.

O segundo contexto é identificado após 1950 quando se inicia a modernização da lavoura. Inspirada na Revolução Verde, a modernização da cacauicultura envolveu sobretudo a racionalização das práticas agrícolas e a ampla utilização de insumos. Diante disso, o trinômio se reconfigurou: o cacau passou por um novo ciclo de produtividade, reforçando as práticas sociais vigentes, mas alterando de forma significativa as relações com o bioma nativo, intensificando a poluição dos solos e dos mananciais.

No final da década de 1980, uma grave doença assolou os cacauais e abalou as estruturas econômicas e sociais que definiam esse território. A busca por alternativas econômicas favoreceu a emergência de relações horizontais que culminaram no desenvolvimento da agricultura orgânica do cacau a partir dos anos 2000 e, mais recentemente, a agricultura biodinâmica, ambas vertentes da Agroecologia.

Mesmo sem incentivo do Estado, as cooperativas e associações, inspiradas nos princípios agroecológicos e na crescente demanda externa por produtos “verdes” tem conseguido produzir e exportar cacau orgânico.

Na leitura que fazemos do histórico de desenvolvimento da cacauicultura no Sul da Bahia, identificamos que a disseminação das práticas agroecológicas – que ainda são minoritárias no território – transformou novamente o trinômio que, doravante passa a ser reconhecido pela produção de cacau de qualidade, com responsabilidade ambiental e social.

Metodologia

Como forma de desenvolver esse estudo utilizamos fundamentalmente a pesquisa bibliográfica. Consultamos os acervos de bibliotecas universitárias, órgãos públicos e sedes de empresas, cooperativas e associações como forma de compreender a evolução da cacauicultura no Sul da Bahia.

Além da pesquisa bibliográfica realizamos também pesquisas de campo para atingir nosso objetivo geral, qual seja: analisar os impactos da cacauicultura nos ecossistemas naturais e nas relações de trabalho no Sul da Bahia ao longo do tempo.

As pesquisas de campo nos permitiram investigar o histórico e o desenvolvimento da produção e da comercialização orgânica/biodinâmica do cacau no Sul da Bahia, a expansão desse cultivo agroecológico nos últimos anos e as mudanças sociais, políticas, culturais e espaciais que essa prática agrícola tem promovido na área de estudo. Por ser um fenômeno recente, ainda são escassos os trabalhos sobre o tema.

Durante as pesquisas de campo, utilizamos como procedimentos metodológicos: observação, pesquisa documental, mapeamento, registro fotográfico e realização de entrevistas semi-estruturadas.

Os resultados obtidos nos permitiram reconstruir o histórico de desenvolvimento do cacau no Sul da Bahia, evidenciando elementos que nos revelam aspectos importantes para a análise das dimensões ecológica e social desse cultivo.

Resultados

Apresentamos a seguir os principais resultados de pesquisa agrupados em três blocos, cada um correspondente a um dos períodos da cacauicultura sulbaiana.

Entretanto, antes de iniciarmos a exposição dos resultados propriamente ditos é importante destacar que, do ponto de vista ambiental, a cacauicultura tal como se desenvolveu no Sul da Bahia, não é, em essência, um cultivo muito agressivo. Isso porque, nesse território, a cacauicultura têm se desenvolvido sob a forma de “cabruca”, prática cultural que contribui para a preservação da Mata Atlântica, bioma no qual está inserido.

Santos (1957) descreve a prática do cabrocamento entre os processos culturais da produção do cacau no Sul da Bahia explicando que ele se dá

quando a mata, sendo formada de indivíduos de grande porte, não é exigida a sua derrubada, bastando conservar as suas árvores, para o necessário sombreamento. Esse é um proveitoso acordo em que lucram tanto a natureza quanto o homem (SANTOS, 1957, p. 28).

Como resultado, dessa prática temos o cacau plantado em sistema cabruca. Isso significa que a vegetação nativa de pequeno e médio porte é retirada, liberando assim espaço para o cultivo cacauero. Nesse processo, conserva-se os espécimes de grande porte para sombreamento das roças. Sem o devido sombreamento, o cacau não se desenvolve plenamente como cultivo comercial. Tanto que Santos (1957, p. 7) afirma que “Não será, apenas, uma simples imagem poética o dizer-se que o cacauero depende mais do céu do que da terra”.

A foto abaixo apresenta a fisionomia da paisagem de uma roça jovem de cacau. O cacauero, no centro da imagem encontra-se rodeado por bananeiras e árvores nativas.

Foto 1 – fotografia panorâmica de uma roça jovem de cacau.



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Embora o sombreamento necessário ao pleno desenvolvimento do cacau possa ser conseguido com o plantio de algumas espécies específicas, a cacauicultura, tal como se desenvolveu no sul da Bahia é caracterizada pela preservação dos extratos mais elevados da vegetação nativa.

Na foto abaixo apresentamos a foto do “teto” de uma roça de cacau. A foto foi tirada a partir de um ângulo de 90°, paralelo ao solo. A altura estimada do topo das árvores nesse ponto é de 20 metros.

Foto 2 – fotografia do “teto” de uma roça de cacau.



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Além do sombreamento, a prática do cabrocamento garante um microclima mais ameno, facilmente perceptível ao se caminhar por uma roça de cacau, além de garantir a serapilheira, camada que reveste superficialmente o solo, formada pela deposição de matéria orgânica morta em diversos estágios de decomposição.

O acúmulo de serapilheira, por sua vez é benéfico para o solo pois reduz os processos erosivos (ao reduzir a quantidade de solo exposto), funciona como um isolante térmico (pois reduz o processo de evaporação e mantém por mais tempo a umidade no solo), além de aumentar a entrada de nutrientes no solo, contribuindo para sua fertilidade natural.

Uma vez apresentada a prática de cabrocamento e suas potencialidades ecológicas, passamos a discorrer sobre o histórico de desenvolvimento da cacauicultura sulbaiana ressaltando suas dimensões ecológica e social.

I. O cacau-cabruca e o cultivo tradicional (1890-1950)

O cacau foi introduzido no sul da Bahia em 1746 primeiramente como um cultivo exótico, posteriormente experimental. Devidos às suas especificidades naturais previamente abordadas, esse cultivo se desenvolveu historicamente sob o sistema cabruca²⁶.

No entanto, é importante ressaltar que somente em meados de 1890, ou seja, quase cento e cinquenta anos depois das primeiras roças, a cacauicultura atingiu pleno desenvolvimento assumindo caráter de monocultura.

Assis e Romeiro (2002), analisando a história da agricultura, afirmam que essa atividade humana esteve fundamentalmente ligada ao aparecimento das sociedades históricas e que ao longo de seu desenvolvimento ocorreram algumas revoluções que permitiram o aumento de sua produtividade. Essas revoluções podem ser vistas como transformações significativas nas tecnologias agrícolas.

Os autores identificam o surgimento do cultivo monocultor na história da agricultura como inserido na chamada Segunda Revolução Agrícola²⁷, esta caracterizada pelo sistema de rotação conhecido por “Norfolk”, que eliminava a necessidade de pousio; pela utilização de insumos químicos, possibilitados pelo desenvolvimento das ciências; e pela consolidação do capitalismo como sistema econômico (ASSIS e ROMEIRO, 2002).

Nesse contexto de rápidos avanços científicos e tecnológicos “a humanidade desenvolveu-se sob uma lógica econômica que considerou os recursos naturais inesgotáveis, e a degradação ambiental como um preço a ser pago pelo progresso tecnológico” (ASSIS e ROMEIRO, 2002, p. 70). Essa lógica econômica contrariava o saber mais fundamental acumulado na prática agrícola cujo “bom senso, enquanto sinônimo de sobrevivência, indicou durante milênios que simplificações extremas como a monocultura deveriam ser evitadas” (ASSIS e ROMEIRO, 2002, p. 70).

No caso nacional, Moraes analisa que “o Brasil nasce e se desenvolve sob o signo da conquista territorial” (MORAES, 2000, p. 411). O espírito colonizador foi o grande propulsor da lógica econômica da produção agrícola no capitalismo nascente. Orientando suas ações por

²⁶ Vale destacar que ainda hoje o sistema cabruca é predominante no território, não importando o tipo de cultivo a ser empregado (tradicional, moderno ou orgânico).

²⁷ A Primeira Revolução Agrícola teria ocorrido na Europa entre os séculos XI e XIII e teria como principais características a transição de uma agricultura itinerante para a agricultura permanente e a introdução do sistema de rotação trienal. Representou aumentos significativos na produtividade (ASSIS e ROMEIRO, 2002).

essa lógica “A colonização gera, portanto, uma especialização produtiva integrada dos lugares sob sua órbita, que são explorados segundo suas potencialidades em face da tecnologia disponível” (MORAES, 2000, p. 416).

Mesmo após a sua independência, e ainda hoje, o Brasil permaneceu fundamentalmente inserido na economia mundial como fornecedor de produção vegetal e mineral a países hegemônicos ainda que, ao longo do tempo, tenha metamorfozado algumas de suas práticas para se adequar aos ditames do mercado internacional, em constante transformação.

Feitas essas considerações acerca da monocultura na agricultura e na agricultura brasileira, voltamos à nossa área de estudo para investigar a monocultura do cacau.

Santos (1957) caracterizou as práticas da cacauicultura no Sul da Bahia. A partir de sua obra, pudemos reunir os elementos que definem o cultivo tradicional dessa monocultura.

Em primeiro lugar, destacamos a afirmação do autor de que a adubação química era pouco utilizada na zona do cacau (SANTOS, 1957). Grande parte da história do cultivo no Sul da Bahia, se desenvolveu sem o emprego de insumos químicos. Além do custo elevado dos insumos, a alta produtividade do cacau até meados de 1950 dispensava a utilização desses produtos uma vez que garantia os lucros em patamar satisfatório aos produtores, sem que houvesse necessidade de grandes investimentos.

Outra afirmação interessante de Santos (1957, p. 27) para se compreender o cultivo tradicional do cacau no território era “a boa parte de empirismo que ainda domina essa cultura”. O empirismo no trato do cacau consolidou certas práticas que passaram a orientar, com certa precisão, o cultivo tradicional desse produto.

A dominância de certas práticas ocorre porque, segundo Assis e Romeiro (2002, p. 69) a agricultura se desenvolve num processo histórico de acúmulo de conhecimentos na qual a tecnologia agrícola “evoluiu sempre no sentido de procurar diminuir as restrições do meio ambiente e de necessidade de trabalho”.

Assim, mesmo sem orientação técnica, os produtores dispõem de um arsenal de conhecimentos, historicamente construídos por meio de observação, ensaios e experimentos

que indicam quais são os melhores métodos e técnicas de plantio e colheita do cacau, cuidados com a lavoura e tratamento das amêndoas.

A partir da obra de Santos (1957, p. 28) também percebemos a necessidade de trabalho intensivo na lavoura cacauceira, já que “Para maior resultado da produção exigem-se cuidados constantes e contínuos, quer com a planta, quer contra os parasitos”.

Entretanto, apesar dos tratos culturais do cacau necessitarem do emprego constante do trabalho – os cuidados “mais elementares são a limpeza, (as limpas devem ser feitas todo ano), a poda, a tiragem do enxerto, a abertura de valados para o escoamento de água” (SANTOS, 1957, p. 28) – as relações de trabalho na cacauicultura sulbaiana são marcadas pela precariedade.

Não apenas as relações formais, referente ao respeito aos direitos do trabalhador rural são precárias, mas também sua remuneração e condições de vida, tais como “nas condições de moradia, nas relações de trabalho e no próprio acesso aos serviços sociais” (CHIAPETTI, 2009, p. 96).

A informalidade das relações de trabalho está diretamente relacionada à estrutura da sociedade cacauceira, fundada no coronelismo. O grande proprietário de terras, o produtor de cacau era a figura central de poder. Com grande poder econômico, político e social, ele controlava as relações de trabalho da forma que lhe era mais conveniente, praticamente sem ser questionado.

Para sintetizar, esse primeiro período que se estende desde a implantação do cacau (1746) como monocultura (1890) até meados de 1950, desenvolveu-se com baixos impactos ambientais, integrado à Mata Atlântica no sistema cabruca.

Se, do ponto de vista ecológico, a implantação da monocultura do cacau não foi muito predatória, por promover a conservação da mata nativa, do ponto de vista social, foi catastrófica, uma vez que a formação das grandes fazendas de cacau se deu através da utilização de práticas ilícitas e/ou violentas e a cacauicultura se desenvolveu por meio da sobre-exploração do trabalho.

II. O cacau-CEPLAC e o cultivo moderno (pós-1950)

O cultivo tradicional do cacau se viu ameaçado no contexto da II Guerra Mundial. Com modificações drásticas na demanda mundial por amêndoas de cacau o Sul da Bahia passou a registrar o endividamento crescente dos produtores.

Ainda no final da década de 1940, muitos produtores, tendo hipotecado as suas propriedades, as perderam; foram observadas altas taxas de desemprego rural e a falta de equipamentos e serviços urbanos básicos era comum a todos os municípios dedicados à cacauicultura.

A partir de 1950 esse cenário se agravou ainda mais quando, tendo as indústrias repostos seus estoques após a guerra, iniciou-se “um novo período de baixa cotação de preços do cacau no mercado internacional, desta vez pelo aumento da produção mundial” (CHIAPETTI, 2009, p. 48).

Nesse quadro de empobrecimento geral, os produtores insatisfeitos, recorreram ao governo federal, a qual respondeu prontamente com a criação da Comissão Executiva para o Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), em 1957.

Desde então, esse órgão tem orientado, com maior ou menor eficiência, os rumos do cacau sul-baiano nos últimos 60 anos. A CEPLAC foi a grande responsável por modernizar a lavoura cacaueira a partir do final dos anos de 1950, recuperando esse cultivo e introduzindo no território algumas das práticas da chamada Revolução Verde.

Analisando as escalas local e global, podemos afirmar que as transformações ocorridas na lavoura cacaueira do Sul da Bahia a partir da década de 1950 estão associadas, em primeiro plano, à crise do cacau então em curso, mas também se relacionam diretamente com as transformações mundiais da agricultura.

A partir de 1950 observou-se, em escala mundial, a emergência e posterior consolidação de um novo conjunto de práticas agrícolas – comumente denominadas Revolução Verde – possibilitado pelos avanços nos campos da ciência (particularmente a agrônômica e a química) e da tecnologia (principalmente as especialidades da engenharia).

Para Souza e Bray (1992, p. 327) a denominação Revolução Verde se refere ao “modelo agrícola americano que visava a elevação da produtividade média através do uso de sementes melhoradas, condicionado ao uso de máquinas e insumos químicos em geral”.

Navarro (2001) avalia que a consolidação do modelo da Revolução Verde como paradigma de produção no campo (1950-1975) coincide com o período dos “anos dourados” da expansão capitalista. Ele explica que

após lenta acumulação de inovações anteriores, constitui-se uma nova e acabada ‘compreensão de agricultura’ que gradualmente tornou-se hegemônica em todo o mundo, não apenas no plano científico, mas tornada concreta nos diferentes sistemas agrícolas dos países a que ela aderiram. Alicerçada no que foi genericamente intitulado de ‘revolução verde’, materializou-se de fato sob um padrão tecnológico o qual, onde foi implantado de forma significativa, rompeu radicalmente com o passado, pois integrou fortemente as famílias rurais a novas formas de racionalidade produtiva, mercantilizando gradualmente a vida social e, em lento processo histórico, quebrando com a relativa autonomia setorial que em outros tempos a agricultura teria experimentado (NAVARRO, 2001, p. 83).

No território Sul da Bahia, foram as orientações da CEPLAC, órgão vinculado ao Ministério da Fazenda, que conduziram os passos dos produtores de cacau para a agricultura moderna.

Chiapetti (2009) analisa que

A CEPLAC foi criada, inicialmente, para servir à elite cacaeira, renegociando e prolongando as dívidas e fornecendo crédito subsidiado aos produtores. Num primeiro momento, os problemas de endividamento foram solucionados e tanto os produtores como as empresas exportadoras foram beneficiadas. Então, estes mesmos produtores passaram a fazer constantes apelos pela modernização da produção, o que levou o Estado a investir na criação de um órgão que modernizasse o cultivo do cacau.

Em 1962, a CEPLAC fortaleceu suas atividades com a implantação do Centro de Pesquisa do Cacau (CEPEC) [...], do Centro de Extensão (CENEX) e da Escola Média de Agropecuária da Região Cacaeira (EMARC), tornando-se uma das principais referências de pesquisa e desenvolvimento sobre o cacau no mundo. Assim, o cacau ‘embarcou’ definitivamente na Revolução Verde e a condução da atividade se deu com um conteúdo, cada vez mais crescente, de ciência, de técnica e de informação (CHIAPETTI, 2009, p. 49-50).

Pelo menos duas considerações devem ser feitas ao se relacionar o modelo hegemônico da Revolução Verde ao processo de modernização da lavoura cacaeira

implantada nesse período, quais sejam: a) as diferenças entre os princípios da Revolução Verde e a Revolução Verde efetivamente implantada na cacauicultura sulbaiana e b) as transformações ocorridas no cultivo tradicional do cacau, vigente até então.

Acerca da distinção entre as práticas gerais da Revolução Verde e as práticas que foram efetivamente implantadas no território nesse período, podemos observar pela definição de Souza e Bray (1992) que os principais elementos responsáveis por elevar a produtividade agrícola nesse novo modelo produtivo consistem no uso de sementes melhoradas, de máquinas e de insumos químicos. Entretanto, no cultivo moderno do cacau no Sul da Bahia, que começa a ser implantado nesse período, o primeiro e o último elemento foram implementados mas não o uso de máquinas, pelo menos não com a intensidade em que foram incorporados a outros cultivos monocultores brasileiros, sobretudo no caso da soja.

O uso de máquinas não foi significativamente incorporado à cacauicultura, em primeiro lugar porque a própria natureza da atividade no Sul da Bahia – caracterizada pela produção integrada à floresta em sistema de cabruca – inviabiliza a utilização intensiva de máquinas e, em seguida, porque a industrialização do cacau não foi significativa, sendo a exportação realizada em forma de amêndoas.

Em relação ao segundo ponto, que consiste em investigar as transformações promovidas pelo cultivo moderno no sistema de cultivo tradicional, vigente até então, avaliamos que a modernização da lavoura cacauera se concentrou na racionalização do processo produtivo, sobretudo para combater o alto grau de empirismo dos tratos culturais.

Por meio da CEPLAC foram desenvolvidos estudos e propostas técnicas agrícolas que transformaram radicalmente o modo tradicional de cultivo do cacau: generalizando práticas como a manipulação genética das plantas e a utilização de insumos químicos.

Assim, observamos a partir do final dos anos e 1950 a recuperação da lavoura cacauera e a modernização do cultivo. Graças à atuação da CEPLAC o Sul da Bahia conheceu um aumento significativo da produtividade e rentabilidade do cacau, conduzindo os produtores à ganhos inimagináveis, superando a crise e firmando o Brasil entre os maiores produtores de cacau do mundo novamente.

Não obstante a modernização do cultivo, o plantio do cacau em sistema cabruca permaneceu como o principal modelo de produção. Entretanto, a ampla utilização de insumos

químicos destituiu, em nossa avaliação, o caráter preservacionista desse sistema. As ações implantadas no período impactaram áreas até então conservadas de sistema cabruca, sobretudo no que tange a contaminação dos solos e de mananciais. Desta forma, avaliamos que a implantação do cultivo moderno transformou negativamente a dimensão ecológica enquanto manteve basicamente intactas as estruturas sociais.

A racionalização do processo produtivo do cacau e o aumento vertiginoso da produção, produtividade e rentabilidade do cacau acabaram por reforçar as bases que sustentaram esse território desde a consolidação da monocultura exportadora, quais sejam: o predomínio da produção cacaueira em latifúndios, a intensa concentração de renda, a precariedade das relações de trabalho e o significativo poder político, econômico e social dos coronéis.

III. Cacau-orgânico/biodinâmico e o cultivo agroecológico (pós-2000)

Antes de analisarmos a implantação do cultivo agroecológico do cacau – e as transformações que esse tipo de cultivo vem promovendo na área de estudo – necessitamos compreender o contexto que permitiu sua implantação.

No final dos anos 1980 teve início uma nova crise do cacau. O senso comum tende a associar essa crise à doença vulgarmente denominada vassoura-de-bruxa, doença provocada pelo fungo *Crinipellis perniciosa*. No entanto, a crise iniciada nesse período não pode ser compreendida apenas por meio da análise da disseminação dessa doença e seus impactos devastadores na produção e produtividade do cacau no Sul da Bahia.

Chiapetti (2009) analisa a instauração dessa crise a partir da ocorrência de cinco eventos simultâneos e interrelacionados observados a partir de 1980, quais sejam: a) a diminuição dos preços do cacau no mercado internacional; b) a conjuntura político-econômica mundial doravante orientadas pelos princípios neoliberais e seus reflexos na conjuntura política nacional (na qual o autor destaca os sucessivos planos nacionais de ajuste econômico); c) um longo período de seca que se estendeu de 1987 a 1992 e provocou a perda de grande quantidade de cacauais, comprometendo a produção; d) o aparecimento e

alastramento do fungo conhecido como vassoura-de-bruxa que apodrece o fruto do cacau, impactando diretamente a produção; e) modificações na estrutura global de oferta²⁸.

A respeito dessa que é, sem sombra de dúvidas, a pior crise da cacauicultura sul-baiana, o autor conclui

Não resta dúvida que a VB [vassoura-de-bruxa] foi importante para agravar a situação dos produtores de cacau, mas não menos que a mudança da política de financiamento para a atividade e a situação do modelo primário/exportador que, historicamente subordinado ao mercado internacional, e sob o comando das empresas transnacionais, produziu riquezas, mas os excedentes, em forma de lucros e impostos, foram drenados para fora da região e do próprio País (CHIAPETTI, 2009, p. 86).

Quando da disseminação do fungo, os produtores recorreram às orientações da CEPLAC, como o de costume, para proteger seus cacauais da doença e/ou sanear os cacauzeiros contaminados. Não obstante todo o processo de racionalização produtiva do cacau em curso desde o final dos anos 1950, a conjuntura dos anos 1980 revelou o despreparo dos produtores e do Estado (por meio de sua instituição mais representativa no cultivo do cacau – a CEPLAC) para controlar e contornar os eventos que, juntos, culminaram na chamada “crise da vassoura-de-bruxa”. Rocha explica que

Se por um lado, os produtores em geral não estavam em condições de enfrentar o problema, por outro, a CEPLAC, órgão responsável para estar à frente com novas tecnologias, prevenção e combate às pragas da lavoura cacauzeira, foi pega de surpresa, apesar de atuar também na Amazônia, onde a *Crinipellis* perniciosa é endêmica e convive com os cacauzeiros (ROCHA, 2008, p. 81).

²⁸ Chiapetti (2009) explica em detalhes o processo através do qual se deram as modificações na oferta do cacau: “A alta cotação do cacau na década de 1970 fez com que vários países da Ásia e África incentivassem o plantio, ocorrendo uma elevação da oferta mundial de cacau e, conseqüentemente, dos estoques mundiais. No final da década de 1970, o estoque mundial encontrava-se com 276 mil toneladas, quantidade suficiente apenas para abastecer as indústrias por 2,3 meses, um nível de estoque considerado crítico para as indústrias. Na safra de 1976/77, os preços se elevaram para 3.622 dólares/tonelada (preços médios) e voltaram a incentivar o aumento da produção em nível mundial. O Brasil, a Malásia e a Costa do Marfim aumentaram a produção fazendo com que a produção mundial passasse de 1.342 mil toneladas em 1976/77 para 2.506 mil toneladas em 1990/91. Com este aumento, o estoque mundial passou para 1.663 mil toneladas, quantidade suficiente para abastecer as indústrias por 8,6 meses, elevando a margem de segurança da indústria de processamento e ocasionando uma redução do preço para 1.193 dólares/tonelada. Esta situação permaneceu por muitos anos até que na safra de 2006/07 houve novamente um déficit de 255 mil toneladas, diminuindo mais uma vez a margem de segurança das indústrias para 5,2 meses, o que acarretou elevação do preço para 1.854 dólares/tonelada”. Na época em que o autor concluiu seu trabalho ele relatou, baseado nas informações de Zugaib (2008), que “Atualmente, o mercado opera com previsão de déficit de 41 mil toneladas e os preços estão girando em torno de 2.500 dólares/tonelada” (CHIAPETTI, 2009, p. 82).

Muitas foram as medidas propostas pela CEPLAC na tentativa de conter a disseminação da vassoura-de-bruxa, porém muitas delas mostraram-se ineficientes na contenção da doença, abalando a confiança dos produtores na instituição e levando novamente ao empobrecimento geral desse território.

Durante entrevista *Criollo*²⁹ revelou o histórico dos conflitos entre os produtores de cacau e a CEPLAC. Segundo sua análise esses conflitos, embora intensificados após a crise da vassoura-de-bruxa remetem, na realidade, ao período de implantação desse órgão.

Não sei se você sabe a história, mas a CEPLAC é um órgão que foi criado pelo produtor. A gente, todos [os produtores] da região, tinha uma taxa quando vendia o cacau... Começou com quinze por cento... era dado para essas entidades de pesquisas científicas. Depois passou a dez por cento... Era muito dinheiro e muito mal administrado...

A CEPLAC foi importante numa época, mas nos últimos anos... eu pelo menos nesses últimos vinte e cinco anos eu só tenho tomado prejuízo com a CEPLAC. Todas as coisas que a CEPLAC recomendou com a chegada da vassoura, terminaram em prejuízo.

Um órgão científico que trabalha com cacau deveria criar dados para ajudar o produtor... ela deveria ter se preparado para a chegada desse fungo da vassoura e nunca houve uma pesquisa. Quando [a vassoura-de-bruxa] chegou, foi uma surpresa para todo mundo, então ela começou a criar uns métodos empíricos... [sinal de negativo com a cabeça]. Resultado: a vassoura entrou pesada... então foi assim... diversas coisas que aconteceram... o produtor que já não estava capitalizado, descapitalizou mais ainda (CRIOLLO, 2016).

As sucessivas perdas econômicas do cacau a partir desse contexto de crise levaram à progressiva extinção do coronelismo no território. Os antigos “coronéis”, doravante endividados, perderam poder e prestígio.

Além disso, a doença da vassoura-de-bruxa, pivô dessa crise, é, por si, um elemento de deterioração das relações coronelistas uma vez que inviabiliza a manutenção econômica da grande propriedade, conforme relata Vinhães:

o que está acontecendo é a extinção da figura do ‘coronel de cacau’, tendo-se em conta que os pequenos produtores são os que mais têm preservado o cacau regional, pela simples facilidade do controle corpo-a-corpo, visto que têm menos plantas para cuidar (VINHÃES, 2001, p. 229)

²⁹ Como forma de resguardar a identidade dos nossos sujeitos de pesquisa utilizaremos nomes fictícios, cada um correspondente às principais variedades de cacau cultivadas no Sul da Bahia, identificados em itálico.

Também contribuíram para a extinção do coronelismo a introdução de novas atividades e novos agentes econômicos que passaram a concentrar a riqueza e a influenciar as políticas públicas. Para citar alguns exemplos, passam a se desenvolver no território os segmentos da indústria e turismo, além de fortalecer os segmentos do comércio (varejista e atacadista) e construção civil.

Como principais consequências dessa crise, que vale registrar ainda está em curso área estudada, apontamos “um intenso êxodo rural, **degradação dos recursos naturais renováveis**, desvalorização patrimonial, endividamento dos produtores e empobrecimento da população regional” (ROCHA, 2008, p. 76, grifo nosso).

Desde a instauração dessa crise, outras atividades vêm sendo desenvolvidas no território Sul da Bahia como forma de recuperar a economia. Dentre as novas iniciativas destacamos a agricultura orgânica (pós-2000) e biodinâmica (pós-2012) do cacau.

Tanto a agricultura orgânica quanto a agricultura biodinâmica são vertentes da Agroecologia. Esta é definida por Assis e Romeiro (2002, p. 71) como uma ciência que surgiu nos anos de 1970 "como forma de estabelecer uma base teórica para diferentes movimentos de agricultura alternativa que então ganhavam força com os sinais de esgotamento da agricultura moderna".

Entretanto, vale ressaltar que desde a década de 1920 têm sido observadas iniciativas de exploração agropecuária que buscavam valorizar os recursos naturais e diminuir a dependência de insumos externos aos estabelecimentos agrícolas. Por serem contrários ao modelo hegemônico essas iniciativas foram agrupadas sob o rótulo de "agricultura alternativa" ou ainda “práticas agrícolas não-convencionais”.

Assis e Romeiro (2002) avaliam que desde o surgimento desses movimentos de agricultura alternativa a maior parte das reações eram observadas no sentido de ridicularizar essas iniciativas associando suas práticas a uma visão retrógrada e/ou romântica, que pregaria a volta ao passado. No entanto, nos últimos anos esse discurso simplista tem encontrado cada vez menos ancoradouros.

Apesar de se manter em uma posição periférica na agricultura mundial – ainda dominada pelo manejo convencional – a agricultura agroecológica tem sido apontada em inúmeros estudos (inclusive pelo Conselho Nacional de Pesquisa dos Estados Unidos) como

uma prática absolutamente viável para milhares de agricultores por reduzir os custos de produção e ser tão rentável quanto os sistemas convencionais (ASSIS e ROMEIRO, 2002).

Altieri descreve a abordagem agroecológica destacando seu potencial para integrar diferentes dimensões na busca por uma estratégia de desenvolvimento que considere não só questões tecnológicas mas também questões sociais e econômicas

A agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam. Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ela utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais. Uma abordagem agroecológica incentiva os pesquisadores a penetrar no conhecimento e nas técnicas dos agricultores e a desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos. O objetivo é trabalhar com e alimentar sistemas agrícolas complexos onde as interações ecológicas e sinergismos entre os componentes biológicos criem, eles próprios, a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das culturas [...]. A produção sustentável em um agroecossistema deriva do equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos coexistentes (ALTIERI, 2008, p. 23).

Carmo (2004) classifica as principais vertentes da agricultura não convencional em agricultura orgânica, biodinâmica, biológica e natural e explica que a partir dessas vertentes originaram-se novos movimentos os quais, para a autora, desembocaram na agricultura sustentável dos dias atuais.

No território Sul da Bahia, as iniciativas de cultivo agroecológico foram simultâneas aos primeiros anos da crise dos anos 1980 e surgiu como uma prática agrícola diferenciada voltada para um segmento específico do mercado externo, o chamado Mercado Justo (ou Comércio Justo).

A concepção desse mercado surgiu na Europa na segunda metade do século XX a partir da tomada de consciência dos limites do modelo de produção agropecuária inspirado na Revolução Verde e em consonância com a crescente preocupação com a qualidade de vida que "vem motivando e mudando os referenciais dos consumidores modernos quanto à preocupação com a saúde, a preservação ambiental e a sustentabilidade socioeconômica do negócio agrícola" (SILVA, 2004, p. 115).

Na área de estudo, o cultivo agroecológico foi fomentado inicialmente sob a vertente da agricultura orgânica, desde o início da década de 1980 (quando já se observavam alguns dos eventos que culminaram na crise regional iniciada em 1989). Mas só foi efetivamente implantado a partir dos anos 2000.

Assis e Romeiro (2002) exploram a relação entre agroecologia e agricultura orgânica explicando que apesar de suas origens estarem imbricadas, elas não devem ser compreendidas como sinônimos. Os autores esclarecem a distinção entre os dois termos

no primeiro caso, a agroecologia é uma ciência, com limites teóricos bem definidos, que procura interrelacionar o saber de diferentes áreas do conhecimento, com o objetivo de propor um encaminhamento para a agricultura que respeite as condicionantes ambientais impostas pela natureza a esta atividade econômica. Isto porém, sem esquecer que o processo de produção agrícola deve estar necessariamente vinculado a um desenvolvimento social e econômico sustentável, ou seja, a agricultura deve ser entendida como uma atividade econômica que permita suprir as necessidades presentes dos seres humanos, respeitando os limites ambientais de forma a não restringir as opções futuras.

No segundo caso, a agricultura orgânica é uma prática agrícola e, como tal, um processo social que apresenta alguns vieses expressos em diferentes formas de encaminhamento tecnológico e de inserção no mercado, onde em função de como esta ocorre, os limites teóricos da agroecologia são respeitados em maior ou menor grau (ASSIS e ROMEIRO, 2002, p. 73-74).

No Brasil, a definição oficial da prática agrícola orgânica é expressa no artigo 1º da Lei no 10.831

Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (BRASIL, 2003, p. 01).

A essência da definição oficial pode ser resumida pela definição de Altieri (2008, p. 74), para quem a agricultura orgânica consiste num "sistema que sustenta a produção agrícola evitando ou excluindo em grande parte o uso dos fertilizantes e agrotóxicos sintéticos".

No caso específico do cacau, Rocha afirma que

A principal diferença do cacau orgânico para o convencional está no manejo da plantação. Neste tipo de cultivo, não pode ser utilizado nenhum produto químico e, na adubação, somente biofertilizantes, tais como esterco e a própria casca do cacau. Para combater a VB [vassoura-de-bruxa] é permitida a clonagem (ROCHA, 2008, p.204).

Dentre os vários produtos que passaram a ser cultivados organicamente no território Sul da Bahia a partir da década de 1980 – horticultura, frutas, flores, insumos, sementes e mudas, entre outros – encontramos o cacau. Uzêda explica que

Em função da difícil situação em que se encontra a agricultura da região, muitos foram os produtores que foram atraídos pelo sobre-preço que substituiria a larga margem de lucro proporcionada pelo cacau nos áureos tempos.

Na busca da consolidação de alternativas de exploração agropecuária economicamente aceitas pelo mercado, surgiram diversas organizações não governamentais desenvolvendo atividades com as comunidades, objetivando o desenvolvimento de modelos que permitam o alcance da certificação (UZÊDA, 2004, p. 129).

No que tange especificamente a agricultura orgânica do cacau observamos, por meio da análise da literatura especializada e realização de pesquisas de campo, a rápida expansão dos estabelecimentos rurais dedicados à sua produção orgânica. Essa expansão se deve, principalmente, a inúmeras parcerias que garantem a comercialização desse produto, sobretudo via exportação.

A partir do final de 2012, identificamos durante uma pesquisa de campo o que viria a ser o gérmen da agricultura biodinâmica no território. Durante pesquisa de campo realizada na propriedade de *Trinitário*, o produtor nos relatou que havia iniciado uma Pós-graduação em Agricultura Biodinâmica e já iniciava a produção e aplicação dos preparados biodinâmicos em sua propriedade, assim como a socialização dos saberes com outros produtores.

Segundo explica Carmo

A biodinâmica é ressaltada pelos seus seguidores como ligada à antroposofia, uma visão espiritual das relações humanas que preconiza a interação do homem à natureza em seu sentido mais amplo, abrangendo as influências cósmicas e os princípios homeopáticos como forma de potencializar as forças naturais (CARMO, 2004, p. 58).

Uma visão que parece geral entre os sujeitos de pesquisa que possuem a dupla certificação – orgânica e biodinâmica – pode ser sintetizada na seguinte fala, extraída de uma das entrevistas:

Vamos dizer que a biodinâmica é um passo, um degrau a mais que o orgânico; é uma especialização do orgânico, um diploma à mais para orgânico, como se fosse numa estrada... Mas não são todos os produtos orgânicos que vão querer ser biodinâmicos e também os consumidores não estão preparados. Talvez se todos os produtos orgânicos se transformassem em biodinâmicos, o mercado não seria suficiente... não teria saída suficiente. Mas progressivamente o mercado está aumentando e alguns podem vir a se interessar. Nós [produtores com dupla certificação] temos saída para os dois e não estamos atendendo a nem um nem a outro, certo?! O biodinâmico tem um mercado próprio que é um mercado muito sólido, muito... e não vai sofrer tanta oscilação como o orgânico. O mercado biodinâmico é diferente do orgânico. O biodinâmico, pelo fato de ter justamente uma produção bem menor e ser um pouquinho mais difícil para produzir, mais cuidadoso, tem um mercado que eu acredito que seja mais fiel. O mercado orgânico é novo; então se a pessoa está bem financeiramente pode comprar um produto orgânico. Se amanhã não está, não compra... volta para o convencional, [o mercado orgânico] pode oscilar... Mas o biodinâmico não! O biodinâmico é uma pessoa fiel, é uma pessoa que tem uma filosofia de vida e de alimentação e que vai sempre procurar isso (FORASTERO, 2016).

Conforme podemos perceber, através desse pequeno trecho, *Forastero* avalia a relação entre a agricultura orgânica e biodinâmica e questões de mercado envolvendo a produção de ambas as vertentes.

Durante entrevista recente, *Trinitário* (o produtor que cursou a Pós-Graduação em Agricultura Biodinâmica) nos revelou que existe entre nove e dez produtores do Sul da Bahia já possuem além da certificação orgânica, a certificação biodinâmica do cacau (ou estão em vias de certificação biodinâmica).

Apesar de recente, o histórico da agricultura agroecológica do cacau no território Sul da Bahia é bastante extenso pois inclui ações que foram idealizadas e/ou implantadas mas que acabaram não se concretizando. Por essa razão, sintetizamos as ações mais relevantes para compreensão da implantação desse cultivo no quadro abaixo.

Quadro 1 – resumo das ações que culminaram na implantação do cultivo agroecológico do cacau no Sul da Bahia.

PERÍODO	INICIATIVAS E DESCRIÇÕES
1980 a 1982	“Com o objetivo de estabelecer tecnologias que causassem menor impacto ambiental [...] destaca-se o pioneirismo da Cooperativa Agrícola Ilhéus Ltda – Coopercacau/Ilhéus que, em 1980, criou um departamento voltado para a introdução e disseminação da agroecologia no município de Ilhéus e em alguns municípios vizinhos [...] O projeto durou cerca de dois anos” (PORTELA, 2009, p. 31).
1989	Na I Conferência Internacional dos Trabalhadores da Cadeia Produtiva do Cacau realizada em Ilhéus “iniciaram-se as primeiras articulações com vistas ao mercado de cacau orgânico dentro da pauta de 'comércio justo' em curso na Europa [...] Essa experiência, apesar do protocolo assinado entre associações de produtores e Fundação Max Havelaar, holandesa, não chegou a se consumir” (CORREIA, 2003, p. 04).
1990 a 1996	“Em início dos anos 90 [...] a Tala Produtos Orgânicos, empresa sediada no município de Ilhéus, ocupa o espaço de estruturação da produção e do mercado orgânico junto a um grupo de produtores [...] em 1996 tem seu reconhecimento negado pela certificadora deixando de operar nesse segmento da produção orgânica (CORREIA, 2003, p. 05).
Final dos anos 1990	<p>Os processos de produção e certificação do cacau orgânico na região são retomados a partir das ações do Instituto de Estudos Sócio-ambientais do Sul da Bahia – IESB [...]. Dessa rearticulação [...] consolidaram-se parcerias locais (CORREIA, 2003, p. 06).</p> <p>“Outras experiências de certificação orgânica vêm se ampliando na região, a exemplo da Cooperativa de Pequenos Produtores e Produtoras Agroecologistas do Sul da Bahia – COOPASB, sediada em Ilhéus, criada em 1998, que contempla produtores de assentamentos de reforma agrária e agricultores tradicionais (SOUZA, 2005, p. 65).</p> <p>“[...] a COOPERRUNA, que fica no município de Una, começou a operar em 1999 [...] desenvolvendo a produção orgânica [...] visando especialmente a produção de palmito de açaí e frutas, frescas e desidratadas, além do cacau (OLALDE e DIAS, 2004, p. 82).</p>
2000	<p>“Para dar conta das demandas de organização da produção orgânica, em 12 de dezembro de 2000 é criada a Cooperativa dos Produtores Orgânicos do Sul da Bahia – CABRUCÁ (CORREIA, 2003, p. 06).</p> <p>“O projeto da <i>Barry Callebaut</i>, multinacional que opera no ramo do cacau com unidade processadora em Ilhéus, consiste em outra experiência com produtos orgânicos [...] A iniciativa do projeto começa em 2000, com a então <i>Chadler</i> interessada num programa de conversão de propriedades para o manejo orgânico do cacau” (SOUZA, 2005, p. 65).</p>

PERÍODO	INICIATIVAS E DESCRIÇÕES
2001	“No âmbito estadual, além da criação do Comitê Estadual de Agricultura Orgânica em 2001, com finalidade de regulamentar a produção orgânica na Bahia, não existem ações coordenadas para fomentar a produção orgânica” (OLALDE e DIAS, 2004, p. 83).
2007	Fundação da AMMA Chocolate Orgânico.
2012	O produtor <i>Trinitário</i> inicia o curso de Pós-Graduação em Agricultura Biodinâmica num dos principais cursos do Brasil (PESQUISA DE CAMPO, 2012). Lançamento da marca de chocolate orgânico Modaka Cacau Gourmet.
2013	Lançamento do Chocolate Terra Vista, marca de chocolate orgânico certificado produzido por assentamento rural do Sul da Bahia.
2014	Início da certificação biodinâmica do cacau no Sul da Bahia (PESQUISA DE CAMPO, 2014). Registro do aumento das marcas de chocolate produzidas no Sul da Bahia durante o 6º Festival Internacional de Chocolate realizado em Ilhéus-BA (PESQUISA DE CAMPO, 2016).
2015	Lançamento da Escola Chocolate da floresta no Instituto Cabruca (PESQUISA DE CAMPO, 2015).
2016	Nove a dez produtores de cacau do Sul da Bahia têm, ou requisitaram dupla certificação – orgânica ou biodinâmica (TRINITÁRIO, 2016). Início da Pós-Graduação em “Negócios em cacau e chocolate” da Faculdade de Ilhéus (PESQUISA DE CAMPO, 2016). Inauguração da nova sede da Cooperativa Cabruca (PESQUISA DE CAMPO, 2016). Lançamento da marca de chocolate orgânico Isidoro. Fundação da Associação dos Produtores de Chocolate do Sul da Bahia – entidade que reúne produtores de chocolate gourmet (feito a partir de amêndoas de alta qualidade, denominado “cacau fino”) e busca a Identidade Geográfica (IG) da produção chocolateira.

Fontes: Correia (2003); Olalde e Dias (2004); Souza (2005); Pesquisa de campo (2012, 2014, 2015 e 2016); Portela (2009) e Trinitário (2016).
Elaboração: Karina F. T. V. Neves.

Por meio da análise deste quadro podemos observar que após diversas tentativas de implantação do cacau orgânico nas décadas de 1980 e 1990, seu efetivo desenvolvimento ocorreu a partir dos anos 2000.

Também podemos perceber que diferentemente dos cultivos tradicional e moderno, que historicamente foram (e ainda são) induzidos, financiados e amparados pelo Estado, o

cultivo orgânico do cacau é fruto de iniciativas não-governamentais com destaque para o associativismo.

Nos últimos dois anos observamos, além do surgimento da produção biodinâmica do cacau, o interesse na produção de chocolate. No que tange a produção biodinâmica, destacamos novamente as iniciativas não-governamentais. E, no que se refere ao interesse na produção de chocolate essa parece ser uma nova tendência, inédita em toda a história da cacauicultura no Sul da Bahia.

Essa tendência pode ser confirmada pelo aumento das marcas regionais (2014), pela inauguração da Escola Chocolate da Floresta (2015) e, mais recentemente, pelo início do curso de Pós-graduação em “Negócios em chocolate e cacau” e pela fundação da associação dos produtores de chocolate (2016).

Vale destacar que a maior parte das marcas de chocolate que atualmente existem no Sul da Bahia são de cacau convencional. No entanto, por meio da pesquisa de campo identificamos algumas iniciativas que indicam a inserção do cultivo agroecológico do cacau no circuito chocolateiro do Sul da Bahia.

Já existem algumas marcas de chocolate que são produzidas a partir das amêndoas orgânicas cultivadas no Sul da Bahia, são elas: AMMA Chocolate Orgânico, Modaka Cacau Gourmet, Chocolate Terra Vista e Isidoro.

A primeira marca de chocolate orgânico, a AMMA Chocolate Orgânico foi fundada em 2007. Apesar de sediada em Salvador (capital da Bahia), a marca trabalha com amêndoas oriundas do Sul da Bahia, mais especificamente dos municípios de Ilhéus, Itabuna e Itacaré (AMMACHOCOLATE, 2016).

A Modaka Cacau Gourmet é a primeira marca de cacau orgânico a se estabelecer no Sul da Bahia, tendo sido lançada em 2012. A produção de chocolate está relacionada à produção da Fazenda São José, localizada no município de Barro Preto (BA) (CACAU MODAKA).

O Chocolate Terra Vista, lançado em 2013, é a primeira marca de chocolate orgânico certificado produzido por um assentamento rural. O assentamento, de mesmo nome da marca é ligado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e está localizado no município de Arataca (BA) (INSTITUTO CABRUCO, 2016).

Por fim, a marca Isidoro, recentemente lançada, é produzida em São Paulo (SP) pelo filho de um produtor de cacau com amêndoas orgânicas fornecidas pela fazenda da família, localizada em Itacaré (BA). Em entrevista, o produtor *Bonanza 14*, comenta essa produção

Meu filho hoje está em São Paulo começando a fazer chocolate e colocou o nome do chocolate de Isidoro, em homenagem ao meu avô que foi essa pessoa [o primeiro a produzir cacau na família]... Hoje, segundo ele, todos os produtos que tem uma história real são muito mais aceitos no mercado... Então ele fez um trabalho de mídia com algumas pessoas lá em São Paulo e foi escolhido esse nome. E ele está assim... vendendo bem! Ele fez um carrinho, leva o carrinho e vende lá em São Paulo... participa de algumas feiras e... agora no dia dos namorados ele disse que vendeu bastante (BONANZA 14, 2016).

Além dessas marcas de chocolate orgânico que já estão consolidadas no mercado local e extra-local, descobrimos também, durante as pesquisas de campo, a intenção da Cooperativa Cabruca produzir chocolate com sua marca.

Tivemos a oportunidade de conhecer a nova sede da cooperativa, que já foi construída para comportar uma fábrica de chocolate que operará, em médio prazo, a partir da produção de cacau orgânico e biodinâmico dos cooperados.

Vários dos entrevistados, ao comentar essa iniciativa, nos explicaram em entrevista que já existe o espaço físico e que atualmente os cooperados estão em fase de estudo para a compra da maquinaria especializada e avaliação de mercados.

Para finalizar a exposição dos resultados, avaliamos que a implantação e posterior expansão do cultivo agroecológico têm promovido significativas transformações no “modelo tradicional de exploração de terra e velho modelo de estrutura social hierarquizado e excludente” (FREITAS e PARAÍSO, 2001, p. 97).

Isso porque os pilares que sustentam a concepção de agricultura agroecológica antagonizam com o paradigma monocultor preexistente, introduzindo, progressivamente novas relações de produção, trabalho e comércio/consumo e alterando a conformação da tríade capital-terra-trabalho.

Na monocultura cacauzeira convencional – tanto durante o cultivo tradicional, quanto no cultivo moderno – essa tríade esteve fundada no poder dos “coronéis”, na grande propriedade como unidade de produção e na sobre-exploração do trabalhador.

A agricultura agroecológica – tanto orgânica quanto biodinâmica – introduziu novos elementos nesse território como o cultivo natural, o equilíbrio ecológico e o respeito ao homem. Esses novos elementos que passaram a fundamentar as práticas agrícolas e as relações humanas no novo tipo de cultivo do cacau contrariam as bases das práticas socioculturais e técnicas do cacau convencional que, como vimos, transcendiam as esferas da produção e comercialização desse produto e fundamentavam as próprias relações sociais, políticas e culturais nesse território.

Assim, avaliamos que num contexto de crise que levou ao empobrecimento geral, o cultivo agroecológico do cacau é um importante elemento de análise que, de um lado, representa a retomada das práticas conservacionistas desse cultivo pós-Revolução Verde e, de outro, representa uma transformação inédita nas relações de trabalho na lavoura cacaueira.

A partir do cultivo agroecológico que, como vimos têm como princípios a responsabilidade ambiental e social, registramos o aumento da formalidade das relações de trabalho com o devido respeito aos direitos do trabalhador, a melhoria das condições de moradia e acesso aos serviços e equipamentos urbanos.

Selecionamos uma fala de um sujeito de pesquisa na qual identificamos a ênfase da responsabilidade nas esferas ambiental e social na agricultura, sem que uma sobressaia à outra. Ao comentar a necessidade de generalização das práticas orgânicas entre os produtores de cacau no Sul da Bahia, *Criollo* indica que é preciso

mostrar que isso é importante, que isso têm valor. Quando a gente fala de agricultura orgânica, a gente falando de proteção da mata atlântica, de proteção das nascentes, de proteção da fauna e da flora... então é mais do que plantar cacau, é fazer com que a gente tenha todo um respeito com a terra, todo um respeito como pássaro, todo respeito com os peixes... Mais do que apropriar-se de um cacau bonito, sem doenças é garantir que aquele homem que está trabalhando também não vai ter doenças... tem que estar com os dentes tratados, enxergando bem, com a alegria de chegar em casa e poder dormir num ambiente gostoso, com seus filhos estudando... Os filhos do nosso trabalhador estão estudando aqui embaixo [na cidade] por conta da fazenda, numa escola particular. Por que? Porque a escola pública que tem lá perto da nossa roça... choveu o professor não vai, fez sol demais o professor não aparece, tem greve de ônibus o professor não aparece, a prefeitura não liberou o dinheiro da passagem o professor não aparece... Então eu percebi que não dá! O menino não aprende nada! Isso é orgânico, se você não consegue fazer isso, não é orgânico (CRIOLLO, 2016).

Criollo é um sujeito de pesquisa muito peculiar pois é produtor de cacau há 45 anos e passou pelos três tipos de cultivo identificados nessa pesquisa, ainda que numa cronologia diferente.

Ele adquiriu a propriedade em 1971 e iniciou a produção no cultivo moderno de cacau ou, com suas palavras “cacau convencional, cacau com veneno, cacau com pesticida, cacau com adubo químico” (CRIOLLO, 2016).

Com a persistência da “crise da vassoura-de-bruxa”, abandonou os tratos culturais da lavoura de cacau devido a descapitalização, de forma que grande parte da fazenda foi abandonada. Nas roças que permaneceram sendo exploradas, nenhum produto químico era aplicado, tendo a propriedade implantado o cultivo tradicional.

Anos mais tarde, quando, por intermédio da Cooperativa Cabruca o produtor teve interesse em desenvolver o cultivo agroecológico, o cultivo tradicional facilitou o processo de transição, pois não havia manejo químico na propriedade.

Atualmente essa propriedade tem dupla certificação – orgânica e biodinâmica – e, como vimos por meio do trecho de entrevista reproduzido acima, o sujeito tem clareza de que o respeito ao homem e à natureza são igualmente importantes no fazer de uma agricultura agroecológica.

CONCLUSÃO

Como vimos, desde o final do século XIX a monocultura do cacau tem se desenvolvido no Sul da Bahia. Nossa pesquisa revelou que o desenvolvimento dessa atividade consolidou certas práticas de produção (principalmente o sistema cabruca) que permitiram a relativa conservação do meio natural mas, por outro lado, a riqueza proveniente da cacaucultura instaurou o coronelismo e consolidou relações de trabalho precárias e altamente personalistas.

No período de modernização da lavoura cacaueira a aplicação de alguns dos princípios da Revolução Verde – sobretudo a ampla utilização de insumos – teve como principais reflexos o aumento da produtividade cacaueira, o aumento exponencial dos impactos

ambientais e o fortalecimento do poder dos coronéis, acompanhado da sobre-exploração do trabalhador.

Após grave crise iniciada no final da década de 1980 reconhecemos elementos de mudança estrutural na economia e sociedade. Um desses elementos é do cultivo agroecológico do cacau sob as vertentes orgânica e biodinâmica.

Avaliamos que a despeito de todo *know-how* acumulado em séculos de dedicação à monocultura do cacau, o cultivo agroecológico desse produto inaugurou novas práticas de manejo, novos padrões de qualidade e novas relações de produção e trabalho que, em essência, contrastam com as práticas consolidadas em mais de 120 anos de produção cacauzeira nesse território.

Até agora o cultivo agroecológico tem se desenvolvido de forma praticamente independente das ações estatais, no que tange o fomento à atividade, linhas de crédito específicas e oferta de orientação técnica. Apesar de numericamente inferior no conjunto da produção cacauzeira do Sul da Bahia, o cacau agroecológico – tanto orgânico quanto biodinâmico – tem um caráter inovador a nível local, sob muitos aspectos.

É inovador do ponto de vista ecológico ao implantar técnicas de manejo natural no sistema cabruca e recuperar áreas de mata nativa, refúgios da vida silvestre, promover o reflorestamento com espécies nativas, conservar e recuperar nascentes, promover a recuperação do solo.

É inovador do ponto de vista das relações trabalhistas, respeitando a legislação, promovendo a formalidade dos postos de trabalho e garantindo boas condições de vida e saúde do trabalhador e sua família.

É inovador do ponto de vista da produção e comercialização garantindo amêndoas de alta qualidade e conseguindo inserção diferenciada de seu produto no mercado externo.

É inovador do ponto de vista da organização, pois se desenvolve a partir de horizontalidades construídas na relação entre sujeitos e entre esses e algumas instituições específicas.

Além disso, o cultivo agroecológico também parece ter boas condições de inserção na recente tendência de produção de chocolates seja por meio de marcas orgânicas já

consolidadas no mercado, seja pela vinculação de algumas dessas marcas (AMMA Chocolate Orgânico e Modaka Cacau Gourmet) à associação que busca a Identidade Geográfica do cacau produzido no território, ou seja ainda por meio de promessas futuras de uma produção de chocolate de alta qualidade, com responsabilidade social e ambiental, com a marca da cooperativa mais importante para a compreensão do histórico, expansão e desenvolvimento do cacau orgânico e, mais recentemente biodinâmico no Sul da Bahia.

Referências

ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 5. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

AMMACHOCOLATE. *Dados gerais*. Disponível em: <<http://www.ammachocolate.com.br/>>. Acesso em: 30 set. 2016.

ASSIS, Renato Linhares; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n. 6, p. 67-80, 2002.

BONANZA 14. *Depoimento*. Ilhéus: Pesquisa de campo. Entrevista concedida à Karina Fernanda Travagim Viturino Neves, 2016.

BRASIL. *Lei nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003*. Brasília: 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.831.htm>. Acesso em: 26 set. 2010.

CACAUMODAKA. *Dados gerais*. Disponível em: <<http://cacaumodaka.com/>>. Acesso em: 01 ago. 2016.

CARMO, Maristela Simões do. Agricultura sustentável: uma necessidade para o desenvolvimento. In: UZÊDA, Mariella Camardelli (Org.) *O desafio da agricultura sustentável: alternativas viáveis para o Sul da Bahia*. Ilhéus: Editus, 2004.

CHIAPETTI, Jorge. *O uso corporativo do território brasileiro e o processo de formação de um espaço derivado: transformações e permanências na Região Cacaueira da Bahia*. 2009. 205 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2009.

CORREIA, Elieser B. *Certificação orgânica em agrossistemas cacau: a sustentabilidade agrícola em construção no âmbito da Mata Atlântica Sul Baiana*. 2003. 114 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2003.

CRIOLLO. *Depoimento*. Ilhéus: Pesquisa de campo. Entrevista concedida à Karina Fernanda Travagim Viturino Neves, 2016.

FREITAS, Antônio F. Guerreiro de; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Caminhos ao encontro do mundo: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul – Ilhéus, 1534 – 1940*. Ilhéus: Editus, 2001.

FORASTERO. *Depoimento*. Ilhéus: Pesquisa de campo. Entrevista concedida à Karina Fernanda Travagim Viturino Neves, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Brasil: Microrregiões*. Brasil, 2011. 1 cartograma. Sem escala. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/ho-me/geociencias/cartogramas/microrregiao.html>>. Acesso em: 21 mar. 2011.

INSTITUTO CABRUCO. *Dados gerais*. Disponível em: <<http://www.cabruca.org.br/>>. Acesso em: 01 out. 2016.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI*. São Paulo, Hucitec, 2000.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, dez. 2001.

OLALDE, Alícia R.; DIAS, Bruno de O. Agricultura orgânica e agroecologia na Bahia: atores e experiências. In: UZÊDA, Mariella Camardelli (Org.). *O desafio da agricultura sustentável: alternativas viáveis para o Sul da Bahia*. Ilhéus: Editus, 2004.

PORTELA, Luciano T. S. *Análise dos sistemas agrícolas orgânico e convencional no território do Litoral Sul da Bahia*. 2009. 135 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2009.

ROCHA, Lurdes Bertol. *A região cacauzeira da Bahia – dos coronéis à vassoura-de-bruxa: saga, percepção, representação*. Ilhéus: Editus, 2008.

SANTOS, Milton. *Zona do cacau: Introdução ao Estudo Geográfico*. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

SILVA, Roberis Ribeiro da. O alimento orgânico como uma oportunidade de negócio e sua perspectiva de mercado. In: UZÊDA, Mariella Camardelli (Org.). *O desafio da agricultura sustentável: alternativas viáveis para o Sul da Bahia*. Ilhéus: Editus, 2004.

SOUZA, Aline Conceição. *Diagnóstico e análise do mercado de produtos orgânicos no eixo Ilhéus e Itabuna, Bahia*. 2005. 147 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2005.

SOUZA, Rita C. M. de; BRAY, Sílvio Carlos. Algumas considerações sobre o uso de agrotóxicos nos assentamentos rurais de Casa Branca e Araras – SP. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 11., 1992, Maringá. *Anais...* (Volume I-A) Maringá: UEM, 1992. p. 325.

TRINITÁRIO. *Depoimento*. Ilhéus: Pesquisa de campo. Entrevista concedida à Karina Fernanda Travagim Viturino Neves, 2016.

UZÊDA, Mariella Camardelli. Agroecologia: nova forma de análise no resgate da diversidade. In: _____ (Org.). *O desafio da agricultura sustentável: alternativas viáveis para o Sul da Bahia*. Ilhéus: Editus, 2004.

VINHÁES, José Carlos. *São Jorge dos Ilhéus: da capitania ao fim do século XX*. Ilhéus: Editus, 2001.

MUDANÇAS PRODUTIVAS NO PAMPA BRASILEIRO: IMPACTOS, VULNERABILIDADE E ESTRATÉGIAS DE REAÇÃO

Alessandra Matte³⁰

Resumo: esse estudo tem por objetivo identificar em que medida o avanço da soja e da silvicultura sobre o bioma Pampa, no sul do Brasil, pode representar uma situação de vulnerabilidade para os pecuaristas que tradicionalmente ocupam esse espaço, buscando compreender os impactos sobre seus meios de vida e quais estratégias de reação e/ou interação estão sendo adotadas por esses produtores. Foram entrevistados 60 pecuaristas, entre os quais 22% consideram a soja uma vulnerabilidade, revelando um cenário contestatório e polêmico que divide percepções sobre a atividade. Por outro lado, a silvicultura é considerada uma vulnerabilidade por 82% dos pecuaristas entrevistados, interpretada enquanto uma ameaça que coloca em risco a reprodução da pecuária.

Palavras-chave: bioma Pampa; pecuária; resiliência; transformações; vulnerabilidade.

PRODUCTIVE CHANGES IN BRAZILIAN PAMPA: IMPACTS, VULNERABILITY AND REACTION STRATEGIES

Abstract: this study aims to identify to what extent the advance of soy and forestry on the Pampa biome, in southern Brazil, may represent vulnerability for farmers who traditionally occupy this space, trying to understand the impact on their livelihoods and what response strategies and / or interaction are being adopted by these producers. They interviewed 60 farmers, of which 22% consider soy vulnerability, revealing a contestatory and controversial scenario that divides perceptions about the activity. On the other hand, forestry is considered a vulnerability 82% of farmers interviewed, interpreted as a threat that endangers livestock breeding.

Keywords: biome Pampa; livestock; resilience; transformations vulnerability.

CAMBIOS PRODUCTIVOS EN PAMPA DE BRASIL: IMPACTOS, LA VULNERABILIDAD Y LA REACCIÓN ESTRATEGIAS

Resumen: este estudio tiene como objetivo identificar en qué medida el avance de la soja y la silvicultura en el bioma Pampa, en el sur de Brasil, puede representar una vulnerabilidad para los agricultores que tradicionalmente ocupan este espacio, tratando de comprender el impacto sobre sus medios de vida y qué estrategias y/o la interacción de respuesta están siendo adoptadas por estos productores. Se entrevistaron 60 agricultores, de los cuales el 22% consideran una vulnerabilidad de soja, revelando un escenario contestatario y polémica que divide las percepciones acerca de la actividad. Por otro lado, la silvicultura se considera una vulnerabilidad de 82% de los agricultores entrevistados, interpretado como una amenaza que pone en peligro la cría de ganado.

³⁰ Zootecnista, Mestre e Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: alessandramatte@yahoo.com.br

Palabras-chave: bioma Pampa; la ganadería; la resiliencia; la vulnerabilidad transformaciones.

Introdução

A pecuária representa atualmente pelo menos uma fonte parcial de rendimentos e de garantia de segurança alimentar para 70% dos 880 milhões de pobres rurais no mundo, os quais vivem com menos de um dólar por dia (NEELY; BUNNING; WILKES, 2009). Em recente relatório produzido no âmbito da Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO, 2016), a organização evidencia o papel global da pecuária a partir da sua direta relação em assegurar a segurança alimentar de diversas populações no planeta, classificando-a enquanto um “poderoso motor” para o desenvolvimento da agricultura e dos sistemas agroalimentares. Ao encontro dessas afirmações, estudos têm evidenciado a relevância social e econômica da atividade pecuária para mais de um bilhão de pessoas, somada ao seu papel na gestão sustentável da base de ambientes e recursos naturais (NEELY; BUNNING; WILKES, 2009; GODBER; WALL, 2014; FAO, 2011; 2015; GARTZIA et al., 2016). Por isso, a esse respeito, tem sido desenvolvidos esforços para reconhecer o papel da pecuária também no processo de conservação de ambientes únicos e sua importância do processo de uso sustentável de recursos naturais, que se mostram dependentes da presença dos animais e do manejo realizado pelo homem.

O sul do estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, tem marcantes características históricas relacionadas à atividade pecuária, propiciadas principalmente pela forma de ocupação e pela presença de extensas áreas de pastagens naturais típicas do bioma Pampa, totalizando mais de 300 anos de tradição nessa região do estado brasileiro. Em anos recentes, esse espaço vem passando por diversas mudanças no contexto das estratégias de desenvolvimento, o que tem acarretado transformações de ordem social, econômica e ambiental, tornando-se notadamente dinamizada e reduzindo a presença da atividade pecuária. Dentre as consequências, pode-se dizer que a mais direta delas é a redução e a supressão do bioma Pampa, que, como já comprovado em diversos estudos, depende da pecuária para sua manutenção e reprodução, ao passo que a atividade assegura sua existência, havendo uma compatibilidade e dependência mútua entre animal e campo (BORBA, 2009; BORBA; TRINDADE, 2009; OVERBECK et al., 2009; MORALES GROSSKOPF et al., 2011; CHOMENKO; BENCKE, 2016; BENCKE, 2016; WAQUIL et al., 2016). No contexto global, Neely e Bunning (2008) destacam que as áreas com pastagens utilizadas como base

para a produção de gado cobrem cerca de 70% da área terrestre do mundo. Portanto, a pecuária contribui na conservação de ambientes naturais ao assegurar a existência e reprodução de espécies da fauna e da flora por meio da criação de animais sobre campos naturais.

Assim, ao olhar a estrutura geral do sul do Rio Grande do Sul, têm-se assistido atualmente não somente a permanência das tentativas históricas de modernizar os processos produtivos da atividade tradicional pastoril, mas as constantes tentativas de inovação produtiva e tecnológica de novas atividades, como vêm ocorrendo no caso dos cultivos agrícolas em grande escala, representado principalmente pelas lavouras de soja, e dos empreendimentos de silvicultura (cultivo de espécies de árvores exóticas). Nessas condições, os campos naturais da região sul vêm cedendo espaço e sendo substituídos de forma intensa e imediata pelo monocultivo dessas duas atividades (OVERBECK et al., 2009; MORALES GROSSKOPF et al., 2011; GAUTREAU, 2014). Os riscos dessa reconversão produtiva e, principalmente, da intensificação produtiva em espaços agrícolas, resultam em consequências significativas para o ambiente, como a degradação dos solos e dos recursos hídricos, desmatamento, mudanças climáticas regionais, perda de biodiversidade, entre outros fatores (SOARES-FILHO et al., 2006; HECHT; MANN, 2008; PORTO; SOARES, 2012; DAVIDSON et al., 2012; FAO, 2015; WESZ JR., 2016; VENNET; SCHNEIDER; DESSEIN, 2016).

Em contrapartida, enquanto no sul do país os pecuaristas estão perdendo suas áreas de pastagem natural, cedendo seu espaço para a entrada do cultivo de lavoura de grãos, paradoxalmente, no norte do país, principalmente na Amazônia, derrubam-se áreas com florestas nativas para a entrada da pecuária, transformando parcelas florestais naturais em grandes extensões de pastagens cultivadas (MORALES GROSSKOPF, 2011; FEARNSIDE, 2005; PIKETTY et al., 2005; SOARES-FILHO et al., 2006). Apesar de paradoxal, o que há em comum em ambas as situações (Pampa e norte do país) é a supressão dos recursos naturais, movidos por um conjunto particular de interesses de um projeto desenvolvimentista, gerando uma importante e cada vez maior perda de identidade cultural e de continuação dos sistemas produtivos originais desses contextos. As consequências da conversão dessas áreas podem estar refletindo em alterações no ambiente, como períodos cada vez mais rigorosos e extensos de seca (SOARES-FILHO et al., 2006; DAVIDSON et al., 2012).

Diante desse cenário, alguns dos impactos decorrentes dessas transformações no sul do Rio Grande do Sul apontam para consequências como a elevação do preço da terra, redução de áreas destinadas à pecuária sobre campos naturais, pressão à modernização da atividade pecuária, supressão do bioma Pampa e perda da biodiversidade, consequências essas potencialmente capazes de acarretar à atividade pecuária diferentes situações de vulnerabilidade. Essas transformações são acompanhadas por mudanças nas dinâmicas sociais, constatadas por uma crescente saída da população residente no meio rural, principalmente a população jovem, o que vem comprometendo a transmissão do patrimônio e a própria sucessão familiar nos estabelecimentos de pecuária.

Portanto, diante do contexto apresentado, esse estudo tem por objetivo identificar em que medida essas mudanças em curso representam situações de vulnerabilidade para os pecuaristas de corte do sul do Rio Grande do Sul, compreendendo os impactos sobre seus meios de vida e que estratégias de reação e/ou interação estão sendo adotadas por esses produtores diante dessas situações a que estão expostos.

Para tanto, o artigo está subdividido em quatro seções, para além desta introdução. Assim, na sequência, situa-se aspectos centrais que estão relacionados ao debate da temática da vulnerabilidade na literatura internacional. A terceira seção consiste na apresentação do método utilizado para realização do estudo. Os resultados e análises são apresentados na quarta seção, que está subdividida em duas subseções, uma primeira relacionada ao avanço da soja, e outra, ao avanço da silvicultura. Por fim, na última seção são tecidas algumas considerações finais acerca dessa conjuntura, bem como apontamentos que giram em torno de possíveis tendências diante desse cenário.

2 Abordagem da vulnerabilidade no contexto das mudanças agrárias

Essa seção está subdividida em duas. Uma primeira tem o propósito de apresentar ao leitor o debate que envolve a abordagem da vulnerabilidade e as compreensões encontradas na literatura. A segunda subseção busca apresentar ao leitor como as abordagens das capacitações de Amartya Sen e dos meios de vida de Frank Ellis podem ser interessantes para compreender as estratégias de enfrentamento e de adaptação às situações de vulnerabilidade

2.1 As situações de vulnerabilidade

A abordagem da vulnerabilidade tem sua origem em estudos relacionados com as ameaças naturais desenvolvidos inicialmente na Geografia. Susan Cutter (1996) afirma que esse fenômeno tem origem nos estudos sobre desastres naturais (mudanças ambientais) e na avaliação de riscos. A partir da década de 1990, algumas pesquisas foram conduzidas a compreender a vulnerabilidade das pessoas aos impactos das alterações ambientais, especialmente as alterações climáticas (JANSSEN; OSTROM, 2006). Também nessa década constata-se que não somente as variáveis ambientais, mas também um conjunto de outras mudanças de ordem interna e externa ao grupo familiar, provocam vulnerabilidade. Com o avanço dos estudos sobre esse tema, a Geografia Humana, as Ciências Sociais e a Ecologia também passaram a se interessar pelo tema, passando a relacioná-la com as mudanças ambientais (ADGER, 2003; FUSSEL, 2007).

Nas Ciências Sociais, de maneira geral, o uso da abordagem é empregado com a denominação de vulnerabilidade social. Essa forma da abordagem é comumente utilizada para descrever características individuais, correspondendo ao produto de uma desigualdade social (CUTTER; BORUFF; SHIRLEY, 2003). Para esses autores, a vulnerabilidade refere-se aos fatores que influenciam na suscetibilidade ou na forma como a sociedade é prejudicada, assim como a sua capacidade de reagir frente a essas situações. A vulnerabilidade social, de maneira ampla, corresponde à falta de acesso aos recursos como a informação, o conhecimento e a tecnologia, além de acesso limitado ao capital social, incluindo as redes sociais e as conexões, crenças e costumes, também atribuído a indivíduos frágeis e fisicamente limitados pela falta de saúde (CUTTER; BORUFF; SHIRLEY, 2003).

Essa forma de abordagem da vulnerabilidade contribuiu para que se constatasse que, frente a situações de risco, não só o indivíduo pode ser fragilizado, mas também o contexto como um todo. Em uma perspectiva distinta, outros autores preferem o termo vulnerabilidade ambiental (ou climática), inserida no contexto especialmente das alterações ambientais enraizada com os sistemas sociais (ADGER, 2003; 2006; JANSSEN; OSTROM, 2006; MARANDOLA JR.; HOGAN, 2006; HERTEL; ROSCH, 2010; KIRSCH; SCHNEIDER, 2016). Segundo Adger (2006), essa abordagem da vulnerabilidade leva em consideração o estresse provocado pelas mudanças ambientais e sociais, potencializado pela ausência de capacidade de adaptação. Para Marandola Jr. e Hogan (2006), as áreas de degradação ambiental coincidem com áreas de degradação social, e nessas condições o que ocorre é uma

interrupção da normalidade por eventos extremos, e assim, dessa forma, os indivíduos e a sociedade são pegos de surpresa, produzindo incertezas e desordem. Conforme Kirsch e Schneider (2016), a vulnerabilidade é compreendida como uma condição social e situacional, em que conjuntos de fatores endógenos e/ou exógenos, em múltiplas escalas e dimensões, enunciam-se mutuamente.

Ao abordar essa forma de vulnerabilidade no Brasil e na América Latina, Nobre (2008) considera que ambos os lugares podem apresentar vulnerabilidade a fatores socioeconômicos e ambientais, com relativo destaque às mudanças climáticas, especialmente sobre a agricultura. Segundo Hertel e Rosch (2010), os impactos dessas situações de vulnerabilidade refletem sobre o bem estar das populações, tendo relação direta com o grau em que o indivíduo está integrado aos mercados de produtos e insumos. Em casos em que a família é totalmente autossuficiente e consome o que produz, uma redução de produtividade de dez por cento vai se traduzir em uma redução de dez por cento no consumo (HERTEL; ROSCH, 2010).

Segundo Morton (2007), a vulnerabilidade pode proceder de várias tendências socioeconômicas, demográficas e políticas, limitando a capacidade de adaptação a mudanças. Já Adger (2006, p. 270) afirma que a vulnerabilidade é o “estado de suscetibilidade a danos, causados por exposição ao estresse, associado com mudança ambiental e social e da ausência de capacidade de adaptação”. Morton (2007) e Adger (2006) propõem pensar a vulnerabilidade em uma perspectiva que envolve a falta ou dificuldade de resiliência. Assim como esses autores, os estudos demográficos da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL, 2002) definem a vulnerabilidade como uma incapacidade de enfrentar os riscos ou como impossibilidade de manejar ativos para se proteger diante das incertezas.

De modo geral, as discussões e reflexões acadêmicas acerca do tema da vulnerabilidade colocam como condição trivial uma questão inicial orientadora: vulnerabilidade a quê? Assim, os estudos sobre o tema da vulnerabilidade têm buscado uma definição que atenda a diversidade de formas em que a vulnerabilidade pode ser identificada e a variedade de impactos que causa às famílias rurais.

O tema da vulnerabilidade tem sido utilizado de maneira ampla e difusa em estudos com a pecuária no mundo. Prova disso é a recente publicação de edição especial da revista francesa *Revue d'élevage et de médecine vétérinaire des pays tropicaux* (2015), que reúne

estudos sobre a temática na pecuária no mundo e destaca a relevância desse debate e da operacionalização dos resultados para a construção de políticas públicas que deem o suporte necessário para que os pecuaristas possam reagir às distintas situações com que se deparam. Diante dos processos constantes de mudanças que a sociedade contemporânea tem vivenciado, o meio rural ocupa lugar estratégico para análise das mudanças societárias, já que no seu contexto de produção e trabalho se encontram contingentes populacionais em exposição a situações de vulnerabilidade social, econômica e ambiental, face aos riscos – muitos dos quais imprevisíveis – decorrentes da sociedade moderna.

Por isso, a abordagem das capacitações de Amartya Sen (2010) e dos meios de vida de Frank Ellis (2000) tem se preocupado em estudar os atores (indivíduos) e o desenvolvimento, demonstrando ser uma via importante de análise dos processos de mudanças sociais na interação dos atores com o contexto hostil a que possam estar expostos. A partir disso, a discussão a seguir dá conta de evidenciar a relevância dessas abordagens enquanto ferramentas de amparo ao estudo da vulnerabilidade e das estratégias de reação que podem ser adotadas pelos indivíduos e pelas famílias.

2.2 Estratégias de reação: a participação das capacitações e dos meios de vida

A noção de capacitações proposta por Amartya Sen envolve a ideia de oportunidade de escolha. Esta abordagem surge da proposição de que para que desenvolvimento seja exercido pelos indivíduos, deve-se dispensar atenção aos meios disponíveis e não direcionar a atenção apenas para os fins. Nesse sentido, segundo Sen (2008;2010), as capacitações que as pessoas têm são entendidas como as características físicas e mentais dos indivíduos, bem como as oportunidades sociais e influências que recebem, resultando em seus funcionamentos e ações. Ou seja, não basta o indivíduo ter capacidade para fazer e ser, é necessário que ele disponha das condições e oportunidades para realizar o que deseja, e escolher o tipo de vida que almeja. Na verificação de situações de vulnerabilidade, a abordagem das capacitações nos leva a considerar as habilidades de cada pessoa para realizar suas funções, em que estas são suas reais capacidades, sem as quais não há escolha genuína (SEN, 2008).

Portanto, para exercer as capacitações, o indivíduo necessita de um meio que possibilite condições para o seu desenvolvimento. Dessa maneira, em circunstâncias em que o indivíduo ou a família tiverem seus meios de vida ameaçados (por incertezas, riscos ou

mudanças), sua liberdade de exercer suas capacidades estará comprometida, limitando suas escolhas e possibilidades de reação (ELLIS, 2000). A abordagem dos “meios de vida” (*livelihoods*) proposta por Frank Ellis (2000) considera que as famílias desenvolvem suas estratégias de reprodução social estabelecendo ligação entre os ativos e as atividades que o grupo familiar possui para sobreviver. Segundo Ellis (2000, p. 10), “um meio de vida compreende os bens (natural, físicos, humanos, financeiro e capital social), as atividades e o acesso a estas (mediados pelas instituições e relações sociais) que juntos determinam a vida adquirida pelo indivíduo ou pelo grupo familiar”. Portanto, o meio que o indivíduo possui para viver envolve os ativos de que dispõe, suas atividades e as formas de acesso e uso que determinam o seu modo de viver. Os meios de vida são compostos por um conjunto de capitais constituídos por diversos ativos, onde a condição em que esses ativos encontram-se influencia a forma como serão acessados e mobilizados, tendo como principal propósito a busca pela sustentação do estabelecimento e autonomia da família (ELLIS, 2000).

Os indivíduos e as famílias possuem diferentes formas de acesso aos distintos capitais, atribuindo heterogeneidade em suas estratégias de enfrentamento e adaptação às diversas situações de vulnerabilidade. Os indivíduos desenvolvem ações que buscam a manutenção da família, permitindo que continuem a realizar sua reprodução social, tanto em curto como longo prazo.

Diante de uma situação de vulnerabilidade, os indivíduos podem reagir principalmente de duas maneiras: enfrentando ou adaptando-se. As estratégias de enfrentamento são uma tentativa de sobrevivência do grupo familiar frente a um contexto de vulnerabilidade, visando superá-lo. As estratégias de enfrentamento procuram promover a capacidade de mitigação dos indivíduos, consistindo na promoção de medidas para reduzir os riscos ou mesmo para reduzir seus impactos, mesmo que temporariamente (CUTTER; BORUFF; SHIRLEY, 2003). Assim, as estratégias de enfrentamento visam a moderar ou reduzir os impactos negativos de situações que causam vulnerabilidade, ou promover efeitos positivos para evitar maiores impactos.

Por outro lado, as estratégias de adaptação envolvem a capacidade dos meios de vida “evolúem”, a fim de acomodar as situações de riscos ou mudanças, ampliando a gama de variabilidade com que podem lidar com as situações de vulnerabilidade (ADGER, 2006). As estratégias de adaptação se expressam como alternativas de escolha que buscam caminhos mais estáveis, sendo estratégias que “antecipam” possíveis crises e choques e garantem maior

estabilidade quando da ocorrência de situações de vulnerabilidade (NIEDERLE; GRISA, 2008, p. 52). De acordo com Chambers (2006), as adaptações de sucesso significam que as famílias fiquem menos propensas às crises ao longo do tempo, aperfeiçoando sua capacidade de resistir às mudanças e choques.

Considerando a discussão até aqui apresentada, o estudo da vulnerabilidade a partir da abordagem das capacitações de Amartya Sen, somado à abordagem dos meios de vida de Frank Ellis, representam um importante referencial dos estudos rurais para a apreensão de como os atores sociais constroem estratégias de enfrentamento e adaptação frente à exposição às situações de vulnerabilidade que incidem sobre as condições de vida desses atores sociais. Assim, conhecer as estratégias adotadas em situações de mudanças é um passo fundamental para fazer as possíveis previsões quanto às reações a serem adotadas pelos indivíduos e famílias, e, sobretudo, quanto à maneira com que os atores sociais envolvidos com os processos de desenvolvimento rural podem contribuir com as reações a essas situações.

Assim, tomando por base um conjunto de fatores e a velocidade com que as transformações globais vêm acontecendo, assim como a rapidez com que atingem as várias “camadas” da sociedade, fica cada vez mais evidente a necessidade de estarmos atentos às mudanças ocorridas, tanto em nível local como mundial. Compreender as formas como os atores sociais do meio rural se organizam e tomam decisões, está condicionado às respostas frente a essas mudanças. De maneira geral, há uma demanda de um melhor entendimento dos fatores que causam vulnerabilidade, perpassando a necessidade de avanço sobre essa abordagem no meio rural, com populações localizadas.

3 Método

Para atender ao objetivo deste artigo, foi delimitado como área de estudo o sul do Rio Grande do Sul, área ocupada pelo bioma Pampa e com intensa presença de criação pecuária, representadas pelos municípios de Bagé, Dom Pedrito, Pinheiro Machado e Piratini, conforme ilustrado na figura a seguir (Figura 1). O bioma Pampa é único no mundo e abrange parte significativa do Rio Grande do Sul (no Brasil), todo o território do país vizinho Uruguai e parte da Argentina, principalmente reconhecido por seu potencial enquanto alimento à atividade pecuária, utilizado em grande medida na forma de pastoreio extensivo (SUERTEGARAY PIRES DA SILVA, 2009; SILVA, 2012). De maneira geral, não se tem

certeza do total de espécies animais e vegetais presentes na composição do bioma, porém há um consenso quanto à sua vasta diversidade de fauna e flora, com belezas cênicas únicas. Bilenca e Miñarro (2004) estimam que haja aproximadamente 3.000 plantas vasculares, 385 espécies de pássaros e 90 de mamíferos terrestres sobre a área que abrange esse bioma. Cabe destacar que posteriormente a esse levantamento, novas descobertas foram catalogadas.

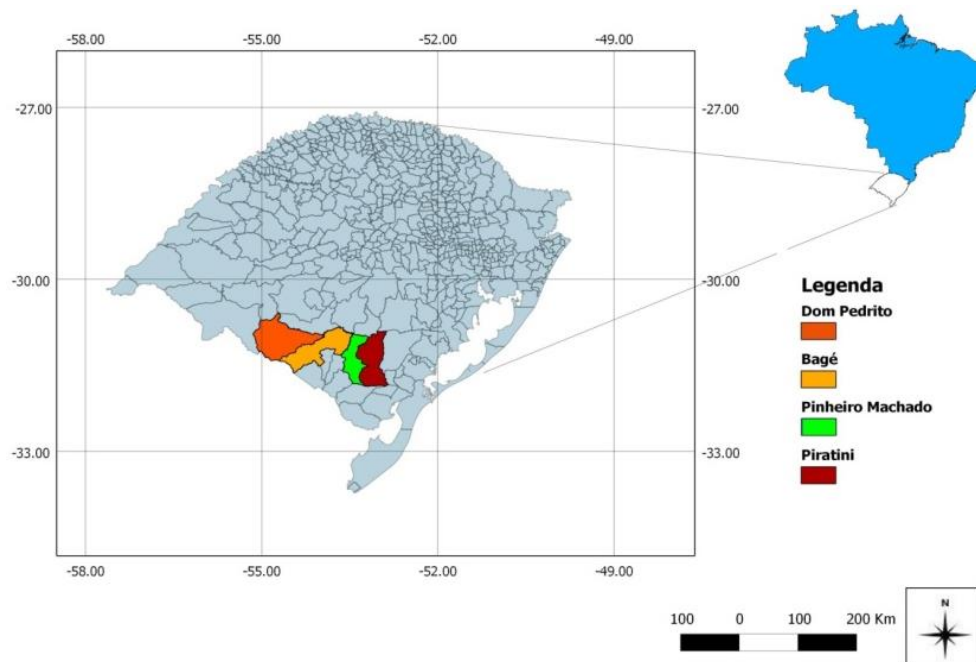


Figura 1 – localização dos municípios investigados no sul do Rio Grande do Sul.

A escolha desses municípios se deve pela ocorrência mais intensa e expressiva da atividade de pecuária de corte, somado ao crescente avanço das lavouras de soja e da silvicultura em seus contextos. Além disso, estudos recentes têm apontado indícios de que esses pecuaristas vêm enfrentando dificuldades, o que nos dá pistas da presença de fatores que podem levar esses indivíduos e suas famílias à situação de vulnerabilidade (SILVA, 2012; MATTE, 2013; GAUTREAU, 2014; WAQUIL et al., 2015; 2016).

A esse respeito, no que concerne aos aspectos ambientais, conforme dados do Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2010), a supressão da vegetação nativa do bioma Pampa, provocado pela reconversão produtiva em curso, já atinge mais de 54% da área original de 177.767 km², que, vale destacar, foi reconhecido enquanto bioma pelo Estado brasileiro somente em 2005. Entre o período de 2002 e 2008 o bioma contabilizou uma perda de 251.400 hectares de vegetação nativa, considerado o segundo bioma mais devastado do

país (MMA, 2010). Essas mudanças ambientais colocam em risco a resiliência do sistema, e pode-se perder com isso mais que apenas elementos da flora e da fauna, mas também peculiaridades humanas e da cultura centenária da vida no campo, que é a essência, daquilo que se denomina como a cultura do gaúcho, conforme destacado por Silva (2012).

Os métodos de investigação e de análise dos resultados estão alicerçados em uma abordagem qualitativa. Segundo Richardson (2009), a abordagem qualitativa é válida na medida em que facilita a descrição da complexidade da realidade pesquisada, possibilitando compreender os processos dinâmicos vividos por grupos sociais e entender as particularidades dos indivíduos. Dessa forma, tal abordagem ampara este estudo na compreensão da vulnerabilidade e das estratégias de enfrentamento e adaptação adotadas pelos pecuaristas diante da presença da lavoura de soja e da silvicultura.

Com o propósito de compreender o impacto das mudanças em curso, foram entrevistados 60 pecuaristas que desenvolvem a pecuária de corte em suas propriedades, caracterizada pela criação de bovinos e ovinos principalmente, com destino para o consumo humano, em consonância a outras pequenas criações e cultivos. A esse respeito, cabe destacar que quando utilizada a denominação de pecuarista, apesar de ser uma palavra masculina, inclui-se o papel da mulher na atividade, em que, em muitas das propriedades investigadas, eram as principais responsáveis pela realização das atividades e da tomada de decisões. A definição do número de entrevistados considerou um conjunto de pecuaristas que contemplassem estabelecimentos de distintos tamanhos e formas de organização. O contato e acesso a esses produtores só foi possível mediante apoio e interlocução de extensionistas de escritórios municipais e regionais da Emater, de pesquisadores da Embrapa Pecuária Sul (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e de agentes de secretarias da agricultura dos municípios investigados.

O principal instrumento de coleta de informações foi a entrevista do tipo semiestruturada, a qual tem uma sequência estabelecida, com indivíduos selecionados e obedecendo a um roteiro (MARCONI; LAKATOS, 1996). As entrevistas foram realizadas diretamente com os pecuaristas, obtendo, assim, um amplo detalhamento das informações e um panorama do local. Para Haguette (1997), o entrevistado tende a transmitir, subjetivamente, sentimentos ou atitudes relacionadas ao passado, presente e futuro. Além disso, o entrevistado torna-se também um observador, pois expressa suas percepções daquilo que viu ou sentiu de determinadas experiências. Essa ferramenta possibilitou obter respostas

às mesmas perguntas de distintos pecuaristas, o que permitiu a realização de comparações, verificando-se diferenças e semelhanças entre as respostas.

Assim, as informações qualitativas foram transcritas e codificadas pela análise de conteúdo, técnica em que os dados brutos são sistematizados e agregados em unidades, permitindo uma descrição exata das características pertinentes ao conteúdo expresso no texto (OLIVEIRA, 2008). Foi utilizada a narrativa do discurso dos pecuaristas no decorrer do texto como elemento complementar à análise, confirmando os resultados encontrados.

4 Avanço da soja e da silvicultura no Pampa: situações de vulnerabilidade para a pecuária

Ilustrados o marco analítico conceitual orientador e a maneira como a pesquisa foi conduzida, esta seção se concentra em apresentar as compreensões em torno do avanço da lavoura de soja e da silvicultura sobre o sul do Brasil a partir da concepção dos pecuaristas de corte entrevistados. Vale destacar que os fatores de vulnerabilidade aqui analisados consistem em situações do cenário regional, que refletem na organização interna e na conjuntura social e produtiva externa às propriedades.

Para Marandola Jr. e Hogan (2006), os distintos estilos de vida, atitudes, condutas e valores que podem fazer parte de uma família, cultura, região ou outras esferas coletivas em que os indivíduos estão inseridos, fazem parte dos fatores que influenciam na interpretação daquilo que é visto como vulnerabilidade. Portanto, as análises aqui apresentadas, enfocam em como tais situações influenciam sobre a realidade dos familiares desses produtores e produtoras, e que consequências diretas e indiretas estão em curso.

4.1 Expansão da soja sobre o bioma Pampa

O avanço da lavoura de grãos sobre áreas típicas de criação pecuária tem se multiplicado com velocidade, principalmente nas regiões Campanha e na Fronteira Oeste, no sul do Rio Grande do Sul, atingindo um crescimento de 200% nos últimos cinco anos, ocupando atualmente mais de 740 mil hectares (ZERO HORA, 2015). Isso também é observado em dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao apontar que para 2016 a estimativa de produção de soja para o estado do Rio

Grande do Sul é de 16,3 milhões de toneladas, representando uma alta de 3,8% em comparação com a safra anterior. Contudo, esse aumento da produção se deve, principalmente, ao aumento de 4,0% na área plantada principalmente no sul do estado, já que o rendimento médio cresceu apenas 0,1% (IBGE, 2016). A área plantada de soja no Rio Grande do Sul era de 3.890.903 hectares em 2007; em 2014 alcançou 4.990.042 hectares, um crescimento de mais de 28,2% em sete anos (IBGE, 2015). Em dados estimados pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS, 2016) divulgados em março de 2016, estima que a área plantada com soja no estado é de 5,47 milhões de hectares, crescimento de 9,6% em relação à área de 2014.

A esse respeito, ao ouvir os pecuaristas sobre essa situação, 22% deles apontam que o avanço dessa atividade representa uma vulnerabilidade para sua família e para a pecuária. É importante lembrar que a pesquisa foi realizada no ano de 2012, em que a soja estava em um processo de recente avanço, o que pode ter influenciado no resultado final. Ao encontro disso, deve-se considerar que dois dos municípios estudados, Pinheiro Machado e Piratini, possuem uma geomorfologia principalmente acidentada, com solos rasos, com significativo afloramento rochoso e com poucas áreas propícias ao cultivo de lavouras, mas que não impedem por completo sua entrada, apenas limita a intensidade. Por isso, as respostas dos entrevistados se deram em âmbito regional, ao passo que o cultivo da soja não está tão próximo dos estabelecimentos desses municípios – ao menos no ano da pesquisa.

Para o grupo de pecuaristas que a percebem enquanto uma vulnerabilidade, as lavouras de soja veem se sobrepondo a áreas de campo nativo comumente utilizado para a criação pecuária, ameaçando a continuidade e reprodução da atividade. A esse respeito, conforme dados do Censo Agropecuário brasileiro (IBGE, 2014), é possível observar que houve um decréscimo do rebanho ovino no Rio Grande do Sul, no período de 1991 a 2014, representado por uma queda de 59,7% para o intervalo. O rebanho bovino, desde 2011 tem o número de animais em decréscimo, contabilizando atualmente 13.956.953 cabeças de gado (IBGE, 2014). Os relatos a seguir dão conta de demonstrar, nas palavras dos pecuaristas, suas percepções em torno da presença da lavoura de soja.

A soja está invadindo, está descendo [do norte do estado do Rio Grande do Sul para o sul] e não está sobrando quase nada para nós criar gado. Aqui os solos são arenosos e não são muito adequados para a soja. Se fosse integrado com a pecuária tudo bem, mas assim a pecuária vai diminuindo (Entrevistado 44).

Dizem que a soja é boa para a terra, porque deixa o nitrogênio no solo, mas tem o outro lado. Eu acho que não é uma coisa boa. O cultivo da soja não é uma boa opção, porque agride a natureza com muito veneno e quebra o solo. Eu acho que tinha que haver outro sistema que não agredisse tanto a natureza, é demais isso (Entrevistado 2).

A expansão dessa atividade tem influenciado indiretamente na realização da atividade pecuária, pois passa a ocorrer, com isso, uma disputa mais acirrada por área de terra para arrendamento: de um lado, pecuaristas com reduzidas áreas de terra, e de outro, os chamados “lavoureiros”. Essa ideia corrobora com o apontado por Suertegaray e Pires da Silva (2009), que destacam que a principal forma de ocupação da soja na porção sul do estado ainda ocorre por meio do arrendamento. Atualmente, os principais cultivadores da soja a ocuparem a porção sul do estado são agricultores vindos do norte do estado, conhecida por sua tradição com a agricultura, mas que já têm suas áreas ocupadas.

Segundo estudo realizado por Wesz Jr. (2016), nos países do Cone Sul, quais sejam Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, os grandes líderes mundiais da soja, representados por um pequeno grupo de empresas, têm sido agentes de promoção de um rápido e intenso processo de internacionalização desse mercado, entretanto, cada vez mais dependente de uma consolidada base de relações de proximidade, confiança e reciprocidade com os atores locais. Por isso, à medida que identificam espaços propícios ao cultivo da soja, essas empresas se movem em direção a esses locais, com seu marketing, suas imponentes estruturas e ações de consolidação por meio da construção de laços locais, como vem ocorrendo no sul do Rio Grande do Sul. Em um contexto mais geral, de acordo com a OCDE/FAO (2014), o continente americano é atualmente o responsável por cerca de 86% de toda soja produzida no mundo, uma das principais *commodities* negociadas nos mercados internacionais, em que o Brasil está como 2º colocado no *ranking* mundial, gerando aproximadamente 27% do total produzido no mundo.

Para além dessa disputa, outra preocupação que acomete os pecuaristas centra-se em como essas áreas hoje cultivadas com soja estarão no momento em que o cultivo deixar de ser realizado sobre os campos, caso isso ocorra. Conforme relato desses produtores, o campo nativo acaba perdendo sua diversidade de espécies forrageiras, retomando o crescimento apenas de plantas que não possuem muita palatabilidade aos animais, consideradas espécies daninhas. O repovoamento da fauna levaria anos, bem como um processo de constante rodízio de animais, para que, assim, contribuíssem com a disseminação de sementes transportadas de

outras áreas. Entretanto, pouco ou nada se sabe acerca dessa situação. De acordo com Valls et al. (2009, p. 147), um eventual retorno desses campos “será sempre marcado por um enorme rebaixamento de sua produtividade original, abertura à entrada fácil de espécies invasoras e perspectivas muito baixas de sustentabilidade futura”. De acordo com o relato de um pecuarista,

[...] pasto nativo não volta depois da soja. Eu ainda não vi. Daqui 40 anos pode voltar, mas acho que não tem tanto. Porque a gente que sempre trabalhou aí, lavra um campo aí pra fazer uma lavoura pra plantar milho, né, feijão. A gente sabe que não fica o mesmo campo. Depois vem um pasto, mas vem muito mais sujeira. Mas com essa soja, com o mundo de veneno que colocam, acho que o campo não volta (Pecuarista 22).

Ainda dentre os argumentos que apontam a presença da soja enquanto uma situação de vulnerabilidade está o uso de defensivos agrícolas na atividade, que tem sua ação restrita não apenas à área de aplicação, mas também sobre as espécies animais e vegetais que possuem relação com esse espaço, além da contaminação de cursos de água. Nas palavras do Pecuarista 9, “está cheio de avião agrícola, cheio de agrotóxico e passam por cima da casa. Isso é um grande problema pra gente. Daí a gente tem culpa disso?”.

Para os pecuaristas, o cultivo da soja coloca em risco a saúde da população rural que convive com a atividade e tem ficado exposta às suas consequências. Esse cultivo compromete principalmente os cultivos destinados ao autoconsumo realizados nas propriedades e a qualidade da água local, quando próximas às lavouras. Por se tratar de uma atividade em que a expansão em larga escala é recente, se observa que os entrevistados não têm encontrado uma maneira ou uma alternativa para reagir à presença da soja.

Tal problemática relativa ao cultivo da soja também é encontrada em estudo realizado por Gonzáles Ruiz e Sacco dos Anjos (2015) no Uruguai, tendo por base a região de Cerro Largo, limite com o Brasil, registrando relato de produtores familiares tradicionais que estão rodeados pelo cultivo da soja, caracterizando um contexto hostil para estes. Os autores destacam que nas regiões de instalação de empreendimentos dedicados sobretudo ao cultivo da soja e da silvicultura, tais atividades representam uma ameaça para as formas tradicionais de produção familiar no Uruguai. Entre as estratégias para resistir e se adaptar estão o exercício da pluriatividade, a produção voltada para o autoconsumo, as vantagens econômicas derivadas do contexto geográfico fronteiriço e os recursos de transferências governamentais (GONZÁLES RUIZ; SACCO DOS ANJOS, 2015).

De acordo com as situações expostas, o cultivo da monocultura da soja tem apontado para consequências como a elevação do preço da terra, redução de áreas destinadas à pecuária sobre campos naturais, pressão à modernização da atividade pecuária, supressão do bioma Pampa, perda da biodiversidade e problemas de saúde por conta do uso de defensivos agrícolas. Todas essas decorrências são potencialmente capazes de gerar diferentes situações de vulnerabilidade à atividade pecuária e às famílias.

Por outro lado, a presença de lavouras de soja não representa uma vulnerabilidade para 78% dos entrevistados. Maiormente, concebem-na como um ativo financeiro que compõe o meio de vida de suas famílias, consistindo em uma alternativa de fonte de renda, também como estratégia para controle de espécies invasoras e como uma nova forma de ampliar canais de comercialização dos animais. No que tange à concepção enquanto alternativa de renda, o cultivo é realizado em uma área do estabelecimento propícia para a atividade no sentido de ter condições de solo adequada nos quesitos relevo e ausência de afloramento rochoso, realizada principalmente por meio do arrendamento de área de terra para terceiros, ou por meio do cultivo em parceria e, em poucos, casos do próprio cultivo. Entre esses produtores, a renda a ser obtida com a soja será revertida, em unanimidade dos casos investigados, para a pecuária. Esses produtores não ignoram que a presença da soja ainda é uma situação incerta, que poderá ser melhor compreendida com o tempo, mas percebem na atividade uma interessante e rápida fonte de renda, mas não principal.

No que concerne ao seu papel no controle a pragas, os pecuaristas realizam o arrendamento de áreas de terra para o cultivo da soja quando necessitam realizar a limpeza do campo, por conta do excesso de vegetação arbustiva ou para reduzir a quantidade de alguma espécie indesejada. Assim, evitam um gasto com pagamento de serviço de roçado e ainda obtêm uma renda considerada extra ou complementar. Nesses casos, o propósito não é reproduzir a estratégia em anos seguintes, mas somente quando houver necessidade. Portanto, nessa situação, a soja atua enquanto um meio emergente para atingir um fim distinto do interesse pela produção propriamente dita ou mesmo da obtenção de renda, em que se avalia o resultado imediato de sua ação, sem um interesse em longo prazo.

Esses resultados apontam que o cultivo da soja não é realizado tão somente por agricultores, e em grandes extensões de área de terra, mas demonstram que ele também tem adentrado estabelecimentos de pecuária, mesmo que em menor escala produtiva. Conforme Vennet, Schneider e Dessein (2016), mais de 30% dos produtores de soja no estado do Rio

Grande do Sul são agricultores familiares, os quais são negligenciados por haver uma concepção de que a produção de soja é quase que exclusivamente empresarial. Corroborando com os autores, Mier e Cacho (2016) reforçam que os diferentes estilos de agricultura que realizam o cultivo da soja não podem ser ignorados, pois as ações dessas distintas categorias de produtores refletem-se nas mudanças de trajetórias de longo prazo da produção agrária. Em ambos os estudos, constata-se a necessidade de romper com essa dicotomia, verificando oportunidades de diferenciação para os produtores de estilo familiar, principalmente se houver incentivos para uma produção de forma mais sustentável, o que ainda é incipiente.

Sem dúvida, esse cenário de expansão da soja e sua incorporação, mesmo que temporária, nos meios de vida dos pecuaristas não fica restrita apenas a realização do cultivo, mas à própria interação da pecuária com a atividade. Isso ocorre porque, após a retirada da soja, com o propósito de oferecer uma cobertura ao solo até o próximo cultivo, os agricultores realizam o plantio de aveia e de azevém, especialmente. Essas pastagens têm sido utilizadas na alimentação para os animais durante os meses de inverno, o que representa uma opção de áreas de arrendamento para os pecuaristas e/ou um novo canal de comercialização, um “novo mercado”, em que os cultivadores da soja optam por realizar a engorda de animais sobre as áreas que passam a estar cobertas por pastagens. O plantio da soja é comumente realizado no período de setembro-outubro, e a colheita ocorre a partir de março, podendo iniciar ao fim de fevereiro e terminar ao fim de maio. A esse respeito, há indícios de novas reconfigurações mercantis em torno do mercado de animais, causadas pelo avanço das lavouras de soja, mas que merecem ser investigados em outro estudo.

Em essência, há que se considerar que existe uma diversidade de atividades produtivas sendo implantadas no território do bioma Pampa por diferentes motivos, e a soja pertence a esse leque. Essa atividade pode estar estabelecendo uma relação com o mercado de animais, ao absorver um significativo contingente de animais para as áreas com pastagem cultivada. Mas que produto está sendo comercializado a partir dessa reconfiguração, tendo em vista que a alimentação consiste em pastagens cultivadas em áreas com intenso uso de agrotóxicos? Qual o custo ambiental dessa atividade sobre o Pampa? Somado a isso, quem tem produzido os animais para abastecer esse canal de comercialização relativamente novo?

No caso da soja, há compreensões de que a atividade, não em excesso, pode ser positiva para a pecuária e para a região conforme alguns pecuaristas, em oposição a um entendimento de que provoca impactos negativos sobre setores relacionados à pecuária, como

disputa por área de terra, pressão à modernização da atividade pecuária e, em grande escala, produção de uma *commodity* com destino a exportação em detrimento a uma tendência de importação de proteína animal. Questões essas que merecem ser investigadas para além das relações ambientais (água, solos, fauna e flora) e da atividade com o ambiente.

4.2 Expansão da silvicultura sobre o bioma Pampa

Os empreendimentos florestais no sul do estado fazem parte de um projeto de poucos anos, tendo avançado por volta de 2006, com o propósito de alavancar o desenvolvimento e o crescimento econômico da região sul, disseminando um discurso de sustentabilidade, posteriormente compreendido enquanto uma estratégia ilusória. Em circulação na mídia local, se evidencia que o fracasso do projeto “sustentável” da silvicultura se mostrou inconsequente, causando impactos e mudanças no ambiente que serão sentidas por muitas gerações (ZERO HORA, 2013). O modo como esse projeto se apropriou da natureza e fez dela um instrumento para o crescimento econômico não considerou, em nenhum momento, a sustentabilidade do ambiente e das comunidades locais.

Por isso, a expansão das áreas com o cultivo de silvicultura por meio de plantações de espécies de árvores exóticas, como a acácia, o eucalipto e o pinus principalmente, representa uma situação que é considerada uma vulnerabilidade para 82% dos pecuaristas entrevistados. Um pequeno grupo de 18% dos entrevistados a consideram sem nenhuma importância. Isso ocorre entre aqueles que não possuem contato com o cultivo, portanto, não possuem informações suficientes para avaliá-lo. Segundo Gautreau (2014), em estudo com pecuaristas do Rio Grande do Sul (Brasil) e do Uruguai destaca que há um aumento de situações de vulnerabilidade consideradas econômicas e sociais a partir da expansão das áreas com silvicultura, que consistem no pessimismo dos produtores em torno de suas possibilidades de aumentar a médio prazo seu patrimônio de terras e gado, somado à situação de dificuldade quanto ao seu próprio futuro e à esperança de progredir com a criação pecuária. Cabe destacar que em 2006, a área cultivada com silvicultura no Rio Grande do Sul era de 779.602 hectares. Em 2012 passou a ocupar 1.102.925 hectares, um crescimento de 41,5% (IBGE, 2006; 2014).

De maneira geral, a expansão da silvicultura tem provocado uma série de consequências sobre os meios de vida das famílias dos pecuaristas, dificultando a expansão e a própria manutenção da atividade pecuária e gerando um conjunto de impactos considerados

não benéficos. Dentre os impactos apontados pelos pecuaristas estão a degradação e perda de qualidade do solo por conta do avanço da atividade sobre os campos nativos, o aumento no custo da terra, a redução da mão de obra por conta da saída de muitas famílias que venderam suas áreas de terra para as empresas, a redução da atividade pecuária, impactando no ciclo produtivo e na reposição de animais, a redução no número de espécies nativas da fauna e flora, o aumento no número de predadores que atacam lavouras de subsistências, a diminuição ou até mesmo o esgotamento total das reservas de água, e uma drástica mudança na paisagem do bioma Pampa. Os discursos abaixo dão conta de demonstrar como os entrevistados julgam essa atividade na região e apontam para algumas das consequências mencionadas acima.

Isso [a silvicultura] gera um problema social nessa região, a começar pela mão de obra que não tem mais. Além disso, ela prejudica a água do solo (Entrevistado 1).

Não sou favorável à monocultura. Não concordo que tirem pastagem do gado, que é alimento para a população. Acho que tem que organizar as coisas, tudo em excesso não faz bem. Mas o que não pode é estragar o campo, porque isso vai prejudicar gerações. O eucalipto vai secar a terra, vai acabar com a água. Quem errou não foi o eucalipto, mais sim as pessoas que colocaram ele aqui (Entrevistado 3).

A silvicultura não tem cobertura de solo, se vai tudo embora. Estão expulsando os bichos, não se vê mais tatu aqui nem a quantia de passarinho que tinha antes, e a terra não presta para mais nada [depois do corte das árvores]. O Pinnus é um grande mal (Entrevistado 41).

O avanço da silvicultura tem representado uma ameaça, segundo os pecuaristas, pois tem diminuído as áreas com pastagem nativa e, assim, reduzido a oferta de campo para arrendamento para a criação pecuária. Conforme análise de Suertegaray e Pires da Silva (2009) sobre o avanço dessa atividade, os autores apontam que outro significativo problema causado pela atividade diz respeito à venda de áreas de terra ao capital estrangeiro das empresas vinculadas à atividade, principalmente em área fronteira, tratando-se de uma ação ilegal, conforme a Constituição brasileira, realizada à sua revelia.

Pierre Gautreau (2014) denomina o avanço da silvicultura, por meio das estratégias de instalação das empresas transnacionais principalmente, como a “geografia do novo latifúndio”, referindo-se à atividade no Brasil, no Uruguai e na Argentina. Conforme seu estudo, a silvicultura presente no sul do Rio Grande do Sul é realizada em áreas de terra que, em sua maioria, foram adquiridas por uma empresa silvícola, concomitante à tentativa de estabelecer contratos com pecuaristas familiares para o arrendamento de áreas de terra. A

estratégia para incorporar a atividade em pequenas propriedades foi apoiada por organizações que atuam com esses produtores, por meio da venda da imagem de uma forma de “diversificação produtiva”. Entretanto, ela não obteve sucesso (GAUTREAU, 2014, p. 99). Segundo o autor, entre os motivos para a resistência à entrada da silvicultura nos estabelecimentos de pecuária familiar estão elementos estruturais da sociedade rural desses produtores, uma lógica própria de aversão ao risco, tomando por base uma estratégia de observação e não de participação. Em consequência, a entrada da silvicultura por meio de empresas transnacionais acaba desconectando os intercâmbios locais com a aquisição de áreas de terras por parte desses grandes empreendimentos, implicando em desvantagens para o território e sem representar uma real oportunidade para as populações locais (GAUTREAU, 2014).

As áreas com cultivo de árvores exóticas são caracterizadas como pobres em diversidade florística pela baixa e quase inexistente flora que se desenvolve sob as sombras das árvores cultivadas e a partir de determinado porte. Por isso, não é possível realizar a criação de animais nessas condições de cultivo. Da mesma forma, corroborando com esse resultado, o Núcleo Amigos da Terra Brasil (NATBRASIL, 2007) salienta que a silvicultura no sul do estado impacta negativamente por meio do sombreamento agressivo a diversas plantas, pelo potencial alelopático negativo das espécies cultivadas, por conta dos efeitos sobre os recursos hídricos, pela redução e desaparecimento de espécies vegetais, animais e insetos, pela baixa geração de empregos, pela concentração de renda e pela poluição ambiental.

Os pecuaristas também observam que os plantios de silvicultura têm provocado a expulsão de animais silvestres, que, não encontrando mais alimento em seu antigo ambiente natural, passam a buscá-lo nas lavouras de subsistência dos estabelecimentos rurais. Dentre as espécies mais afetadas que refletem sobre a pecuária e que têm se tornado invasor está o javali e o veado.

No caso do javali, não tendo mais espaço e alimento, esse animal tem provocado devastações em lavouras de subsistência, e o ataque a pequenos animais, como cordeiros e, em alguns casos, terneiros recém-nascidos. Essa situação tem obrigado alguns pecuaristas a criarem novas dinâmicas de manejo com os animais, no intuito de protegê-los do ataque desse novo predador. Os animais recém-nascidos são os principais alvos do javali, e, em épocas de parição, os pecuaristas passam a abrigar o rebanho próximo à residência, para os que dispõem

de estrutura e condições para isso, com o intuito de oferecer maior proteção. Conforme relato de um pecuarista, “[...] *agora tem os javalis que estão tomando conta, eles comem terneiro e cordeiro novo, além de devastarem as plantações*” (Entrevistado 51). Semelhante ao relatado também pelo entrevistado 22,

Esses dias [um bando de javali] bateram na casa do vizinho e comeu tudo a plantação de milho. [...] Está começando a ser um problema, porque com tudo esse mato de eucalipto os bicho não tem mais onde se refugiar e saem para procurar outros lugares para ficar e se alimentar (Entrevistado 22).

O cultivo de subsistência mais afetado pelos invasores são as lavouras de milho, presente atualmente em 22% dos estabelecimentos visitados, proporção que seria superior em condição normal. Diante disso, alguns pecuaristas deixaram de realizar o plantio do milho, modificando seus meios de vida e impedindo o exercício das capacitações ao impossibilitar sua liberdade de escolha. Esta situação pode se somar ao debate acerca da insegurança alimentar, isso porque o milho produzido nas pequenas parcelas cultivadas se destinava a permanecer na propriedade rural, servindo de alimento para aves, para bovinos e ovinos durante situações de carência forrageira. Os veados, por sua vez, não têm representado, até o momento, uma ameaça tão intensa, mas se reconhece que a reprodução dessa espécie selvagem é afetada com a perda de espaço para a silvicultura. Portanto, a presença da silvicultura e suas consequências têm alterado os meios de vida dos produtores, fazendo com que modifiquem as atividades produtivas como uma estratégia de defesa diante dessa situação.

A esse respeito, Silva (2012) realiza uma profícua análise em torno dos impactos da silvicultura no sul do estado, ponderando acerca do estado de saúde dos ambientes naturais ocupados pela atividade. Para o autor, entre as preocupações que envolvem o avanço da atividade estão o “comprometimento da paisagem, a fragmentação de habitats, a diminuição da diversidade biológica, os danos ao solo, o regime hídrico e a contaminação dos corpos d’água” (SILVA, 2012, p. 224). O autor propõe que seja avaliada a possibilidade de utilização do estudo da fragilidade ambiental como um meio para o planejamento de uso e ocupação do espaço natural, o que poderia legitimar a necessidade de conservação do Pampa, que parece não ser relevante para a atual lógica de funcionamento do Estado.

Somado a isso, dentre os impactos causados pela presença dessa atividade na região, merece destaque a diminuição ou até mesmo o esgotamento total das reservas de água em

determinados locais, mencionada por quase a totalidade dos entrevistados. Nas palavras do Pecuarista 47, “*Eles [as empresas que incentivam o cultivo de árvores exóticas] vão acabar com a água. E o pior é que as pessoas estão arrendando pra isso. Como pode? Não tem pasto no meio do eucalipto, não presta pra nada*”. Essa afirmação feita por diversos pecuaristas está baseada em observações e constatações realizadas pelos próprios produtores, havendo, assim, uma constante e significativa preocupação com os bens hídricos e com sua estabilidade. Essa constatação também foi realizada por Neske (2009), que identificou entre os pecuaristas de seu estudo no Território Alto Camaquã, também no sul do Rio Grande do Sul, preocupações com o impacto da silvicultura sobre a disponibilidade de água.

Estudo realizado por Figueiró e Sell (2010, p. 6) aponta que as culturas de árvores exóticas são capazes de absorver enormes quantidades de água, podendo até mesmo ressecar rios e outras fontes hídricas existentes no entorno dessas grandes plantações, além da perda de biodiversidade quando da sua implantação. Conforme Jackson et al. (2005), as extensas áreas com cultivo de plantas exóticas no Rio Grande do Sul representaram uma redução de 52% do fluxo da água dos rios, na seca de 13% dos rios, córregos e arroios, somado a um aumento na acidez dos solos. Por outro lado, a pecuária realizada sobre campos naturais tem sido apontada como a atividade que desenvolve um importante papel no armazenamento de água no solo, por meio da conservação das pastagens naturais (BORBA; TRINDADE, 2009).

Como demonstrado até aqui, a expansão da silvicultura limita as capacitações desses indivíduos tanto dentro do estabelecimento, na liberdade de cultivar a cultura que escolher por conta de consequências do avanço da atividade, como fora do estabelecimento, na disponibilidade de área de terra com campo nativo para a pecuária, por exemplo. Corroborando com isso, estudos têm apontado a devastação dessa atividade em relação ao desrespeito ao meio ambiente, à saúde, à cultura e à sabedoria dos povos locais (FIGUERÓ; SELL, 2010; SILVA, 2012).

Cabe ressaltar que novas dinâmicas produtivas, econômicas, ambientais e sociais estão em transformação frente à presença dessa atividade, construindo um cenário que inevitavelmente impacta sobre os meios de vida dos pecuaristas e tende a restringir as capacitações dos indivíduos. As estratégias de enfrentamento aos impactos da atividade silvícola estão subentendidas ao longo do texto. Entretanto, são ações apenas para mitigar os impactos, com pouca capacidade de reversão. Gonzáles Ruiz e Sacco dos Anjos (2015), ao analisarem a dinâmica da reprodução familiar no Uruguai, na região de Cerro Largo, divisa

com o Brasil, apontam o crescente avanço de capital estrangeiro, principalmente relativo aos cultivos florestais, que têm suprimido as atividades familiares. Segundo os autores, os produtores familiares têm reagido a tais pressões desenvolvendo a pluriatividade e a produção para o autoconsumo, usufruindo de benefícios de residirem na fronteira com o Brasil e de contarem com o auxílio de transferências governamentais.

Assim, no que tange às questões demográficas, está em curso um processo de crescente redução da população rural nos municípios que compõem a área compreendida pelo bioma Pampa, denotando problemas de ausência de sucessores nas propriedades rurais, de envelhecimento populacional rural, de falta de mão de obra e de masculinização do campo, como já apontado em estudos realizados por Matte e Waquil (2013), Matte et al. (2014) e Matte, Spanevello e Andreatta (2016). A esse respeito, em âmbito internacional, a FAO (2009) tem apontado que a migração da população rural para o meio urbano tem ocorrido em vários países, causada por um conjunto de mudanças e situações de vulnerabilidade, provocando problemas na produção agrícola e no abastecimento alimentar urbano, portanto, provocando instabilidade na segurança alimentar.

Para alguns autores, a vulnerabilidade experimentada pelos atores sociais deriva da percepção de insegurança que estes mesmos atores possuem (ADGER, 2006; MARANDOLA JR.; HOGAN, 2006), como é o caso que vem ocorrendo com os pecuaristas diante da presença da silvicultura. Segundo Adger (2006), a insegurança no seu nível mais básico não é apenas uma falta de segurança do abastecimento alimentar e de sua disponibilidade ou bem-estar econômico, mas também da liberdade de lutar. O avanço da silvicultura permanece ocorrendo sem que os pecuaristas possam impedi-lo, restringindo suas capacitações em agir frente a essa atividade. A silvicultura se mostra uma atividade considerada não benéfica ao local e às pessoas. E, para agravar, por muito tempo estará ausente qualquer forma de regulamentação ambiental (SILVA, 2012; GAUTREAU, 2014).

No caso do cultivo de árvores exóticas, é quase consenso entre os pecuaristas entrevistados que a atividade não gera benefícios para a pecuária e para a região, evidenciado por um conjunto de situações de vulnerabilidade destacadas pelos entrevistados, as quais são provocadas direta ou indiretamente pela presença do cultivo. Acrescenta-se a isso 1) dificuldades para tolerar impactos na estrutura de uma rede social e cultural causados por uma saída intensa da população rural em detrimento do avanço da atividade; 2) a ocupação de áreas de terra que permanecerão impróprias para o arrendamento e criação de animais por

longo período de tempo após a retirada das árvores; e 3) o surgimento de um novo conjunto de situações de vulnerabilidade a serem enfrentadas pelos pecuaristas.

4 Considerações finais

A conjuntura atual do sul do Rio Grande do Sul vem passando por um processo de dinamização, apresentando uma diversidade de atividades produtivas regionais concomitantes à prevalência da pecuária. Diante desse contexto, verifica-se que a pecuária vem cada vez mais dividindo espaço com a lavoura de soja e da silvicultura, dentre tantas outras atividades que denotam a atual diversidade econômica e social registrada nos municípios investigados.

Os fatores de vulnerabilidade denominados expansão da soja e expansão da silvicultura representam características do contexto social e produtivo em que estão inseridos os pecuaristas. Compreendê-los permite abarcar como alguns fatores externos agem sobre os meios de vida e as capacitações das famílias de pecuaristas de corte. Por se tratar de características locais, para alguns fatores não houve o apontamento de estratégias de enfrentamento ou adaptação, pois os pecuaristas entendem que a condição é conviver com esse cenário na medida em que for possível e enfrentar as consequências geradas por esses fatores.

No caso da presença de lavouras de soja, a atividade tem revelado um cenário contestatório e polêmico que divide percepções entre os pecuaristas. Segundo estes, o cultivo possui um ciclo produtivo curto, o que permite ao pecuarista tirar alguma forma de benefício dessa condição, seja por meio da venda de animais para o agricultor, que irá invernar (realizar a engorda), seja por meio do arrendamento da área de pastagem após a colheita. Contudo, paradoxalmente, em longo prazo há um cenário de incerteza e insegurança, provocado por dúvidas no que concerne à regeneração do campo nativo após o plantio da lavoura, aos impactos ambientais e à saúde humana diante do excessivo uso de agrotóxicos, e aos questionamentos sobre quem permanecerá na pecuária para realizar a cria de animais (reprodução). De maneira geral, para alguns pecuaristas as lavouras de soja representam um ativo financeiro que agrega e que compõe a renda do estabelecimento quando do arrendamento de área de terra para o cultivo, enquanto para outros pecuaristas, as lavouras representam uma situação que gera riscos diversos, como mencionado acima.

Sobre a silvicultura, por se tratar de uma atividade que utiliza a terra por um longo prazo, há praticamente um consenso quanto à sua ação enquanto vulnerabilidade, resultante de sua presença e de sua retirada após o corte das árvores. Para os pecuaristas, o solo estará descoberto e compactado, e necessitará de um longo tempo para uma reestruturação de pastagem.

Sobretudo, um avanço urgente necessário é o reconhecimento, por parte do governo federal e das políticas públicas, de que o cultivo de atividades que degradam o bioma Pampa representa um crime ambiental. Ocorre que, diferente da Amazônia, o Pampa não é composto por áreas de florestas densas, mas de vegetação rasteira e arbustiva, o que dificulta o entendimento de que, o que está em curso, é um processo de destruição de um ambiente e tudo que está atrelado a ele. O termo desmatamento se aplica ao Pampa, mas, talvez, para uma melhor compreensão dos agentes políticos, seja o caso de pensar na ideia de supressão. Independente da denominação, é imperativa a criação de medidas e ações que preservem o que ainda resta desse bioma e, especialmente, dos pecuaristas que realizam um serviço de conservação desse ambiente sem qualquer remuneração ou valorização por parte do Estado, possuindo um papel crucial na segurança alimentar local e global e realizando serviços ambientais não remunerados.

Referências

- ADGER, W. Neil. 2003. "Social capital, collective action, and adaptation to climate change". *Economic Geography*, v. 79, n. 4, p. 387-404.
- ADGER, W. Neil. 2006. "Vulnerability". *Global Environmental Change*, v. 16, n. 3, p. 268-281, agu. DOI:10.1016/j.gloenvcha.2006.02.006
- BILENCA, David; MIÑARRO, Fernando. Identificación de Áreas Valiosas de Pastizales (AVPs) en las Pampas y Campos de Argentina, Uruguay y sur de Brasil. Buenos Aires: Fundación Vida Silvestre Argentina, 2004.
- BORBA, Marcos Flávio Silva et al. 2009. *Ecologização da pecuária familiar na Serra do Sudeste*. Bagé: Embrapa Pecuária Sul, 1. ed. online, Dezembro. 68 p. (Documento Técnico 98).
- BORBA, Marcos Flávio Silva; TRINDADE, José Pedro Pereira. "Desafios para conservação e a valorização da pecuária sustentável". In: PILLAR, Valério De Patta et al. (Org.). *Campos Sulinos - conservação e uso sustentável da biodiversidade*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009. p. 391-403.

BUSSO, Gustavo. 2001. “Vulnerabilidad social: nociones e implicancias de políticas para Latinoamérica a inicios del siglo XXI”. Seminario internacional Las diferentes expresiones de la vulnerabilidad social en América Latina y el Caribe, 20 y 21 de junio, Santiago de Chile. <http://www.cepal.org/publicaciones/xml/3/8283/GBusso.pdf>

CHOMENKO, Luiza; BENCKE, Glayson Ariel. *Nosso Pampa desconhecido*. Porto Alegre: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, 2016.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE – CEPAL. 2002. Socio-demographic vulnerability: old and new risks for communities, households and individuals. Eletronic Paper. Brasília: UNA. 78 p.

CUTTER, Susan L. 1996. “Vulnerability to environmental hazards”. *Progress in Human Geography*, v. 20, n. 4, p. 529-539, dec. DOI: 10.1111/1540-6237.8402002

CUTTER, Susan L.; BORUFF, Bryan J.; SHIRLEY, W. Lynn. 2003. “Social. Vulnerability to environmental hazardsn”. *Social Science Quarterly*, v. 84, n. 2, jun.

ELLIS, Frank. 2000. *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford: Oxford University Press.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (EMATER). 2016. “RS prevê colheita recorde de soja e redução de área de milho”. 08 de março de 2016. Disponível em: <<http://www.canalrural.com.br/noticias/soja/preve-colheita-recorde-soja-reducao-area-milho-61183>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

FEARNSIDE, Philip M. 2005. “Desmatamento na Amazônia brasileira: história, índices e consequências”. *Megadiversidade*, v. 1, n. 1, p. 113-123, jul.

FIGUERÓ, Adriano Severo; SELL, Jaciele Carine. 2010. “O bioma Pampa e o modelo de desenvolvimento em implantação no Alto Camaquã”. In: Seminário Latino Americano De Geografia Física, 6., Seminário Ibero Americano De Geografia Física, 2., 2010, Coimbra. *Anais...* Coimbra: Actas Universidade de Coimbra, 2010. p. 1-12. Disponível em: <http://www.uc.pt/fluc/cegot/VISLAGF/actas/tema3/adriano_jaciele>. Acesso em: 22 jun. 2016.

FOOD AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). 2015. *Climate Change and Food Systems: Global assessments and implications for food security and trade*. Edited by Aziz Elbehri. Disponível em: <<http://www.fao.org/documents/card/en/c/2d309fca-89be-481f-859e-72b27a3ea5dc/>>. Acesso em 22jun. 2016.

FOOD AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). 2016. “GANESAN, 2016 *Desarrollo agrícola sostenible para la seguridad alimentaria y la nutrición: ¿qué función desempeña la ganadería? Un informe del Grupo de alto nivel de expertos en seguridad alimentaria y nutrición del Comité de Seguridad Alimentaria Mundial*, Roma, 2016. Disponível em: <www.fao.org/cfs/cfs-hlpe/es/>. Acesso em 04 jul. 2016.

FOOD AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). 2011. *World Livestock 2011: Livestock in food security*. FAO, Rome.

FOOD AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). 2009. *Food for cities*. 2009. Disponível em: < <http://www.fao.org/3/a-ak824e.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2016.

FUSSEL, Hans-Martin. 2007. “Vulnerability: a generally applicable conceptual framework for climate change research”. *Global Environmental Change*, n. 17, n. 2, p. 155–167, may. DOI: [10.1016/j.gloenvcha.2006.05.002](https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2006.05.002)

GARTZIA, Maite et al. 2016. “Influence of Agropastoral System Components on Mountain Grassland Vulnerability Estimated by Connectivity Loss”, *Plos One*, v.11, n. 5, may. DOI: [10.1371/journal.pone.0155193](https://doi.org/10.1371/journal.pone.0155193)

GAUTREAU, Pierre. *Forestación, territorio y ambiente: 25 años de silvicultura transnacional en Uruguay, Brasil y Argentina*. San Salvador: Ediciones Trilce, 2014. 312 p.

GODBER, Olivia F.; WALL, Richard. 2014. “Livestock and food security: vulnerability to population growth and climate change”. *Global Change Biology*, v. 20, n. 10, p. 3092–3102, may. DOI: [10.1111/gcb.12589](https://doi.org/10.1111/gcb.12589)

GONZÁLES RUIZ, Jimena; SACCO DOS ANJOS, Flávio. 2015. “Estrategias de reproducción social de la producción familiar en la región fronteriza de Cerro Largo, Uruguay”. *Agrociencia Uruguay*, v. 19, n. 2, p.101-109, jul./dic.

GORDILLO, Guadalupe del Carmen Álvarez; PABLOS, Esperanza Tuñón. 2016. “Vulnerabilidad social de la población desplazada ambiental por las inundaciones de 2007 en Tabasco (México)”. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía*, v. 25, n. 1. p. DOI: <http://dx.doi.org/10.15446/rcdg.v25n1.52591>

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas na sociologia*. 5. ed., Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

HECHT, Sussana B.; MANN, Charles. 2008. “How Brazil out farmed the American farmer”. *Fortune Magazine*, January, p. 92-105, jan. Disponível em: <<https://www.ncsu.edu/project/amazonia/for414/Readings/How%20Brazil%20outfarmed%20the%20American%20farmer.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

HERTEL, Thomas W.; ROSCH, Stephanie D. 2010. “Climate Change, Agriculture, and Poverty”. *Applied Economic Perspectives and Policy*, n. 5468, November. 53 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2014. “Estados”. *Produção da Extração Vegetal e Silvicultura*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rs&tema=extracaovegetal2014>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2015. *Produção Agrícola Municipal*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rs&tema=lavouratemporaria2014>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2016. *Produção Agrícola 2016*. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (ISPA) [mensal]. Disponível em:

<[ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Levantamento_Sistematico_da_Producao_Agricola_\[mensal\]/Comentarios/lspa_201605comentarios.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Levantamento_Sistematico_da_Producao_Agricola_[mensal]/Comentarios/lspa_201605comentarios.pdf)>. Acesso em: 24 jun. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2006. *Silvicultura*. Tabela 854. 2006. Área dos estabelecimentos por utilização das terras. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&o=29&i=P&c=854>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

JACKSON, Robert B. et al. 2005. Trading water for carbon with biological carbon sequestration. *Science*, v. 310, n. 5756, p. 1944-1947, dec. DOI: 10.1126/science.1119282

JANSSEN, Marco A.; OSTROM, Elinor. 2006. “Resilience, vulnerability, and adaptation: a cross-cutting theme of the International Human Dimensions Programme on Global Environmental Change”. *Global Environmental Change*, n. 16, n. 3, p. 237-239, August. DOI: 10.1016/j.gloenvcha.2006.04.003

KIRSCH, Heitor Marcos; SCHNEIDER, Sergio. 2016. “Vulnerabilidade social às mudanças climáticas em contextos rurais”. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online], v.31, n.91, p. 1-15, Jun. DOI: <http://dx.doi.org/10.17666/319106/2016>.

MARANDOLA JR., Eduardo; HOGAN, Daniel Joseph. 2006. “As dimensões da vulnerabilidade”. *São Paulo em Perspectiva*, v. 20, n. 1, p. 33-43, jan./mar.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996. 231 p.

MATTE, Alessandra et al. 2014. “Fatores condicionantes a permanência ou saída dos filhos em propriedades de agricultura e pecuária familiar no Rio Grande do Sul”. In: Congresso Da Sociedade Brasileira De Economia, Administração E Sociologia Rural, 52, 2014, Goiânia. *Anais....* Goiânia: SOBER. p. 1-14.

MATTE, Alessandra. 2013. *Vulnerabilidade, capacitações e meios de vida dos pecuaristas de corte da Campanha Meridional e Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul*. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MATTE, Alessandra; SPANEVELLO, Rosani Marisa; ANDREATTA, Tanice. 2016. “Reprodução social na pecuária familiar”. In: WAQUIL, Paulo Dabdab et al. *Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. p. 265-284. (Série Estudos Rurais)

MATTE, Alessandra; WAQUIL, Paulo Dabdab. 2013. “Vulnerabilidade social e a construção de estratégias de enfrentamento e adaptação para pecuaristas de corte no Rio Grande do Sul”. *Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR)*, Curitiba, v. 28, p. 107-125, jul./dez.

MIER, Mateo; CACHO, Terán Giménez. 2016. “Soybean agri-food systems dynamics and the diversity of farming styles on the agricultural frontier in Mato Grosso, Brazil”. *The Journal of Peasant Studies*, v. 43, n. 2, p. 419-441, mar. DOI: 10.1080/03066150.2015.1016917

Ministério do Meio Ambiente. 2010. *Bioma Pampa*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biomas/pampa>>. Acesso em: 18 ago. 2012.

MORALES GROSSKOPF, Hermes et al. 2011. “South American Livestock Farming Expansion: the long way to sustainability”. In: KAMMILI, Trish; HUBERT, Bernard; TOURRAND, Jean-François. (Eds.). *A paradigm shift in livestock management: from resource sufficiency to functional integrity*, Cardère éditeur: France, p. 73-83.

MORALES GROSSKOPF, Hermes. 2011. “Sahel and Pampa at Stake in a Changing World! A South-American point of view”. In: KAMMILI, Trish; HUBERT, Bernard; TOURRAND, Jean-François. (Eds.). *A paradigm shift in livestock management: from resource sufficiency to functional integrity*, Cardère éditeur: France, p. 151-158.

MORTON, John F. 2007. “The impact of climate change on smallholder and subsistence agriculture”. *PNAS*, v. 104, n. 50, p. 19680-19685, dec.

NEELY, Constance; BUNNING, Sally. 2008. *Dryland Pastoral Systems and Climate Change: Implications and opportunities for mitigation and adaptation*. FAO – NRL Working Paper. Rome, Italy. Disponível em: <http://ieham.org/html/docs/Dryland_Pastoral_Systems_and_Climate_Change_Implications_for_Oportunities_and_Adaptation.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2016.

NEELY, Constance; BUNNING, Sally; WILKES, Andreas. 2009. *Review of evidence on drylands pastoral systems and climate change: Implications and opportunities for mitigation and adaptation*. Land and water discussion paper, 8. FAO, Rome. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i1135e.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

NESKE, Márcio Zamboni. 2009. *Estilos de agricultura e dinâmicas locais de desenvolvimento rural: o caso da Pecuária Familiar no Território Alto Camaquã do Rio Grande do Sul*. 207f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

NIEDERLE, Paulo André; GRISA, Catia. 2008. Diversificação dos meios de vida e acesso a atores e ativos: uma abordagem sobre a dinâmica de desenvolvimento local da agricultura familiar. *Cuadernos de Desarrollo Rural*, v. 5, n. 61, p. 41-69, jul/dic.

NOBRE, Carlos A. Mudanças Climáticas e o Brasil – Contextualização. In: *Parcerias Estratégicas*, n. 27. Mudanças do clima no Brasil: vulnerabilidade, impactos e adaptações, Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, Ministério da Ciência e Tecnologia, 2008. 361p.

NÚCLEO AMIGOS DA TERRA BRASIL (NATBRASIL). 2007. *O Pampa em disputa: a biodiversidade ameaçada pela expansão das monoculturas de árvores*. E-book: Calaméo. Disponível em: <<http://pt.calameo.com/read/00007359092ff330cfffdf>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

OLIVEIRA, Maria Marly de. *Como fazer pesquisa qualitativa*. 2. ed., Petrópolis: Vozes, 2008.

ORGANIZACIÓN PARA LA COOPERACIÓN Y EL DESARROLLO ECONÓMICOS (OCDE). 2014. Food Agriculture Organization Of The United Nations (FAO). *OCDE – FAO Perspectivas Agrícolas 2014-2023*. OECD Publishing. Edited by Aziz Elbehri. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i3818s.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

OVERBECK, Gerhard Ernst et al. “Os Campos Sulinos: um bioma negligenciado”. In: PILLAR, Valério De P. et al. (Org.). *Campos Sulinos - conservação e uso sustentável da biodiversidade*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009. p. 26-41.

PIKETTY, Marie-Gabrielle et al., 2005. “Determinantes da expansão da pecuária na Amazônia Oriental: consequências para as políticas públicas”. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 22, n. 1, p. 221-234, jan./abr.

PORTO, Marcelo Firpo; SOARES, Wagner Lopes. 2012. “Modelo de desenvolvimento, agrotóxicos e saúde: um panorama da realidade agrícola brasileira e propostas para uma agenda de pesquisa inovadora”. *Revista Brasileira Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 37, n. 125, p. 17-50, jan./jun.

SEN, Amartya Kuma. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, Amartya Kuma. *Desigualdade Reexaminada*. Tradução e apresentação de Ricardo Doninelli Mendes. 2. ed., Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILVA, Marcelo Dutra da. 2012. “Os cultivos florestais do Pampa, no sul do Rio Grande do Sul: desafios, perdas e perspectivas frente ao avanço de novas fronteiras agrícolas”. *Floresta*, Curitiba, PR, v. 42, n. 1, p. 215 - 226, jan./mar.

SOARES-FILHO, Britaldo Silveira et al. 2006. “Modelling conservation in the Amazon basin”. *Nature*, v. 440, n. 23, p. 520-523.

SUERTEGARAY, Dirce M. A.; PIRES DA SILVA, Luís A. “Tchê Pampa: histórias da natureza gaúcha”. In: PILLAR, Valério De P. et al. (Org.). *Campos Sulinos - conservação e uso sustentável da biodiversidade*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009. p. 42-59.

VALLS, José Francisco et al. “O patrimônio florístico dos Campos: potencialidades de uso e a conservação de seus recursos genéticos”. In: PILLAR, Valério De P. et al. (Org.). *Campos Sulinos - conservação e uso sustentável da biodiversidade*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009. p. 139-154.

VENNET, Bert Vander; SCHNEIDER, Sergio; DESSEIN, Joost. 2016. “Different farming styles behind the homogenous soy production in southern Brazil”. *The Journal of Peasant Studies*, v. 43, n. 2, p. 396-418, mar. DOI: 10.1080/03066150.2014.993319

WAQUIL, Paulo Dabdab et al. *Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. (Série Estudos Rurais).

WAQUIL, Paulo Dabdab et al. 2015. “Vulnerability of family livestock farming in Brazil and Uruguay: a comparative analysis in the Livramento-Rivera border”. *Revue d'élevage et de médecine vétérinaire des pays tropicaux*, Montpellier/França, v. 68, n. 2-3, p. 55-59, mar.

WESZ JR., Valdemar João. 2016. “Strategies and hybrid dynamics of soy transnational companies in the Southern Cone”. *The Journal of Peasant Studies*, v. 43, n. 2, p. 286-312, mar. DOI: 10.1080/03066150.2015.1129496

ZERO HORA. 2013. *Dos três projetos de papeteiras no Estado, resta apenas um*. Publicado em: 09/11/2013. Disponível em: <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/economia/noticia/2013/11/dos-tres-projetos-de-papeleiras-no-estado-resta-apenas-um-4327350.html>. Acesso em: 21 jun. 2016.

ZERO HORA. 2015. *Expansão das lavouras de soja e busca por eficiência fazem crescer interesse pela pecuária de precisão no RS*. 23 de junho de 2015. Por Cleidi Pereira. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/06/expansao-das-lavouras-de-soja-e-busca-por-eficiencia-fazem-crescer-interesse-pela-pecuaria-de-precisao-no-rs-4786640.html>. Acesso em: 26 jun. 2015.

**LES CULTURES DU RIZ AU RIO GRANDE DO SUL (BRÉSIL).
IMPLICATIONS SOCIO-CULTURELLES D'UN BASSIN DE PRODUCTION³¹.**

Frédéric Fortunel³²

Rosa Vieira-Medeiros³³

Roberto Verdum³⁴

Résumé: au Sud du Brésil comme ailleurs dans le monde, l'activité agricole du riz ne participe pas seulement à donner une céréale. L'action de cultiver la terre contribue à faire émerger des identités locales d'autant plus prégnantes qu'elles sont associées positivement à la réussite professionnelle. Cet article a pour objectif de comprendre comment, dans l'État le plus méridional du Brésil, le riz a permis la reconstruction identitaire du gaúcho comme marqueur d'un ancrage territorial. D'un point de vue géographique le propos se compose en deux parties : la première analyse le codage sociologique du riz au Rio Grande do Sul et la seconde aborde les métissages socio-professionnels associés à la diffusion spatiale de l'activité productive.

Mots-clés: riziculture; identité; gaúcho; agro-industriel; Rio Grande do Sul; Brésil.

**RICE CROPS IN RIO GRANDE DO SUL (BRAZIL).
SOCIO-CULTURAL IMPLICATIONS OF A PRODUCTION AREA.**

Abstract: as in other places in the world, the agricultural activity of rice growing in Southern Brazil is not merely a mean to get cereals. The fact that people cultivate the land contributes to bring to the foreground local identities all the more as they are positively associated with the professional success of rice growers. The aim of this article is to understand how, in the most Southern state of Brazil, rice has allowed the reconstruction of the gaúcho identity as a sign of a territorial anchoring. From a geographical point of view the subject expands in two points: the first one analyzes the sociologically coded spatial rice spreading in the Rio Grande do Sul and finally the second part deals with the social and occupational interbreedings associated with the spatial spreading of the productive activity.

Keywords: rice cultivation; identity; gaúcho; agribusiness; Rio Grande do Sul; Brazil.

³¹ Les travaux de recherche ont été financés par le programme franco-brésilien CAPES-COFECUB, Projet n° 580/07 dans le cadre d'une mission de terrain à Porto Alegre durant le mois d'avril 2014.

³² Maître de Conférences. Université du Maine, France. E-mail : frederic.fortunel@univ-lemans.fr

³³ Professeure. Université Fédérale du Rio Grande do Sul, Brésil. E-mail: rvmmedeiros@yahoo.com.br

³⁴ Professeur. Université Fédérale du Rio Grande do Sul, Brésil. E-mail: verdum@ufrgs.br

Introduction

Le Rio Grande do Sul (RS) est traditionnellement divisé entre la grande exploitation extensive bovine et la partie septentrionale de l'État d'occupation plus céréalière et intensive (initialement blé puis soja). Cette partition entre éleveurs et agriculteurs qui a d'ailleurs donné son titre à la thèse de Raymond Pebayle au milieu des années 1970 (PEBAYLE, 1974) apparaît intéressante à réinterroger au travers de la culture du riz devenue au cours du XXe siècle une des activités agricoles majeures de l'État. Ce succès agricole faisant sans conteste la fierté régionale s'est réalisé par un renversement symbolique et territorial que nous pouvons tenter de résumer ainsi : les éleveurs se sont retrouvés en un siècle d'une certaine manière dépossédés de ce qui faisait leur fierté -le cheval et la terre- au profit des héritiers de migrants cultivateurs venus au cours du XIXe siècle chercher le pays de cocagne : certes l'essentiel des surfaces est encore occupé par les bovins mais, ces derniers, de moins en moins valorisés économiquement ont vu émerger la riziculture comme activité moderne et efficace dans les zones de bas-fonds puisque 60 % du riz de l'État est produit dans la zone « traditionnelle » pampéenne du sud de l'État ; le cheval quant-à-lui est aujourd'hui de plus en plus en fer, moissonne les champs de riz alternant depuis peu avec le soja ; pendant que l'imaginaire continue à reproduire les représentations rassurantes, les économies et les espaces se transforment. Pour autant, ces mutations sociale et agricole se sont réalisées dans un contexte foncier en apparence inchangé pourtant fortement agité de revendications à propos de la réforme agraire (STRAZZACAPPA C., 2006).

Cet article se propose d'analyser ces mutations du bassin rizicole du Rio Grande do Sul où l'on observe tout à la fois, l'extension des monocultures céréalières et des mouvements d'occupation de la terre dans cette zone traditionnellement très conservatrice. De fait, ces deux dynamiques peuvent apparaître contradictoires à la fois dans leur mode d'occupation du sol et leur logique socio-économique mais, pour autant, toutes deux interrogent le fonctionnement des systèmes productifs dans des espaces où l'inégalité foncière est un lieu commun. Entre les deux, la riziculture, bien plus qu'une simple production intensive, est pour nous un révélateur de la construction territoriale tant elle accompagne l'histoire économique et sociale locale. Car si la dimension productive est entendue seulement du point de vue des dispositifs et facteurs permettant la fabrication, la production sociale et culturelle est également essentielle. En effet, l'acte de production matérielle est subordonné à une

production immatérielle propre aux groupes sociaux : la territorialisation comme la déterritorialisation des activités productives (RIEUTORT, 2009) sont même consubstantielles à l'intégration socio-culturelles de pratiques économiques (VIEIRA-MEDEIROS, 2006).

Cependant, les analyses relatives aux bassins de production prennent peu en compte la dimension socio-culturelle. Ainsi, Diry et Vaudois dans la littérature géographique francophone sont régulièrement cités pour définir le bassin comme la projection spatiale d'une filière (PRALY, 2010) avec, comme élément central le fait que s'y déroule une majeure partie de la production (VAUDOIS, 2000). Les définitions rassemblées par Christine Margétic ont en commun sur un même espace la relative spécialisation, l'acte productif initial (sous-entendu que la transformation n'est pas incluse) et les acteurs de la filière (MARGETIC, 2005). Cette importance accordée à la filière comme point central de la reconnaissance d'un espace à une production est symptomatique de l'approche centrée sur l'homo œconomicus laissant de côté les approches socio-culturelles de la relation au territoire et à ses produits. La notion de territoire, centrale chez les géographes, est peu explicitée dans cette approche. Vaudois parle tantôt de territoire-support tantôt de système territorial sans en dire beaucoup plus (VAUDOIS, 2000). Plus importante pour lui est la notion de réseaux constituant une filière puisque ce sont eux qui structurent ces « espaces géographiques spécialisés ». Cette approche n'est en soit pas très différente de celle de Charvet quand il parle à propos des greniers du monde de « pôles de production [qui] deviennent des systèmes » et qui structurent, au-delà de la labilité des cours, des réseaux d'équipements fixes participant à la reproduction de l'activité (CHARVET, 1985). Cette notion de filière en réseaux d'acteurs est également centrale pour Eve-Anne Bulher lorsqu'elle analyse le bassin de production rizicole du Rio de la Plata alternant le pluriel des zones nationales et le singulier d'une zone transnationale (BUHLER, 2004). La cohésion des acteurs et les effets de proximités ont été mis en avant avec les analyses des systèmes productifs localisés où l'innovation et les coûts de transactions sont essentiels à partir d'exemples industriels (PECQUEUR, 2000). Depuis, des approches autour du terroir ont permis de renouveler le genre de la monographie agricole classique en soulignant l'ancrage territorial et ses spécificités comme la configuration d'un milieu, les pratiques culturelles d'une société participant à former, sous certaines conditions, un système agroalimentaire localisé (MUCHNICK J., SAINTE-MARIE C., 2010). Dans un ouvrage récent particulièrement intéressant puisqu'il est un des rares à s'attaquer à l'objet « bassin de production », François Sarrazin identifie seize points permettant d'apprécier un bassin de production parmi lesquels figurent aux côtés des traditionnels référents productifs,

des aspects socio-culturels comme les dimensions muséographique, touristique, identitaire (SARRAZIN, 2016).

Notre propos souhaite modestement contribuer à ces dernières analyses en présentant la genèse sociale et culturelle d'une activité agricole territorialisée. Dans le cas qui nous occupe ici, au Rio Grande do Sul, c'est le désir des colons de se forger un « territoire » social et matériel, qui a permis la constitution d'une sorte de « creuset », d'un « bassin » où s'y déploie, parmi d'autres, des productions agricoles spécifiques. De facto, la culture du riz participe à la culturation du groupe et inversement. Nous proposons de développer ces aspects en deux parties : la première retrace l'émergence de la production de riz dans l'État en soulignant l'importance du codage socio-territorial de cette pratique productive alors que la seconde traite de sa diffusion au point de devenir un référent culturel local d'importance.

I - La riziculture, une innovation sociologiquement codée

L'origine de l'introduction d'une plante est comme souvent incertaine car liée aux sources divergentes et à la construction rétrospective consistant à aller chercher le plus loin possible dans l'histoire les éléments de légitimation de cette activité, comme pour en confirmer, s'il en est besoin, les ancrages dans le temps et l'espace. Si **Ellen Fensterseifer Woortmann** avec d'autres sources qui ont toutes pour origine l'Institut de la riziculture du Rio Grande do Sul (IRGA) et l'EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), mentionnent le fait que les Tupis cultivaient avant la colonisation européenne « le maïs d'eau » (WOORTMANN, 2009) sur le littoral de l'État (MADRUGA et al., 2005), le riz tel qu'il est actuellement cultivé est originaire d'Asie (*Oryza Sativa* L.) et d'Afrique (*Oryza Glaberrima* Steud). Importée par les colons espagnols en 1761 dans le Para (EMBRAPA, 2002), cette culture est repérée dans le Sud du Brésil dès les XVI et XVIIe siècles. Au Rio Grande do Sul, sont mentionnés des producteurs d'origine des Açores en 1784, et d'allemande au milieu du XIXe à Cachoeira do Sul, Taquara, Santa Cruz dans les zones coloniales³⁵ (PEYBALE, 1974), dès 1903 à Pelotas (BUHLER, 2006).

³⁵ Rappelons que le terme de colonisation est employé ici au sens de colonisation de peuplement et non dans son sens de domination politico-économique d'un pays sur un autre. Dans le Rio Grande do Sul (RS) contemporain, le terme « colonial » est perçu positivement et évoque généralement une tradition culturelle marquée et des produits de qualité artisanale. Les zones coloniales correspondent par voie de conséquences aux localités majoritairement peuplées de migrants européens.

C'est donc dans un triangle reliant Cachoeira do Sul, Bento Gonçalves, Pelotas en passant par Camaquã (TAQUARA; SANTA CRUZ pour DA ROS, 2012) (Figure 1) que se diffuse la riziculture : des 50 à 80 t/an jusqu'en 1845, la production passe à 160 tonnes en 1859, 250 tonnes en 1863, 2 500 t en 1906 et 12 000 t en 1909. À cette dernière date selon Becker (BECKER, 1992), les premier et dernier municipes cités représentent 93 % de la production totale locale. Au fur et à mesure que la production augmente, la graminée participe à structurer d'une part les territoires et d'autre part leurs identités.

1.1 La centralité territoriale de la riziculture

Les prémices de l'agro-industrie rizicole du Rio Grande do Sul sont connues : la fin de l'esclavage en 1888, la demande urbaine croissante, l'application de politiques économiques de substitution aux importations via l'augmentation des droits de douane du riz à partir de 1896 sont autant de facteurs externes de la fin du XIXe-début XXe qui favorisent le riz comme une opportunité commerciale. Si l'on ajoute à cela, le processus de mécanisation (pompes, tracteurs...), l'apport d'intrants, la création d'un syndicat de producteur de riz en 1926 (IRGA) et la mise en réseau du territoire local par le chemin de fer, tout est rassemblé pour intensifier les productions céréalières et propulser les producteurs de riz à l'avant-garde (FEE, 1979) accompagnant ainsi la marginalisation dans l'économie locale des activités méridionales liées à l'élevage³⁶. De ce point de vue la riziculture a été historiquement le moteur de la « modernisation » du secteur agricole de l'État ; dans ce contexte l'IRGA, institutionnalisé par décrets successifs en 1938 et 1948, joue un rôle crucial aussi bien d'un point de vue technique avec l'amélioration des semences dès 1939, la création d'une école en 1947 pour assurer la reproduction sociale, la possibilité de lever une taxe pour son propre financement, l'importation de machines agricoles... (BARCELOS DA COSTA, 2012) Toutefois, ces innovations restent concentrées : les 20 premiers municipes producteurs concentrent 73 % des surfaces rizicoles (FEE, 1979) et forment ainsi le cœur du bassin de production selon un double axe : d'une part le long du lac des Patos de Porto Alegre jusqu'à Pelotas et d'autre part le long du Jacuí, toujours de la capitale locale jusqu'à Cachoeira do Sul.

³⁶ Entre 1861 et 1927, la part dans les exportations du RS des produits issus de l'élevage (*charque* et *couros* ; bœuf séché et cuir) est passée de 74 % à seulement 24 %. Cette baisse s'est faite au profit de produits comme le riz et le saindoux qui, inexistant à la première date, représentent respectivement 13 et 19 % en valeur à la seconde (BECKER, 1992).

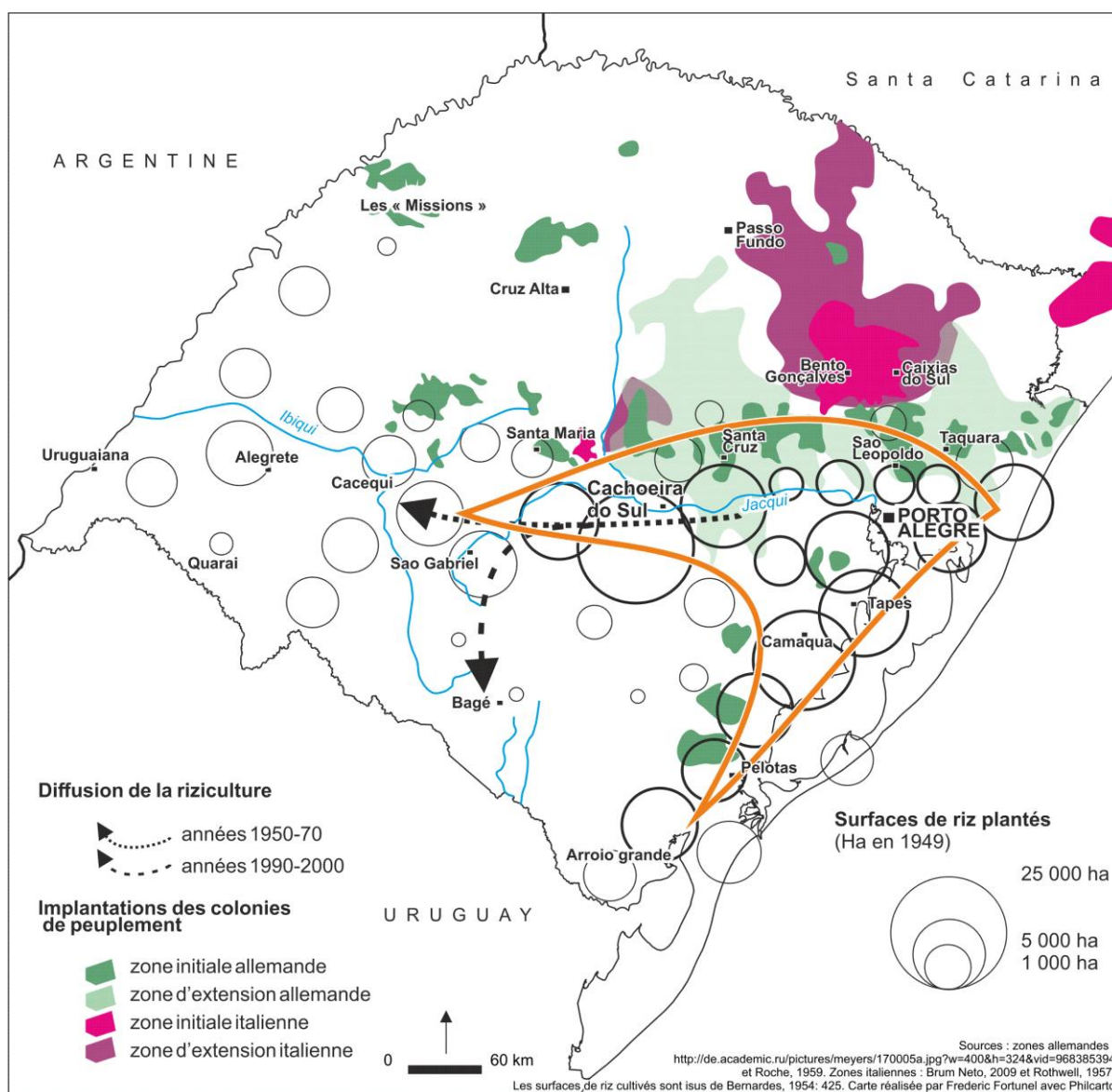


Figure 1 - colonies européennes principales et diffusion de la riziculture en 1949.

Comme on l'observe sur la Figure 1, Cachoeira do Sul est la capitale locale du riz avec plus de la moitié de la production de l'État ; plus généralement la zone de la dépression centrale (Axe Porto-Alegre-Cachoeira) représentait 63 % des surfaces rizicoles en 1920 (BECKER, 1992). Ce n'est que plus tard que Cachoeira, en plus de devenir au milieu des années 1920 un centre de fourniture de matériel agricole dédié au riz, s'attribuera le statut de capitale nationale avec la création d'une fête dédiée à la graminée (Fennarroz acronyme de Feira nacional do arroz), particulièrement fréquentée et dont la périodicité n'a cessé de s'accroître depuis sa création en 1941. C'est également à Cachoeira do Sul qu'est abrité le mémorial du riz où l'on y célèbre l'épopée de cette culture, photos sépia à l'appui. Cette

floraison festive n'est unique ni au Brésil ni dans l'État : on en compte de nombreuses plus locales à l'occasion de la première récolte (festa regional do arroz à Tapes, São João do Polêsine, Manoel Viana...) et même certaines plus thématiques qui, par exemple, célèbrent le riz des quilombolas liant par un jeu symbolique les descendants d'esclaves noirs, le riz dit « africain » (*Oryza glaberrima*) implanté dans l'État et une stratégie de développement local écologique et communautaire³⁷. En plus de retrouver ici les critères museographique et touristique d'un bassin de production proposés par Sarrazin (SARRAZIN, 2016), ces fêtes rizicoles soulignent la capacité du riz à structurer un consensus social sur un territoire qui s'est néanmoins construit sur l'exclusion territoriale de ces populations noire et indienne. Si les institutions de vulgarisation agricole en sont à soutenir l'adoption de la riziculture chez les noirs et les indiens pour poursuivre le développement économique autour de cette plante à la fois vivrière et commerciale, l'important au Rio Grande do Sul est bien que cette culture participe à façonner le gaúcho.

1.2 Le riz au Rio Grande do Sul, une affaire de symbole identitaire

La question rizicole au Rio Grande do Sul est une affaire de symbole autant économique que culturel. La localisation initiale d'appropriation de la riziculture n'est pas anodine ; elle renvoie à une identité locale en cours de redéfinition au fur et à mesure que l'État méridional monte en puissance à l'échelle nationale (Figure 2), Cette réussite dans la production est également, et peut être surtout, l'affirmation d'identités tout au long du XXe siècle. Car il ne faut pas être arrivé depuis longtemps au Rio Grande do Sul pour que l'on vous raconte sur le mode de l'aventure pionnière, le verbe haut et la poitrine gonflée, ses origines européennes : à plusieurs générations de distance, est rejouée une « mythique » des origines de la colonisation principalement allemande (ROCHE, 1959) et italienne (BIASE, 2009) qui nécessite parfois un retour aux sources européennes sur le mode du tourisme généalogique. Valorisées et valorisantes, ses origines qui racontent l'aventure coloniale (et les différents vagues de migrants de toute l'Europe qui se sont succédées dans cette région de 1824 jusqu'à la Seconde Guerre mondiale³⁸) -au détriment des indiens et des quilombolas³⁹- se retrouvent lorsque l'on aborde l'occupation du sol, et notamment la riziculture.

³⁷ Voir <http://guayi.org.br/?p=776>

³⁸ La structure ethnique et territoriale s'est modifiée en profondeur par vague successive : après la première vague originaire d'Afrique centrale à la fin du XVIIIe siècle qui formeront les esclaves noirs, débarqueront des populations principalement originaires des Açores et de Madère (1748-), d'allemande (1824-1870), d'Italie

De ce point de vue, le bassin de production rizicole du RS peut tout autant être identifié par ses techniques modernes et ses rendements élevés que par le fait d'un ancrage territorial de groupes de producteurs ayant parcouru un long processus d'acculturation en plantant notamment du riz, en faisant de cette prospérité productive, un succès de leur propre identité transformée, reterritorisée. Alessia de Biase dans une remarquable étude sur les Vénitiens au Rio Grande do Sul explique comment ces migrants se sont appropriés les codes gaúchos comme le cheval, les vêtements traditionnels mais ont également construit tout une scénarisation de leur spécificité. Il ne s'agit pour autant pas d'une duplication mais bien d'un métissage dans le sens où, avec les générations et leurs logiques propres, se réinvente une culture. Cette dernière reste néanmoins incluse localement dans une hiérarchie symbolique dominée par les éleveurs (BUHLER, 2006), figure idéal-typique de l'identité gaúcha réactivée au fin XIXe-début XXe siècle avec la création du mouvement traditionnaliste qui donnera lieu après la Seconde Guerre Mondiale à la fondation de centres de traditions gaúcha (CTG) dont un verra le jour en zone de colonisation allemande⁴⁰.

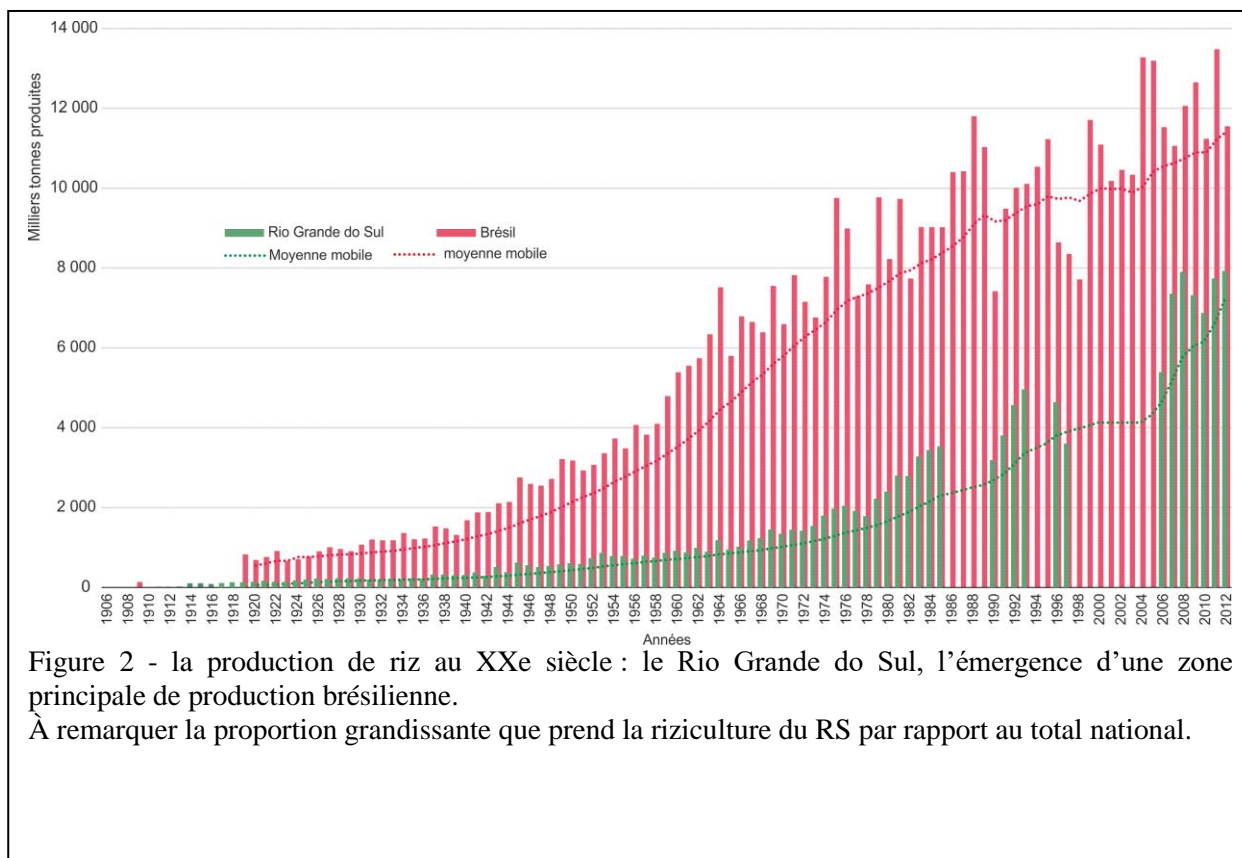
Chargés de peupler ce territoire jugé peu dense et sous utilisé au détriment d'une population autochtone⁴¹, les colons -en demande d'ancrage territorial et de reconnaissance sociale- sont le moteur du changement qui s'opère en quelques décennies : entre 1780 et 1914 ce sont environ 200 000 personnes qui arrivent par migrations organisées et spontanées ; ces populations se sont concentrés dans les zones « coloniales » sur la rive gauche du Jacuí (qui représentent entre les deux dates respectivement 8 et 19 % de la population) au détriment du littoral (BECKER, 1992).

(1875-1914) et d'autres de confession juive originaire d'Europe de l'Est (à partir de 1904). À noter la présence de quelques français.

³⁹ Les quilombolos sont des habitants des quilombolas, espaces communautaires où se sont réfugiés les esclaves noirs avant l'abolition de 1888. Aujourd'hui, leurs descendants vivent pour la plupart dans des conditions économiques et sociales difficiles.

⁴⁰ Sur les référents identitaires du Rio Grande do Sul et de ses évolutions, se reporter à Oliven, 2002. Sur la singularité du gaúcho vis-à-vis du reste du Brésil, voir l'analyse de Le Brazidec, 2009.

⁴¹ L'immigration européenne est aussi une colonisation de peuplement blanc: si en 1814, environ 39 % de la population de la province est composée d'esclaves ou d'anciens esclaves (MAESTRI, 2000) presque 200 ans plus tard, les noirs ne représentent plus que 15% de la population, le taux le plus faible de tout le pays derrière l'État de Santa Catarina (IBGE, 2005).



II - La mobilité, facteur d'ancrage

C'est entre 1842 et 1870 (BESKOW, 1984, 1986) que la graminée perd son statut « paysan » pour devenir une activité en culture inondée, productive et lucrative ; elle se structure en filière. C'est d'ailleurs un point de bascule qui est souvent repris dans les analyse de bassin de production : dès lors qu'une activité passe des jardins paysans à une culture commerciale, du vivrier au commercial, du paysan à l'exploitant, c'est semble-t-il là le moment où l'on considère le bassin de production.

2.1 La diffusion spatiale du riz

Le point essentiel de l'émergence du riz dans l'économie locale passe donc par une diffusion spatiale et par un changement de pratique. Ces deux mouvements participent aux mutations des positions sociales et spatiales d'acteurs : en quittant les zones coloniales initiales pour émigrer vers de nouvelles terres à exploiter, ils deviennent également des « granjeiros », des commerçants (BECKER, 1992) et s'associent pour former avec d'autres, le socle de la bourgeoisie industrielle locale. Il est vrai que l'implantation initiale des colons allemands

jouent un rôle important dans l'appropriation de la graminée⁴² : localisés dans quelques municipes qui représentent jusqu'à 60 % de la population (ROCHE, 1959), ces migrants cultivent de riz pluvial vivrier dans la colonie de São Leopoldo, point initial de leur implantation. Ce sont, nous dit Roche, les colons allemands qui réalisent cette mutation par et pour l'intensification agricole : la littérature sur le sujet cite régulièrement un certain Maximiliano Saenger, d'origine autrichienne, les frères Frederico Carlos et Ernesto Carlos Lang, allemands d'origine, comme étant les premiers utilisateurs de ces procédés techniques « modernes » de pompage de l'eau (DA SILVA, 2002). Jean Roche parle de la maison Bromberg comme un exemple de réussite dans le commerce de colons allemands ayant équipé les réseaux d'irrigation, les rizeries mais aussi les centrales électriques, les voies ferrées... (ROCHE, 1959) En 1950, alors que les zones coloniales allemandes représentent moins de 5 % des surfaces totale en riz (ROCHE, 1959; DA CUNHA, 1988), ce dernier atteint l'ouest de la province au milieu des années 1950. Si Bernardes précise qu'elle reste rare en absolu, la riziculture représente à Uruguaiana tout de même 90 % des surfaces en céréales cultivées en 1953, notamment grâce au barrage de Sanchuri construit quelques années plus tôt par l'IRGA (BERNARDES, 1954) tout en profitant du pont avec l'Argentine qui permet à la région de s'ouvrir économiquement. Si l'on en croit les précisions de Peybale aussi bien à la fin des années 1940 que 1960, ce sont dans ces zones de l'ouest que l'on trouve le plus de riziculteurs d'origine italienne, alors que les teuto-brésiliens se cantonnent au centre de l'État (PEYBALE, 1974). Le riz perd donc son caractère monoethnique et semble se fondre dans la dynamique de sociabilisation entrepreneuriale des colons de l'État qui est une des conditions de son acceptation et de sa capacité à créer des capitaux économique et symbolique.

⁴² Des exemples emblématique en matière agricole de cette appropriation identitaire locale réside dans la viticulture : testée sans succès initialement par des populations d'origine portugaise, ce sont les colons allemands qui vont introduire de nouveaux cépages (ROCHE, 1959) puis, au final, les colons d'origine italienne qui s'emparent de cette production autour de Caixas do Sul et participent à l'édification d'une filière complète aujourd'hui fortement valorisée tant dans ses symboles que ses produits (SABBATO FLORES et al., 2014; ORTEGA, JEZIORNY, 2011).

L'émergence de la riziculture comme activité majeure à l'échelle de l'État participe d'un phénomène plus général d'expansion sociale redéfinissant les relations traditionnelles entre le Nord et le sud : en se déplaçant dans les várzeas qui sont en fait des zones facilement inondables du fait de leur caractéristiques hydromorphes, la culture se diffuse le long de la

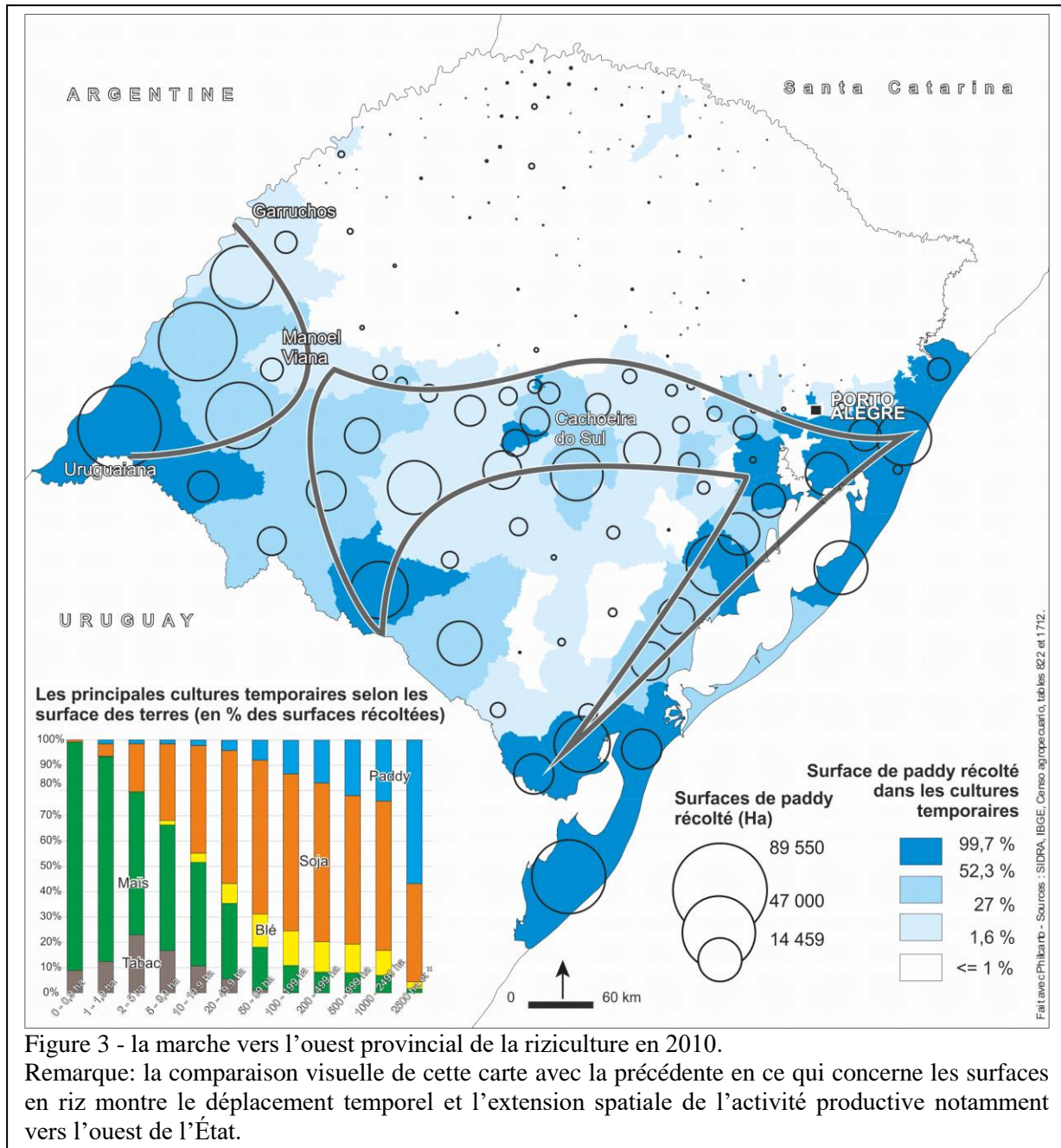


Figure 3 - la marche vers l'ouest provincial de la riziculture en 2010.
Remarque: la comparaison visuelle de cette carte avec la précédente en ce qui concerne les surfaces en riz montre le déplacement temporel et l'extension spatiale de l'activité productive notamment vers l'ouest de l'État.

dépression centrale passant du Jacuí à l'Ibicuí comme l'a dessiné Peybale (PEYBALE, 1971) et fait le lien entre les cultivateurs et les éleveurs. En effet, le riz au Rio Grande do Sul s'inscrit dans les cycles productifs incluant une mobilité spatiale: des zones coloniales vivrières, il devient commercial en s'installant dans les várzeas, puis se diffuse aux zones

frontalières dans cette Campanha gaúcha pourtant réputée si réfractaires aux changements (Figure 3)⁴³.

2.2 L'ascension sociale des producteurs

Si le riz se diffuse, c'est autant par les capacités des milieux, par les opportunités économiques qui s'ouvrent (et se ferment au gré des marchés) que par les mobilités. Ceux et celles qui alimentent les fronts de diffusion agricole dans les années 1970 et 1980 sont des gaúchos d'une nature différente de l'éleveur traditionnel : par le jeu des échelles géographiques et identitaires, on est tout à la fois d'origine allemande ou polonaise et faisant partie d'un État du Brésil qui nourrit sa propre singularité. La construction de cette brasilianité brillamment analysée par Maria Isaura Pereira de Queiroz et Peybale accompagne l'ouverture de vastes champs céréaliers dans tous les régions voisines du noyau central qu'elles soient internes à l'État (vers l'ouest, le sud-Ouest et la zone septentrionale appelée haut Uruguay) ou bien externes (vers le nord du pays avec la diaspora gaúcha au Paraná/Santa Catarina⁴⁴ et vers le Sud en direction de l'Uruguay depuis les années 1970). (PEREIRA DE QUEIROZ, 2008; PEYBALE, 1981; BUHLER, 2004, 2009). Plus récemment dans le contexte d'une mondialisation encore plus intense, la presse locale se fait l'écho d'ambitions gaúcha sur d'autres continents, au Nigéria : en échange d'un appui technique sur la riziculture, des producteurs brésiliens auraient accès à des terres sous la forme de baux emphytéotiques (DA COSTA, 2014) nourrissant ce que certains appellent le néocolonialisme agraire.

Ainsi, le riz fait véritablement corps avec la société locale en pleine mutation. Il s'inscrit dans une dynamique de front pionnier, mouvante, labile et participe aux transformations sociétales en cours au début du XXe siècle sous deux formes essentielles : innovations économique et technique via les investissements « capitalistes » en agriculture, innovations sociale et identitaire avec l'émergence d'un gaúcho « moderne » et entrepreneur. Tout se passe comme si l'on assistait à des translations sociales et spatiales nécessaires l'une à l'autre : les colons avaient besoin de partir du foyer initial pour exister autrement⁴⁵ et la riziculture en a été le moyen, l'outil et peu, parfois, en devenir le marqueur permettant, d'un seul coup, la réalisation professionnelle et l'affirmation identitaire via des réseaux particulièrement forts (HAESBAERT R., 2012). Les riziculteurs aujourd'hui ne doutent plus

⁴³ La question des politiques publiques en faveur de l'extension de la riziculture n'est pas explicitement abordée dans cet article. Voir Viera Medeiros, R., Falcade I. (dir.), 2009; Moreira R.J., Bruno R. (dir), 2010.

⁴⁴ Ils représentent environ 60 % des migrants en 2000.

⁴⁵ Notamment pour des raisons de pression démographique et de baisse de fertilité des sols.

de leur pouvoir : on les retrouve dans la bourgeoisie industrielle de l'État, dans les cercles dès lors qu'il s'agit de négocier le partage de la ressource notamment hydrique. En effet, bien que le riz soit une culture annuelle, il assure un ancrage territorial de première importance et fait corps avec la société locale à tel point qu'il est délicat de reproduire comme le rappelle Eve-Anne Buhler, les clivages territoriaux et identitaires qui, s'ils permettent de schématiser les choses, ne reflètent qu'imparfaitement les réalités : la riziculture est actuellement pratiquée aussi bien par des cultivateurs que par des éleveurs, ne serait-ce que pour les revenus qu'elle procure (BUHLER, 2006) mais aussi parce qu'elle permet de faire un système complémentaire et conservateur : permettre le maintien d'un élevage « traditionnel » -et donc du foncier- par la rémunération fournie aux propriétaires. En effet, le contexte foncier régional est marqué par la pratique de l'affermage, socle du maintien des grandes exploitations concentrées par la rémunération produite aux propriétaires tout en permettant aux locataires céréaliers l'investissement dans le matériel et l'intensification productive (riz, blé soja). Comme le graphique de la Figure 3 l'indique, si les surfaces destinées à la riziculture sont parmi les plus vastes des cultures temporaires, elles sont le fait d'un recours important à l'affermage (22 % de la surface récoltée se font selon ce mode de faire valoir en 2006 contre 10% pour le reste des cultures temporaires de l'État) et cela d'autant plus vrai que l'on se dirige vers l'ouest de l'État (62 % dans le municiple de Garruchos, 70 % à Manoel Viana par exemple). De la même manière, si les statistiques officielles indiquent que les surfaces possédées par les riziculteurs sont inférieures à 100 ha, celles qui sont cultivées sont supérieures à 2 500 ha ce qui laisse entrevoir la complexité des stratégies foncières. Au-delà des inégalitaires foncières qui se sont entretenues ainsi faisons ici l'hypothèse que le compromis social s'est historiquement institué entre grands propriétaires et céréaliers permettant à chacun de maintenir ce à quoi ils tenaient le plus (les premiers la terre, les seconds l'ascension sociale).

Conclusion

Aussi bien par ses surfaces, par ses réseaux commerciaux, par l'importance des investissements consentis dans son économie à l'intérieur comme à l'extérieur des frontières, mais aussi, de manière tout aussi structurante, par sa présence chaque jour répétée dans les assiettes, le riz est loin d'être une céréale anecdotique dans le sud du Brésil. Les deux parties développées dans le présent article illustrent la structuration d'un bassin de production associant stratégies identitaires et stratégies productives. On constate que non seulement le

« bassin de production » est une donnée toute relative aussi bien spatialement que socialement mais surtout que la spatialisation d'un produit ne prend son sens que par des constructions symboliques historiquement datées et qui utilisent une activité agricole comme un médiateur entre les sociétés et un territoire : le produit et son « bassin » n'ont de sens que dans les épaisseurs sociale et sociétale. Dès lors, le terme de bassin uniquement centré sur la localisation des activités constituées en chaînes productives devrait prendre en compte une approche plus qualitative permettant de faire émerger des dimensions immatérielles à l'acte de production. Si François Sarrazin parle des liens sociaux et plus précisément des identités sociale et professionnelle comme facteur de réussite des bassins de production (SARRAZIN, 2016), il paraît clair qu'en ce qui concerne la riziculture dans le Rio Grande do Sul, elles trouvent leur racine dans les mutations démographiques et économiques du début du XXe siècle et qu'elles se déploient autour de la constitution de cette identité locale vécue comme une fierté et une réussite.

Toujours à propos de la riziculture dans son territoire, trois enjeux en guise de conclusion peuvent être soulignés. Tout d'abord, il est utile de rappeler que la riziculture irriguée telle qu'elle pratiquée dans la partie méridionale du Rio Grande do Sul cohabite avec de nouveaux systèmes productifs où le soja intercalé avec le riz dans les varzéas et la plantation d'eucalyptus sur les zones plus élevées. De fait, alors que le biome Pampa est reconnu pour sa biodiversité, les transformations de son utilisation du sol semblent s'accélérer.

Ensuite, la représentation d'une seule riziculture telle qu'est présentée ne renvoie qu'à une partie des réalités : une approche en termes de relation de pouvoir d'une part et de stratégie de valorisation d'autre part pourrait être approfondie notamment en faisant intervenir par exemple l'usage des OGM, la conduite en agriculture biologique qui renvoient à des représentations du monde agricole et rural particulièrement contrastées.

Enfin, et de manière plus générale encore, on peut s'interroger sur le maintien des repères identitaires analysés notamment sous l'effet des modifications des modalités productives via l'agriculture de firme telle qu'elle est aujourd'hui pratiquée dans des portions de territoire de plus en plus large et dont la riziculture, avec la sojaculture sont localement les principales céréales représentantes (GRAS; HERNANDEZ, 2014). Dès lors, qu'en est-il de l'ancrage territorial lorsque les systèmes productifs tendent à se passer de la localité et où la terre est un facteur de moins en moins prégnant?

Bibliographie

BARCELOS DA COSTA, A. « O instituto Rio Grandense do Arroz ». Revista Brasileira de inovação, vol. 11, n°2, pp. 497-480, 2012.

BECKER, F.D. A economia política do arroz : uma análise da conformação do CAI do arroz irrigado do Rio Grande do Sul. Campinas, Universidade estadual de Campinas, 1992.

BERARD, L.; MARCHENAY, P. Les produits de terroir. Entre cultures et règlements. Paris: CNRS éditions, 2004.

BERNARDIS CAVALCANTI, L. M. Cultura e produção do arroz no sul do Brasil. Revista brasileira de geografia, n°4: 403-438, 1954.

BESKOW, P.R. A formação da economia arrozeira do Rio Grande do Sul. Ensaios FEE, vol. 2, n°4 : 55-84, 1984.

BESKOW, P.R. O arrendamento capitalista na agricultura. Sao Paulo-Brasília: CNPQ-HUCITEC, 1986.

BIASE, A. Vénitiens dans la pampa. Coll. Anthropologie critique. Paris, Harmattan, 2009.

BUHLER, E.A. Le Mercosur rizicole, quand un front agricole rencontre la frontière nationale. In : GUIBERT, M.; MARCHESIN, T. Coloquio internacional Les intégrations régionales: quelles dynamiques transfrontalières et transnationales ? Les enseignements du Bassin de la Plata dans le Mercosur. Réseau CDP, UTM / MSHST / IPEALT, 01- 03 juill, 2004.

BUHLER, E.A. Les mobilités des exploitations rizicoles du Rio Grande do Sul (Brésil) vers l'Uruguay: territorialités et stratégies transfrontalières d'accès aux ressources, Thèse de doctorat, Université Toulouse 2, 2006.

BUHLER, E.A. La riziculture dans le bassin du Rio de la Plata: quand un front agricole dépasse les frontières nationales. In: GUIBERT, M.; CARRIZO, S.C. et all., Le Bassin du Rio de la Plata. Développement local et intégration régionale. Toulouse: PUM, 2009.

CHARVET, J.P. Les Greniers du monde. Paris: Economica, 1985.

DA COSTA, F. Nigéria pretende exportar arroz utilizando mão de obra do Rio Grande do Sul », 2014. In: ZERO HORA, 14/03/2014. Disponible en: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/campo-e-lavoura/noticia/2014/03/nigeria-pretende-exportar-arroz-utilizando-mao-de-obra-do-rio-grande-do-sul-4445514.html>

DA CUNHA, J. L. Os colonos alemães de santa cruz e a fumicultura, santa cruz do sul, rio grande do sul 1849-1881, mémoire d'histoire, departamento de história da universidade federal do paraná, 201 p., 1988.

DA ROS, C. A. Terra e poder no Rio Grande do Sul, as políticas agrárias durante o governo Olivio Dutra (1999-2002). Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

DA SILVA GOMES, A.; LARTE TERRES, A.; VERNETTI AZAMBUJA, I. H. O Arroz irrigado no Rio Grande do Sul: solo, area, produção, produtividade e perfil do produtor, Estado do Rio Grande do Sul, série Culturas Arroz, Porto Alegre, pp. 13-23, 2002.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA. Anuário estatístico do Rio Grande do Sul 1970. Porto Alegre: IBGE, 1970.

DIRY, J. P. L'industrialisation de l'élevage en France. Economie et géographie des filières avicoles et porcines. Paris: Ophrys, 1985.

EMBRAPA. Arroz. Série culturas, Porto Alegre: Estado do Rio Grande do Sul, 2002.

FUNDAÇÃO ECONOMIA E ESTATÍSTICA. A mecanização da agricultura do Rio Grande do Sul 1920-75, Porto Alegre, 1979.

GRAS, C.; HERNANDEZ, V. Avancées technologiques et identités socioproductives, l'agribusiness dans la pampa argentine. In: BERNARD DE RAYMOND, A.; GOULET, F. (dir). Sociologie des grandes cultures, au cœur du modèle industriel agricole. Paris: Quae, 2014.

HAESBAERT, R. Territorialidades « gauchas » e a formação de redes regionais e transnacionais. In : VERDUM, R.; BASSO, L.A.; SUERTEGARAY, D.M.A. Rio Grande do Sul, paisagens e territórios em transformação. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

LE BRAZIDEC, N. Le Rio Grande do Sul: une Europe brésilienne? Une approche géographique de la perception sociale des inégalités au Brésil. RITA, n°2: août, 2009. Disponible en: <http://www.revue-rita.com/dossier-thema-37/le-rio-grande-do-sul.html>

MADRUGA, S.R.; BRONDANI, G.; VEY, I.H.; TRINDADE, L.D.L.; VENTURINI, J.C.; MORALES, R. Diferenciais de custos em culturas de arroz. Revista Eletrônica de Contabilidade Curso de Ciências Contábeis, Vol. 2, n°2 : 37-58, 2005.

MAESTRI, M. Quilombos no Rio Grande do Sul. In: REIS, J. J.; GOMES, F.D.S (dir), Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARGETIC, C. L'agro-alimentaire chez les géographes des campagnes en France au XXe siècle ». Norois [En ligne], n°197, vol. 4, 2005. Disponible en: <http://norois.revues.org/301>; DOI: 10.4000/norois.301

MOREIRA, R. J.; BRUNO, R. (dir). Dimensões rurais de políticas brasileiras, Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

MUCHNICK, J.; SAINTE-MARIE, C. (dir.). Le temps des SYAL. Paris: Quae, 320 p., 2010.

MULHALL, M. G.. Rio Grande do Sul and it's german colonies. Londres: Longmans, green and Co., 1873.

- OLIVEN, R. G. A la recherche des origines perdues le mouvement traditionaliste gaúcho au Brésil. *Etudes rurales*, n°163-164, vol. 3: 145-165, 2002.
- ORTEGA, A.C.; JEZIORMY, D.L. *Vinho e Território: a experiência do Vale dos Vinhedos*, Campinas: Editora Alínea, 2011.
- PECQUEUR, B. *Le développement local*. Paris: Syros - Alternatives Economiques, 132 p., 2000.
- PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. « Identité culturelle et identité nationale au Brésil », *SociologieS* [En ligne], Découvertes / Redécouvertes, Maria Isaura Pereira de Queiroz, mis en ligne le 28 avril 2008. Consulté le 15 décembre 2014. Disponible en: <http://sociologies.revues.org/2103>
- PEYBALE, R. *A rizicultura irrigada no Rio grande do Sul*. *Boletim geográfico do RGS*, n° 14: 4-11, 1971.
- PEYBALE, R. *Éleveurs et agriculteurs du Rio grande do Sul (Brésil)*. Thèse de doctorat, Lille: Université de Paris 1, 1974.
- PEYBALE, R. "Dynamique pionnière et organisation de l'espace au Brésil", *CREDAL* (dir.), *Les phénomènes de frontière dans les pays tropicaux*, IHEAL, pp. 261-271, 1981.
- PRALY, C. *Nouvelles formes de valorisation territoriale en agriculture. Le cas de l'arboriculture de la Moyenne Vallée du Rhône*, Thèse de doctorat, Université Lumière Lyon 2, 422 p., 2010.
- RIEUTORT, L. *Dynamiques rurales françaises et re-territorialisation de l'agriculture*. *L'information géographique*, n° 73: 30-48, 2009.
- ROCHE, J. *L'agriculture des colons allemands dans le Rio Grande do Sul*. *Annales de Géographie*. t. 68, n°367: 224-237, 1959.
- ROTHWELL, S. C. *The old italian colonial zone of rio grande do sul, brazil: a geographic interpretation*. *Revista Geográfica*, t. 20, n°46: 22-54, 1957.
- SABBADO FLORES, S.; DA SILVA MACHADO, V.; VALDUGA, V.; VIEIRA-MEDEIROS, R. M. « L'Italia al di fuori dell'Italia: un altro sguardo sulla viticoltura italiana e le sue ripercussioni in Brasile ». *Les territoires du vin en Italie - Territori del vino in Italia*, 26 mai 2014. Disponible en: <http://revuesshs.u-bourgogne.fr/territoiresduvin/document.php?id=1722> ISSN 1760-5296
- SARRAZIN, F. *La construction sociale des bassins de production agricole, entre facteur de coordination et liens de coopération*. Paris: Quae, 169 p., 2016.
- STRAZZACAPPA, C. *A luta pelas terras no Brasil, Das sesmarias ao MST*, Sao Paulo: Moderna, 2006.
- ULLRICH, O. *As colônias alemãs no Sul do Rio Grande do Sul*. *Ensaio FEE*. vol. 5, n.º3: 137-161, 1984.

VAUDOIS, J. Les dynamiques spatiales des productions légumières: l'évolution récente des bassins endiviers de Nord-Picardie. Méditerranée n° 3-4: 65-73, 2000.

VIEIRA-MEDEIROS, R.; FALCADE, I. (dir.) Tradição versus tecnologia. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

WOORTMANN, E. F. Nem sempre visível, mas sempre presente: o arroz na culinária brasileira (Parte 1), 2009. Disponível em: <http://www.slowfoodbrasil.com/textos/alimentacao-e-cultura/277-nem-sempre-visivel-mas-sempre-presente-o-arroz-na-culinaria-brasileira-parte-1>

**O QUEIJO COLONIAL DA QUARTA COLÔNIA, BRASIL:
ENTRE ARTESANALIDADE, INFORMALIDADE E TIPICIDADE DIFUSA – A
PRESISTÊNCIA AMEAÇADA**

Rafaela Vendruscolo⁴⁶

Caroline Ceretta⁴⁷

José Marcos Froehlich⁴⁸

Resumo: o artigo analisa a produção de queijos artesanais na cesta de bens e serviços ofertados no território Quarta Colônia, no centro do estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Especificamente, busca apresentar as principais dificuldades apontadas pelos produtores de queijos artesanais, identificando os principais aspectos que inibem a sua comercialização, em contraste com os outros produtos da cesta de bens e serviços territoriais, plenamente comercializados. Metodologicamente, é um estudo de caso, de análise qualitativa, e cujos resultados apontaram que os queijos artesanais são um dos principais produtos típicos de consumo vinculados à herança culinária de origem étnica italiana. Contudo, os queijos artesanais são acionados a partir de uma tipicidade colonial difusa, sendo produzidos na informalidade e, assim, tendo sua persistência ameaçada.

Palavras-chave: queijos artesanais; identidade territorial; cesta de bens e serviços; Quarta Colônia; tipicidade difusa.

**EL QUESO COLONIAL DE LA CUARTA COLÓNIA, BRASIL:
ENTRE LA ARTESANIA, INFORMALIDAD Y DIFUSA TIPICIDAD – LA
PERSISTENCIA AMENAZADA**

Resumen: el artículo analiza la producción de quesos artesanales en la canasta de bienes y servicios ofrecidos en el territorio cuarta colonia en el estado de Rio Grande do Sul. En concreto, identifica los principales aspectos que inhiben la comercialización de quesos artesanales, junto con los demás productos de la cesta bienes y servicios locales, totalmente comercializados y presenta las principales dificultades señaladas por los productores de queso. Metodológicamente, es un estudio de caso, el análisis cualitativo, y los resultados mostraron que los quesos artesanales son uno de los principales platos de consumo vinculados a la herencia culinaria origen étnico. Sin embargo, los quesos son impulsados desde una tipicidad difusa colonial está produciendo en la economía informal y por lo tanto tener una continuidad amenazada.

⁴⁶ Instituto Federal Farroupilha e Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: rafaela.vendruscolo@ifarroupilha.edu.br

⁴⁷ Universidade Federal de Pelotas. E-mail: carolineceretta@hotmail.com

⁴⁸ Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: jmarcos.froehlich@gmail.com

Palabras clave: quesos artesanales; identidad territorial; canasta de bienes y servicios; Cuarta Colonia; tipicidad difusa.

**THE COLONIAL CHEESE QUARTA COLÔNIA, BRAZIL:
BETWEEN CRAFTSMANSHIP, INFORMALITY AND DIFFUSE TYPICALITY –
THREATENED PERSISTENCE**

Abstract: the article analyzes the production of artisan cheeses in the basket of goods and services offered in the territory *Quarta Colônia* in the state of Rio Grande do Sul. Specifically, identifies the main aspects that inhibit the marketing of artisanal cheeses together with the other basket products local goods and services, fully marketed and presents the main difficulties pointed out by producers of cheese. Methodologically, is a case study, qualitative analysis, and the results showed that artisanal cheeses are one of the main dishes of consumption linked to cooking ethnic origin heritage. However, the cheeses are driven from a colonial diffuse typicality being produced in the informal and thus having a continuity threatened.

Keywords: artisan cheeses; territorial identity; basket of goods and services; QuartaColônia; typicality diffuse.

1. Introdução

Na abordagem territorial do desenvolvimento, as mobilizações de recursos ambientais e culturais compõem estratégias que buscam projetar e ampliar o reconhecimento de bens e serviços com vínculos territoriais. Diversas experiências neste sentido são capitaneadas por produtos agroalimentares que expressam ou buscam expressar de modo singular atributos de identidade territorial, seja com mais peso ora para fatores ambientais ora para culturais. O destaque para um produto que obtém amplo reconhecimento por traduzir seus vínculos identitários diante de um território em construção pode colocar este em evidência e, assim, possibilitar que outros bens e serviços daquele território possam ser notados e eventualmente valorizados (PECQUEUR, 2006). A noção de uma cesta de bens e serviços territoriais possibilita-nos pensar e estabelecer estratégias que interconectam a produção agroalimentar com outros setores produtivos, ambientais e de serviços, conforme as múltiplas funções que desempenham atualmente os territórios rurais.

No Brasil, o cenário rural vem demonstrando que onde a produção agrícola era a única forma de sustento familiar e de relações mercadológicas viáveis, as atividades industriais, o turismo e outros serviços estão se estabelecendo como alternativas complementares às atividades produtivas agrícolas, um retorno à diversidade de atividades presente no rural

brasileiro antes da modernização da agricultura. Estratégias de desenvolvimento territorial, portanto, são potencializadas, nos últimos 30 anos no Brasil, em consonância com as transformações nos hábitos de consumo e na valorização do rural como sinônimo de tranquilidade e de contato com a natureza, aspectos que passaram a ser procurados pelos consumidores urbanos.

Com vistas a acompanhar essas tendências, o território Quarta Colônia, localizado na região central do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, mobilizou iniciativas políticas, nas últimas duas décadas, em busca de alternativas para favorecer atividades turísticas capazes de complementar as atividades produtivas nos municípios, bem como resgatar e fortalecer as iniciativas agroindustriais diminuídas pelas consequências do processo de modernização da agricultura no Brasil. As iniciativas de resgate e valorização apoiaram-se e apostaram nas características étnico-culturais e tipicidades herdadas desde os primeiros colonizadores italianos que ali chegaram ao final do século XIX. O contexto sócio-histórico da época foi marcado pela fragmentação das terras disponíveis que serviriam para a formação dos núcleos de povoamento de imigrantes não ibéricos – principalmente italianos e alemães⁴⁹.

A partir das emancipações político-administrativas iniciadas no final dos anos 1950 e as comemorações do centenário de imigração italiana em 1975, o território iniciou uma lenta transformação e há poucas décadas conseguiu experimentar a revificação de sua identidade étnica italiana. Por conta das comemorações do centenário da imigração foi possível visualizar o afloramento, entre os descendentes, do sentimento de italianidade⁵⁰ até então latente. Os descendentes passam desde então a expressar sua origem italiana, superando os termos pejorativos do passado e reconhecendo sua italianidade em associações, locais de expressão coletiva, ou mesmo nos domínios domésticos, nas festas religiosas e municipais, nas apresentações artísticas, jogos e nas receitas culinárias transformadas em produtos vendidos em feiras (ZANINI, 2006).

⁴⁹ A situação econômica desfavorável da Quarta Colônia denunciaria um longo período de estagnação iniciado na década de 1930 e estendido até meados de 1980. Entre os motivos estavam os fracassos políticos para a emancipação dos municípios, a rivalidade entre os diferentes grupos de imigrantes, as dificuldades de sobrevivência em terras novas, o crescimento das famílias e significativamente a baixa produtividade das terras (SANTIN, 1986).

⁵⁰ A italianidade é compreendida como um sentimento de pertencimento etno-cultural derivado de um encontro, experimentado por um indivíduo conforme sua posição social. A forma como ela é expressa, buscada ou experimentada depende de como o indivíduo percebe a si mesmo num contexto social e como ele é percebido pelos demais. A italianidade se transforma numa linguagem instrumental ativada quando necessário, possibilitando o convívio social e a disputa por valor num mercado de bens simbólicos (ZANINI, 2006).

Em meados dos anos 1990, a retomada da denominação Quarta Colônia se daria por meio de projetos de resgate e valorização de elementos etnoculturais e históricos da colonização italiana iniciadas no município de Silveira Martins. Com isso, novas oportunidades para o desenvolvimento do território ganhariam força em projetos vinculados à conservação ambiental e às iniciativas de desenvolvimento sustentável apoiadas pelo Ministério do Meio Ambiente e financiadas pela Unesco. A criação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (PRODESUS) superaria as delimitações políticas dos espaços administrativos municipais, formando um consórcio de nove municípios⁵¹ numa perspectiva territorial de desenvolvimento (FROEHLICH; ALVEZ, 2007).

As ações previstas para projetar o território Quarta Colônia tiveram como eixo o acionamento da gastronomia típica italiana, a valorização da tradição na produção agroalimentar artesanal, bem como a busca por estimular atividades de turismo ecológico, religioso e cultural no território (FROEHLICH; VENDRUSCOLO, 2012). A intenção de projetar os recursos culturais e naturais da Quarta Colônia levou a várias iniciativas turísticas que buscavam priorizar o consumo de bens e serviços com vínculos identitários com o território. Com a triangulação “turismo, cultura e gastronomia” o território buscou encontrar e potencializar recursos específicos de valorização de bens e serviços locais, o que configurou uma tentativa de estabelecer uma lógica de desenvolvimento com abordagem territorial.

Nesse sentido, vários produtos agroalimentares locais foram acionados por constituir parte da identidade do território Quarta Colônia, uma vez que já eram produzidos, consumidos e ofertados como parte da culinária italiana, seja como comida tradicional nas mesas dos descendentes, seja nas festas tradicionais em comemoração aos santos padroeiros presentes em inúmeras comunidades rurais e urbanas nos pequenos municípios. Os principais produtos gastronômicos tradicionais presentes nesses espaços sempre foram: a sopa de *agnolini*, o risoto, o *raditi*, os salames, as bolachas, os pães, as massas, as cucas, as cachaças, os vinhos e os queijos. Particularmente, neste contexto identitário da italianidade, o queijo sempre teve um lugar de destaque (ZANINI, 2006), estando presente em vários pratos típicos como a

⁵¹ Os municípios que compõem o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável (CONDESUS) da Quarta Colônia são Agudo, Dona Francisca, Pinhal Grande, Nova Palma, Faxinal do Soturno, Ivorá, São João do Polesine, Restinga Seca e Silveira Martins.

polenta *brustolada* com queijo, a *fortaia*, nos risotos, nas massas ou acompanhando o salame e a copa⁵².

Dito isso, o foco desse artigo na análise do queijo como um dos produtos da cesta de bens e serviços reivindicados na identidade Quarta Colônia inspira-se nas inúmeras estratégias de valorização dos produtos locais como estratégias de desenvolvimento territorial e rural e nas problematizações, principalmente, envolvendo os queijos tradicionais em diversos países. Inúmeros são os tipos de queijos e reivindicações que conferem identidades territoriais pelas suas características históricas, culturais e de sabores vinculadas a um determinado espaço. Diante disso, observa-se que, apesar de fazer parte dos pratos típicos e, assim, compor a cesta de bens e serviços reivindicados na narrativa territorial da Quarta Colônia, os queijos da Quarta Colônia não estão presentes, de forma acessível, para serem consumidos dentro ou fora do território.

Portanto, compreende-se que, sendo um dos itens fundamentais da narrativa acionada, pode haver um potencial distintivo que confira uma tipicidade singular ao território. Aspectos observados em pesquisas realizadas no território e que levantaram a necessidade de problematizar a estratégia de desenvolvimento territorial da Quarta Colônia e os entraves para avanços nesse processo.

Assim, passadas já quase duas décadas de ações que busca(ra)m projetar a identidade territorial da Quarta Colônia, pretende-se analisar a produção de queijos artesanais como parte da cesta de bens e serviços ofertados no território Quarta Colônia. A problematização em torno dos queijos artesanais visa questionar por que estes não estão presentes nos mercados locais reivindicando a marca e uma identidade diferencial da Quarta Colônia, juntamente com muitos produtos da cesta de bens e serviços, como pães, bolachas e até mesmo salames e demais embutidos.

Especificamente, busca-se identificar os principais aspectos que inibem a comercialização dos queijos artesanais em conjunto com os outros produtos que compõem a cesta de bens e serviços locais, plenamente comercializados, e apresentar as principais dificuldades apontadas pelos produtores de queijos no território Quarta Colônia.

⁵² A copa tradicionalmente era chamada pelos descendentes de presunto, sendo substituída e readaptada com o processo de potencialização desses recursos com finalidades turísticas, contudo, até hoje os descentes assim a chamam entre seus pares.

Por meio da observação participante e de entrevistas semi-estruturadas com atores locais, produtores e consumidores, observou-se a diminuição da produção dos queijos artesanais, mantendo-se em grande medida pela informalidade e os mercados de proximidade, portanto de acesso restrito. Assim, identificou-se as dificuldades encontradas pelos produtores para a continuidade da produção do queijo artesanal, reivindicado por eles como “colonial”, que justifica a falta de uma reivindicação singular de tipicidade e de potencialização desse bem na estratégia de desenvolvimento territorial da Quarta Colônia.

Diante disso, o artigo compõe-se de uma abordagem do desenvolvimento territorial e alguns estudos que demonstram a produção de queijos artesanais como elemento simbólico de reivindicação da identidade territorial. Em seguida será apresentada a estratégia de construção da identidade territorial Quarta Colônia e a narrativa que inclui os queijos artesanais como parte da reivindicação identitária, buscando problematizar a reivindicação do elemento simbólico e a manutenção da artesanidade e a formalização. Por fim, apresenta-se uma análise das dificuldades encontradas pelos produtores de queijos artesanais e chama-se a atenção para a existência da produção dos queijos artesanais em grande parte informais, os quais abastecem um pequeno mercado local de proximidade, o qual se dá na informalidade. Contudo, apesar de algumas tratativas governamentais no sentido de legalizar e valorizar a produção artesanal familiar, os produtores não vêm aderindo à formalização, bem como, não há um interesse em buscar as especificidades de um produto que poderia estar vinculado à marca territorial da Quarta Colônia. Dessa forma, chama-se a atenção para a urgência na valorização dos queijos “coloniais” da Quarta Colônia como um elemento potencial que já aparece nas reivindicações da identidade territorial, mas informal tendo em vista a ameaça da perda das possíveis peculiaridades, ou mesmo da atividade.

2. Os vínculos territoriais e os queijos artesanais

Concebido como um processo histórico de diferenciação política e pública, a abordagem territorial foi uma estratégia usada em prol de territórios sociais deprimidos, por vezes fora dos circuitos convencionais de produtividade econômica. Na América Latina, alguns países vivenciaram as transformações resultantes de políticas internacionais setorializadas e desde os anos 1980, vem criando estratégias para superar obstáculos postos pelo sistema produtivo capitalista (PERICO; PERAFÉN; PINILLA, 2011). Na abordagem de vínculo territorial, voltada para iniciativas locais, de relação homem e espaço, o território

revelaria outros recursos com características *sui generis* para usos específicos, que não fossem reproduzíveis em outros locais e condições. A base desses recursos estaria em aspectos biofísicos e sociais como garantia de diferenciação dos produtos ofertados. Para Pecqueur (2006), essas características combinariam a qualidade do produto e a ancoragem local, dispondo de história e conhecimento específico para conquistar uma renda de qualidade territorial⁵³. A variável cultural traria a expectativa de valorização das identidades locais, aliada a diferenciação dos produtos, a proximidade de contextos locais, a inovação social e a dinâmica da imbricação do local, numa mudança de apreciação dos recursos naturais e culturais em tempos de globalização (PECQUEUR, 2009).

Nesse sentido, o sistema agroalimentar localizado (SIAL) poderia ser acionado pelo consumo turístico, pois sua organização espacial é capaz de mobilizar tais recursos a partir da aproximação de unidades de produção agrícolas, empresas agroalimentares, comerciais e de serviços ofertados. Isso constituiria um dos elementos indutores de desenvolvimento que transformaria contextos locais menos dinâmicos em forças produtivas diferenciadas e com renda de qualidade territorial.

Enquanto na América Latina e no Brasil as iniciativas de valorização e distinção de produtos baseados em aspectos históricos, modos de vida, valores e construções identitárias vinculados ao território de origem tenham sido acionadas recentemente, na Europa a caracterização de produtos agroalimentares com especificidades locais constituiu sua trajetória há mais tempo. Os estudos decorrentes das crises alimentares, da perda de confiança dos consumidores frente à produção industrial padronizada de alimentos, dos movimentos de valorização de alimentos saudáveis, orgânicos ou de qualidade controlada, promoveram a tentativa de retomar hábitos alimentares mais saudáveis e valorizar a identidade cultural na alimentação cotidiana (MENASCHE; KRONE, 2012).

Na União Europeia, entre os produtos agroalimentares que aderiram a mecanismos como certificações, selos de qualidade ou processos de indicação geográfica, políticas de promoção e proteção de produção local para garantir vinculação territorial, a produção de queijos artesanais também tem sido referenciada. Todavia, desde que houve a implantação de novas regras para a indústria láctea nos últimos anos, desconsiderando fatores como escalas e

⁵³ Para Pecqueur (2006), a renda de qualidade territorial é uma renda organizacional, o qual reflete a capacidade dos atores locais captar a disposição dos consumidores em pagar por aspectos relacionados ao ambiente do produto, numa compósita de bens e serviços ofertados resultantes de estratégias territoriais que envolvem produtores, agentes de transformação, cooperativas, sindicatos e prefeituras.

contextos produtivos locais junto aos territórios, muitos produtores de queijos tradicionais passaram a ser considerados ilegais. Foi o caso dos produtores de queijos de ovelha Merina na Serra da Grazalema na Espanha, que a partir da criação da Etiqueta de Qualidade Agroalimentar (ECA) e a busca pela Denominação de Origem Controlada (DOP) conseguiram atender as exigências legais e criar valor agregado ao produto com as características especiais presentes no território. Os produtores de queijos artesanais conseguiram apresentar signos de qualidade com força suficiente para atrair consumidores, e se converteram em um dos pilares da economia do território (MORENO; CRIADO, 2012).

No entanto, isso não impediu que o projeto fracassasse formalmente em função da complexidade do processo de legalização para a comercialização dos queijos na União Europeia, dos altos custos de transação e manutenção das iniciativas e do longo período para conseguir uma DOP junto ao governo. Também no Principado de Asturias, Espanha, os entraves à certificação dos vínculos territoriais dos queijos Cabrales não foram atribuídos às dificuldades mercadológicas, mas aos conflitos de interesse entre os agentes que formaram novas escalas de poder, impedindo o cumprimento das expectativas depositadas com a certificação dos queijos (ÁLVAREZ; DÍAZ-MÉNDEZ, 2012).

Apesar das conquistas desencadeadas, alguns lugares têm enfrentado dificuldades em afirmarem-se no mercado consumidor competitivo, alegando problemas com questões legais, articulações políticas e de gestão das atividades envolvidas na rede, bem como custos de produção e manutenção, conflitos de interesses, entre outros. É o caso das Queijarias Salinas de Bolívar no Equador, que compõem junto com os atrativos naturais e culturais do território, produtos com identidade cultural que desencadeiam o consumo turístico, uma vez que as agroindústrias estão posicionadas entre os corredores turísticos que levam às minas de sal e as queijarias (MURILLO, 2012).

Na Costa Rica, as cerca de 200 Queijarias Artesanais de Santa Cruz de Turrialba também são acionadas no território a partir do consumo de diversos bens e serviços turísticos que movimentam feiras, artesanatos e a Rota Agroalimentar do Queijo. Na Rota, os roteiros turísticos perpassam diferentes comunidades para que os visitantes possam desfrutar de atrativos naturais e culturais e visitar algumas propriedades rurais produtoras de queijos. No entanto, muitas dificuldades de comercialização dos queijos ocorreram devido a pouca diversidade de produtos nas agroindústrias e as deficiências de planejamento dos serviços turísticos nas comunidades envolvidas (MURILLO, 2012).

Segundo o estudo de López, Vargas e Ortega (2014), o México também tem acionado os produtos agroalimentares para constituir vínculos territoriais, a partir da valorização dos elementos simbólicos junto à oferta turística. Atualmente, são mais de 33 tipos de queijos identificados e produzidos de forma artesanal por pequenos produtores no país, cada um com suas particularidades específicas e genuínas do território. Um dos mais emblemáticos e antigos é o queijo Cotija, típico da Serra de Jalmich, produzido há mais de 400 anos, com uma qualidade específica que o distingue de inúmeras imitações de outros queijos tipo Cotija. Apesar de suas especificidades e importância econômica familiar dos produtores rurais, esse queijo artesanal quase desapareceu no território, motivo pelo qual foi iniciado um processo de qualificação junto aos atores e os próprios produtores para obter uma Denominação de Origem (DO). Apesar dos esforços, inovações e tecnologias que garantissem a qualidade, sem perder a autenticidade do produto, e a conquista da Marca Coletiva em 2005, não foram suficientes para a obtenção da DO. Os inúmeros conflitos de interesse dificultaram o processo, mesmo com os ganhos e reconhecimento de proteção da qualidade dos queijos, do valor agregado ao produto e da experiência pioneira de proteção de um produto alimentício tradicional (POMÉON, 2007).

Também no México, outro produto agroalimentar que ganhou proteção é o emblemático queijo Bola de Ocosingo, no Estado de Chiapas. Esse queijo artesanal de identidade cultural e vínculo territorial está em processo de patrimonialização. Com uma produção existente desde 1927, sua forma particular de “bola” revela um queijo com creme duplo e envolvido com tiras de queijo como proteção que é elaborado por somente 10 queijeiros artesanais, que por tradição herdaram o saber fazer dos antepassados. Apesar do queijo Bola de Ocosingo ser o principal ícone da identidade de Ocosingo, inclusive com o distintivo de cidade queijeira, algumas ameaças de descaracterização da produção estão presentes. Alguns queijeiros têm modificado o processo tradicional e elaborado um produto mais fresco, organoléptica e sensorialmente diferente.

Com o intuito de salvaguarda desse recurso específico, pesquisadores têm procurado estratégias de valorização do processo artesanal e iniciativas que permitam que o patrimônio possa ser consumido, interpretado ou mesmo degustado por moradores e turistas que transitam frequentemente entre as cidades de Palenque e San Cristóbal de las Casas, ambas com diversos atrativos turísticos com fluxos significativos de visitantes e com Ocosingo localizado entre elas (LÓPEZ; VARGAS; ORTEGA, 2014).

Também no México, no município de Aculco, próximo ao Distrito Federal, as queijarias tradicionais são os maiores atrativos para atividade de turismo, facilitada pelo sistema de transporte viário e o fluxo significativo de turistas nos finais de semana. A produção artesanal tem variados tipos de queijos em muitas queijarias artesanais (cerca de 40) constituindo uma cesta de bens e serviços mais completa que as da Costa Rica e do Equador, porém enfrentam problemas com a gestão entre os produtores de queijo, limitando o desenvolvimento turístico ao redor do SIAL (MURILLO, 2012).

No Brasil, o estudo de Santos, Cruz e Menasche (2012) sobre a produção dos queijos artesanais revelou que tanto no caso do Queijo Minas, no Estado de Minas Gerais, como no do Queijo Serrano, na região dos Campos de Cima da Serra, no Rio Grande do Sul, um dos maiores entraves tem sido a legislação e a articulação da governança. Os queijos Minas e Serrano são queijos que se identificam com a cultura local, constituindo vínculos territoriais de origem revelados pelas características de produção, praticadas a partir de receitas herdadas e transmitidas por gerações, associadas ao saber-fazer local e às características naturais específicas de clima de suas regiões produtoras. Apesar de a artesanidade ser reconhecida, e pelos requisitos sanitários do arcabouço legal que rege a produção e comercialização federal de alimentos, os produtos tradicionais são tratados como ilegais pelas normativas institucionais vigentes.

Nos últimos 50 anos, as mudanças na legislação tornaram os queijos serranos, o queijo minas, o queijo coalho e outros, antes produzidos livremente, como sendo produtos na condição de infratores e ilegais (SANTOS; CRUZ; MENASCHE, 2012). Por outro lado, fruto de mobilizações sociais e de estudos acadêmicos, nas últimas décadas a legislação buscou flexibilizar a formalização da produção e do processamento familiar de alimentos, principalmente de origem animal. Contudo, as modificações legais ainda são questionadas quando a viabilidade da manutenção da artesanidade das pequenas agroindústrias. O confronto do aparato legal sanitário com o tradicional/artesanal é justificado pela falta de estudos científicos que comprovem a qualidade dos produtos artesanais para o consumo, o que causa desconforto entre pesquisadores, consumidores e os produtores, que percebem a deslegitimação do conhecimento tradicional e local por parte das políticas públicas. Como consequência, a adoção de um arcabouço legal descontextualizado submete produtos e produtores à informalidade, por conta dos custos de adequação às normas, que muitas vezes, dependendo da quantidade de leite produzido, é superior aos ganhos de comercialização (SANTOS; CRUZ; MENASCHE, 2012).

O conflito entre a informalidade e a identidade certificada traz à tona o fato de que os critérios de legitimidade das condições de cada região produtora deveriam considerar as realidades locais, pois as exigências legais padronizadas se tornaram uma ameaça aos produtos tradicionais, que na tentativa de formalização criam-se mais empecilhos a sua preservação (SANTOS; CRUZ; MENASCHE, 2012).

Recentemente, na tentativa de diminuir a informalidade na atividade queijeira, a legislação estadual instituiu a Portaria SEAPPA nº 055 de 28/03/2014, a qual estabelece norma técnica relativa à instalação e aos equipamentos para microqueijarias no Estado do Rio Grande do Sul (Rio Grande do Sul, 2014)⁵⁴. A nova legislação objetiva apoiar as agroindústrias familiares, com vistas à manutenção da artesanidade. Contudo, ainda não há resultados ou transformações identificadas no território analisado, visto que a legislação é ainda muito recente. Entretanto, em uma breve análise das mudanças legais, não foram identificadas transformações significativas que permitam a continuidade do modo tradicional de produção dos queijos artesanais em pequena escala⁵⁵.

3. O queijo Colonial⁵⁶ como elemento simbólico da identidade territorial da Quarta Colônia: reivindicação de uma tipicidade difusa

Acompanhando esse cenário, na Quarta Colônia, RS, apesar do território possuir o caráter multiétnico (italianos, alemães, afro-descendentes e portugueses), a etnia italiana tem sido acionada como distintivo territorial para compor a oferta de bens e serviços junto às estratégias de promoção do desenvolvimento. O uso da italianidade tem sido uma das

⁵⁴Entre suas orientações, as microqueijarias são regulamentadas para operação junto aos produtores de queijo que processem menos de 250 litros por dia e cumpram com as especificidades técnicas estabelecidas para comercialização dos produtos no Estado. Conforme a Portaria, o gado deve ter um acompanhamento sanitário rigoroso e certificado de ausência de brucelose e tuberculose; o leite pode ser transformado em queijo sem a necessidade de pasteurização, desde que seja processado no máximo em até quatro horas após a ordenha; o leite que não pode ser processado neste intervalo de tempo deve permanecer refrigerado a 4°C, e adicionalmente as instalações devem cumprir alguns aspectos básicos, como ser preparado em separado da cozinha familiar e com tamanho adequado ao volume de processamento. Assim mesmo, deve garantir um período de cura do queijo, o qual não se tem claramente definido, mas que está baseado na cultura da região de sua produção.

⁵⁵Fato que merece uma análise mais detalhada.

⁵⁶O queijo colonial é um tipo que pode ser fresco ou com algum grau de maturação, onde seu processo de produção artesanal é fácil e só requer leite, sal e coalho como matéria-prima. A parte externa do queijo pode ser uma cobertura dura ou semi-dura, de cor amarelo pálido, dependendo do estado de maturação. A parte interna do queijo pode ser de suave ou ligeiramente cremosa dando um aspecto elástico da massa, mas derretendo quando submetida ao calor. O queijo colonial é consumido puro, em formato de petiscos ou em pratos da culinária italiana, como por exemplo, a *fortaia*, ou mesmo acompanhando o café da manhã, a polenta, os risotos, o salame etc.

estratégias para essas projeções e é percebida por diversos elementos étnicos, a exemplo da etnicização⁵⁷ da cultura, pela culinária, pelos modos de vida, pela tradição vivenciada na reciprocidade e na troca de produtos alimentares entre os moradores, pelos produtos agroalimentares que usam a reivindicação colonial em seus produtos. Elementos que, há mais ou menos 20 anos, são acionados para a construção e configuração da identidade territorial Quarta Colônia como forma de superar as disputas locais e construir coletivamente uma estratégia de desenvolvimento baseada na revalorização de uma identidade estigmatizada.

O projeto de revalorização da italianidade, iniciada com o advento da comemoração do centenário de imigração italiana no Brasil, buscou elencar sinais distintivos que representassem a originalidade, ainda em partes mantida, do modo de vida dos que colonizaram o território. Ao encontro do que Froehlich (2002) analisa como uma nova construção do imaginário social sobre o rural, baseado em aspectos como ‘qualidade de vida’ e ‘autenticidade’, o projeto de desenvolvimento da Quarta Colônia buscou ressignificar a identidade estigmatizada do colono. Desse modo, tentou unir pequenos municípios que historicamente disputavam espaço territorial e dar um novo significado aos elementos que ao longo do processo de modernização da agricultura foram relegados à qualificação de atrasados (FROEHLICH; ALVES, 2007; FROEHLICH, 2012).

Os elementos acionados na narrativa de construção da identidade territorial da Quarta Colônia, identificados pelas análises de Froehlich e Vendruscolo (2012) e Vendruscolo (2016), envolvem a religiosidade, o patrimônio arquitetônico e natural, o modo de vida, o mito de origem, a etnicidade e a culinária. Todavia, é no entorno da culinária que as referências são fortalecidas para a atração dos visitantes e, dessa forma, constitui um dos elementos mais importantes da reivindicação territorial.

Diante dessa compreensão, a estratégia de desenvolvimento territorial mapeou e passou a ofertar uma cesta de bens e serviços ressignificada a partir da autenticidade, da etnicidade (principalmente italiana) e da artesanidade dos produtos. Assim, na culinária, a expressão da italianidade reconhece os produtos típicos como um patrimônio, contido num universo simbólico de troca, de relações sociais, de modo de vida, a exemplo do que acontece com a polenta, o risoto, o *raditi*, a sopa de *agnolini*, o queijo colonial, a copa e o salame, que vão além do significado do ato de comer, mas contextualizam trocas, intercâmbios entre

⁵⁷ A etnicização da cultura, conforme Zanini (2006), refere-se ao processo, à estrutura viva e à dinâmica presente nos encontros e desencontros da vida cotidiana coletiva e individual, os quais os descendentes de italianos na Quarta Colônia utilizam para se autovalorizar enquanto grupo ou pessoa, individualmente.

migrantes e seus descendentes, lembranças, apelos étnico na formação ítalo-brasileira e identitária.

Atualmente, as estratégias e construções culturais do território podem ser visualizadas num estoque de discursos disponíveis (verbais e não verbais) resultante de estilos de vida, formas culturais e racionalidades que os atores compartilham com outros indivíduos, contemporâneos e/ou antecessores (PLOEG; LONG, 2011). Quando essas se voltam para a alimentação, também podem ser reveladas como recursos latentes do território (PECQUEUR, 2009) e, neste caso, podem ser transformadas em ativos por meio de produtos diferenciados disponibilizados em cozinhas regionais, restaurantes típicos e produtos comercializados em feiras ou espaços regionais de visitação turística. Como um dos conteúdos construídos no território, os produtos agroalimentares localizados (SIAL) são um recurso cultural disponível à medida que consegue reunir características como proximidade geográfica e organizacional, cultura e qualidade diferenciada dos bens e serviços localizados.

Para Pecqueur (2009), quando o território dispõe de bens e serviços ligados ao turismo, o SIAL toma rumos mais complexos, capaz de criar uma oferta compósita de bens e serviços associados ao lugar. É a formação da cesta de bens e serviços que se institui com a interação entre fornecedores e consumidores. Na proposição de uma cesta de bens e serviços, as especificidades devem reunir os atributos estruturais e ambientais para qualificar o território (imagem); a combinação de bens e serviços públicos e privados (garantia de variação); a cesta de bens e serviços territorializados e a disponibilidade ao consumidor. Assim, a cesta forma “uma combinação complexa de diversos elementos que revelam a existência de “ecossistemas societários”, nos quais se coordenam inicialmente elementos de proximidade geográfica e, em seguida, de proximidade organizacional” (PECQUEUR, 2009, p. 87) que acaba por envolver o próprio território como um produto a ser “vendido”.

O valor adicional da cesta de bens está na aquisição do produto em seu contexto, numa espécie de compra ampliada e de imagem de qualidade global do território. A cesta é constituída por produtos e serviços oriundos de diferentes produtores e de lugares de um mesmo território, podendo o consumo estar relacionado a bens privados, a serviços ligados ao turismo, ou mesmo a valores sociais e ambientais interligados. A cesta de bens e serviços é proposta para melhorar o manejo dos produtos no território, que diferentemente da valorização de um único produto, usa a hipótese de que quando o consumidor compra um

produto com qualidade territorial, imediatamente descobre outros produtos da mesma produção local e aciona sua compra no conjunto de produtos ofertados (PECQUEUR, 2000).

Foi nesse sentido que a estratégia de construção e promoção do território Quarta Colônia se estabeleceu. Ao invés de apostar em um produto típico, com uma identidade singular vinculada aos aspectos culturais e biofísicos do território, a estratégia apostou nos elementos gastronômicos que faziam parte do dia a dia dos habitantes como herança da colonização (principalmente italiana, mas também alemã), da relação estabelecida entre os saberes-fazeres dos imigrantes, dos recursos naturais do território e das interações entre os diferentes povos que passaram a coabitar o território.

Contudo, apesar dos produtos agroalimentares territoriais serem um dos elementos acionados como sinal distintivo de identidade territorial, na Quarta Colônia isso ainda parece incipiente, embora haja forte apelo à identidade cultural italiana (SILVEIRA et al., 2012). Isso se deve em parte ao recente processo de busca por projetos de sustentabilidade no território, levando a que narrativas identitárias do território sejam mediadas por negociações políticas no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (CONDESUS), e também devido à gastronomia territorial estar ancorada naquilo que Froehlich e Vendruscolo (2012) chamaram de tipicidade difusa. Para os autores, no momento em que a tipicidade é acionada no conjunto de práticas e costumes de um grupo, conjugando a tradição do fazer com a origem comum, dota de sentido o pertencimento territorial e, portanto, a apropriação dos elementos locais transformados pelos saberes e modos de fazer.

Na Quarta Colônia, a reivindicação genérica do qualificativo “colonial” nos seus produtos agroalimentares denota pouca especificidade junto aos demais produtos ofertados, limitando as condições e pretensões de reivindicar especificidades territoriais em mercados regionais e nacionais fortemente competitivos. Os imigrantes alemães, italianos, pomeranos e austríacos que colonizaram algumas regiões do Rio Grande do Sul, trouxeram costumes e práticas agroalimentares, que na interação com as condições naturais e sociais dos territórios onde se estabeleceram, geraram os produtos alimentares *coloniais*, posto que derivados do trabalho e destinado ao autoconsumo familiar destas colônias. Assim também os produtos coloniais da Quarta Colônia são resultado desta trajetória histórica e, atualmente, o termo *produto colonial* busca designar e acionar uma produção que seria assentada no trabalho familiar e em pequena escala, pretendendo assim se diferenciar dos produtos padronizados presentes no modo de vida urbano-industrial e em sua cultura de consumo. Mas a recorrência

ao qualificativo *colonial* nestes produtos não tem apresentado maiores reivindicações de especificidade em termos de produção agroalimentar de base territorial (FROEHLICH; VENDRUSCOLO, 2012).

Dessa forma, não são identificados dispositivos territoriais distintivos na cesta de bens e serviços, além da já difusa utilização dos qualificativos colonial, caseiro ou ainda artesanal, também reivindicados e utilizados em vários outros territórios rurais⁵⁸. Apesar disso, podem-se vislumbrar potencialidades ocultas de reivindicação territorial entre os produtos apresentados pela Quarta Colônia, dentre eles o queijo colonial, o qual apresenta características específicas, ainda não mapeadas, pois este é produzido em sua maioria na informalidade, enfrentando dificuldades para sua preservação e formalização.

O queijo colonial está presente na cesta de bens e produtos acionados dentre os elementos culinários da identidade territorial da Quarta Colônia. Como veremos a seguir, ele é combinado a diversos pratos típicos que descrevem o cotidiano, histórico e atual, dos colonos italianos no território da Quarta Colônia. Todavia, assim como os demais produtos da cesta, a reivindicação identitária do queijo é baseada em uma tipicidade difusa (FROEHLICH; VENDRUSCOLO, 2012), encontrada nas reivindicações dos demais territórios de colonização italiana, alemã e pomerana do Rio Grande do Sul. Assim, os vínculos com o território estão relacionados apenas ao histórico de colonização italiana, sem vinculações específicas e peculiares de história local, saber-fazer, características biofísicas e químicas, de sabores, aromas, etc.

4. A importância dos queijos artesanais na narrativa territorial da Quarta Colônia

Os queijos, em diversos países, são potencialidades de identificação de territórios, tendo uma imensa variedade de modos de fazer, de vínculo com características biofísicas e químicas, com o saber e com o local. No Brasil, potencialidades como o Queijo Minas, no Estado de Minas Gerais e o Queijo Serrano⁵⁹, na região dos Campos de Cima da Serra, no Rio

⁵⁸ Praticamente todos os produtos reivindicados pela estratégia de desenvolvimento territorial da Quarta Colônia são encontrados em outros territórios de colonização italiana que existem no Rio Grande do Sul, acarretando uma reivindicação por uma tipicidade difusa de italianidade, mas não uma tipicidade singular vinculada especificamente ao território (FROEHLICH; VENDRUSCOLO, 2012).

⁵⁹ Dentre algumas legislações que reconhecem os queijos artesanais, acaba de ser aprovada a regulamentação que reconhece as especificidades do queijo serrano em Santa Catarina (Ver PL./0316.7/2015).

Grande do Sul, possuem uma reivindicação identitária construída historicamente, baseada na produção informal e na manutenção do saber fazer artesanal e local.

O queijo colonial produzido na Quarta Colônia remonta aos saberes e fazeres dos imigrantes italianos que se instalaram nesse território, tendo a alimentação baseada no queijo, dentre outros produtos. Presente na *fortaia*, na polenta *brustolada* com queijo, como acompanhamento para o salame ou ainda ralado nas sopas, risotos e massas, o queijo tem papel de destaque na culinária italiana e, desse modo, na mesa dos descendentes de imigrantes italianos da Quarta Colônia. Assim, em função da *italianidade* presente no território, a produção e o consumo de queijos artesanais estão presentes, ganhando visibilidade parcial por conta das iniciativas agroalimentares que buscam promover, inclusive por meio do turismo, o território Quarta Colônia.

Demonstrando que o queijo colonial é um dos principais produtos presentes em alguns pratos reivindicados pela cesta do território da Quarta Colônia, pode-se encontrá-lo nas festas de reivindicação da italianidade de forma menos visível. Aparece nos almoços, jantares e cafés coloniais típicos italianos, seja na *fortaia*, na polenta *brustolada* ou acompanhando o salame e a copa em uma tábua de frios. Esses jantares e almoços vêm sendo ofertados como atrativos turísticos nos últimos 20 anos, sendo uma reivindicação bastante recente de promoção do território. Comidas típicas que não são encontradas nos almoços tradicionalmente realizados nas comunidades rurais italianas, promovidos a mais de 50 anos, em torno da religiosidade. Nesses casos o queijo apenas está presente, na forma de ralado, como complemento do risoto. Isso porque a *fortaia*, a polenta e o salame são considerados pelos descendentes como comida de casa, consumida no dia a dia em detrimento da comida de festa, considerada o risoto, a maionese e o churrasco (VENDRUSCOLO, 2016). Foi com o processo de valorização da *italianidade* e de reivindicação identitária em prol do turismo e do desenvolvimento territorial que o queijo e as comidas de casa passaram a ser apresentadas como comida consumida nos dias de festas e como símbolos da italianidade e do território.

Em entrevistas realizadas na Quarta Colônia sobre o significado da produção de queijos na Quarta Colônia, observou-se que a produção de queijos, salames e embutidos é expressiva, associando sempre a cultura e a tradição italiana que diariamente consomem queijos em todas as refeições. “Não pode faltar o queijo, senão não tem graça a comida”, afirma um dos entrevistados. A fala demonstra a realidade encontrada, principalmente, no meio rural do território onde o queijo colonial é consumido diariamente, seja por ainda

produzirem nas suas propriedades, seja por comprarem de vizinhos que produzem, geralmente na informalidade.

Entre os eventos gastronômicos dos municípios da Quarta Colônia, Faxinal do Soturno também sediou por 20 anos o festival do vinho e do queijo, que o apresentava como protagonista da festividade, além de mobilizar aspectos de identidade territorial com base na promoção de produtos locais com forte apelo identitário. Apesar da reivindicação específica do queijo e do vinho colonial, a festividade apresentava toda a cesta de bens e serviços acionada na Quarta Colônia. Além de ser ofertado o queijo colonial acompanhado de copa, salame, pepino em conserva e polenta *brustolada*, ele também acompanha as massas e risotos, nos quais não pode faltar o queijo colonial com uma maturação mínima de três meses, o qual é ralado e incorporado às receitas. Nos demais pratos, incluindo a tábua descrita acima, como a *fortaia*, o queijo é consumido com um tempo menor de maturação, o qual pode ser de no mínimo quatro dias, dependendo do produtor. A *fortaia* consiste em uma fritada de ovos, salame e queijo, que pode ser consumida individualmente ou acompanhando outros pratos como a própria polenta.

Destaca-se, assim, a importância da produção e do consumo do queijo colonial do cotidiano dos habitantes da Quarta Colônia, os quais aproveitam a tradição de produção de leite, dentre outras atividades diversificadas dos colonos que possibilitavam a sua sobrevivência, bem como o saber-fazer de transformação do leite em seus derivados, como o queijo colonial e a *puína*⁶⁰. Além disso, a presença do queijo colonial na composição da cesta de bens e serviços ofertada pelo território, é importante para acionar os signos reconhecíveis da tradição alimentar e de sua tipicidade, mesmo que difusa, como forma de atrair turistas e consumidores ao território, meta principal da atual estratégia de desenvolvimento territorial capitaneada pelo CONDESUS. Entretanto, sobre as condições de possibilidade para a persistência deste queijo colonial artesanal, pesam fortes ameaças, as quais serão analisadas a seguir.

⁶⁰ A *puína* é um derivado do leite produzido após a elaboração do queijo a partir do soro, resíduo do queijo que recebe um pouco de limão ou vinagre para então ser talhado novamente. A *puína* era consumida pelos colonos juntamente com a polenta ou o pão, sendo um produto hoje pouco valorizado e consumido, bem como não é reivindicado na cesta de bens e serviços da Quarta Colônia. Ainda, destaca-se que, da sobra da produção desses dois derivados do leite também se podia alimentar os porcos que dariam a carne e seus derivados às famílias rurais.

5. O queijo colonial do território Quarta Colônia: da artesanidade à informalidade – a persistência ameaçada

Apesar da importância do queijo colonial para a Quarta Colônia, conforme descrito acima, este não é facilmente encontrado nos estabelecimentos comerciais do território. A falta de interesse dos atores locais na busca por suas especificidades e na construção de uma identidade singular⁶¹ a esse produto indica o desconhecimento das potencialidades de valorização da produção de queijos artesanais da Quarta Colônia. Assim, não há um mapeamento dos produtores de queijos artesanais e das características do produto elaborado na Quarta Colônia. Esse comportamento dos atores que atuam no desenvolvimento do território, aliado às dificuldades de formalização de uma agroindústria de produção de queijos vem levando ao desaparecimento dos produtores, principalmente dos que mantêm a artesanidade.

Atualmente, a produção de queijos artesanais na Quarta Colônia ocorre, fundamentalmente, na informalidade, o que dificulta a inserção desse produto nos mercados além das relações de proximidade. Apesar da valorização dos queijos artesanais no Brasil como patrimônios intangíveis, a legislação ambiental e sanitária dificulta a formalização da produção artesanal, enquadrando os produtores como ilegais (SANTOS; CRUZ; MENASCHE, 2012). Fato que ocorre com a maioria dos produtores tradicionais de queijos na Quarta Colônia, o que dificulta a expansão e o avanço da produção agroalimentar com base em atributos de qualidade territoriais específicas.

Apesar disso, alguns avanços vêm ocorrendo na legislação sanitária, conforme descrita acima, na legislação estadual do Rio Grande do Sul (2015), com vistas à flexibilização da regulamentação para a formalização das agroindústrias familiares que processam em pequena escala. Recentemente se reconheceu, por exemplo, a possibilidade de fabricação dos queijos artesanais a partir do leite cru, não necessitando mais da pasteurização, característica que engloba o saber fazer dos queijos coloniais da Quarta Colônia (RIO GRANDE DO SUL, 2015).

A regularização da produção de queijos demanda, ainda, uma transformação significativa nas instalações. Exigências de instalações com base em grandes escalas

⁶¹ A noção de identidade singular está relacionada à noção de tipicidade singular que se contrapõe a noção de tipicidade difusa. Compreende-se como uma reivindicação de singularidades vinculadas a um território por meio de vínculos históricos, culturais ou biofísicos. Ver Vendruscolo (2016).

industriais, com materiais laváveis nas paredes e pisos, banheiro próprio, adequações ambientais para tratamentos de efluentes (RIO GRANDE DO SUL, 2015), dentre outros aspectos, continuam a ser custosos demais para a realidade da produção de queijos artesanais da Quarta Colônia. Uma realidade de produção de cerca de 02 a 05 kg de queijos ao dia, muitas vezes realizado na cozinha familiar, e tendo os resíduos reutilizados para a alimentação de animais.

As legislações sanitárias necessárias para a formalização baseadas no princípio da inocuidade restringem e exigem transformações nos processos tradicionais de produção e maturação, de espaço físico, de utensílios, dentre outros aspectos que levam a mudanças nas características dos produtos artesanais. Essas podem ocorrer, seja pela mudança no processo produtivo, seja pela necessidade de aumentar a escala já que o agricultor familiar que produz o queijo como parte de uma produção diversificada necessita especializar-se nesta produção para dar conta das exigências de investimentos e, portanto, do aumento dos custos de produção⁶². Fato que também acarreta o aumento do preço do produto para o consumidor final. Por outro lado, a formalização permite que o produto chegue aos espaços externos ao território e concretize aspectos do desenvolvimento territorial por meio da venda de bens e serviços.

De acordo com um dos entrevistados, sem dúvida, o serviço de inspeção sanitária impede a continuidade da produção artesanal, pois é sabido que não há como um produtor que produz uma ou duas peças de queijo artesanal por dia cumprir com todas as exigências para a elaboração e comercialização dos produtos, conforme o entrevistado 01. Por esse motivo, a produção de queijos e derivados de carnes, como os embutidos, apesar de diminuírem em quantidade, segue existindo na forma de redes informais de comércio.

A comercialização do queijo colonial informal ocorre principalmente dentro do território, nos nove municípios que compõem o território Quarta Colônia, mas também adentrando em espaços informais no município de Santa Maria, distante cerca de 60 quilômetros em média. Na tentativa de mapear os mercados locais do queijo colonial, observou-se que muitos consumidores buscam o queijo na própria casa dos produtores ou, ainda, encomendam por telefone e recebem o produto nas suas residências. Além disso, em alguns supermercados ou padarias dos municípios da Quarta Colônia o queijo colonial

⁶² Além de que a adoção de arcabouço legal descontextualizado submete produtos e produtores à informalidade, por conta dos custos de adequação às normas, que muitas vezes, dependendo da quantidade de leite produzido, é superior aos ganhos de comercialização (SANTOS; CRUZ; MENASCHE, 2012).

produzido informalmente pode ser encontrado e ainda comercializado com um marca informal que leva o nome da produtora, geralmente uma mulher⁶³, o que varia de acordo com os períodos e a diminuição ou aumento da fiscalização nos supermercados ao longo dos anos. Destacam-se ainda pequenas feiras nos municípios da Quarta Colônia ou feiras localizadas no município de Santa Maria, um centro consumidor maior.

Dessa forma, os produtores que ainda permanecem produzindo o queijo colonial e buscam mercado para a comercialização fora de suas residências, muitas vezes passam por situações que os colocam como infratores. Seguidamente ações de fiscalização são realizadas na Quarta Colônia e seu entorno, sob o argumento de proteção da população do consumo de produtos impróprios segundo a legislação sanitária e, dessa forma, constroem o imaginário social de produtos artesanais tradicionais como clandestinos e impróprios para o consumo. Essa é a relação que se estabelece entre a continuidade da produção tradicional e artesanal e as exigências de adequações sanitárias, ainda muito inspiradas na produção industrial de alimentos.

Por esse fato, Santos, Cruz e Menasche (2012) argumentam ser fundamental que a legislação deveria estabelecer diferenciação de escala entre o pequeno produtor artesanal e a grande empresa. Fato que no discurso das leis vem ocorrendo, mas na prática as exigências continuam longe da produção artesanal. Não se trata de legitimar a produção de alimentos sem sanidade, mas como afirma Cruz e Menasche (2014), de conciliar os conhecimentos construídos pela ciência com os conhecimentos tradicionais. Conhecimentos esses que, há décadas, alimentam as famílias rurais e os habitantes do território Quarta Colônia.

São poucas as agroindústrias de queijos que possuem a formalização na Quarta Colônia, em sua maioria apenas com o Sistema de Inspeção Municipal (SIM), o qual permite que os produtos sejam vendidos apenas dentro do município. Ainda mais raras são as agroindústrias que possuem o selo de inspeção estadual e, assim, possam comercializar em todo o estado do Rio Grande do Sul. Das 10 produtoras⁶⁴ de queijos, apenas duas possuem o selo de qualidade “Sabor Gaúcho”⁶⁵, especificamente para os queijos, e apenas uma delas se

⁶³ Essa *marca* é apenas reivindicada de forma oral, não recebendo nenhum rótulo ou embalagem formal.

⁶⁴ Nas entrevistas realizadas especificamente sobre a produção de queijos, em todas as propriedades visitadas a mulher era a única responsável pela fabricação do queijo, enquanto os demais membros da família são apenas incentivadores da produção e eventualmente ajudam na ordenha.

⁶⁵ As agroindústrias que possuem o selo de qualidade, isto é a certificação “Sabor Gaúcho” teriam o reconhecimento do Estado para comercializar legalmente seus produtos em outros municípios, o que certificaria a qualidade e diferenciação dos produtos junto ao mercado. Recentemente, a medida adotada pelo Estado, de

destaca pelo volume de produção, inclusive não se enquadrando na categoria agroindústria familiar porque o processamento do leite é superior a 250 litros/dia.

Quando as agroindústrias de queijos são formalizadas observa-se a dificuldade em manter as características artesanais e tradicionais da produção, visto que muitos elementos do processo são modificados. Nas visitas em algumas agroindústrias, observou-se que mudaram inclusive os tipos de queijos produzidos. Não apenas o queijo de tipo colonial, tradicional do território, é produzido, mas também inovações como o queijo tipo iogurte⁶⁶.

Dentre as entrevistas realizadas e as conversas informais com produtoras de queijos e consumidores locais, a tradição e o saber fazer vão sendo substituídos por equipamentos e produtos diferenciados, principalmente quando da formalização da produção. Observa-se, por exemplo, que a produção de queijo de iogurte não faz parte da tradição dos imigrantes italianos, sendo incorporadas pelas transformações promovidas pelos processos de qualificação da produção, como cursos e oficinas promovidos pelos órgãos de assistência técnica e extensão rural, os quais são baseados nas boas práticas de manejo e produção que estão fundamentadas nos princípios industriais de inocuidade.

Percebe-se, ainda, que uma das agroindústrias formalizadas possui uma produção diária de leite e, portanto, de queijo, superior ao estabelecido como agroindústria rural familiar. Fato que corrobora com a constatação de que a formalização das queijarias artesanais de acordo com a legislação vigente pode acarretar na necessidade de especialização e, portanto, a necessidade de aumento de escala de produção para dar conta das necessidades do mercado consumidor e das exigências tributárias e de custos de produção.

Por outro lado, a produção de queijo artesanal, ainda realizada informalmente, em grande parte nas cozinhas das residências, outras em espaços separados, sendo realizada pelas mulheres, compõe a cesta de produção diversificada de muitas famílias agricultoras que complementam a renda da produção agrícola com a venda de embutidos, ovos, queijos, geleias, *chimias*, pães e bolachas. Isso porque as propriedades rurais familiares da Quarta

regulamentação do Decreto nº 49.340, de 05 de julho 2012 (RIO GRANDE DO SUL, 2012) dispõe sobre o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte - SUSAF-RS. O objetivo é promover a inocuidade, a integridade e a qualidade do produto final, fundamentada em parâmetros técnicos de Boas Práticas Agroindustriais e Alimentares, respeitando as especificidades locais, as diferentes escalas de produção e os aspectos sociais, geográficos, históricos e os valores culturais agregados aos produtos.

⁶⁶ O queijo iogurte tem o mesmo processo de fabricação do queijo, mas no momento de coalhar-se recebe a adição de iogurte natural junto ao leite e o coalho. Sua consistência interna é mais suave e ligeiramente mais ácida.

Colônia caracterizam-se, principalmente, pela produção agrícola de soja, fumo ou arroz como renda principal, acompanhados da produção para o consumo de hortaliças, frutas e criação de animais com venda do excedente para a complementação da renda. O queijo, portanto, faz parte dessa categoria dentro das famílias agricultoras, sem necessidade de investimentos ou de aumento de escala de produção, bem como de mudanças nos hábitos de produção e de comercialização. Esse sistema permite a manutenção da propriedade rural familiar diversificada e a manutenção dos modos de vida dos agricultores familiares, explicando, em parte, a permanência da produção informal (VENDRUSCOLO; CRUZ; SCHNEIDER, 2015).

Contudo, essa persistência vai de encontro à estratégia de desenvolvimento territorial protagonizada pelo CONDESUS na Quarta Colônia, visto que a tentativa de construção de uma identidade territorial e da diversificação econômica a partir do turismo e da agroindustrialização exige mudanças no estilo de vida, nos modos de fazer, nas relações de comercialização e leva o agricultor a relacionar-se com um sistema burocrático que está muito distante da sua realidade. Isso ocorre, seja porque o agricultor familiar ainda possui baixos níveis de escolaridade, seja porque o sistema formal brasileiro carece de clareza de informações e praticidade.

Nesse caso, as relações de proximidade e de confiança entre os produtores e os consumidores locais, estabelecidas ao longo dos anos sem a necessidade de intervenção externa, são reconstruídas dando continuidade à produção e circulação informal de comida barata (VENDRUSCOLO; CRUZ; SCHNEIDER, 2015). Diz-se isso porque a informalidade também permite ao consumidor adquirir produtos mais baratos, seja por não haver intermediários, seja pela diminuição dos custos de produção do produto artesanal, bem como em razão do baixo investimento.

Portanto, a produção de queijo artesanal ainda está presente no território Quarta Colônia, mesmo que aparentemente oculta para a estratégia de desenvolvimento territorial que aposta na construção de uma identidade territorial baseada, dentre outros, no ativo agroalimentar tipicamente colonial italiano. Assim, a informalidade mantém preservada a produção do queijo colonial, sendo ainda desconhecidas as especificidades de sua produção; como consequência não ocorre, portanto, reivindicações baseadas em possíveis atributos de tipicidade singular que poderiam ser vinculadas ao território Quarta Colônia, assim como ocorre com os demais produtos da cesta de bens e serviços do território.

6. Considerações finais

O artigo buscou apresentar a discussão sobre a abordagem territorial do desenvolvimento a partir da mobilização de recursos culturais e naturais que propicia, ao mesmo tempo, a construção e a projeção de identidades territoriais. Em determinados contextos, apesar de possuírem valores identitários marcantes, muitos produtos agroalimentares têm apresentado dificuldades em afirmar-se no mercado consumidor competitivo. A Quarta Colônia, na região central do RS, é um destes territórios marcados por vínculos culturais significativos expressos, principalmente, pela *italianidade*, em que a produção e o consumo de produtos agroalimentares revelam práticas e saberes culturais locais sempre presentes. Tendo em vista as diversas iniciativas que buscaram promover, inclusive turisticamente, o território Quarta Colônia, este artigo analisou a produção de queijos artesanais e sua inserção na cesta de bens e serviços ofertadas pelo território.

Os queijos artesanais na Quarta Colônia compõem, historicamente, o elenco da produção diversificada das pequenas propriedades rurais dos colonos italianos que ali se instalaram. Como fruto dos conhecimentos da produção de queijos trazidos do seu país de origem e das condições e dos recursos naturais existentes no novo espaço de moradia, os queijos mantiveram-se como elemento fundamental da sobrevivência e, assim, compuseram os pratos típicos da história de colonização nas terras da Quarta Colônia. Durante anos, a produção de queijos artesanais tem abastecido as famílias rurais, seja para o consumo familiar, seja para a comercialização do excedente e a geração de renda para a família.

Dessa forma, as famílias tradicionalmente produtoras de queijos possuem, historicamente, uma produção em pequena escala. Pode-se afirmar, no pequeno mapeamento realizado que, em média, produzem 3 kg de queijo por dia, mudando de acordo com a estação do ano. Uma produção que garante o abastecimento familiar e das famílias no seu entorno, garantindo mais uma fonte de renda dentro da produção diversificada dos descendentes de colonos italianos.

Por outro lado, os queijos artesanais da Quarta Colônia são fundamentais como elementos simbólicos acionados na estratégia de desenvolvimento territorial alçada nos últimos 20 anos. Compondo muitos dos pratos típicos italianos reivindicados na promoção do território, o queijo é acionado com a marca “colonial”, assim como o fazem com os demais

produtos como o salame, pão, etc. Destaca-se, portanto, que a cesta de bens e serviços acionada na construção da identidade territorial da Quarta Colônia baseia-se em uma tipicidade difusa. Não se identificou elementos narrativos que reivindicasse aspectos distintivos singulares no sentido de vincular as especificidades do(s) produto(s) às características do território.

Apesar da importância destacada dos queijos coloniais da Quarta Colônia, a maior parte das agroindústrias atua na informalidade. A produção de queijos coloniais, assim, é tratada como ilegal e os produtores como infratores diante da legislação vigente. A legislação sanitária, por sua vez, é um dos principais empecilhos para a formalização das agroindústrias existentes, pois apesar de alguns avanços, ainda está pautada significativamente nas exigências de sanidade de grandes plantas industriais de produção. São aspectos que modificam o saber-fazer artesanal e em grande medida, o próprio produto.

Como resultados, identificou-se que o queijo colonial, apesar de produzido e vinculado histórica e culturalmente ao território, permanece apenas com papel coadjuvante na cesta de bens e serviços territorializados. O queijo colonial aparece em sua maioria como um acompanhamento ou um ingrediente dentre os pratos típicos coloniais italianos, em detrimento da valorização de sua potencialidade enquanto um dispositivo singular territorial, assim como encontrado em diversos territórios no Brasil, Europa etc. Assim como os demais produtos da cesta reivindicada e apresentada pelo território Quarta Colônia, não há um mapeamento das especificidades territoriais que poderiam levar a um maior reconhecimento dos atributos territoriais, estando os produtos ancorados em uma tipicidade *colonial* difusa, também encontrada e reivindicada em diversas outras regiões de colonização italiana do Rio Grande do Sul.

Dessa forma, a produção do queijo colonial ainda se mantém pela sua comercialização local, a qual ocorre informalmente nas feiras, nas residências ou ainda em supermercados. Com isso, o queijo colonial artesanal continua sendo produzido sem as exigências sanitárias, preservando o saber fazer tradicional, o qual merece maior atenção por meio de um registro socioantropológico detalhado e de análises bio químicas, que permitam identificar atributos que podem se configurar em possibilidades para a reivindicação de produtos de qualidade de base territorial.

Portanto, observa-se a potencialidade de reivindicação de um dispositivo, o qual não está sendo acionado na cesta de produtos e serviços da Quarta Colônia de forma destacada, mantendo-se por meio da informalidade das agricultoras familiares que reproduzem o saber-fazer como um complemento de renda. Por um lado, percebe-se a possibilidade da reivindicação de uma tipicidade singular a partir do mapeamento e registro das características específicas do queijo colonial da Quarta Colônia. Por outro lado, a reivindicação territorial leva a necessidade de formalização e, portanto, a possível transformação do produto e demais entraves aqui apresentados diante das normas vigentes.

Assim, considera-se urgente a necessidade de um mapeamento da produção artesanal de queijos na Quarta Colônia, buscando identificar suas potenciais características singulares. Isso permitiria a construção de argumentos para a reivindicação a nível territorial, já que existe um consórcio intermunicipal pra tais processos, de uma legislação específica que permitisse a manutenção da tradição e da artesanidade sem a necessidade de grandes transformações no modo de fazer, mas que mantenha a proteção sobre a sanidade dos produtos. Para tal, é também urgente a adequação dos municípios para o Sistema de Inspeção Municipal e o entendimento coletivo das peculiaridades que podem ser mantidas na produção do queijo colonial da Quarta Colônia.

Referências bibliográficas

ÁLVAREZ, Maria Gonzáles; DÍAZ-MENDEZ, Cecília. “Limites y Potencialidades de las acreditaciones de Calidad: la denominación de origen protegida del queso de cabrales del Principado de Asturias, España”. *Revista de Economía Agrícola*. 59 (2): 85-97, 2012.

CRUZ, Fabiana Thomé da; MENASCHE, Renata. “Tradition and diversity jeopardised by food safety regulations? The Serrano Cheese case, Campos de Cima da Serra region, Brazil. *Food Policy*. 45: 116–124, 2014

FROEHLICH, José Marcos. “Rural e Natureza - A construção social do rural contemporâneo na região central do Rio Grande do Sul”. Tese de doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

FROEHLICH, José Marcos; ALVES, Heberton Inocêncio. “Novas identidades, novos territórios – mobilizando os recursos culturais para o desenvolvimento territorial”. *Revista Extensão Rural*. 14: 65-90, 2007.

FROEHLICH, José Marcos. “Identidades e tradições reinventadas - o rural como tema e cenário”. In: CARNEIRO, Maria José (Org.). *Ruralidades Contemporâneas - modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad X - FAPERJ, v. 1, pp. 201-226, 2012.

FROEHLICH, José Marcos; VENDRUSCOLO, Rafaela. “A Construção social da identidade territorial Quarta Colônia: tramas e sentidos da narrativa”. In : *Desenvolvimento territorial: produção, identidade e consumo*. Ed. José Marcos Froehlich, 305-352. Ijuí: Ed. Unijuí. 2012.

LÓPEZ, Mônica; VERGAS, Alfredo; ORTEGA, Angélica. “El contexto histórico del queso bola de Ocosingo, estrategias para la patrimonialización dentro del territorio”. Artigo apresentado no Congresso ALASRU, México, 2014.

MENASCHE, Renata; KRONE, Evander. “O Queijo Serrano dos Campos de Cima da Serra: história, cultura e identidade como ingredientes de um produto da terra”. In : *Dimensões socioculturais da alimentação: diálogos latino-americanos*. Ed. MENASCHE, Renata; ALVAREZ, Marcelo; COLLAÇO, Janine. 135-148. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

MORENO, Inácio Lopez; CRIADO, Encarnación Aguilar. “Las etiquetas de cualidad y el desarrollo territorial: los casos del Queso de Oveja Merina de Grazalema y la carne de cordero de Texel”. *Revista de Economía Agrícola* 59, 131- 149, 2012.

MURILLO, Marvin Blanco. “El agroturismo como instrumento de activación de los sial en América Latina: valorización del potencial turístico en 10 casos de estudios”. In: *Sistemas agroalimentarios localizados en América Latina: alternativas para el desarrollo territorial*, Ed. BOUCHER, François; ORTEGA, Angelica; LEGLISE, Pensado. 121-136. México: Porrúa Miguel Angel, 2012.

PECQUEUR, Bernard. “Qualité et développement: L’hyphothese du panier de biens”. (Paper published in Symposium sur le développement regional). Montpellier, France: INRA-DADP. 2000.

PECQUEUR, Bernard. “Qualidade e desenvolvimento territorial: a hipótese da cesta de bens e serviços territorializados”. *Eisforia*, Ed. Especial (4):135-153, 2006.

PECQUEUR, Bernard. “A guinada territorial da economia global”. Dossiê. Parte 2. Trad. Anne-Sophie Vieira. *Política & Sociedade* 14: 79-105, 2009.

PERICO, Rafael Echeverri; PERAFÉN, Mireya Valencia; PINILLA, Ana Maria Echeverri. “Experiências legislativas de políticas públicas em desenvolvimento dos territórios rurais”. In: *Políticas de desenvolvimento rural territorial: desafios para construção de um marco jurídico-normativo*, Ed. Carlos Miranda e Breno Tiburcio. Brasília, DF: IICA, 2011.

PLOEG, Jan Douwe Van der; LONG, Norman. “Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura”. In: *Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais*. Eds. SCHNEIDER, Schneider ; GAZOLLA, Márcio. 21- 48. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

POMÉON, Thomas. “El Queso Cotija, México: un producto con marca colectiva queso Cotija Región de Origen en proceso de adquisición de una Denominación de Origen”. *Documento Consultoria FAO –IICA/ Universidad Autónoma Chapingo, CIESTAAM*. Chapingo, Mexico, 2007.

RIO GRANDE DO SUL. “Secretaria da Agricultura e Pecuária (SEAPA). Legislação Estadual – Rio Grande do Sul, 2015”. Portaria Nº 055 de 28/03/2014. Disponível em : <<http://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=268546>>. Acesso em: jan. 2015.

_____. *SUSAF, RS*. Decreto nº 49.340, de 05 de julho 2012. Disponível em : <[http://www.agricultura.rs.gov.br/conteudo/4447/?SUSAF%2FRS e SUASA%2FSISBI - POA](http://www.agricultura.rs.gov.br/conteudo/4447/?SUSAF%2FRS%20e%20SUASA%20FSISBI%20-POA)>. Acesso em : mar. 2014.

SANTA CATARINA. “Legislação Estadual. PL./0316.7/2015”. Disponível em: <<http://www.alesc.sc.gov.br/proclégis/individual.php?id=PL./0316.7/2015>>. Acesso em: jul. 2016.

SANTIN, Silvino. *A imigração esquecida*. Porto Alegre: Editora EST, 1986.

SANTOS, Jaqueline Sgarbi; CRUZ, Fabiana Thomé da; MENASCHE, Renata. O mineiro, o queijo e os conflitos (nada poéticos) em torno dos alimentos tradicionais produzidos artesanalmente no Brasil. *Rev. de Economia Agrícola* 59: 7-19, 2012.

SILVEIRA, Paulo. et al. “Identidades socioculturais e sistemas agroalimentares localizados: o percurso da Quarta Colônia, RS – Brasil”. In: *Desenvolvimento territorial: produção, identidade e consumo*. Ed. FROEHLICH, José Marcos. 353-383. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012.

VENDRUSCOLO, Rafaela. *Somos da Quarta Colônia: os sentidos de uma identidade territorial em construção*. Saarbrücken, Alemanha: Novas Edições Acadêmicas, 2016.

VENDRUSCOLO, Rafaela; CRUZ, Fabiana Thomé da; SCHNEIDER, Sérgio. “(Re)valorización de los alimentos de la agricultura familiar: límites y particularidades de las estrategias agroalimentarias en el estado de Rio Grande do Sul, Brasil”. *Agroalimentaria* 42 (22): 149-169, 2015.

ZANINI, Maria Catarina. *Italianidade no Brasil Meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria –RS*. Santa Maria : Ed. da UFSM, 2006.

CULTURA CAIÇARA E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA COMUNIDADE DA ILHA DIANA (SANTOS – SP)

Dorival Bonfá Neto⁶⁷

Júlio César Suzuki⁶⁸

Resumo: o presente artigo tem como objetivos apresentar as práticas culturais de origem caiçara presentes na comunidade da Ilha Diana, bem como discutir os principais fatores que causam conflitos socioambientais, afetando a pesca artesanal e envolvendo a comunidade. Assim, por meio de trabalhos de campo e levantamento bibliográfico foi possível identificar os principais conflitos que são causados pela atividade portuária e envolvem a comunidade, bem como as maneiras pelas quais ocorre uma ressignificação da cultura caiçara.

Palavras chave: Ilha Diana; cultura caiçara; conflitos socioambientais; pesca artesanal.

Abstract: the present article aims to present the cultural practices of caiçara origin in the community of Ilha Diana, as well as to discuss the main factors that cause socioenvironmental conflicts, affecting artisanal fishing and involving the community. Thus, it was possible to identify through fieldwork and bibliographical survey the main conflicts that are caused by the port activity and involve the community, as well as the ways in which a re-signification of the caiçara culture occurs.

Keywords: Ilha Diana; caiçara culture; socioenvironmental conflicts; artisanal fishing,

1. Introdução

Este artigo é resultado de trabalhos de campo realizados na comunidade da Ilha Diana entre outubro de 2016 e fevereiro de 2017 para a elaboração do Trabalho de Graduação Individual do curso de Bacharelado em Geografia (FFLCH-USP). Para a realização dos trabalhos de campo foi utilizado a oralidade, por meio de entrevistas, e a observação, bem como o reconhecimento do lugar, por meio de caminhadas pelo território caiçara e pelo registro em fotografias. As entrevistas não tiveram perguntas diretamente indutivas e nem questionários, cada indivíduo e a sua memória foi tratado como um caso específico, porém representativo da história coletiva do passado e do presente da comunidade.

⁶⁷ Graduado em Geografia pela FFLCH-USP.

⁶⁸ Graduado em Geografia (UFMT), com mestrado e doutorado em Geografia Humana (USP). Professor Doutor junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e ao Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina/USP; e pesquisador associado da Biblioteca Brasileira Mindlin/USP. Email: jcsuzuki@usp.br.

A comunidade está localizada no município de Santos-SP, na Baixada Santista, região marcada pela intensa atividade portuária e industrial, que é uma das regiões com ocupação mais antiga do território brasileiro, pois desde antes do século XVI já havia ocupação indígena na região, e com a colonização posterior se formaram os primeiros povoados do território brasileiro, a exemplo de São Vicente que é a primeira cidade fundada em terras brasileiras, em 1532.

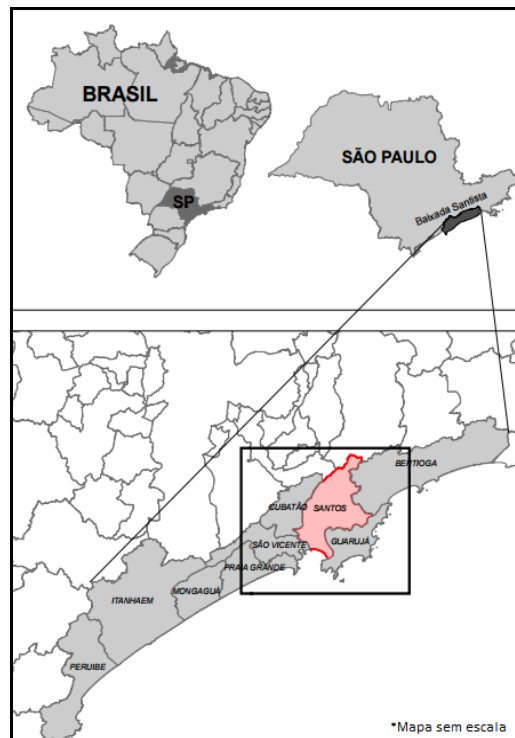


Figura 1 - localização do município de Santos.

Fonte: ZEE Baixada Santista. Disponível em: <http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/cpla/2011/05/130327_ZEE-BS_Santos.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2017.

Essa ocupação ancestral favoreceu uma grande heterogeneidade em relação a ocupação da região, marcada por uma intensa atividade portuária, mas também pela presença de algumas comunidades tradicionais, como as caiçaras, que resistem em meio a um processo de favelização e marginalização, e mantém elementos tradicionais da cultura caiçara como a pequena pesca ou pesca artesanal⁶⁹ e alimentação típica, como é o caso da comunidade da Ilha Diana.

A comunidade está localizada no município de Santos, em sua região portuária, entre

⁶⁹ Pesca artesanal é aquela que pertence a “pequena produção mercantil”, em que é utilizado pouca tecnologia, o trabalho é realizado em parcerias, o pescado é dividido em partes ou quinhão e pertence ao circuito inferior da economia e há uma grande dependência dos saberes tradicionais (DIEGUES, 1983).

a foz do Rio Diana e do Canal de Bertioga, que deságuam no Canal do Porto de Santos. A Ilha Diana é propriedade da Marinha/União, e possui uma área com cerca de 330.000 m². Nesta região estão localizados diversos terminais portuários, depósitos de combustíveis e de produtos tóxicos que são utilizados por indústrias de fertilizantes, siderúrgicas e petroquímicas. Essas indústrias se concentram ao longo do canal de Santos e no polo industrial do município de Cubatão (ROMANI, 2012).

Atualmente a Ilha conta com 205 moradores de 61 famílias, havendo 61 casas⁷⁰, que ainda mantém a formação dos núcleos familiares, e algumas casas já possuem pequenas cercas. Algumas habitações ainda são construídas de madeira, e muitas ainda são construídas sobre alguns pequenos pilares que sustentam a casa, marca característica das habitações da cultura caiçara. A comunidade também possui uma escola de 1 ao 4º ano, 1 posto de saúde, ambos administrados pela prefeitura de Santos, cerca de 4 bares e restaurantes e 1 campo de futebol.

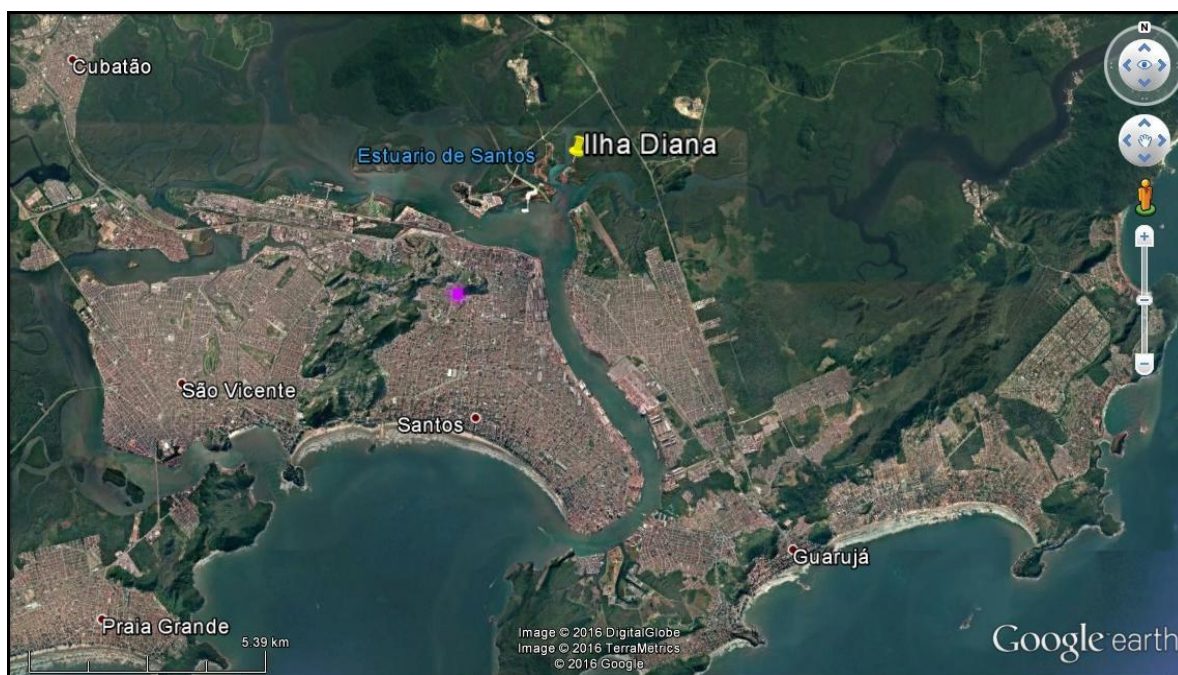


Figura 2 - localização da comunidade da Ilha Diana.
Fonte: Google Earth, 2017.

A comunidade da Ilha Diana mantém como base e unidade territorial as características do que Antonio Candido (2010) chamou de *bairro*, que é a estrutura fundamental da sociabilidade, constituída pelo agrupamento de algumas ou várias famílias

⁷⁰ Dados informados pela associação de moradores.

que são pouco ou muito vinculadas pelo sentimento de pertencimento ao lugar, pela convivência cotidiana e atividades lúdico-religiosas e por práticas de auxílio mútuo.

2. Histórico do bairro

Os atuais moradores da comunidade da Ilha Diana são descendentes de famílias que habitavam a região da Baixada Santista já nas primeiras décadas do século XX e tinham a pesca artesanal e a agricultura como principal atividade econômica. Algumas famílias foram realocadas da ponta da Bocaina e do Saco do Embira para a Ilha Diana, devido a construção da pista de pouso da Base Aérea de Santos na década de 1930, em uma região que já era ocupada por uma comunidade de pescadores. Isto causou o primeiro conflito da União com os pescadores, na Baixada Santista (ROMANI, 2010).

A “solução” estabelecida pela Capitania dos Portos foi a transferência da comunidade instalada no local que seria construída a Base para uma área de manguezais localizada entre o Rio Diana e o Canal de Bertiooga, área de acesso exclusivo de barco. Com a construção da Base e a expulsão da comunidade que habitava o território onde ela seria expandida, os antigos moradores dessas regiões foram obrigados a migrarem para bairros como Monte Cabrão, Valongo, Ilha Barnabé, Vicente de Carvalho⁷¹ e outros para a Ilha Diana.

Percebe-se nessa realocação forçada por meio da Marinha e da União, uma marca presente na formação territorial brasileira, em que o território é visto como recurso à acumulação e à dominação e a população vista como “empecilho”. Assim, segundo Antonio Carlos Robert Moraes (2005, p. 94):

[...] sempre que a população aparece como empecilho à acumulação a solução implementada se dá pela eliminação do elemento de atrito. [...] vai sedimentando-se uma ótica, ao nível das classes dominantes, de claro conteúdo anti-humano, onde o país é identificado pelo seu espaço, sendo a população um atributo dos lugares.

Como resultado desse primeiro conflito, algumas famílias foram forçadas a se mudarem para a Ilha Diana, tendo os sobrenomes: Gomes, Hipólito, Quirino, Souza, Otaviano e Pena. Atualmente praticamente todos os moradores da Ilha possuem um desses sobrenomes, pois a maioria da população é descendente dessas famílias que foram as pioneiras a formar a

⁷¹ O nome popular e mais antigo do Distrito de Vicente de Carvalho é “Itapema”.

comunidade.

A ligação familiar presente entre os moradores é também evidenciada pelo posicionamento das residências em pequenos núcleos familiares, bem como a ausência de muros e cercas entre as habitações, característica que marca um povoamento tradicional caiçara, como afirma Cristina Adams (2000, p. 107):

A conformação do povoado caiçara era de um agrupamento desordenado de casas isoladas umas das outras [...] Apesar da propriedade ser privada, ela não era cercada e as trilhas permitiam o acesso de todos ao espaço caiçara.

A comunidade ainda resiste a um processo de favelização, marginalização e perda de elementos culturais tradicionais e mantém elementos da cultura caiçara, como a prática da pesca artesanal e da coleta de caranguejos, siris, mariscos e ostras nos manguezais, a disposição das habitações, os caminhos caiçaras, pratos típicos caiçaras e a festa do Bom Jesus de Iguape.



Figura 3 – caminhos caiçaras entre as casas. Foto: Dorival B. Neto, 31 jan. 2017.



Figura 4 – habitação caiçara sem a presença de muros. Foto: Dorival B. Neto, 31 jan. 2017.



Figura 5 – habitação com cerca de pau na Ilha Diana. Foto: Dorival B. Neto, 31 jan. 2017.

3. Conflitos socioambientais na comunidade

O porto de Santos existe desde as épocas coloniais e até a década de 1970 a atividade portuária ocupava longitudinalmente todo o costado do município de Santos. Nesse período a atividade portuária transferiu-se para o lado oposto do canal, incorporando à administração portuária e alfandegária o bairro de Vicente de Carvalho e a grande área de manguezal nos arredores da Ilha Diana, região até então ocupada por comunidades pesqueiras (ROMANI, 2010).

Essa expansão para a margem oposta do canal de Santos deu-se sobre áreas de manguezais, algumas ainda bastante intocadas e outras em estado de regeneração [...]. No decorrer do processo de expansão explicitou-se o conflito pela ocupação do espaço (ROMANI, 2010).

A crise econômica em que o país entrou durante a década de 1980 fez com que diminuísse o modelo de regulação do território pelo Estado, que iniciou um programa de concessões de territórios da União para a iniciativa privada. A Lei de modernização dos

portos de 1993 resultou no loteamento e concessão de toda a área costeira de Vicente de Carvalho para empresas como a Bunge e a Cargill. Essa ocupação causou uma intensa poluição das águas e conseqüente degradação do ambiente estuarino marinho, afetando as comunidades pesqueiras, através da diminuição dos recursos (ROMANI, 2010).

Essa intensa ocupação de todo o canal do porto foi por grandes empreendimentos que causam uma intensa deterioração das áreas marinhas e conseqüentemente afeta as comunidades que dependem da pesca praticada na região, como ocorreu na Ilha Diana. Os pescadores mais antigos do local afirmam que essa expansão do porto para a outra margem do canal foi um dos fatores que provocou uma grande diminuição na quantidade de pescados, as principais causas para isso foram a poluição das águas, o aumento da luminosidade e do movimento de embarcações nos rios e canais.

Essa ocupação da região do porto de Santos é marcada pelo constante atendimento das demandas do setor privado, onde o Estado é o principal agente mediador e coloca as comunidades tradicionais como sujeitos invisíveis, resultando em conflitos socioambientais, onde o território é o real motivo de disputa. Segundo Moraes (2005) o Brasil ainda não possui o seu território completamente construído, então a formação do território brasileiro ocorre em um contínuo processo de expansão territorial, isso faz com que haja algumas “frentes pioneiras” em profundo dinamismo, onde o território é visto como um recurso para o Estado e para o setor privado, e a população como empecilho.

A expansão do porto de Santos é um exemplo emblemático de como ocorrem as “frentes pioneiras” por meio da apropriação do território pelas classes dominantes e da exploração e separação do homem, da terra e dos meios de trabalho, em processos perversos e conflituosos para com as classes subordinadas, que são vistas como um “empecilho” à expansão territorial.

A imagem da terra a ocupar é bastante clara às classes dominantes, a população sendo vista como um instrumento desse processo. A visão do ‘espaço a se ganhar’ é recorrente [...]. A imagem do ‘país em construção’, com uma formação territorial ainda inconclusa estimula em muitos os expedientes do controle social (MORAES, 2005, p. 98).

Esses conflitos pelo uso do território têm causado uma intensa deterioração na qualidade de vida da Ilha Diana, pois a comunidade é marcada por uma grande dependência do ecossistema estuarino marinho. Os pescadores afirmam que a poluição das águas afetou intensamente a pesca, e faz com que a situação econômica vivida hoje seja mais difícil, principalmente pelos impactos causados à atividade pesqueira.

A atividade pesqueira tem sofrido com algumas mudanças negativas que se intensificaram principalmente a partir das últimas décadas do século XX, com a sobrepesca causada pela pesca industrial e com a construção dos grandes empreendimentos portuários, que poluem a água e restringem e limitam a área de pescaria.

A partir da década de 1950 com a expansão da pesca embarcada nas sardinheiras e nas traineiras iniciou-se uma redução em muitos cardumes que chegavam até os rios do entorno da Ilha Diana, pois os barcos de pesca industrial capturavam os cardumes antes que eles pudessem chegar aos locais da pequena pesca. A pesca industrial também causou a sobrepesca, além de fazer com que os pescadores pela falta de alguns peixes passassem a capturar outros menores, intensificando a sobrepesca ocorrida. Esse evento fica claro quando o pescador “M”, 82, conta sobre as transformações ocorridas na pesca e relembra os tempos de fartura de pescados:

Primeira coisa: muito movimento na boca da barra, antigamente tinha poca luz, hoje em dia clareia tudinho, de um lado e de outro é tudo iluminado. Antigamente não, tinha um pouco de luz do lado de lá [lado em que está a orla de Santos], mas do lado de cá não tinha, não tinha cais desse lado, era praia, era tudo praia. E outra coisa, no começo os barco de pesca tinha o sardinheiro e o arrastão, mas o sardinheiro pescava não pescava tainha, pescava sardinha, ele pescava só sardinha. E tinha os barco de linha, os barco de linha era aqueles que pescava de espinhel, espinhel e linha lá fora, era anchova, carapau. E tinha o arrastão, o arrastão botava a rede e ia arrastando até lá, esse também não pegava tainha, mas aí depois descobriro que com a traineira pegava tainha, aí quando tinha um cardume de tainha cercava com a traineira e pronto, já não passava pra cá né, aí foi e parou de chegar tainha até aqui [...] Até 1950, 50 e pouco, tava legal aqui ainda, dava muito peixe, dava muito de cerco, de cerco e de rede né, dava muito peixe, nesse tempo pegava peixe aí adoidado, pegava tainha adoidado. Já chegamo a pegar de tonelada, eu e meu tio, meu tio era pescador antigo né, pegamo de tonelada no cerco, tinha um cerco naquela sacada lá, ali naquela sacada, no manguezal ali, nós morava lá ainda [apontando pro local onde se instalou a EMBRAPORT] e teve um dia que nós pegamo 2 toneladas, 2 toneladas em 2 dias, a maior pescaria que eu fiz de peixe na minha vida, agora acabo até a nossa liberdade de pescar, a polícia aí, a guarda aí, qué tudo prende a gente aí[...].

O último empreendimento instalado na região portuária teve a sua conclusão em 2013⁷², o do Terminal Embraport (Empresa Brasileira de Terminais Portuários) do grupo COIMEX, ligado ao grupo ODEBRECHT, o empreendimento conta com 653 metros de cais, 207 mil metros quadrados de pátio e capacidade de movimentação anual de 1,2 milhão de TEUs⁷³ (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés).

O terminal construído é o maior empreendimento portuário privado do país, e se

⁷² O início da construção do empreendimento foi em 2003, e em 2009 as obras se intensificaram.

⁷³ Informação disponível em: <www.embraport.com/a-embraport/quem-somos/>. Acesso em: 17 abr. 2017.

instalou nas proximidades da comunidade da Ilha Diana, entre os rios Sandi e Diana, na Ilha Barnabé (Figura 6). A sua instalação ocorreu sobre áreas de manguezais que são cercadas por bancos de sedimentos, onde se formam muitos pesqueiros.



Figura 6 – dimensões do Terminal Emraport (a Ilha Diana está no canto superior esquerdo). Disponível em: <<http://www.emraport.com/infraestrutura/dimensoes-do-terminal/>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

Alguns moradores afirmaram que o aterro feito no manguezal para a construção do empreendimento aumentou o risco de inundações da Vila, e que quando o mar está de ressaca o nível da água sobe mais do que antes do empreendimento, alagando as casas. Além de impactar negativamente sobre a comunidade da Ilha Diana, através principalmente da pesca, os empreendimentos também impactam diretamente na pesca realizada por outras comunidades, tais como: Conceiçãozinha, Caruara, Vicente de Carvalho, Pouca Farinha, entre outras (ROMANI, 2010).

O principal problema na construção desses empreendimentos na região pesqueira é o fim dos pesqueiros, pois na área do empreendimento a pesca fica proibida, fazendo com que os pescadores pescam mais em outros pesqueiros, podendo causar a sobrepesca. Soma-se a

isso o fato de que nos pilares que sustentam as grandes construções formam-se alguns ecossistemas com diversidade e grande quantidade de peixe, pois os pilares atuam como costões rochosos e passam a abrigar uma biodiversidade, então muitas espécies migram para o local, e não podem ser pescadas, como apontado pela fala de um pescador (“E”, 42):

[...] Mas a diversidade de peixe que tem nas estacas, estruturas gigantes que são o que sustentam as construções, ali tem algas, tem organismos, então o peixe fica ali, e como elas são entrelaçadas, não tem correnteza, então o peixe fica ali esperando o alimento, ele não gasta muita energia e ele tá protegido, porque ali ninguém interfere naquele descanso dele, ele fica abrigado e protegido e então ele não vai sair de lá. Ai pra tu ter uma ideia, tem a EMBRAPORT, você não pode pescar, ILHA BARNABÉ, você não pode pescar, BTT você não pode pescar, que foi construído agora, dá até pra ver os guinchos dele lá olha... em frente a ALEMOA, na ALEMOA, uma área petroquímica, você não pode pescar. Então nessas áreas todas eles restringem a passagem de pescadores e barcos, e tiram a oportunidade de pescar ali, e os peixes ainda entram lá e não querem sair. Desde sempre tem essas coisas aqui, eles constroem as coisas e não deixam pescar perto. Ai sobra o que, as áreas que você pode pescar, mas nessas áreas vem todo mundo pescar, ai acontece o que? Pesca sobre pesca, diminui a quantidade de pescado [...]

Os moradores da comunidade e pescadores têm afirmado que outro grande empreendimento está em processo de construção, o Santorini Terminais e Armazéns Gerais (do Grupo Empresa Brasileira de Terminais e Armazéns Gerais). As obras ainda não começaram, mas a instalação já possui licença prévia e o processo está sendo regularizado pela companhia estatal Docas, que administra o porto de Santos. Também já foram feitas visitas de funcionários à Ilha Diana, bem como alguns pescadores já compareceram em reunião para o convencimento da comunidade para que instalação da empresa seja menos conflituosa.

A instalação desse novo terminal será também na Ilha Barnabé, na região de manguezal que ainda não é ocupada por empreendimentos, portanto ainda é uma das principais regiões de pesca para os pescadores da Ilha Diana. Segundo afirmaram os pescadores, as pessoas representantes da empresa já realizaram visitas à Ilha para apresentar a proposta aos moradores, e o discurso é o mesmo utilizado em outros casos, no qual os representantes aparecem e prometem empregos no terminal para os habitantes da Ilha, os convencendo que o empreendimento será vantajoso e trará benefícios para a comunidade. A mesma situação ocorreu na construção do Terminal Embraport, segundo afirma um pescador (“M”):

[...] aquele porto aí, aquele porto teve um balaio de gato, meio ambiente não queria deixar e bábábabá bababá bababá, aí então jogaro em cima da Ilha, se o pessoal da Ilha concorda sai, se não concorda não sai. Aí aconteceu o seguinte, todo mundo pescador, fizéro reunião aí e falaro que ia emprega todo mundo, os filho, quem quiser, e bábábá. E aí quando teve que trabaia pra roçá, aí foi trabaio pra todo mundo...no pior todo mundo teve lugar. Quando começo modifica, só quem tem curso disso, curso daquilo e sei lá o que, aí foi embora todo mundo, hoje tem 1 ou 2 trabalhando lá só.

Isso demonstra como o patrimônio natural brasileiro vai sendo exaurido, sem que seja feito algo que possa reparar minimamente os danos que são causados, além de o Estado brasileiro impor prioridades em ações que podem vir a gerar renda e empregos, sempre para uma classe recortada, mas que causam uma grande degradação ambiental e social, pois afetam uma população que raramente será ressarcida dos danos sofridos. Sendo assim, o planejamento ambiental no Brasil, para Moraes (1999, p. 49) “[...] impõem prioridades de ação (como a geração de renda em emprego) que muitas vezes estimulam os próprios vetores de expansão e exploração inadequados [...]”.

O conflito da pesca artesanal com as empresas que se instalam na região portuária ocorre pela instalação de um empreendimento na área portuária, o que causa a perda dos pesqueiros e poluição das águas. Isso resulta na destruição das forças produtivas naturais e conseqüentemente sociais, que impede e dificulta a reprodução da pesca artesanal por meio da sobrepesca e da perda ou separação dos instrumentos de trabalho e dos pesqueiros.

A destruição das forças produtivas da natureza em ecossistemas aquáticos extremamente produtivos, como os lagunares e estuarinos, atinge primordialmente os pequenos pescadores, os quais, dados os equipamentos relativamente pouco predatórios e embarcações de pequena autonomia que empregam, tiram daí os seus meios de subsistência (DIEGUES, 1983, p. 83).

Há também outras restrições por parte de órgãos como a Marinha e o IBAMA, que não permitem o uso de alguns instrumentos e nem a pesca de determinadas espécies que entram no período do defeso ou sofrem alguma outra restrição, havendo uma intensa fiscalização por parte desses órgãos.

No “tempo dos antigo”, como afirmam os pescadores, praticava-se muito a pesca de cerco, marcada pela facilidade e pelo grande número de pescados capturados, esse tipo de pesca passou a ser dificultado após o IBAMA proibir o desmatamento do manguezal da região (embora para a instalação dos empreendimentos são desmatados e aterrados inúmeros manguezais), pois a região trata-se de uma APA (Área de Proteção Ambiental), criada com o

discurso de proteger a fauna e flora. Porém a APA está em uma região de expansão industrial e portuária, com intenso tráfego e fundeio de navios, portanto a criação da APA impossibilitou a extração de madeira do manguezal, dificultando a construção dos cercos.

Os argumentos da criação de unidades de preservação remetem aos problemas, tais como extinção de espécies, poluição, pesca predatória, dentre outros. Trata-se de argumentação genérica e punitiva e muito pouco educativa, que insere todos os níveis de pescadores numa mesma situação de agentes responsáveis pela destruição ao meio ambiente (SILVA, 2015, p.100).

Sendo assim, a criação da APA também reduziu as possibilidades de realização da pesca em detrimento de uma degradação que não é praticada pelos pescadores artesanais, que tem um modo de produção que respeita os ciclos naturais de reprodução das espécies, que teve seus maiores impactos causadas por atividades externas (pesca industrial predatória e atividade portuária e industrial), como ressaltado por muitos pescadores. Outra dificuldade para a realização da pesca, como falado por muitos, é os altos preços pagos pelos instrumentos de trabalho, o nylon, o chumbo, óleo, gasolina e o motor, que muitas vezes faz com que os pescados não cubram os gastos empregados na captura, com a gasolina e o óleo do motor.

Com o passar do tempo e o aumento da atividade portuária e conseqüentemente aumento da degradação do ambiente marinho a pesca realizada pelos pescadores da Ilha Diana passou a ser mais impactada, devido à degradação ambiental da região e conseqüente empobrecimento biológico, o que fez com que muitos pescadores abandonassem a atividade em busca de outros empregos. Outro problema fruto da instalação dos empreendimentos portuários são os aterros que são realizados nos manguezais, o que causa a redução de um ecossistema fundamental para o desenvolvimento de muitas espécies de animais e vegetais. Com a instalação do empreendimento na região portuária ocorre também a proibição da pesca no local que antes servia de pesqueiro e passa a ser ocupado pelo empreendimento, assim os pescadores são expropriados de muitos territórios pesqueiros.

A região portuária é tida pelo Estado como um “fundo territorial” (MORAES, 1999, p. 45), um espaço que se valoriza e desvaloriza conforme são definidas e redefinidas as matrizes produtivas. O Estado cumpre o papel de guardar os fundos territoriais e garantir a integridade do território para os momentos em que as matrizes produtivas são redefinidas, estimulando ou contendo fluxos, direcionando explorações e intensificando ou estagnando

atividades. Isso demonstra como a lógica colonial revive na própria construção do Brasil, pois ocorre a necessidade de uma contínua acumulação primitiva, tendo como alvo as “novas” terras (MORAES, 1999).

Assim, as frentes pioneiras se avançam sobre esses fundos territoriais, em que o Estado aparece como um gestor do território por meio da regulação e distribuição da ocupação da região portuária e da dotação de infraestrutura para a instalação dos empreendimentos, o que é realizado sob processos de espoliação e subordinação da população. Portanto, o objeto da ação do Estado é o território e não a população, que é vista apenas como um atributo do lugar (MORAES, 1999).

Uma ótica espoliativa domina a relação da sociedade com o meio no Brasil, a qual se expressa com clareza no ritmo e na forma com que avançam as “frentes pioneiras” na história do país, deixando ambientes degradados em suas retaguardas [...] O papel do Estado é, portanto, o de viabilizador da conquista, de indutor do povoamento das terras, de dotador de equipamentos, de gestor na ocupação do solo. E, principalmente, de guardião dos fundos territoriais e garantidor da integridade do território [...] (MORAES, 1999, p. 45).

O conflito mais recente causado pela instalação dos empreendimentos ligados ao porto causa impactos diretos como o aterramento e destruição do manguezal (que está em uma APA) e a poluição das águas, pois muitos empreendimentos portuários são depósitos de produtos químicos tóxicos. Outra consequência é que os pescadores têm muitos de seus pesqueiros expropriados com a ocupação do manguezal pelos empreendimentos..

Isso demonstra que o espaço necessário para a reprodução econômica, social e cultural da Ilha Diana vai para além do território ocupado pela própria comunidade e suas habitações, pois envolve os territórios pesqueiros, ou seja, toda a região de rios, lagunas e estuários em que se pratica a pesca. Porém a parte da região portuária que ainda não é ocupada e permite aos pescadores terem acesso a alguns pesqueiros, trata-se de um fundo territorial. Sendo assim, o espaço está destinado a ser ocupado por outros empreendimentos, que virão a se instalar e com certeza causará impactos à todo o ecossistema da região, e aos pescadores e suas famílias que dependem do ambiente natural para a sua subsistência. O Estado, que tem políticas como a PNPCT que “garantem” o direito ao território necessário para a reprodução da vida social, cultural e econômica de comunidades tradicionais, nesses momentos prefere por garantir a chegada de empreendimentos de empresas privadas do que aos direitos das populações tradicionais brasileiras.

4. Ressignificação da cultura caiçara

O turismo de base comunitária tem surgido na comunidade, levando a uma resignificação da tradição cultural local, que ocorre como uma resistência frente às lutas políticas dos moradores contra os empreendimentos portuários. Já existem agências que realizam visitas de grupos agendados para a Ilha Diana, onde alguns moradores da Ilha atuam como guias e orientam os grupos que visitam a comunidade caiçara, bem como contam um pouco de sua história e da atual situação da vila.

Com isso, elementos da culinária local são retomados, cujos pratos típicos caiçaras são servidos no restaurante e nos bares da Ilha Diana, para turistas espontâneos ou de grupos que visitam a comunidade que é o “último reduto caiçara da baixada santista”. Isso faz com que ocorra uma resignificação da cultura caiçara, que ainda subsiste como uma resistência aos conflitos socioambientais e de disputa pela terra causados principalmente pela expansão portuária e industrial. Sendo assim, o pertencimento à cultura caiçara ocorre principalmente por uma reinvenção e resignificação dos antigos costumes e tradições herdadas por meio da atividade produtiva (DIEGUES; ARRUDA, 2001).

O efetivo pertencimento a uma comunidade caiçara não se explica pelo estudo da composição étnica da sua população, mesmo que ela possa estar relacionada àqueles traços étnicos historicamente determinados. O que permite a essas comunidades de pescadores reclamarem para si o rótulo de caiçaras é a manutenção de alguns costumes produtivos, artísticos e alimentares [...] (ROMANI, 2012, p. 44).

Os caiçaras podem ter origem e hábitos comuns em uma determinada área, como Antônio Candido (2010) identificou nos caipiras, porém as mudanças vividas por este modo de vida ao longo do território, são específicas de cada lugar e possuem distintas temporalidades, não sendo comum em toda a área de abrangência das comunidades chamadas caiçaras. Portanto, não existe uma única cultura caiçara, pois a cultura possui um caráter disperso de acordo com que novas relações de produção são impostas de maneira desigual no território.

A retomada das antigas tradições caiçaras surge em um contexto político em que atividades de expansão do grande capital (turístico, portuário e industrial), colocam em ameaça a reprodução social da comunidade, pois são atividades que causam uma expropriação dos territórios pesqueiros e uma intensa degradação do ecossistema que possui importância

fundamental para os caiçaras da Ilha Diana, mas também para outras comunidades pesqueiras locais que ainda persistem em alguns enclaves na região.

Assim, nos dizeres de Porto Gonçalves (2002, p. 221), “[...] a relação capital-trabalho passou a comandar a dinâmica societária, subestimando o significado da natureza e a importância dos povos que constituíram suas práticas e significações numa relação com-a-natureza e não contra-a-natureza [...]”.

Com todos os conflitos em que a comunidade foi e é colocada como invisível frente a esses processos, vemos emergir “novos” sujeitos, social, histórico e geograficamente situados, que passam a buscar o seu lugar no mundo, mas também o reconhecimento de seus direitos legais, como o direito pela terra. E para isso, esses povos atualizam e reinventam os seus costumes e suas tradições, que mantém uma relação de interdependência com o espaço habitado.

[...] esses sujeitos que muitos chamam novos, embora não o sejam tanto, põem em debate outras questões, outras relações, ele (a)s que tiveram que se forjar em situações assimétricas de poder, mas que nem por isso se anularam e, mais do que resistir, R-existiram, se reinventaram na sua diferença [...] (PORTO GONÇALVES, 2002, p. 220).

A comunidade da Ilha Diana caracteriza-se como um grupo culturalmente diferenciado e integrante da cultura caiçara, que se reconhece como tal, possuindo uma forma de organização social onde a dependência da natureza e de seus ciclos é fundamental para a reprodução social, cultural e econômica da comunidade, e esta dependência não é respeitada pelos gestores do território onde a Ilha está situada, bem como a comunidade não possui os seus direitos legais garantidos pelo Estado nacional.

De acordo com a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), instituída pelo Decreto nº 6040 de 2007⁷⁴, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais, reconhecendo os seus direitos territoriais e valorizando a sua identidade, a comunidade da Ilha Diana se caracteriza por ser uma comunidade tradicional, definida pelo Art.3º, Item I como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e

⁷⁴ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em 14 fev. 2017.

práticas gerados e transmitidos pela tradição;”.

A PNPCT possui como objetivo geral “promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.” (Art. 2º). Portanto, de acordo com o que a política prevê a comunidade caiçara da Ilha Diana deveria possuir o reconhecimento legal de seu território (que não consiste somente na área onde está a comunidade, mas também na área de pesca), ocupado desde a década de 1930, bem como deveria ser garantido o acesso aos recursos naturais necessários à reprodução econômica, social e cultural da comunidade, e também deveria ser estimulada a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável com a participação da comunidade, bem como a resolução de conflitos causados pela implantação de UC’s de restrição integral.

Todos esses fatores estão previstos no artigo 3º, dos objetivos específicos do Decreto que instituiu a PNPCT, e que daria a comunidade da Ilha Diana amplo reconhecimento e direito ao seu território, porém na prática observa-se que nenhum desses fatores são cumpridos na comunidade, que ainda não possui nem o reconhecimento de posse de seu território.

5. Considerações finais

A partir do estudo de caso realizado na comunidade caiçara da Ilha Diana, foi possível identificar os conflitos ocorridos durante toda a história da comunidade, que tiveram como principal agente o Estado e as empresas privadas atuando sobre o espaço, por meio de políticas territoriais. Após a ocupação do território e formação da comunidade por famílias de pescadores, foi possível observar a intensificação de conflitos principalmente após a década de 1970, pela expansão da atividade portuária e industrial na região, que causam a expropriação dos pesqueiros e a poluição das águas. Esses dois fatores foram apontados pelos pescadores como as principais causas que reduzem os pescados e impactam diretamente na atividade pesqueira do local. Com o enfraquecimento da pesca, muitos moradores abandonaram a atividade em busca de outros trabalhos no porto ou na cidade, o que causa uma mudança no modo de vida e no cotidiano dos indivíduos da comunidade.

O modo como ocorreu e ocorre a expansão portuária em Santos demonstra como o

Brasil é um país formado pela conquista de espaços, em que a apropriação territorial é utilizada para satisfazer aos interesses e as alianças políticas do Estado e das oligarquias. Sendo assim, nos processos sociais e na vida política o Estado aparece antes de tudo como um organizador do espaço e gestor do território, por isso suas práticas se manifestam principalmente nas políticas territoriais onde o país é visto como um espaço a ser conquistado e controlado por meio das frentes pioneiras e dos fundos territoriais. O território é o alvo das políticas públicas e não a população, e o fazer política é baseado nas formas e modos de valorização dos lugares (MORAES, 1999).

Com a intensificação dos conflitos socioambientais na comunidade da Ilha Diana, muitos pescadores e moradores perceberam a ameaça de expropriação de suas terras e os impactos causados pela expropriação dos pesqueiros, e por isso houve uma retomada e uma revalorização dos costumes da cultura caiçara como forma de resistência aos conflitos e ameaças de expropriação que a comunidade está inserida. Sendo assim, a retomada da tradição cultural caiçara local está diretamente ligada à luta política que a Ilha Diana vive em busca da manutenção e regularização da posse de seu território e das moradias frente à ameaça de expulsão e à expropriação de seus territórios pesqueiros devido à expansão da atividade portuária.

O resgate cultural não se trata de um retorno a um modo de vida relacionado com a herança étnica ou com a atividade econômica, mas sim a um contexto político em que a descaracterização cultural colocou e coloca em risco a reprodução social da comunidade. A retomada e ressignificação das tradições culturais ocorrem de maneira única, pois a cultura, sendo algo dinâmico, não poderia se encontrar com as mesmas características de 40 ou 50 anos atrás. Portanto, como afirma Arruda e Diegues (2001), o pertencimento a cultura ocorre principalmente por meio da reinvenção e ressignificação das tradições e dos costumes que são herdados por meio da oralidade, da vida cotidiana e da atividade produtiva.

Referências

ADAMS, Cristina. *Caiçaras na mata atlântica, Pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000, 337 p.

BRASIL, Constituição (1988). Decreto nº 6040 de 2007. Institui a Política Nacional de

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em 14 fev. 2017.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 11 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010, 335 p.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983, 287 p.

_____, Antonio Carlos Sant'Ana; ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira. *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. São Paulo/Brasília: Ministério do Meio Ambiente/USP, 2001, 176p.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Ideologias geográficas: Espaço, Cultura e Política no Brasil*. 5ed. São Paulo: Annablume, 2005, 156p.

_____, Antonio Carlos Robert. Notas sobre formação territorial e políticas ambientais no Brasil. *Revista território*. Ano IV, nº7, p.43-50, jul/dez. 1999.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: *La Guerra Infinita: Hegemonia y terror mundial*. Buenos Aires: CLACSO, 2002, p.217-256. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101018013328/11porto.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

ROMANI, Carlo. Comunidades caiçaras e expansão portuária em Santos - uma Análise histórica do conflito. *Revista Científica Integrada*. v.1, n.1, sem paginação. UNAERP: Campus Guarujá. 2010. Disponível em: <<http://www.unaerp.br/revista-cientifica-integrada/edicoes-anteriores/edicao-n-1-2014/1453-126-400-1-sm/file>>. Acesso em: 16 jan. 2017.

_____. O discurso cultural e ambientalista das comunidades de pescadores caiçaras na luta pela terra: uma análise histórica do conflito ambiental no canal de Bertioga, na Baixada Santista. *História oral*. v.14, n.2 e v.15, n.1, p.35-66, jul.-dez. 2011/jan.-jun. 2012.

SILVA, Catia Antonia da. *Política pública e território*; Passado e presente na efetivação de direitos dos pescadores artesanais no Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. 115p.

ZONEAMENTO ECONÔMICO E ECOLÓGICO DA BAIXADA SANTISTA. (Fonte digital). Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/cpla/zoneamento/zoneamento-cologico-economico/baixada-santista/>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

TRANSIÇÕES PRODUTIVAS, AGROECOLÓGICAS E CULTURAIS NO CAMPO BRASILEIRO

A agricultura experimentou múltiplas crises e mutações que afetaram as sociedades humanas de diferentes maneiras ao longo da história. No entanto, é a partir da segunda metade do século XX que as mudanças têm sido mais profundas e se espalharam mais amplamente, transformando os mundos rurais em todo o mundo. Mecanização, seleção genética, uso de insumos minerais ou sintéticos modificaram os sistemas de produção, enquanto o transporte, a conservação, o processamento e o acondicionamento de commodities, realizados pelos setores agroindustriais, responderam pelo desencadeamento de novos hábitos alimentares.

A transição atual para sistemas de produção mais sustentáveis e a gestão de espaços agrícolas, ancorados em uma identidade cultural e social, questionam especialmente geógrafos e sociólogos sobre as mudanças nos sistemas produtivos e suas inscrições territoriais, sobre agricultura e a evolução da decisão pública e da cidadania, a mobilização social e a disseminação de inovações e, finalmente, a evolução da demanda social em torno, por exemplo, das práticas alimentares.

O objetivo deste livro é compartilhar conhecimentos sobre a compreensão desses processos sociais e ambientais de transformação de espaços agrícolas passados ou presentes no Brasil e na França.